



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Márcio Santos Nascimento

**O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O GOVERNO DE JOÃO GOULART
(1961 – 1964)**

NITERÓI-RJ

2016

MÁRCIO SANTOS NASCIMENTO

**O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O GOVERNO DE JOÃO GOULART
(1961 – 1964)**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em
História Social da Universidade Federal
Fluminense como requisito para obtenção do grau
de doutor.

ORIENTADOR: JORGE FERREIRA

NITERÓI-RJ

2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

N244 Nascimento, Márcio Santos.
O Partido Comunista Brasileiro e o governo de João Goulart (1961-1964) / Márcio Santos Nascimento. – 2016.
215 f. ; il.
Orientador: Jorge Ferreira.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.
Bibliografia: 213-215.

1. Partido Comunista Brasileiro. 2. Goulart, João, 1919-1976.
3. Novos Rumos (Jornal). I. Ferreira, Jorge. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

MÁRCIO SANTOS NASCIMENTO

**O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O GOVERNO DE JOÃO GOULART
(1961 – 1964)**

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em
História Social da Universidade Federal
Fluminense como requisito para obtenção do grau
de doutor.

Aprovada em de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Ferreira – Orientador (UFF)

Profª Drª. Marly de Almeida Gomes Vianna (Universo)

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo de Castro (UFRJ)

Prof. Dr. Norberto O. Ferreras (UFF)

Profª Drª Karla Guilherme Carloni (UFF)

Profª Drª Juniele Rabelo de Almeida – suplente (UFF)

Profª Drª Andréa Casa Nova Maia – suplente (UFRJ)

NITERÓI-RJ
2016

AGRADECIMENTOS

Ao final de mais uma conquista acadêmica, agradeço primeiro a Deus as oportunidades renovadas de crescimento intelectual e moral.

Agradeço ao professor Jorge Ferreira que acreditou em mim, oferecendo a possibilidade de pesquisa desse tema instigante e pouco estudado.

Considero essa pesquisa também uma forma de homenagem à professora Anita Leocádia Prestes, que me acompanhou na UFRJ na graduação e no mestrado, assim como os idealistas comunistas, que, à sua maneira, lutaram e arriscaram suas vidas por um mundo mais justo. Muitos foram presos, torturados e mortos pela ditadura militar instaurada a partir de 1964.

Agradeço à minha mãe e avó que, domésticas, pouco alfabetizadas e sem maridos, estimularam-me a chegar até aqui.

Minha esposa Patrícia, companheira de mais de uma década, e à Fernanda, minha filha, para quem busco ser exemplo de conduta moral e incentivo para o estudo.

Alguns amigos que me ajudaram precisam também ser citados, Vanderlei Vazelesk Ribeiro, desde a graduação me acompanhando e encorajando, e Simone Cristina Carneiro Cunha pelas aulas de inglês e ajuda nas traduções.

A família é sempre uma fonte de sustentação, mas cito, em especial, meu irmão Antonio, pelo apoio silencioso e admiração pelas minhas conquistas.

Assim como uma construção é feita de inúmeros tijolos, uma conquista como essa que atinjo agora é o resultado de inúmeros amigos, colegas, conhecidos, professores, enfim, dezenas de pessoas que, direta ou indiretamente, ajudaram-me para a conclusão deste trabalho. Como não posso citar todos, peço a Deus que recompense com alegria, paz e saúde a todos que me acompanharam até aqui.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a postura dos comunistas em relação ao governo de João Goulart nas fases parlamentarista e presidencialista (1961-1964), tendo como fonte o jornal *Novos Rumos*, órgão oficial do PCB. Isto porque na bibliografia e na memória de militantes, o Partido Comunista Brasileiro aderiu ao governo Goulart, prejudicando a autonomia da classe trabalhadora e facilitando a vitória do golpe de 1964. A análise documental, no entanto, demonstra que o PCB esteve na oposição a Jango, e não a reboque do governo, como afirmam algumas análises, oferecendo apoio efetivo ao governo após o comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964.

Palavras-chave: PCB, João Goulart, *Novos Rumos*.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the position of communists in relation to João Goulart's government during the parliamentary and presidential phases (1961-1964), taking as its source *Novos Rumos* newspaper, the official PCB organ. That is because in the bibliography and in the memory of the militants, the Brazilian Communist Party (PCB) adhered to Goulart's government, harming the working class autonomy and making easier the victory of the 1964's coup. However, the document analysis demonstrates that PCB was in opposition to Jango in spite of under influence of the government, as some analysis suggests, providing effective support to the government after the mass rally of Central do Brasil on March 13th, 1964.

Keywords: PCB. João Goulart. *Novos Rumos*.

LISTA DE SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
AP - Ação Popular
AT&T - American Telephone and Telegraph
CC - Comitê Central
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CNTTMFA - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos
Conclap - Conselho Nacional das Classes Produtoras
Contec - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito
CPOS - Comissão Permanente das Organizações Sindicais
Fataesp - Federação das Associações de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo
Fiesp - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI - Fundo Monetário Internacional
FMP - Frente de Mobilização Popular
FPN - Frente Parlamentar Nacionalista
IAPC-GB - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES - Instituto de Pesquisas Sociais
ORM-Polop - Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PAC - Pacto de Ação Conjunta
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCUS - Partido Comunista da União Soviética
POR-T - Partido Operário Revolucionário (Trotskista)
PSD - Partido Social Democrático
PUA - Pacto de Unidade e Ação
STF - Supremo Tribunal Federal
Sumoc - Superintendência da Moeda e do Crédito
Supra - Superintendência Para a Reforma Agrária
TRT - Tribunal Regional do Trabalho
UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN - União Democrática Nacional
Ultab - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE - União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. O PCB E O GOVERNO PARLAMENTARISTA DE JOÃO GOULART.....	16
2 OS COMUNISTAS E O GOVERNO PRESIDENCIALISTA DE JOÃO GOULART	62
3 O PCB ENTRE A PROPOSTA DE TRANSIÇÃO PACÍFICA E A REFORMA VIOLENTA.....	110
4 O PARTIDO COMUNISTA E JOÃO GOULART: O COMÍCIO, A ADESÃO E O GOLPE	162
CONCLUSÃO.....	207
REFERÊNCIAS	213

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa consiste em analisar e compreender como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) atuou durante o governo de João Goulart (1961-1964), defendendo a tese de que os comunistas fizeram oposição a Jango, pelo menos até o comício da Central do Brasil, quando, efetivamente, passaram a apoiá-lo.

O recorte temporal deste trabalho terá como início o mês de agosto de 1961, quando o presidente Jânio Quadros renunciou, provocando crise político-institucional que culmina com o estabelecimento do parlamentarismo; e término o dia 25 de março de 1964, com a chamada “revolta dos marinheiros”. O jornal *Novos Rumos* será utilizado como fonte principal para elucidar a posição dos comunistas acerca dos principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais da época, ao longo dos dois anos e meio do governo de João Goulart, além de documentos oficiais do partido.

No final dos anos 1950, quando o Partido Comunista Brasileiro adotou uma nova estratégia para implantação do socialismo no Brasil. Essa “nova política”, apresentada pelo Comitê Central em março de 1958, abria mão da luta armada como único caminho para a revolução. Entre os motivos para essa mudança estavam as consequências advindas com o suicídio de Vargas, as denúncias dos crimes cometidos por Stalin, feitas durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, e o desenvolvimentismo juscelinista. Essa linha política propunha uma interpretação mais flexível do marxismo-leninismo aplicada à realidade brasileira, sendo oficializada num documento chamado *Declaração de Março de 1958*.¹

Nas explicações para o sucesso do golpe de 1964 venceram as versões das esquerdas concorrentes do PCB. O partido foi considerado por alguns como o grande responsável pela derrota devido à suposta dependência e submissão do partido a João Goulart, não conseguindo organizar os trabalhadores para levar adiante o movimento de reação ao golpe. Essa acusação encontra raízes na mudança de orientação política ocorrida em 1958.

Pesquisar o PCB nos anos 1960 não representa tarefa fácil em virtude da escassez de trabalhos existentes. Embora seja muito estudado nos anos 1920, no movimento de 1935, no seu período de legalidade e nos anos 1950, a partir da Declaração de Março de 1958 há um nítido declínio, sendo raros os que tratam do PCB no governo de João Goulart. A

¹ SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964), “Crise e renovação”* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 34-82.

originalidade deste trabalho consiste justamente em pesquisar o partido num período pouco estudado a fim de conhecer mais profundamente suas relações com Jango, enriquecendo a discussão sobre a questão incômoda, e ao mesmo tempo consolidada, sobre o desvio de direita do PCB.

O presente trabalho adota uma linha interpretativa que se enquadra dentro da chamada História Política, pois trata do estudo de um partido que teve influência nos acontecimentos de um período da história do Brasil e considera que órgãos de imprensa, como *Novos Rumos*, tenha um inequívoco papel político principalmente porque estava voltado para a informação e mobilização da militância, visando ao estabelecimento de uma proposta política de governo.

Ao discutir a autonomia relativa da política e sua importância na pesquisa histórica, recorre-se às considerações de René Rémond sobre a história política.² Embora seja forte a participação do fator econômico nas diferentes áreas de atuação humana, há outros fatores a serem considerados, como a disputa pelo poder político e a hegemonia de determinados grupos sobre outros. Enfim, a questão política não é mero apêndice do fator econômico, que possui vida própria, apesar de interagir com o econômico e o social, dos quais sofre importante influência.

Marieta de Moraes Ferreira ressalta que, por influência principalmente da historiografia francesa, surgiu o questionamento sobre o valor da história política e sua consequente marginalização, pois começou a ser vista como estando voltada para “os acidentes e as circunstâncias superficiais”,³ negligenciando as articulações dos acontecimentos históricos com suas causas mais profundas.

Uma questão relevante refletida por Rémond e enfatizada por Marieta Ferreira refere-se ao fato de as limitações que a história política apresentava tinham a ver com a forma errônea como era feita que, por sua vez, não significava que “os historiadores do político tivessem uma visão estreita e incompleta da política”, mas sim com “um conjunto de postulados sobre a natureza do político e o sentido de suas relações com as outras séries de fenômenos sociais”, que se enquadrava numa “filosofia global que participava do clima da época”.⁴

Apesar das críticas e do descrédito por que passou, a história política retornou, aos poucos, e Rémond questiona o motivo do retorno, se seria um modismo ou um

² RÉMOND, René. Por uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ e FGV, 1996, p. 13-36.

³ FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1937/1076>>. Acesso em 1 de fevereiro de 2015.

⁴ RÉMOND, René. Op. cit, p. 19.

aprofundamento da reflexão sobre o objeto do conhecimento histórico. O autor responde ressaltando que a experiência das guerras mundiais provou que nem todos os conflitos são explicados apenas por dados econômicos. Também salienta, no que tange às relações internacionais, a perceptível pressão destas sobre a vida interna dos Estados, além das crises da economia liberal, que ajudaram a mostrar que o político tinha uma consistência própria, e não era só um decalque ou fruto de uma relação causal de fatores. Logo, houve a revalorização da história política não um modismo.

Segundo proposições de Maurice Duverger sobre partidos políticos, o PCB pode ser considerado como um partido de massas, caracterizado pelo centralismo autocrático e, no que concerne à condução do partido, dirigido por uma oligarquia partidária.⁵ Apesar das mudanças de ponto de vista dos comunistas, ao longo da sua história, sobre os caminhos para chegar ao poder e estabelecer o socialismo, o partido sempre esteve voltado para os sindicatos, as organizações de trabalhadores rurais e urbanos das cidades, constituindo-se, de acordo com as indicações de Duverger, como um partido de massas, em oposição ao chamado partido de quadros, formado por uma elite burguesa ou aristocrática, acostumada ao poder e formado por representantes dos grupos dominantes.

Duverger considera que os partidos de massa são principalmente os socialistas e comunistas, visto que buscariam recrutamento permanente, produzindo propaganda e formulando doutrinação destinadas às camadas subalternas da sociedade, com alta consistência programática e uma valorização muito grande das questões ideológicas.

Convém frisar em relação ao PCB que a teoria de Duverger refere-se à sua caracterização, no nível da centralização ou descentralização de decisões, como de centralismo democrático ou centralismo autocrático. Quando as decisões são determinadas pelo topo, pela cúpula partidária, ter-se-ia um centralismo autocrático. O centralismo democrático corresponde ao caso de decisões após debates e discussões entre os vários grupos existentes dentro do partido, cabendo à direção ratificar a deliberação da maioria.

Apesar de seu enquadramento enquanto partido de massas, o que deveria lhe garantir uma característica democrática, entendendo-se como um partido de massas uma agremiação onde seriam permitidas discussões e debates, por estarem presentes diversos representantes de grupos sociais e mesmo pelo apelo ideológico do programa partidário, no PCB havia a prática do centralismo autocrático, com a constante imposição das decisões do Comitê Central sobre o conjunto do partido.

⁵ PCB. Disponível em: <<http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=pauloperes>> Acesso em 2 de maio de 2015.

A relação entre partido de massas e centralismo autocrático não constitui uma contradição, pois embora o recrutamento de um partido de massas ocorra em grupos sociais subalternos, isto não impede necessariamente a criação de uma elite, mesmo que popular, que se autoproclame a melhor preparada para conduzir as bases, como acontecia com o Partido Comunista. Devido ao centralismo autocrático, as tensões partidárias eram resolvidas, muitas vezes, com punições e expurgos. Debates eram controlados e limitados pela cúpula diretora e os opositores normalmente eram afastados ou discriminados, em nome de uma pureza ideológica para se evitar os desvios dos objetivos revolucionários.

Esta pesquisa terá como base a utilização da imprensa, proposta relativamente nova, se for considerado que há poucas décadas não eram muitos os trabalhos, no Brasil, que utilizavam como fontes os jornais. A demora de se elaborar uma pesquisa através da imprensa, como elucidado por Tania de Luca, deveu-se à tendência cientificista dos historiadores, de busca pela verdade, crendo que para fazer história era preciso utilizar fontes neutras, distantes do tempo do historiador, de forma que o estudo de jornais e revistas não coadunava com os postulados de cientificidade do período.⁶

Hoje é possível pesquisar tendo como fontes primárias jornais devido à renovação de temas e concepções, graças principalmente à terceira geração dos *Annales* que, com sua proposta mais plural e de valorização da cultura, possibilitou não só a revalorização da história política bem como a utilização da imprensa como fonte. A colaboração de outras disciplinas, como a antropologia e sociologia, trouxe também abordagens metodológicas que levaram os historiadores a refletir sobre sua disciplina e a não negligenciar a imprensa.

Nesse terreno, a valorização da História Cultural tornou-se expressiva, contribuindo para as transformações provocadas pela História Nova, pois o estudo de temas, tais como: inconsciente, mulheres, crianças, fizeram com que os historiadores alterassem concepções sobre os documentos. A partir disso, os jornais e revistas passaram também a se constituir documentos relevantes.

Nos anos 1960, o jornal do Partido Comunista Brasileiro era *Novos Rumos* iniciado em 28 de fevereiro de 1959, substituindo *Voz Operária*, tornando-se, portanto, o principal órgão de comunicação e, por isso, será a principal fonte desta pesquisa. *Novos Rumos* vai representar a nova orientação política do partido, que pregava a união entre todos os segmentos favoráveis ao nacionalismo, democracia e contrários aos interesses norte-

⁶ DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo, Editora Contexto, 2006, p. 112.

americanos e ao latifúndio. O informativo deixou de ser editado no final de março de 1964, devido golpe civil militar.

A proposta dos *Novos Rumos* era ser o principal canal entre o partido e a militância, com o conteúdo voltado mais para seus quadros do que para o público em geral. Tratou-se de um jornal editado legalmente e sua tiragem chegou a sessenta mil exemplares.⁷ Contudo, a prioridade do jornal era o movimento sindical. O Comando Geral dos Trabalhadores tinha presença constante e questões ligadas ao campo. Denúncias de assassinatos de camponeses, abuso de poder da polícia, ações ilegais contra agricultores, assim como invasões de terras e mobilização de trabalhadores do campo por seus direitos, sempre eram noticiadas.

Alguns personagens eram frequentes nas páginas do órgão, como Luís Carlos Prestes (1898-1990), Miguel Arraes (1916-2005) e Leonel Brizola (1922-2004) e algumas organizações como a Frente de Mobilização Popular (FMP), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Os inimigos ou figuras pouco simpáticas aos comunistas citadas no jornal foram Juscelino Kubitschek (1902-1976) e Carlos Lacerda (1914-1977), este último sempre associado a notícias de corrupção administrativa, violência policial e golpismo político.

Por ter surgido no contexto da nova proposta política do Partido Comunista Brasileiro, constituiu-se no principal veículo de comunicação entre o partido e os militantes apresentando a opinião da cúpula, lideranças e intelectuais comunistas, *Novos Rumos* é importante e privilegiada fonte de estudo e pesquisa para quem deseje conhecer o pensamento do PCB nos anos 1960.

O estudo de jornais de esquerda pode contribuir muito na preservação da memória das lutas, ideais e ideologias de partidos e organizações operárias, camponesas e de resistência a governos autoritários e de direita. A utilização de um jornal, como *Novos Rumos*, ajuda a resgatar tanto os pontos de vista da cúpula partidária e de seus colaboradores, quanto a fazer novas leituras dos documentos, conforme novas fontes são descobertas e os pesquisadores

⁷ Orlando Bonfim Júnior era o diretor do jornal, Fragmon Carlos Borges o diretor executivo e Luis Mário Gazzano o redator chefe. Entre os colaboradores do jornal figuravam Josué Almeida, Leandro Konder, Jacob Gorender, entre outros. Alguns tinham coluna fixa, outros escreviam esporadicamente. Algumas das colunas fixas eram *Fora de Rumos*, *Vida Sindical*, *Teoria e Prática*. *Novos Rumos* costumava ter charges, assinadas por Roma. Por vezes, o caricaturista apresentava uma tira intitulada *Pé-de-Cabra*. As charges eram, sobretudo, para criticar Carlos Lacerda, Ademar de Barros e o imperialismo norte-americano. Eram frequentes as reportagens sobre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, seus avanços tecnológicos, industriais, sociais e sua predisposição pela coexistência pacífica. Praticamente não havia publicidade em *Novos Rumos*. O jornal devia se manter através das assinaturas, venda de números avulsos ou doações esporádicas, as quais eram informadas nas próprias edições. O partido também devia contribuir.

interpretam os documentos de forma menos emocional, na medida em que se distanciam dos acontecimentos pelo decorrer do tempo.

A escolha de um jornal desperta preocupações metodológicas que devem ser observadas a fim de evitar que se prejudique a pesquisa. Há dois aspectos lembrados por Tania de Luca bastante pertinentes, um ao qual ela chamará de “materialidade” e outro das “funções sociais” dos impressos.⁸ O aspecto da materialidade refere-se ao formato, às cores, páginas, imagens presentes no documento, que poderiam fazer o pesquisador perder-se no tempo da sua fonte, em detrimento da interpretação que deve fazer.

A função social do periódico toca no aspecto de que um jornal não é uma fonte imparcial, apresentando uma notícia ou fato já filtrado por uma opinião, mesmo sem um objetivo deliberado, vai, de alguma forma, influenciar o público leitor. Então, deve-se considerar as influências que existem sobre os editores, jornalistas que produziram as notícias, os articulistas que escreveram as colunas e os interesses políticos dos diretores. A utilização do jornal de um partido sem conhecer os debates que o levaram a seguir tal ou qual caminho, seus objetivos, o motivo da sua criação, não levará o pesquisador a conclusões que contribuam com o campo de pesquisa a que se propõe elucidar.

A importância das referidas considerações metodológicas justifica-se pelo fato de que um jornal, como *Novos Rumos* do PCB, não está fora do seu contexto sociocultural. Seu conteúdo é consequência do lugar que ele ocupa, que, por sua vez, recebe a influência das questões internacionais, nacionais, acontecimentos sociais, políticos e econômicos.

Outra questão de não menos relevância diz respeito à informação de um periódico apresentada ao público, sempre é selecionada, ordenada, estruturada de uma determinada forma, tanto em órgãos informativos que se dizem ou propõem ser imparciais, quanto dos que tem uma finalidade específica, como um jornal de partido. Isto não inviabiliza a utilização do documento, antes até o enriquece, enquanto caminho de conhecimento de uma determinada conjuntura e das escolhas do seu grupo diretor.

No trato da imprensa como objeto de pesquisa, deve-se recorrer a outras fontes. Neste sentido não só a bibliografia referente ao assunto é necessária. Fundamental também se faz a consulta a documentos de época, declarações dos personagens envolvidos e relações do grupo diretor do jornal com outras instituições.

Nas páginas adiante será vista a atuação dos comunistas num momento muito rico do país. Uma parte da história de grande efervescência social, política e cultural quando, em

⁸ Op. cit, p. 131 e 132.

meio à Guerra Fria, o nacionalismo e o anti-imperialismo fortaleciam a luta por reformas que favorecessem as camadas subalternas da sociedade. Um tempo em que os comunistas acreditaram mais próximo de transformações econômicas, políticas e sociais. Este trabalho não deixa de ser uma homenagem simples àqueles idealistas que lutaram por um Brasil melhor, alguns sofreram torturas e morte durante a ditadura militar.

1. O PCB E O GOVERNO PARLAMENTARISTA DE JOÃO GOULART

No dia 25 de agosto de 1961 Jânio Quadros renunciou ao cargo de Presidente da República, após sete meses de mandato. Quem deveria assumir era o vice-presidente João Goulart, que se encontrava em viagem numa missão diplomática na China. A partir daí estabeleceu-se uma crise no país, visto que os ministros militares do governo de Jânio, o general Odilo Denis, do Exército, o almirante Sílvio Heck, da Marinha, e o brigadeiro Grun Moss, da Aeronáutica, decidiram que João Goulart não poderia assumir. A fim de justificarem esse ponto de vista lançaram um Manifesto à Nação que teve como principal acusação a Jango sua suposta admiração pelos regimes dos países socialistas e, portanto, sua presença na presidência estimularia o caos, a anarquia e a guerra civil.⁹

Tais acusações, de certo, enraizavam-se na liderança política do vice-presidente junto ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de herança getulista, e na posição que caracterizava João Goulart, desde quando fora Ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas em 1954, quando ouvia os trabalhadores, reunia-se com lideranças sindicais e mediava as reivindicações destes junto aos patrões, muitas vezes até defendendo, aderindo e satisfazendo solicitações do operariado.¹⁰

Contudo, os militares não estavam sozinhos, pois alguns políticos defendiam idêntica posição, como, por exemplo, o governador do então Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN), que esteve entre os políticos que participaram do movimento contrário à posse do vice-presidente.

1.1 O PCB e a Crise da Renúncia

O Partido Comunista Brasileiro relacionou a renúncia de Jânio Quadros a pressões dos Estados Unidos, por causa da política externa independente que este desenvolvia no país, e à oposição a elementos de direita, personificados, principalmente, na pessoa de Carlos Lacerda. Isto se lê na edição extra do jornal *Novos Rumos*, um dia após a renúncia, numa declaração de

⁹ ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: Diários e memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 66 a 68.

¹⁰ João Goulart foi Ministro do Trabalho entre junho de 1953 a fevereiro de 1954, durante a presidência de Getúlio Vargas. Para maior conhecimento desta fase veja-se o capítulo 2 “O ministro que conversava: João Goulart no Ministério do Trabalho” in FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1954*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Luiz Carlos Prestes, membro do Comitê Central e da Comissão Executiva do PCB, endereçada aos trabalhadores e ao povo brasileiro em nome dos comunistas.

“Uma grave crise política se desenrola no País. Cedendo à pressão das forças mais reacionárias, o sr. Jânio Quadros renunciou à Presidência da República. Estão seriamente ameaçadas a legalidade constitucional e as conquistas democráticas do povo brasileiro.

Grupos antinacionais, vinculados aos interesses monopolistas norte-americanos, opunham-se à política do presidente da República, orientada no sentido do respeito à autodeterminação do povo cubano e da normalização das relações entre o Brasil e os países socialistas. Esta foi a origem da crise. O sr. Carlos Lacerda, porta-voz do golpismo em 24 de agosto, assassino de Getúlio Vargas, foi mais uma vez o instrumento da reação e do imperialismo nessa tentativa de deter o processo democrático em nosso país.”¹¹

Prestes, na mesma declaração, conclamou o povo para “mobilizar suas forças com firmeza e energia para impedir que a reação golpista” realizasse seus objetivos, levando em conta o interesse nacional, que se prosseguisse numa política de autodeterminação do povo cubano, de aproximação com os governos socialistas e que o governo seguisse uma política exterior soberana e pacífica, realizando uma política interna baseada no desenvolvimento independente da economia e do bem-estar das massas trabalhadoras. Finalizando, Prestes escreveu que todos deveriam manifestar, em praça pública e de todas as formas, protestos contra os golpistas, pela legalidade democrática e exigindo a “passagem imediata do governo ao vice-presidente da República, sr. João Goulart!”.

Ao que parece essa também foi a interpretação da sociedade após a renúncia do presidente. Na primeira página do mesmo número de *Novos Rumos*, há notícias de que populares teriam feito protestos em frente à embaixada dos Estados Unidos, apedrejado a sede de *O Globo* e a do jornal que pertencia a Carlos Lacerda, *Tribuna da Imprensa*, pois eram vistos como “defensores de interesses alienígenas” e “causadores” da crise que teria culminado na renúncia.

Um forte motivo para essa desconfiança dos comunistas era, por exemplo, pela decisão de Jânio Quadros de reatar relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Fato noticiado com entusiasmo pelo *Novos Rumos* do final de julho e início de agosto, quando da visita de uma missão diplomática da União Soviética ao Brasil.¹² O PCB considerava importante o reatamento, pois significaria maior

¹¹ *Novos Rumos*, n. 130, Rio de Janeiro, edição extra de 26 de agosto de 1961, p. 1.

¹² *Novos Rumos*, n. 125, Rio de Janeiro, edição de 28 de julho a 3 de agosto de 1961, p. 1.

desenvolvimento do país sem as imposições imperialistas, como se pode ler nos documentos do V Congresso:

“O poderio do sistema socialista mundial, que tem à frente a União Soviética, constitui um forte apoio à causa dos países subdesenvolvidos como o Brasil. Pela primeira vez na história, criou-se para o nosso país a possibilidade de obter equipamentos, créditos e assistência técnica sem a necessidade de submeter-se às imposições de caráter econômico, político e militar das potências imperialistas.”¹³

Optar por este caminho, para o partido, feria os interesses monopolistas norte-americanos. Por isto Prestes escreveu que grupos antinacionais, “vinculados” aos Estados Unidos, eram contra o reatamento Brasil-URSS. Teriam, inclusive, criado uma crise que seria a causa da renúncia de Jânio Quadros. Outro motivo era a simpatia que o governo brasileiro demonstrava pela bem-sucedida revolução cubana, sem dúvida, valorizada pelo PCB:

“A revolução popular cubana, que derrubou a tirania a serviço do imperialismo norte-americano e avança vitoriosamente pelo caminho da libertação nacional e da eliminação do latifúndio, influi poderosamente nas lutas do povo brasileiro, suscitando em nosso país um amplo movimento de solidariedade.”¹⁴

O PCB reconhecia a influência do movimento cubano entre as esquerdas, assim como a defesa do Brasil ao direito de Cuba agir livre das imposições estadunidenses. Mas essa postura favorável ao movimento chefiado por Fidel Castro, no entender dos comunistas, também seria motivo para o descontentamento dos aliados do imperialismo. A prova da simpatia do Brasil à causa cubana foi quando, dias antes da renúncia, no dia 19 de agosto, Jânio Quadros havia homenageado Ernesto Che Guevara, revolucionário que ajudara Cuba na luta vitoriosa contra os Estados Unidos, com uma comenda, a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no Palácio do Planalto.

No mesmo dia, Carlos Lacerda homenageou o líder anticastista Manuel Antonio Verona, dando-lhe a chave simbólica do Estado da Guanabara, numa clara demonstração de desaprovação e oposição à homenagem feita pelo presidente a Guevara.¹⁵ Além disso, Carlos Lacerda não poupava críticas à política independente desenvolvida pelo Executivo, afirmando, por exemplo, que só comunistas apoiavam a política externa do presidente e que o país atravessava séria crise.¹⁶

¹³ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *PCB: vinte anos de política, 1958 – 1979 (Documentos)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 47.

¹⁴ *Idem*, p. 47.

¹⁵ *Jornal do Brasil* 195, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1961, p. 3.

¹⁶ *Jornal do Brasil* 198, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1961, p. 1.

Por outro lado, na carta renúncia de Jânio Quadros, também reproduzida por *Novos Rumos*, em sua edição extra de 26 de agosto, num trecho, havia referências a “forças terríveis” que se colocavam contra ele, como exposto:

“Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.”¹⁷

Hoje a interpretação dominante é que a renúncia foi motivada por interesse golpista. Jânio sabia da desconfiança dos ministros militares e de muitos políticos contra Goulart e que, se renunciasse, eles não aceitariam Jango. Então calculou que seria chamado para assumir tendo poderes acima do Congresso, com o apoio dos militares.¹⁸ Dois autores reforçam esta tese: Jorge Ferreira e Argelina Figueiredo. Sobre isto escreve o primeiro:

“No Congresso Nacional, Jânio encontrava uma feroz oposição ao seu governo. Em conjunto, o PSD, o PTB e o PSP chegavam a 200 parlamentares, enquanto o bloco de situação, com a UDN, o PR e o PDC, não alcançava os cem. A UDN agia como cúmplice da oposição, aumentando o isolamento do presidente. As divergências com o Legislativo surgiam desde simples atos de rotina, de competência exclusiva de Jânio, até o veto aos seus projetos de lei.”¹⁹

Figueiredo afirma que Jânio manteve um governo personalista, suprapartidário, tomando medidas políticas controvertidas e contraditórias “que provocaram cisões no principal partido que o apoiava, a UDN, e conflitos com o Congresso”.²⁰ O presidente sofria oposição até de seus aliados e, por isso, teria tentado, na renúncia, uma manobra para poder governar sem as barreiras que enfrentava no legislativo.

A intenção do golpe de Jânio Quadros, se houve, não teve o efeito desejado. A carta renúncia foi lida para o Congresso, os meios políticos e civis ficaram surpresos, mas a vida política do país continuou. Houve reação de civis, como já mostrado, nem tanto a favor de Jânio, mas contra os setores classificados de oposição ao governo democrático e nacionalista, já na expectativa da defesa da posse do vice-presidente.

O veto da Junta Militar para impedir João Goulart de tomar posse encontrou fortes resistências na sociedade. A imprensa e partidos políticos repudiaram a iniciativa dos

¹⁷ *Novos Rumos* 130, Rio de Janeiro, edição extra de 26 de agosto de 1961, p. 1.

¹⁸ Auro Andrade, contemporâneo de Quadros, partilha dessa opinião. In ANDRADE, Auro de Moura. Op. cit., capítulo XVI – *Jânio grávido do poder*.

¹⁹ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011, p. 223.

²⁰ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993, p. 36.

ministros militares, defendendo que a Constituição deveria ser respeitada.²¹ No Congresso Nacional, além dos parlamentares de esquerda, até líderes de partidos conservadores e de oposição a Jango, como a UDN, foram contrários à iniciativa dos ministros militares. Fora do Congresso, os grupos nacionalistas e de esquerda se manifestaram fortemente contra o veto militar. Destacou-se como principal liderança do movimento pela posse de Jango, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Após tomar conhecimento da renúncia de Jânio Quadros e da ação dos ministros militares para impedir a posse de João Goulart, Brizola fez contatos com militares de alta patente, com o objetivo de conseguir aliados para uma reação, dando início ao movimento chamado Campanha da Legalidade. No começo obteve apenas o apoio da população do Rio Grande do Sul, da Brigada Militar do estado e depois uma importante e poderosa adesão: a do comandante do III Exército, José Machado Lopes, sediado no Rio Grande do Sul. Após estar oficializada a cisão nas Forças Armadas, a decisão da Junta Militar de impedir a posse de Jango ficou mais difícil.

Nos vários estados da federação, políticos, estudantes, militares de baixa patente, governadores de estados e no Congresso, a maioria das vozes se levantou contra o golpe. O movimento operário também se manifestou pela legalidade através de greves em todo o país. Representantes da alta hierarquia da Igreja, associações de estudantes, intelectuais, sindicatos e, finalmente, altos oficiais militares se opuseram ao golpe, a começar pelo marechal Henrique Lott, de tradição legalista, com influência na tropa, que desfizera um golpe em 1955, quando tentaram impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.

O marechal Lott, no dia 26 de agosto, lançou um manifesto aos brasileiros, impresso na edição extra dos *Novos Rumos*. Escreveu que soubera, no dia 25, que o ministro da Guerra era contra a posse de Jango, que tentara demover Odilo Denis dessa postura, mas não conseguira. Portanto, convocava toda a sociedade para tomar posição decisiva e enérgica em respeito à Constituição, assim como estava certo de que os seus “camaradas militares” saberiam “portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da Pátria”.²²

Jorge Ferreira e Ângela Gomes resumem bem a reação que ocorreu no país, contra a tentativa do veto dos militares à posse de João Goulart.

²¹ Na imprensa, somente *O Estado de S. Paulo* e *Tribuna da Imprensa* apoiaram o veto militar. *O Globo* demonstrou dubiedade durante a crise. Todo restante da imprensa brasileira alinhou-se pela legalidade. Ver FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 42.

²² *Novos Rumos*, n. 131, Rio de Janeiro, edição extra de 27 de agosto de 1961, p. 1.

“diversos setores organizados da sociedade brasileira manifestaram-se, negando qualquer apoio ou conivência com o golpe: presidentes de federações de indústrias e associações comerciais publicaram notas exigindo que Jango tomasse posse; sindicalistas de diversas categorias deflagraram greves, unindo-se para criar o embrião do que seria o CGT; a diretoria da UNE viajou para Porto Alegre para juntar-se à resistência; a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) exigiram que a Constituição fosse cumprida. Com exceção de poucos jornais, a imprensa, mesmo sofrendo censura, apoiou a legalidade. Inúmeros oficiais do Exército foram para Porto Alegre sustentar o comandante do III Exército, general Machado Lopez, enquanto muitos outros se declaravam favoráveis à posse do vice-presidente. Embora a Junta Militar tenha ordenado que a Força Aérea Brasileira (FAB) bombardeasse o Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, os pilotos não puderam alçar voo: os sargentos desarmaram os aviões de caça. Porto Alegre tornou-se uma cidade rebelada. Armas foram distribuídas ao povo. A situação alcançou tal proporção, que, no Congresso Nacional, todos os partidos políticos, inclusive a UDN, exigiram a posse de Goulart.”²³

Leonel Brizola usou uma rede de rádios para a Campanha da Legalidade, onde informava sobre as ações dos golpistas, as adesões contra o golpe etc. A Cadeia Radiofônica da Legalidade tinha seus estúdios no Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, e “centralizava as transmissões de cerca de 150 outras rádios do estado, no resto do país e no exterior, atuando por ondas curtas”.²⁴ Segundo Jorge Ferreira, as ondas curtas da Rede da Legalidade tiveram um papel preponderante no sucesso do movimento pela posse de João Goulart.

“A Cadeia da Legalidade foi de fundamental importância para o movimento. Ao difundir mensagens de diversas entidades políticas e grupos sociais na defesa da ordem democrática, a sociedade brasileira encontrou canais de informação que rompiam o cerco à censura. Transmitindo também em inglês, espanhol e alemão para o exterior, angariou a simpatia da opinião pública internacional. Nos microfones, Leonel Brizola desacatava os ministros militares, desmoralizando-os publicamente.”²⁵

A liderança de Leonel Brizola na luta pela posse de Jango também foi reconhecida pelo PCB. Na primeira edição do *Novos Rumos* de setembro, na primeira página, a única foto é a de Brizola reunido com o comandante do III Exército e outras personalidades, que constituíam o Comando da Legalidade. Outra chamada, ainda na primeira página, realçava o papel de Brizola: “5 governadores aderiram a Brizola”, informando que, segundo um anúncio captado pela Cadeia da Legalidade, os governadores da Bahia, Goiás, Santa Catarina, Ceará e Piauí teriam ligado para Brizola, aderindo à defesa da posse de João Goulart. Outra se referia

²³ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007, p. 116 e 117.

²⁴ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op. cit., p. 235.

²⁵ Idem.

ao trecho de um discurso do governador gaúcho, de que lutava pela paz e tranquilidade do Brasil.²⁶

Diante da crise que se instalara em virtude da forte oposição nos mais diversos segmentos sociais contra o veto à posse de João Goulart, os militares golpistas não tiveram alternativa se não recuar e negociar politicamente. A saída encontrada foi a implantação do parlamentarismo, que permitiria aos golpistas ficarem em parte satisfeitos, pois o futuro presidente não teria poderes totais e os legalistas teriam o respeito à Constituição com a posse de Jango.

De acordo com Paulo Markun, Almino Affonso, líder do PTB na Câmara e Afonso Arinos, na época ministro de Relações Exteriores do ex-presidente Jânio Quadros, chegaram a estabelecer contatos telefônicos com Jango, que estava no exterior, sobre a possibilidade de implantação do parlamentarismo, que ao ser apresentada ao líder da UDN, Menezes Cortes, foi considerada a saída ideal, também aceita por João Goulart.²⁷

A alternativa constitucionalmente correta, ou seja, a posse de Jango com plenos poderes presidencialistas, chegou a ser defendida principalmente por Leonel Brizola, mas sem obter apoio nos círculos políticos nem nos militares. Nos meios políticos a maioria do Congresso optou pela saída parlamentarista. O comandante do III Exército deixou claro para Brizola que acompanharia a decisão de João Goulart.²⁸

O PCB esteve entre as vozes que se colocaram contra o parlamentarismo, classificando-o como capitulação e aceitação do golpe. Na edição da primeira semana de setembro dos *Novos Rumos*, o editorial assinado por Bonfim Júnior, membro do Comitê Central e da Comissão Executiva do PCB, criticou a proposta parlamentarista que já tramitava no Congresso. O articulista escreveu que os patriotas e democratas deveriam “lançar todas as suas forças à luta para derrotar os golpistas e a ditadura”. O apoio à emenda parlamentarista seria a “consumação do golpe”, manter no poder os mesmos homens e grupos que em defesa dos “interesses imperialistas norte-americanos, já levaram Getúlio Vargas ao suicídio, conduziram Jânio Quadros à renúncia e querem agora impedir a posse de João Goulart”.²⁹

Por intermédio do artigo de Bonfim Júnior, o PCB convocava uma união geral contra a saída parlamentarista tida como a vitória do veto da Junta Militar. A instituição do parlamentarismo corresponderia, portanto, à manutenção do poder de forças que, desde o

²⁶ *Novos Rumos*, n. 132, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de setembro de 1961, p. 1.

²⁷ MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 225.

²⁸ LOPES, José Machado. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros: um depoimento*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1980, p. 85.

²⁹ *Novos Rumos*, n. 132, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de setembro de 1961, p. 1.

suicídio de Vargas em 1954, vinham beneficiando interesses estrangeiros em prejuízo do desenvolvimento do país e da democracia.

No dia 1º de setembro, *Novos Rumos* lançou uma edição extra, com apenas quatro páginas, toda dirigida para a defesa da posse de Jango dentro do presidencialismo. Havia um longo editorial, sob o título *Os comunistas dirigem-se ao povo*, onde se lia:

“Perdendo terreno hora a hora e sentindo-se cada vez mais perto da derrota, a camarilha de oficiais fascistas encabeçada por Denys, Cordeiro, Heck e Moss, depois de fracassar em seu intento de impor ao Congresso Nacional o impedimento do vice-presidente João Goulart, tenta agora, com o auxílio de políticos reacionários, a insidiosa manobra da emenda parlamentarista.

Através do recurso sorrateiro à reforma constitucional, que seria extraída a um Congresso sob coação, os generais golpistas em desespero pretendem frustrar a única solução legal e democrática para a situação de intranquilidade e desordem em que atiraram criminosamente a nação: a posse imediata do sr. João Goulart na presidência da República, com todos os poderes que são atribuídos ao presidente pela Constituição.

Qualquer solução que restrinja ou anule os poderes do presidente significaria nesta hora concessão inadmissível ao grupo militar reacionário, cuja intenção é manter o poder executivo sob sua tutela, pisoteando a vontade livremente expressa da nação. A modificação do texto constitucional, em uma situação de anormalidade na vida do país, constituiria violação flagrante da própria Constituição, ainda mais quando o Congresso Nacional se encontra sob pressão da força armada.”³⁰

Havia naquela edição várias reportagens relacionadas a comitês criados para defesa da democracia e, na quarta página, afirmações de Brizola sobre a iminência de uma guerra civil, caso a Constituição não fosse respeitada. O PCB avaliava que a Junta Militar estava enfraquecida diante das reações política, militar e civil ao golpe, vendo na proposta parlamentarista o último fôlego dos golpistas com o intuito de impedir a posse de Jango com plenos poderes.

O jornal, nas edições do início de setembro, mostrava a linha ideológica do PCB, conhecida como “nova política”, apresentada no Manifesto de 1958 e ratificada nas teses do V Congresso em 1960. O entendimento do partido, escrito no Manifesto, era de que havia no país elementos que se identificavam e lucravam com a dominação dos Estados Unidos e, por isto, defendiam os interesses norte-americanos.

“Servem ao imperialismo norte-americano os latifundiários que estão ligados, por seus interesses, à exploração imperialista, numerosos intermediários do comércio exterior,

³⁰ *Novos Rumos*, n. 133, Rio de Janeiro, edição extra 1º de setembro de 1961, p. 1.

os sócios de empresas controladas pelo capital monopolista norte-americano e determinados agentes de negócios bancários e comerciais.”³¹

O momento, porém, era favorável aos nacionalistas, visto que o imperialismo e seus agentes encontravam a oposição de forças muito amplas, que incluíam

“o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apoia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes.”³²

Por isso, *Novos Rumos* conclamava para que não se aceitasse a proposta da emenda parlamentarista, principalmente quando tantas forças se levantavam contra o golpe e as esquerdas estavam fortalecidas. O PCB entendia que aquele poderia ser o momento de formação da “frente única nacionalista e democrática”³³ proposta no Manifesto e reafirmada posteriormente.³⁴ Por isto, o partido procurou, através de seu jornal, estimular a reação ao golpe e contribuir na mobilização dos trabalhadores e dos movimentos de esquerda para que Jango tomasse posse com todos os poderes previstos na Constituição.

Apesar das vozes contrárias, como Brizola e o PCB, a maioria, no Congresso Nacional, optou pela saída parlamentarista. Após a aceitação dos ministros militares e de João Goulart em relação à mudança do regime do presidencialismo para o parlamentarismo, as medidas institucionais foram tomadas rapidamente e, no dia 2 de setembro de 1961, a emenda à Constituição foi aprovada na Câmara e no Senado, sendo promulgada no dia 3 o sistema parlamentarista no Brasil. No dia 7 de setembro João Goulart tomou posse dentro do novo regime.

Após a vitória da proposta parlamentarista, o PCB, através dos *Novos Rumos*, divulgou o texto de Luiz Carlos Prestes, onde escreveu que os comunistas se regozijavam com os “acontecimentos políticos das últimas semanas”, de como o povo soubera enfrentar a

³¹ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”, p. 14.

³² Idem.

³³ Idem, p. 15.

³⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Idem, “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 50.

“brutalidade e a violência dos traidores a serviço dos monopólios norte-americanos”.³⁵ Trabalhadores, estudantes, o povo gaúcho, os dirigentes políticos, a maioria das Forças Armadas eram todos felicitados por terem agido contra o arbítrio e pela legalidade constitucional. Prestes ainda escreveu que os comunistas, como a maioria da nação, via na posse de João Goulart uma grande vitória do povo, apesar de deplorar o parlamentarismo.

No mesmo texto, havia uma análise de que a defesa da legalidade, feita não só pelos segmentos de esquerda, mas, inclusive, por setores “burgueses” como associações industriais, cúpula da Igreja, entre outras, teria sido movida por instinto de preservação. Para Prestes, as massas teriam manifestado tal maturidade de luta contra os interesses imperialistas, que as forças burguesas, embora já derrotados os golpistas, optaram por conciliar com os reacionários derrotados, ao invés de continuar caminhando com o povo.

O apoio dado à posse de Jango não significava que os comunistas acreditassem neste ou seguissem as diretrizes do PTB ou estivessem sob a influência janguista. A defesa da posse limitava-se ao apoio à legalidade e à Constituição. O compromisso do PCB, como bem orientava seus documentos oficiais desde 1958, era o de uma aliança com todas as forças que se colocassem contra o imperialismo, a estrutura fundiária do país e a favor do operariado. Inclusive, no texto dos *Novos Rumos*, há uma crítica de que Jango teria se associado com “os mais reacionários do PSD e UDN”, aceitando a emenda parlamentarista.

Prestes chamou a atenção para o fato de que os comunistas, desde o primeiro instante, tinham se colocado a favor da posse imediata de João Goulart, reivindicação pela qual se levantara a maioria da nação, embora as forças patrióticas e democráticas não tivessem podido impedir a conciliação nem vencer as vacilações da burguesia. No entanto, avaliava que o processo democrático não podia mais ser interrompido no país, pois os acontecimentos teriam elevado a consciência política das massas. Também se depreende do referido texto, que os movimentos sociais teriam chegado perto da possibilidade de transformações profundas na sociedade, adiadas pela capitulação do Congresso Nacional e de João Goulart.

O PCB se mostrou decepcionado com João Goulart, por ele não ter aproveitado a situação que lhe era favorável, quando tinha o apoio de militares e de movimentos populares para promover reformas. Contudo, se Goulart escolhesse a opção dos comunistas e de Brizola, haveria risco de uma guerra civil.

Outra crítica referente à figura de Jango, feita pelo PCB e ainda hoje estabelecida, era de sua postura “vacilante” e de “burguês-reformista”. Mas novas pesquisas sugerem

³⁵ *Novos Rumos*, n. 136, Rio de Janeiro, edição de 15 a 21 de setembro de 1961, p. 1.

interpretações diferentes. Segundo Jorge Ferreira, Jango assumiu a presidência com a estratégia de ampliar sua base política com o apoio do centro, “sobretudo com o PSD, mas, ao mesmo tempo, sem abrir mão de suas relações com as esquerdas”. Após a posse, desejava demonstrar a inviabilidade política e administrativa do parlamentarismo.

“Ele estava determinado a implantar uma política de diálogo e de entendimento com os partidos políticos, em particular com as duas agremiações que, até então, haviam sustentado a República: o PSD e o PTB. Unindo o centro e a esquerda, reforçando a tradicional aliança entre pessedistas e petebistas, Goulart, com maioria no Congresso Nacional, acreditava que poderia implementar as reformas de base a partir de acordos, pactos e compromissos entre as partes. As mudanças econômicas e sociais das negociações políticas entre o centro e a esquerda. Reformas que não poderiam ser tão tímidas, como queriam os pessedistas, nem tão radicalizadas como defendiam as esquerdas, incluindo setores consideráveis do trabalhismo.”³⁶

1.2 Os Comunistas, o Sistema Partidário e o Gabinete Tancredo Neves

O novo sistema restringia Jango, pois dividia seus poderes com o primeiro-ministro. Se, por um lado, respeitou-se a Constituição ao tomar posse, por outro, não lhe foi permitido ter plenos poderes. Uma das consequências disto, para os movimentos de esquerda, era que mudanças mais profundas nas estruturas do país ficaram impedidas, já que os partidos conservadores detinham ampla maioria no Congresso.

Sobre a forma da condução política de Jango, na visão do PCB, encontra-se em *Novos Rumos*, em outubro de 1961, um artigo de Orlando Bonfim Júnior intitulado *Das palavras aos atos*. O autor tece considerações acerca de afirmações de João Goulart, de que uma conspiração golpista estaria se desenrolando contra os interesses nacionais. A partir dessa fala do presidente, Orlando Júnior afiançava que “nada mais lhe falta para que assuma uma posição consequente em defesa da nação ameaçada”. Daí o título do editorial, pois agora só faltaria a Jango partir das palavras para os atos. Também escreveu Orlando Junior:

“E não podemos deixar de insistir numa questão, já por nós anteriormente apresentada como de importância decisiva e que o sr. João Goulart, no mesmo discurso em que denunciou a trama golpista, tornou evidente. Afirmou sua excia., historiando sua conduta durante a crise, que não se recusou ‘a trilhar o caminho apontado como o do entendimento’, e que, contrariando manifestações de amplas camadas populares e a exaltação cívica de poderosos contingentes civis e militares, marchou em busca da ‘pacificação nacional’. ‘Transigimos, cedemos’ – acrescenta. E conclui: ‘em troca, nas

³⁶ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op. cit., p. 267.

áreas batidas pelo inconformismo e pelas frustrações, conspira-se contra o interesse nacional’.”³⁷

Por essas razões, o autor do artigo concluiu: “aí está a confissão do cambalacho realizada através da emenda que instituiu o parlamentarismo”, acrescentando “aí está a confissão dos resultados que conduz a política de conciliação com os inimigos da pátria: só serve para fortalecê-los e levá-los a novas investidas criminosas”. Então, exigia que o governo partisse para a ação contra os conspiradores e seguisse uma política em defesa dos interesses nacionais, “ao invés de continuar pelo caminho das concessões e compromissos com a reação e o golpismo”.

O que poderia ser uma qualidade, na busca da negociação das transformações necessárias ao país, na tentativa de se evitar uma guerra civil, com mortes de inocentes e excessos possíveis de acontecer, quando se deflagram conflitos armados, na visão dos comunistas era visto como um “cambalacho”, “conciliação” com os inimigos do país.

Não se trata de avaliar se os comunistas estavam errados e Jango certo, mas que diferentes interpretações podem ser feitas sobre as escolhas dos personagens históricos. Da mesma forma, havia facções dentro do próprio PCB, no ano de 1961, que combatiam a postura do Comitê Central (CC) do partido, opinando serem elas conciliadoras e submissas à burguesia.

Outra conclusão que pode ser tirada do artigo *Das palavras aos atos* é que o PCB esperava, depois das afirmações do presidente, que ele se apoiasse publicamente nas esquerdas, o que seria a “posição consequente” diante da nação ameaçada. Deixar de “conciliar” com os “inimigos da pátria” era o mesmo que romper com o PSD, seguindo o caminho do confronto com os opositores das reformas de base, punindo e prendendo os que fossem reconhecidamente golpistas, civis ou militares, radicalizando no que fosse necessário.

Sobre as agremiações políticas da fase parlamentarista no governo de João Goulart, é preciso conhecer um pouco de cada uma, para se entender os embates políticos que envolviam Jango e o Partido Comunista. O PCB não era reconhecido legalmente naquele período. Por isso, em 1961, Prestes tomou a iniciativa de mudar o nome de Partido Comunista do Brasil (PC do B) para Partido Comunista Brasileiro (PCB), pois acreditava que com essa adequação seria mais fácil para o Tribunal Superior Eleitoral aceitar o registro do partido. Mas essa

³⁷ *Novos Rumos*, n. 140, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de outubro de 1961, p. 1.

mudança não agradou a todas as lideranças partidárias, sendo um dos motivos para divisões posteriores do PCB.³⁸

Apesar da dificuldade jurídica, a agremiação era conhecida, respeitada e tinha penetração nos meios estudantis, sindicatos e partidos políticos constituindo-se num ator de peso no cenário de efervescência social e política do Brasil nos anos 1960. Desde o governo Juscelino Kubitschek, o partido vivia em situação de semilegalidade, escolhendo seus aliados e deixando bem claro quem eram seus inimigos entre os partidos políticos existentes. Os mais importantes no Congresso eram o PSD, UDN e PTB.

Dentre esses partidos, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) era o que tinha vínculos mais estreitos com o PCB. O PTB era presidido por João Goulart e desde a segunda metade da década de 1950, optara pela mobilização popular e estabelecimento de alianças com sindicatos, o PCB, militares, estudantes, entre outros. Do ponto de vista ideológico, o PTB abraçou o discurso nacionalista que dominava a América Latina e que criava raízes profundas no Brasil, levando em conta as dificuldades dos países sul-americanos devido às pressões econômicas e aos interesses “imperialistas” norte-americanos. Este discurso apoiava implicitamente medidas nacionalistas e estatizantes.³⁹ Em virtude disso, havia pressões de membros do partido, assim como de suas bases, para que Jango avançasse mais fortemente pelas reformas sociais.

De acordo com Lucia Hippolito, o Partido Social Democrático (PSD) teve sua fundação no final do Estado Novo, conquistando maiorias parlamentares e vários governos estaduais desde seu início, constituindo-se na principal agremiação política entre os anos 1945 e 1964.⁴⁰ Tratava-se de um sólido “partido de centro”, que ajudou a estabilizar o sistema partidário e político brasileiro.⁴¹ Por constituir-se num partido de centro, o PSD seguia uma linha política de moderação, não convergindo com o PTB em muitos pontos, caracterizando-se, no entendimento do PCB, como sendo conservador.

Os comunistas combatiam e hostilizavam o PSD, classificado pejorativamente de conciliador. Neste sentido, Moisés Vinhas identifica uma contradição da cúpula do PCB, pois, segundo ele, tanto a Declaração de 1958 quanto as Resoluções do V Congresso propunham um caminho de união de forças contra o imperialismo, mas, na prática, começou-se a seguir

³⁸ VINHAS, Moisés. *O Partidão – a luta por partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 187.

³⁹ D'ARAUJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 121 e 122.

⁴⁰ HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 37.

⁴¹ Idem, p. 48.

um caminho que pregava a substituição do governo, que continha elementos “conciliadores”, por um “nacionalista e democrático”. Vinhas chamará isto de “orientação esquerdizante”, que cada vez mais tomará vulto no partido, prevalecendo definitivamente após o plebiscito de janeiro de 1963.⁴²

A tendência “esquerdizante” em detrimento da proposta de uma “frente única nacionalista e democrática” encontra-se também no *Informe de balanço do Comitê Central*, de dezembro de 1967, que afirmou ser graças às novas diretrizes, tomadas no V Congresso, que se conseguira ter grande alcance na sociedade e reconhecimento entre os movimentos nacionalistas, mas o partido se deixara empolgar pela primeira vitória significativa dos movimentos populares: a derrota do veto militar à posse de Jango. Por causa dessa vitória e reconhecendo no governo estabelecido um acordo com as forças de direita, o partido precipitou-se na oposição a Jango, esquecendo-se de que a principal proposta do V Congresso era unir forças e não derrubar o governo.

“ao invés de continuar acumulando forças, procurávamos precipitar os acontecimentos e exigíamos das forças aliadas ações que não correspondiam à correlação de forças no movimento.”⁴³

Outro partido que marcou a história política dos anos 1960 foi a União Democrática Nacional (UDN), surgido da reunião de “amplos setores em torno de um objetivo comum, a derrubada do Estado Novo”.⁴⁴ O partido também possuía uma “postura tradicionalmente antiestatista” e “favorável ao capital estrangeiro”.⁴⁵ Devido às suas raízes e perfil, a UDN mostrou-se como um dos principais inimigos dos comunistas, do PTB e de João Goulart, herdeiros de Getúlio Vargas, assim como das propostas nacionalistas da época e dos movimentos de esquerda. Conservadora e defensora do liberalismo econômico, a UDN tinha um alcance razoável entre o eleitorado.

O primeiro gabinete parlamentarista foi chefiado por Tancredo Neves (1910-1985), do PSD, partido de maior representação na Câmara dos deputados, o segundo era a UDN. O PTB, partido de João Goulart, tinha a terceira bancada na Câmara, alcançando o segundo lugar após as eleições de outubro de 1962. Pelo exposto fica claro que para estabelecer qualquer mudança, Jango precisava que sua proposta fosse aceita e apoiada pelo PSD tendo em vista que só o PTB não lhe daria sustentação suficiente.

⁴² VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 190.

⁴³ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. Cit., “Informe de balanço do Comitê Central” para o VI Congresso do PCB, p. 83.

⁴⁴ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 161.

⁴⁵ Idem, p. 179.

A primeira manifestação do PCB em relação ao governo parte de Luiz Carlos Prestes, em meados de setembro, ao comentar a formação do primeiro gabinete parlamentarista. As considerações discorriam que nele havia desde elementos de esquerda até “conhecidos agentes do imperialismo ianque, como o sr. Moreira Salles”, constituindo um governo que refletia interesses contraditórios embora fosse, na sua essência, a “conciliação com o imperialismo e com as forças contrárias à completa emancipação nacional”.⁴⁶ Prestes concluiu escrevendo que os comunistas prosseguiriam lutando pela formação de um governo nacionalista e democrático, pois só assim seriam capazes de solucionar os problemas do povo, imprimindo um rumo independente e progressista ao desenvolvimento da Nação.

Estava explícita a oposição que os comunistas fariam, a partir daquele momento, a Jango e ao gabinete chefiado por Tancredo Neves. Primeiro porque neste havia elementos com interesses opostos e, segundo, porque a essência do novo governo representava uma conciliação, ou seja, uma aliança com o PSD. Havia, portanto, uma “conciliação” com a direita, na visão dos comunistas e de outras esquerdas.

Essa tendência “esquerdizante”, como sublinhou Vinhas, que mostrava, ao mesmo tempo, uma contradição entre a teoria e a prática do PCB, pode ser explicada, além da avaliação feita pelo partido em 1967, pelos seguintes fatores: a necessidade da mobilização contra os Estados Unidos, vistos como o grande inimigo do desenvolvimento do país, devido à sua postura imperialista na América Latina, e que naquele momento possuía aliados e defensores nas várias esferas do Governo; o interesse do partido em apresentar um discurso que se afinasse com o espírito nacionalista da época, para garantir seu papel de condutor dos trabalhadores e camponeses; e, provavelmente, seria uma forma de responder às vozes de lideranças dentro do próprio partido, que acusavam a direção de estar sendo conivente com a burguesia, submetendo os interesses do operariado aos dos patrões.⁴⁷

A oposição do PCB ao primeiro gabinete parlamentarista pode também ser observada, por exemplo, na última semana de novembro, quando Orlando B. Júnior expôs um comentário na primeira página, com o título *O projeto e o gabinete*, assegurando que, desde o lançamento do programa de governo do Conselho de Ministros, *Novos Rumos* já havia denunciado que, tendo sido elaborado por Lucas Lopes e Roberto Campos, tinha um conteúdo “reacionário e entreguista”. Não se encaminhava para a solução de problemas nacionais, mas para a permanência de submissão ao FMI e aos interesses “espoliativos dos monopólios norte-

⁴⁶ *Novos Rumos*, n. 136, Rio de Janeiro, edição de 15 a 21 de setembro de 1961, p. 3.

⁴⁷ SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 83 e 84.

americanos”.⁴⁸ A seguir acusava tanto João Goulart quanto Tancredo Neves de ficarem apenas no discurso sem nada fazerem de concreto.

Em seguida, o articulista criticou a primeira mensagem que o chefe do Conselho de Ministros, Tancredo Neves, enviara ao Parlamento, que não pedia a elaboração de reformas de base, mas uma reforma tributária que concedia “escandalosos favores às empresas imperialistas” e realizava “verdadeiro assalto à bolsa do povo”. Além disso, Orlando Júnior criticava o Congresso Nacional ao colocar: “nunca alimentamos dúvida quanto à sua composição predominantemente antipopular”, pois fora através dele que “se serviram os conciliadores e reacionários para por fim, pelo compromisso da emenda parlamentarista, à crise política de agosto”. Sobre o Conselho de Ministros completou que “faz promessas ao povo e serve ao latifúndio e ao imperialismo”.

O PCB não acreditava em Jango, Tancredo Neves, no Conselho de Ministros ou no parlamento, que, na visão do partido, não tomavam medidas favoráveis às reformas de base, de caráter nacionalista ou contra o latifúndio. Por isso, no final do artigo se lê

“Hoje, com maiores razões do que antes, os patriotas e democratas encontram motivos para redobrar esforços no sentido da substituição desse Gabinete por outro que seja realmente capaz de realizar reformas de base. E a essa luta se liga a mobilização imediata de forças, a realização de imediatas manifestações, por todos os meios e formas, contra a aprovação do projeto de reforma tributária. Derrotar o projeto criminoso e substituir o Gabinete entreguista – esse o objetivo a atingir.”⁴⁹

A mensagem não deixa dúvidas, o partido era contrário ao Gabinete e convocava não só à luta para sua derrubada, assim como à pressão sobre o parlamento a fim de que não aprovasse a proposta de Tancredo Neves. Convém ressaltar que um fator, que desgastou muito a fase de governo parlamentarista de João Goulart, residiu na crise econômica, herdada do governo de Juscelino Kubitschek. O país atravessava período de desvalorização da moeda, aumento do custo de vida e diminuição do valor dos salários.

O PCB, nesta como nas outras questões, acreditava que a causa estava na exploração do Brasil e dos trabalhadores pelos norte-americanos, nos segmentos a estes associados, nos latifundiários que exploravam os camponeses e na conivência do Governo, que agia mais em defesa das elites do que dos trabalhadores. A respeito da crise econômica herdada e ampliada pela ação militar, que tentara impedir a posse de Jango, declara Moniz Bandeira:

⁴⁸ *Novos Rumos*, n. 146, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de novembro de 1961, p. 1.

⁴⁹ *Novos Rumos*, n. 146, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de novembro de 1961, p. 1.

“O Deputado Tancredo Neves, incumbido de compor o primeiro gabinete parlamentar da República, encontrou o País, como ele próprio diria, ‘numa situação já bastante difícil, com uma reforma cambial drástica iniciada, cuja implementação, segundo a sistemática do tratamento de choque da economia, impunha medidas ainda mais drásticas, que Jânio Quadros não teve coragem ou condições para tomar’. Sem dúvida a Instrução 204, da Sumoc, deflagrando a reforma cambial, privou o Poder Público de recursos – o saldo dos ágios – tão ou mais importantes para o seu esquema financeiro que o Imposto de Renda, sem lhe proporcionar outra fonte de receita, o que dependia do Congresso, obrigando o Governo a emitir cada vez mais, a fim de financiar o *deficit* de Caixa do Tesouro Nacional. Da posse de Quadros, em janeiro, a setembro de 1961, quando Goulart assumiu a Presidência da República, o Governo emitiu cerca de Cr\$ 87 bilhões, dos quais Cr\$ 58 bilhões em apenas duas semanas, durante a sedição dos três Ministros Militares.”⁵⁰

Apesar das dificuldades, o primeiro gabinete parlamentarista apresentou um programa de reerguimento econômico, que, embora muito genérico, propunha-se a aumentar a taxa de crescimento da economia para 7,5% ao ano, absorver a mão-de-obra subempregada e alcançar estabilidade de preços,⁵¹ mas não foi possível avaliar o sucesso da proposta, por causa do pouco tempo de permanência de Tancredo Neves como Primeiro Ministro.

O PCB criticou a orientação econômica do governo parlamentarista e um dos exemplos foi quando o *Novos Rumos* noticiou a posse do Ministro da Fazenda do Gabinete Tancredo Neves sob o título *Mariani e Moreira Sales: dois nomes e uma só política – entreguismo* dizia:

“(…) ao transmitir o cargo de Ministro da Fazenda ao sr. Walter Moreira Salles, o sr. Clemente Mariani fez uma exposição do que realizou na sua gestão de sete meses e uma apreciação, ao seu modo da situação econômica do país. É um documento que reflete de corpo inteiro uma concepção e uma política de entrega das riquezas nacionais ao capital estrangeiro.”⁵²

⁵⁰ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 43 e 44.

⁵¹ ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 200.

⁵² *Novos Rumos*, n. 137, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de setembro de 1961, p. 3.

1.3 A Reforma Agrária

A reforma agrária representou outra questão muito polêmica nos anos 1960, sendo prioridade desde a posse do primeiro gabinete parlamentarista, de Tancredo Neves. Mas o governo não se definia claramente sobre a desapropriação e redistribuição da terra, provavelmente para não acirrar ânimos e dificultar o consenso. Isto provocava críticas dos movimentos de esquerda. Enquanto isso, na cidade e no campo, a sociedade ficava cada vez mais sensível à causa da reforma agrária, pois se criavam organizações rurais e aumentavam os conflitos entre camponeses, associações rurais e fazendeiros com a ocorrência de invasões em vários estados da federação.

O Brasil era regido pela Constituição de 1946, que prescrevia o seguinte sobre a reforma agrária, no artigo 141, principalmente no parágrafo 16, que era “garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”.⁵³ Isto significava um expressivo entrave à reforma agrária, principalmente porque os proprietários de terras só poderiam perder suas propriedades se fossem ressarcidos em dinheiro, entendendo-se por “justa indenização” o valor de mercado. Logo, para distribuir terras, o governo teria de dispor de grandes somas tornando bastante oneroso tal empreendimento. Por outro lado, acontecendo a reforma de acordo com o texto constitucional, os latifundiários seriam imensamente beneficiados.

No movimento camponês, o PCB era representado pela União dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas do Brasil (Ultab), fundada em agosto de 1954,⁵⁴ cuja estratégia consistia em aprofundar a luta pela sindicalização rural e ampliação dos direitos trabalhistas e sociais dos camponeses. Essa estratégia era um desenvolvimento das propostas comunistas para o campesinato, editadas na Declaração de 1958 e nas teses do V Congresso de 1960. Por exemplo, o 3º item da proposta da plataforma da frente única, do documento de 1958, previa

“Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas — Redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos seus prazos contratuais. Defesa dos camponeses contra a grilagem e os despejos. Facilitar aos camponeses o acesso à terra, particularmente junto aos centros urbanos e vias de comunicação. Garantia da posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros. Aplicação dos direitos dos trabalhadores do campo já consolidados em lei. Legislação trabalhista adequada

⁵³ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., p. 97.

⁵⁴ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 255.

ao campo. Facilitar aos camponeses o crédito bancário, particularmente do Banco do Brasil, os transportes, a armazenagem e a assistência técnica.”⁵⁵

Novos Rumos, seguindo as diretrizes do partido, noticiava sempre casos de conflitos de empresas, grileiros, fazendeiros e governos contra camponeses, denunciando a situação difícil em que viviam os agricultores. O objetivo do semanário era combater o monopólio da terra e estimular a mobilização dos camponeses na frente ampla.

A questão agrária era considerada relevante por se tratar de uma das contradições fundamentais da sociedade brasileira, segundo a premissa dos comunistas. Figurava como uma das tarefas essenciais a serem promovidas pela revolução brasileira. Na avaliação do partido, naquele momento da história do Brasil, a contradição entre “os latifundiários e as massas camponesas” era mais urgente que a contradição “entre o proletariado e a burguesia”, já que não havia “condições para transformações socialistas imediatas”.⁵⁶ No Programa do partido editado em *Novos Rumos*, já se lia numa das reivindicações a “efetivação da reforma agrária em todo o país”, assim como “medidas parciais que abram caminho para essa reforma”.⁵⁷

No mês de novembro de 1961, entre os dias 15 e 17, realizou-se o I Congresso Camponês, na cidade de Belo Horizonte, organizado pela Ultab e Ligas Camponesas, onde estiveram presentes 1.600 delegados de diversas partes do país. *Novos Rumos* acompanhou o acontecimento, noticiando, na primeira página, a instalação do evento que contou com representantes de agricultores de todo o país, assim como especialistas nos problemas agrários. Noticiou ainda que o congresso acontecia num momento em que a reforma agrária virava tema de debates “na imprensa, no parlamento, nas instituições governamentais”.⁵⁸ João Goulart compareceu e, em discurso, posiciona-se contra extremismos, mas os delegados do congresso colocavam-se em desacordo com a fala moderada do presidente, apresentando propostas mais radicais.

“Os congressistas defendiam a desapropriação de terras improdutivas superiores a 500 hectares, o pagamento de indenização com títulos da dívida pública, a concessão das terras devolutivas aos camponeses sem custos, a entrega do título de propriedade aos posseiros e o estímulo às cooperativas.”⁵⁹

⁵⁵ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Declaração sobre a política do PCB”, p. 20.

⁵⁶ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Idem, “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 48.

⁵⁷ *Novos Rumos*, n. 127, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de agosto de 1961. Suplemento “Manifesto, programa, estatutos”, p. 11.

⁵⁸ *Novos Rumos*, n. 145, Rio de Janeiro, edição de 17 a 23 de novembro de 1961, p. 1.

⁵⁹ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op. cit., p. 270.

Francisco Julião lançou o lema: a reforma agrária será feita na lei ou na marra, no que aclamado pela maioria dos presentes. Na edição do *Novos Rumos* do final de novembro, Giocondo Dias na reportagem *A propósito do I Congresso dos lavradores*⁶⁰ comenta o evento. Segundo o referido autor, o Congresso demonstrara que a luta das massas populares pelos seus interesses, específicos e gerais, atuava como força impulsionadora do desenvolvimento da nação, que os camponeses propuseram soluções para os problemas econômicos, políticos e sociais apresentando de modo efetivo a solução do problema da terra, constituindo um passo importante para aglutinar as forças que lutavam pela reforma agrária. Giocondo Dias discorreu também sobre uma das propostas feitas no Congresso

“Homens e mulheres de todos os recantos de nossa terra, intelectuais, operários e camponeses, reunidos em seu grandioso Congresso, propuseram aos senhores deputados e senadores – que em pronunciamentos, discursos e entrevistas falam na necessidade da Reforma Agrária e outras medidas de caráter progressista – a passarem à ação, e já que a ‘faca e o queijo estão em suas mãos’, reformem a Constituição.”

A proposta de mudança constitucional era um constante ponto de desavenças entre as esquerdas e os partidos PSD e UDN. Para as esquerdas “a mudança da estrutura fundiária não poderia acarretar indenizações prévias em dinheiro, como exigia a Constituição”.⁶¹ Por isto pregavam a reforma constitucional, retirando da Constituição o artigo 141, no que não eram acompanhados pelo PSD nem pela UDN. Para que ocorresse tal reforma seria necessário que 2/3 do Congresso Nacional aprovassem tal medida, quórum que João Goulart não tinha a seu lado.

Na interpretação dos movimentos de esquerda, a não aceitação da mudança constitucional representava um modo de protelar a reforma agrária, em detrimento dos camponeses que precisavam de terras. Por este e outros motivos, com o passar do tempo, as esquerdas começaram a se unificar em torno de um discurso de reforma agrária radical, sem indenizações e realizada ao largo do Congresso Nacional, resumida na frase de Francisco Julião de fazer a reforma “na lei ou na marra”.⁶²

A reforma agrária foi discutida no Congresso de Lavradores e, por isso, Jango em seu discurso, não apoiou extremismos.⁶³ Mas a postura moderada do presidente não foi acompanhada nem pela plenária do evento nem pelo PCB. Giocondo Dias, membro do

⁶⁰ *Novos Rumos*, n. 146, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de novembro de 1961, p. 4.

⁶¹ GOMES, Ângela de Castro e Jorge Ferreira. Op. cit., p. 87.

⁶² FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 68.

⁶³ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op. cit., p. 270.

Comitê Central e da Comissão Executiva, fez uma advertência aos deputados e senadores que se opunham às reformas:

“(...) não se obstinem em ficar contra os interesses nacionais, pois essa atitude levará as massas populares a realizarem por outros meios ao seu alcance a reforma agrária radical e as outras medidas necessárias para o progresso do país, apesar dos senhores parlamentares e sem a sua cooperação.”⁶⁴

João Goulart e o Conselho de Ministros também não foram poupados na reportagem:

“Tanto o Executivo como o Legislativo, em sua esmagadora maioria, desatualizados e superados, tem uma preocupação central na hora presente, que é ganhar tempo, para conservar o que aí está, falar em reforma agrária, em regulamentar as remessas de lucros para o exterior e, na prática, aplicar a política financeira do Fundo Monetário Internacional.”

Mais adiante, no texto, Giocondo Dias concluiu:

“Os comunistas, como vanguarda dos trabalhadores, como força essencialmente unitária, tudo farão para que as massas populares percorram o caminho menos doloroso. Estamos certos de que as massas têm a possibilidade de impor essa alternativa, se intensificarmos a mobilização das forças populares e progressistas, se não medirmos esforços para uni-las no combate organizado à política de compromissos do atual governo com o imperialismo e a reação e para a conquista de um governo representativo das forças nacionalistas e democráticas, para que pressionem o Parlamento Nacional e utilizem todas as formas de lutas de massas.”

O PCB tinha consciência de que o Congresso Nacional, em sua maioria, não caminharia em direção à reforma agrária e outras reformas de base. João Goulart era incluído entre os políticos que detinham o poder, mas queriam manter as estruturas como estavam, postergando as mudanças consideradas urgentes naquele momento pelos comunistas. Um dado importante do texto refere-se ao fato de que o PCB encontrava-se disposto a adotar uma atitude mais radical, embora tivesse evitado a todo custo, pois seria “mais doloroso”, optando, então, naquele momento, pelo “menos doloroso”, isto é, o da pressão pacífica e unificada “das massas”.

Aliás, tal postura não contrariava os documentos do partido, como se pode verificar num extrato do Manifesto de 1958, quando se leva em conta as possibilidades de condução da “revolução anti-imperialista e antifeudal”. Conforme estava escrito no Manifesto de 1958 e nas Teses do V Congresso, o PCB não tinha abandonado a possibilidade da luta armada,

⁶⁴ *Novos Rumos*, n. 146, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de novembro de 1961, p. 4.

apenas não a priorizava naquela conjuntura, por considerar que a alternativa da frente ampla era possível.

“A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação é indispensável ter em vista outra possibilidade - a de uma solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão da inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro.”⁶⁵

A posição é ratificada em 1960.

“A escolha dos meios para libertar a Nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças revolucionárias. Os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Enquanto acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico.”⁶⁶

O PCB escolhia como meio de implantar o socialismo no país a possibilidade da formação de uma frente ampla, reunindo todas as forças contrárias ao latifúndio e aos interesses estadunidenses. Era a escolha de um caminho pacífico, de organização, conscientização e mobilização dos trabalhadores da cidade e do campo em prol dos objetivos revolucionários. Essa alternativa, além de viável estava sendo bem-sucedida, segundo o levantamento da conjuntura dos anos 1960.

O avanço da frente poderia, porém, levar os “inimigos” internos ou externos a usar “todos os meios possíveis”, como provavelmente teria sido o acontecimento de agosto de 1961. Por isto os comunistas estavam dispostos, também, a pegar em armas contra os inimigos do povo. A luta armada era uma possibilidade em prol da libertação do país. Provavelmente, depois de agosto de 1961, pegar em armas para obter a vitória revolucionária parecia menos utópico e mais real. Este deveria ser um dos motivos da alocação tão dura de Giocondo Dias e das próprias esquerdas em geral.

No que tange às lideranças dos movimentos no campo pela reforma agrária, deve-se destacar que Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, disputava com o PCB a

⁶⁵ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Declaração sobre a política do PCB”, p. 23.

⁶⁶ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Idem, “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 62 e 63.

hegemonia pelo movimento camponês. Pode-se comprovar isso na declaração do presidente da Ultab, Lindolfo Silva, editada por *Novos Rumos*, onde considerava que a criação das Ligas Camponesas só poderia ser vista “como uma iniciativa de caráter divisionista, contrária, portanto, à unidade das lutas camponesas pela Reforma Agrária”.⁶⁷

A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) contou desde o início com a participação de comunistas. Lindolfo Silva, um dos seus principais líderes, havia sido enviado pelo partido para São Paulo, especialmente para “montar a Ultab”,⁶⁸ cujo objetivo era ajudar na organização dos trabalhadores rurais do Brasil. Silva inicialmente fora nomeado secretário da organização, tornando-se seu presidente ainda nos anos 1950, permanecendo no cargo até 1964.

Lindolfo Silva declarou que a Ultab vinha desenvolvendo esforços, desde sua fundação, para “incentivar a organização e a unidade dos camponeses, em estreita ligação com o movimento operário”. Esclareceu ainda que

“Contribuímos para a organização e para o fortalecimento de numerosas associações em todo o Brasil. Em consequência disso, contamos já com cerca de 300 associações em 17 estados, com um total bem superior a 200.000 associados. Lutamos pela reforma agrária radical, pela entrega da terra aos camponeses, e também em defesa dos interesses imediatos das massas trabalhadoras do campo.”⁶⁹

A Ultab seguia as diretrizes do PCB de formar uma frente ampla com os trabalhadores da cidade com a intenção de promover a reforma agrária, usando como principal instrumento a pressão pacífica dos trabalhadores do campo e da cidade, ao invés de armas. Propunha também uma associação mais estreita com os operários, que não era priorizada pelas Ligas Camponesas.

Na avaliação do presidente da Ultab, os sucessos da organização a credenciavam para dirigir o movimento camponês, posto que já havia desenvolvido um movimento forte, nacional e abrangente. Por causa dessa folha de serviços não haveria necessidade de outros movimentos paralelos. Foram apresentados ainda dois motivos para que as forças do campo se unissem em torno da Ultab, o primeiro era que “temos merecido a confiança das grandes massas de camponeses de todo o Brasil”; o segundo resumia-se ao fato de que “queremos lutar ao lado de quem quer que seja, como ficou bem claro em Belo Horizonte”.

⁶⁷ *Novos Rumos*, n. 164, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de abril de 1962, p. 1.

⁶⁸ ASSIS, Gleyson Nunes de. *Em tempo de democracia: a liderança de Lyndolpho Silva*. 2008. 107 p. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ, p. 36.

⁶⁹ *Novos Rumos*, n. 164, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de abril de 1962, p. 3.

Na luta dos comunistas pela criação de uma “frente ampla”, a criação das Ligas era um passo atrás para fortalecer o movimento. Em face disso, Lindolfo Silva criticou a fundação de mais uma instituição no Estado de São Paulo, acrescentando sobre Francisco Julião e as Ligas Camponesas:

“Consideramos, por isso, que constitui um grave erro a formação de uma Liga aqui, onde já existe a Fataesp, ou seja, a Federação das Associações de Trabalhadores Agrícolas do Estado de S. Paulo, organizada também num Congresso Estadual com ampla representação e com o vigoroso apoio de todas as forças sindicais e progressistas do estado. Tive a oportunidade de dizer já que não se pode compreender que haja duas cabeças num mesmo corpo. Também não corresponde aos interesses dos camponeses a existência de organizações paralelas. (...) Por outro lado, combateremos sempre com vigor as manobras divisionistas e as dos que pretendem fazer das organizações de trabalhadores simples trampolim para conquistas de postos eletivos ou de ministérios (...).”⁷⁰

As mencionadas críticas mostram o quanto incomodava ao PCB a criação das Ligas Camponesas, pois acreditava que atrapalhava a proposta de união do movimento camponês, defendida pelos comunistas. No artigo, pode-se interpretar até que a direção da Ultab via a criação das Ligas como uma forma de Francisco Julião tentar se promover politicamente, tendo em vista que estaria utilizando o movimento camponês como “trampolim para conquistas de postos eletivos”.

Os motivos elencados levaram *Novos Rumos* a silenciar a respeito de Julião; não era habitual citá-lo nas páginas do jornal, exceto raramente e para criticá-lo. Independente das intenções do líder das Ligas, a verdade é que sua organização disputava a hegemonia do campesinato com o PCB decorrendo daí o silêncio dos comunistas.

1.4 A Política Externa e a Crítica Comunista

O governo de João Goulart, tanto na fase parlamentarista quanto na presidencialista, seguiu uma direção nacionalista. A título de exemplo, logo nos primeiros meses do parlamentarismo, em outubro, foram canceladas todas as concessões de jazidas de ferro feitas ao truste norte-americano Hanna Co., que haviam sido consideradas irregulares pelo governo. Visando ampliar os mercados para exportação, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética no final de 1961. Quanto à política externa durante o parlamentarismo,

⁷⁰ *Novos Rumos*, n. 164, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de abril de 1962, p. 3.

o governo seguiu uma linha independente, continuando a rechaçar as sanções contra Cuba propostas pelos Estados Unidos.⁷¹

Havia a predisposição brasileira de manter uma política nacionalista e independente de pressões internacionais, embora isso desgastasse o país em face do governo norte-americano. Apesar dessas medidas, que faziam o governo brasileiro sofrer pressões dos Estados Unidos, havia também críticas internas provocadas por representantes das esquerdas, como, por exemplo, do PCB. Em relação à política externa o PCB opinava, no Manifesto, que apesar do desenvolvimento capitalista que o Brasil havia conseguido promover, ainda permanecia a “dependência diante do imperialismo, particularmente o norte-americano”, tendo argumentado com os seguintes dados:

“Cerca de 60% dos financiamentos estrangeiros procedem dos Estados Unidos, mais de um terço do comércio exterior brasileiro é realizado com os Estados Unidos, que, além disso, dominam o mercado internacional de nossos principais produtos de exportação e podem, assim, fazer do comércio exterior um instrumento de controle da vida econômica e política do país.”⁷²

Uma das conclusões do documento era que a “exploração imperialista”, transferia “para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros”,⁷³ diminuindo o ritmo do progresso do país, baixando o nível de vida da sua população. Isso provocava uma dependência política e, por consequência, econômica do Brasil em face dos Estados Unidos. Ressaltava o documento que a política exterior brasileira permanecia “caudatária do Departamento de Estado norte-americano”.⁷⁴ Por este motivo a questão da política externa tornara-se crucial para os comunistas. Daí a recomendação do Manifesto de que

“o golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apoiam. A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.”⁷⁵

Nas declarações do V Congresso a questão continua sendo tratada com a mesma preocupação e urgência.

⁷¹ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 46 e 47.

⁷² NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Declaração sobre a política do PCB”, p. 5.

⁷³ Idem, p. 6.

⁷⁴ Idem, p. 7.

⁷⁵ Idem, p. 13.

“A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos.”⁷⁶

Por isso o documento recomendava

“A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no País, principalmente os norte-americanos.”⁷⁷

Considerado um dos pontos fundamentais no processo de desenvolvimento do Brasil, a questão da política externa, em especial, a relação com os Estados Unidos será muito discutida pelos comunistas que, assim como outras organizações de esquerda, vão pressionar o governo no sentido de tornar o país cada vez mais independente. Como já mostrado, o Brasil não seguiu caudatário dos Estados Unidos no período parlamentarista. Contudo, não comungava dessa opinião o PCB, dentro da prioridade e do que defendia em relação à política externa.

Exemplo desse fato verifica-se nas notícias veiculadas pelo *Novos Rumos* no final de setembro e começo de outubro de 1961. Na primeira página encontra-se um artigo intitulado de forma inequívoca *Independência*, assinado por Almir Matos, em que classificava como falsa a discussão se o Brasil deveria seguir a política externa iniciada por Jânio Quadros, pois tal política “apesar de conter algumas iniciativas que correspondiam de fato aos interesses do Brasil”, estava longe de ser considerada um paradigma.⁷⁸

Segundo o referido artigo, o “povo brasileiro” necessitava de “uma política externa que se inspire numa firme e consequente linha de independência”, para que o Brasil pudesse dar uma efetiva contribuição à causa da paz mundial e “à nossa própria luta pela libertação nacional”. Havia uma análise do discurso de Afonso Arinos na sessão de abertura da ONU, onde teriam sido colocados alguns aspectos que refletiam “o pensamento e o interesse da maioria da Nação”, mas o ministro teria feito afirmações que se contradiziam, como lançar insultos a países como Polônia e Tchecoslováquia, atribuir à República Democrática Alemã intenções colonialistas e exigir que Cuba retornasse ao “sistema interamericano”. Na opinião de Almir Matos outras contradições poderiam ser encontradas no discurso de Arinos, no entanto, em essência, tudo resultava

⁷⁶ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Idem, “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 47.

⁷⁷ Idem, p. 48.

⁷⁸ *Novos Rumos*, n. 138, Rio de Janeiro, edição de 29 de setembro a 5 de outubro de 1961, p. 1.

“(...) do fato de faltar à política externa anunciada pelo senhor Afonso Arinos a independência real, efetiva e conseqüente que o povo brasileiro está exigindo e que pode e deve – nas condições novas do mundo, da América e do Brasil – ser exercida em toda a sua plenitude. Para que isso seja possível, entretanto, seria necessário que o governo brasileiro adotasse como ponto de partida a soberana decisão de não mais submeter-se aos obsoletos compromissos impostos ao nosso país pelos governos imperialistas dos Estados Unidos (...)”.⁷⁹

Nota-se, nas linhas dos *Novos Rumos*, que não julgava a política desenvolvida por Quadros como independente nem tampouco a feita pelo novo governo parlamentarista. No entendimento do PCB, a política internacional do Brasil continuava submetida aos interesses de Washington. No último parágrafo, Almir Matos concluiu:

“Estão maduras as condições para que tome o Itamarati o caminho de uma política exterior verdadeiramente independente. Um bom começo seria o imediato reatamento de relações com a URSS e a República Popular da China. É isso o que a nação reclama e espera do novo governo. Porque para o povo brasileiro só tem valor os compromissos que sirvam à causa da paz e da emancipação – a nossa e a de todos os povos que por ela ainda lutam.”

A afirmação de que estavam “maduras as condições” para o caminho de uma política exterior verdadeiramente independente correspondia a uma referência à análise do Manifesto de 1958, de que havia uma ascensão do socialismo, enfraquecimento dos Estados Unidos e, por isso, já existiria uma conjuntura favorável para uma política externa independente por parte do Brasil, como se pode depreender do excerto a seguir:

“O ascenso do socialismo, da causa da paz e do movimento de libertação nacional no mundo inteiro influi de modo positivo no crescimento das forças políticas anti-imperialistas e democráticas no Brasil. A nova situação internacional cria condições favoráveis ao desenvolvimento econômico de nosso país, a libertação da dependência em relação ao imperialismo, à democratização da vida política nacional. Estas condições são especialmente favoráveis à aplicação de uma política externa independente e de paz, em benefício da emancipação econômica da nação. Uma política desta ordem, que muitos países do mundo capitalista já praticam, encontra o apoio de poderosas forças que atuam no cenário mundial.”⁸⁰

Nas teses do V Congresso se declarava que

“a nova situação mundial, em que são cada vez mais poderosas e influentes as forças que defendem a causa da paz, reflete-se em nosso país estimulando a resistência ao imperialismo norte-americano e a luta por uma política externa de paz e amizade com

⁷⁹ *Novos Rumos*, n. 138, Rio de Janeiro, edição de 29 de setembro a 5 de outubro de 1961, p. 1.

⁸⁰ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Declaração sobre a política do PCB”, p. 11 e 12.

todos os povos, inclusive com a União Soviética, a República Popular da China e demais países socialistas.”⁸¹

Sob essa premissa, os comunistas combatiam severamente a política desenvolvida pelos Estados Unidos, exigindo que o governo rompesse os laços de dependência e os acordos com o “imperialismo”. Entendia-se que o país já teria condições de seguir sozinho rumo ao seu crescimento e desenvolvimento industrial. Na opinião do PCB, permanecer com os norte-americanos era protelar o desenvolvimento do Brasil, visto que as riquezas nacionais continuariam sendo sugadas, contribuindo para o clima de insegurança mundial, já que os Estados Unidos eram o país capitalista mais imperialista, acostumado a ações violentas a favor de seus interesses, no contexto da Guerra Fria e de sua disputa com a URSS. Seguir um caminho independente era contribuir para enfraquecer os “ianques imperialistas” econômica e militarmente, fortalecendo o movimento pela paz, pois era real a possibilidade de uma guerra nuclear.

Naquele contexto era impossível não se espelhar no exemplo de Cuba, que conseguiu se libertar do jugo estadunidense. Na época da redação do Manifesto, Cuba ainda estava submissa aos norte-americanos, mas a análise elaborada pelos comunistas, em 1958, já assinalava para as condições “maduras” de libertação do imperialismo. Nos anos 1960 o bem-sucedido movimento cubano já se tornara uma realidade. A vitória de Cuba vinha ratificar a análise comunista apresentada em 1958 e mostrava que, se um país com pouco desenvolvimento industrial, pequeno, pouco relevante no contexto mundial e com um poder militar bem inferior aos norte-americanos tinha conseguido, pela união de sua população, independência do “imperialismo ianque”, o Brasil teria condições ainda maiores de êxito.

Vale também analisar a opinião dos comunistas sobre o reatamento de relações com a URSS, na edição dos *Novos Rumos* de dezembro. A primeira chamada da página expõe *Povo brasileiro aplaude reatamento com a URSS: ato de paz e soberania*.⁸² Na mesma página havia um artigo, *Brasil e União Soviética*, que afirmava ser o fato uma “grande vitória de nosso povo”, e que a “vontade e o interesse da nação começaram afinal a prevalecer” porque:

“A decisão do governo brasileiro tem o sentido de um passo à frente no caminho de uma política externa independente e de defesa da paz. É certo que o Itamarati insiste em afirmar, no melhor estilo da política de conciliação do gabinete Tancredo Neves, que o reatamento não representa a quebra da submissão dos altos círculos governamentais ao Departamento de Estado Norte-Americano.”⁸³

⁸¹ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Idem, “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 47.

⁸² *Novos Rumos*, n. 147, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de dezembro de 1961, p. 1.

⁸³ *Novos Rumos*, n. 147, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de dezembro de 1961, p. 1.

No mesmo artigo há uma comparação das relações entre Brasil e os Estados Unidos, e os benefícios do estabelecimento de relações do nosso país com a União Soviética, que possibilitariam

“(...) um proveitoso intercâmbio científico, técnico, artístico e cultural. Permite a intensificação de relações comerciais e a inauguração de relações de cooperação econômica que, por se apoiarem em bases de efetiva colaboração mútua, isentas do caráter espoliativo da ‘ajuda’ imperialista, constituirão um fator de combate real ao nosso subdesenvolvimento. Abre, assim, novas possibilidades a que nossa economia se fortaleça, seguindo um curso de desenvolvimento que conduza à crescente diminuição da dependência, em que vivemos, aos grupos monopolistas estrangeiros, particularmente norte-americanos.”

As relações com a União Soviética teriam um caráter de parceria, longe de se basear na espoliação das riquezas do Brasil e do povo, trariam condições mais igualitárias sem comprometimento da soberania nacional nem aumento da pobreza, pois isentas de interesses imperialistas da parte dos soviéticos. Por outro lado, o Brasil obteria melhores condições de fortalecer sua economia ao diminuir a força dos grupos monopolistas estrangeiros, tornando-se, portanto, um país mais independente.

O semanário proporcionou ampla divulgação quanto ao reatamento, com explicações do ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, na Câmara dos Deputados, a opinião de governadores dos estados, sindicatos, a posição de associações estudantis, além de uma carta de Luiz Carlos Prestes a Jango. Contudo, o jornal chamou a atenção para o fato de nem todos terem ficado satisfeitos com o acontecimento.

“O grupo antidemocrático da Câmara – a chamada Ação Democrática Parlamentar, acaudilhada por conhecidos reacionários como João Mendes, Plínio Salgado e Dirceu Cardoso – tentou articular uma moção de desconfiança, a pretexto do restabelecimento de relações. O fracasso foi total. Pretendiam colher ao menos 50 assinaturas. Não conseguiram nem sequer ultrapassar a primeira dezena de signatários, tendo de desistir da moção e cobrindo-se de um fracasso vergonhoso.”⁸⁴

A análise deste último trecho deixa transparecer que, apesar da insatisfação de alguns, havia uma aprovação significativa à iniciativa do governo, não só da parte dos comunistas. Noticiou ainda o jornal que “a oposição ao reatamento ficou limitada aos ataques histéricos de Carlos Lacerda e às sandices de ‘O Globo’ e de ‘O Estado de São Paulo’”. Outro exemplo da oposição que Jango sofria do PCB, por não ver em seus esforços e ações medidas que visassem a uma política internacional independente, conforme se observa na reportagem

⁸⁴ *Novos Rumos*, n. 147, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de dezembro de 1961, p. 3.

realizada por *Novos Rumos* sobre a visita que o presidente fez, em abril de 1962, aos Estados Unidos. O jornal chamou a atenção para o fato de que “o traço dominante, sem dúvida, nas diversas manifestações públicas do Sr. João Goulart nos EUA foi a exaltação do capital estrangeiro”, acusando Jango de ter feito apologia aos trustes e de que:

“(...) referindo-se às relações de troca entre o Brasil e os EUA, através das quais é o nosso País submetido a um saque sistemático por parte dos monopólios ianques, afirmou o Sr. Goulart que existe apenas um ‘transitório desajuste nas relações de intercâmbio do Brasil com o exterior’.”⁸⁵

No entanto, Jango recebe um elogio pelo fato de ter feito manifestações no “sentido positivo”, entre elas “destacam-se as suas declarações a favor da paz e da coexistência, da emulação pacífica entre os sistemas socialista e capitalista”. Mas ressaltavam-se as afirmações do presidente que:

“Isso constitui, certamente, um reflexo das novas condições existentes na América Latina e em nosso país: nenhum governante pode, hoje, credenciar-se ao respeito de seu povo se não empresta em suas relações com os EUA determinado tom de independência, mesmo que, essencialmente, defenda e aplique uma política que corresponda aos interesses do imperialismo.”

Este trecho revela que, apesar das afirmações de Goulart irem ao encontro do que o PCB considerava como uma postura nacionalista e independente, havia nitidamente certa reserva e desconfiança dos comunistas em relação ao sentido das palavras proferidas pelo presidente, questionando a sinceridade destas. A prova desse desagrado com a comunicação de Jango encontra-se ao término da reportagem, onde se cita que este também teria defendido a “autodeterminação dos povos” e a “coexistência com Cuba revolucionária”, mas, explicou o jornal:

“(...) sem pretender diminuir o significado dessas atitudes, há entre elas e a realidade um vácuo que tem ainda de ser preenchido. Disse, por exemplo, o Sr. Goulart, que o Brasil aplica uma política exterior independente, embora ‘respeite os seus compromissos’. Isso significa uma independência condicionada ao Tratado do Rio de Janeiro e ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, instrumentos que nos subordinam à estratégia guerreira e aos objetivos colonialistas do governo norte-americano.”

A conclusão que se lê no final da reportagem é que as concessões “aos trustes ianques, qualquer que seja o seu tom, contraria os legítimos interesses nacionais e, por isso, não pode ser apoiada pelo nosso povo nem por nenhum patriota”. Por esse motivo os “entendimentos”

⁸⁵ *Novos Rumos*, n. 165, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de abril de 1962, p. 3.

de um governo realmente independente com o governo norte-americano não poderiam “ser feitos em termos da exaltação do capital estrangeiro” oferecendo “a esse capital condições ainda mais vantajosas do que aquelas que ele já encontra no Brasil, que já são absurdas e inadmissíveis”. Encerra-se a reportagem com o que, segundo *Novos Rumos*, João Goulart deveria ter falado a Kennedy, que seria

“(...) a comunicação de que o Brasil vai limitar de fato as remessas de lucros, vai por termo à política de deterioração do valor de nossos produtos de exportação, vai acabar com o virtual monopólio ianque do comércio exterior, vai manter amplas e proveitosas relações econômicas com os países socialistas, vai enfim, (...) realizar um desenvolvimento verdadeiramente independente”.

Os comunistas não viam as ações de João Goulart como nacionalistas ou independentes da política externa. Em função disso, criticaram-no e combateram suas medidas. Embora se considere, na historiografia, que as decisões e encaminhamentos do governo fossem em direção de uma política externa independente e nacionalista, os comunistas estavam longe de interpretar desse modo.

1.5 O Parlamentarismo em Crise

O primeiro Gabinete Parlamentarista, chefiado por Tancredo Neves, renuncia no final do mês de junho de 1962 e, assim, cria-se uma grande expectativa em relação à composição do novo Conselho de Ministros. Por causa da sua defesa por uma política externa independente, San Tiago Dantas (1911-1964) embora tenha recebido logo o apoio das esquerdas, não o obteve do Presidente da República, nem do PSD ou da UDN tendo tido o nome vetado. Naquele momento, Jango aproveitou para promover uma manobra política com a finalidade de desgastar o parlamentarismo, utilizando o movimento sindical para pressionar o Congresso e desmoralizar o sistema político vigente, indicando um político conservador: o senador Auro de Moura Andrade. Apesar de aceito pela maioria dos parlamentares, dessa vez, as esquerdas pressionaram, principalmente através dos sindicatos que ameaçaram entrar em greve. O senador, então, viu-se obrigado a renunciar e a escolha para primeiro-ministro recaiu em Francisco de Paula Brochado da Rocha, ligado aos movimentos de esquerda, em particular ao grupo de Leonel Brizola.⁸⁶

Novos Rumos, na primeira semana de junho, acompanhando os debates na Câmara que culminariam na renúncia de Tancredo Neves e seus ministros, estampava a seguinte chamada:

⁸⁶ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op. cit., p. 304 e 305.

*Comunistas apontam solução para a crise – esmagar os golpistas e formar gabinete que faça as reformas.*⁸⁷ João Goulart e Tancredo Neves foram acusados de se limitar a falar de reformas sem nada fazer, advertindo-se que “as forças da reação e do entreguismo” teriam intensificado suas ações, na tentativa de ter controle total sobre o governo, resultando na “política de conciliação até agora seguida pelo Sr. João Goulart”. Em seguida, conclamou:

“Nosso país vive um momento grave. As forças da reação e do entreguismo, ao mesmo tempo [em] que intensificam a articulação golpista, lançam mão de todos os recursos e pressionam no sentido de constituir um novo Conselho de Ministros que sirva de instrumento a seus objetivos antinacionais. O povo brasileiro deve levantar-se energicamente contra o perigo real de formação de um governo mais reacionário e pró-imperialista, que pode resultar do compromisso entre setores dirigentes do PTB e as forças retrógradas do PSD e da UDN. Esta é a grande ameaça do momento. São evidentes as intenções do sr. João Goulart de prosseguir sua política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. Em lugar de voltar-se para o povo, o Presidente da República manobra nas cúpulas para formar um ‘novo’ gabinete de compromisso (...).”

O artigo expressava, mais uma vez, a forte oposição do PCB a Jango ao identificar em suas articulações políticas, práticas favoráveis ao “imperialismo e o latifúndio”. Na edição seguinte há novas críticas a João Goulart, noticiando-se a mobilização dos trabalhadores, em várias partes do país. Há também cobertura de uma palestra de San Tiago Dantas, proferida no dia 5 de junho no Palácio do Metalúrgico, em São Paulo, defendendo a continuação da política externa independente do Brasil, sendo ouvido “por mais de três mil trabalhadores” que representavam “119 organizações sindicais”, além da presença de políticos.⁸⁸

A primeira página dos *Novos Rumos* de julho, voltada para a mesma questão, noticiava que, em todo o país, exigia-se da Câmara dos Deputados a formação de um Conselho de Ministros que se comprometesse “perante a Nação e o povo a pôr em prática as tão prometidas reformas de base”. Informava ainda que em São Paulo e na Guanabara realizavam-se “grandes comícios de massas”. Mas não era só isso, de norte a sul do Brasil dirigiam-se para Brasília “caravanas de trabalhadores que vão exprimir pessoalmente aos deputados a sua decisão de só aceitarem um gabinete que seja constituído por homens de sua confiança”.⁸⁹

Após indicado e aceito o nome de Brochado da Rocha, *Novos Rumos* traz um artigo com o título *A participação das massas na luta pelo novo gabinete*, no qual critica o fato considerando as circunstâncias com que “fora indicado o nome do sr. Brochado da Rocha e

⁸⁷ *Novos Rumos*, n.172, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de junho de 1962, p. 1.

⁸⁸ *Novos Rumos*, n. 173, Rio de Janeiro, edição de 29 de junho a 5 de julho de 1962, p. 1 e 3.

⁸⁹ *Novos Rumos*, n.176, Rio de Janeiro, edição de 29 de junho a 5 de julho de 1962, p. 1.

em que se aprovou sua indicação já permitiam antever-se uma solução discordante dos anseios populares”. Isto porque o nome do primeiro-ministro fora decidido a partir de uma “composição com as cúpulas reacionárias partidárias”. Salientava, contudo, que graças à mobilização dos trabalhadores, Auro de Moura Andrade não fora escolhido, pois um gabinete com o senador teria sido pior que o de Tancredo Neves. Arremata elucidando que a vitória do movimento dos trabalhadores, para a escolha do gabinete, abria a possibilidade para que cada vez mais se constituíssem governos integrados com o operariado.⁹⁰

No meio de agosto de 1962 Fragmon Carlos Borges, um dos redatores dos *Novos Rumos*, assinou um artigo comentando uma “nova crise política” que se avizinhava do país, referente a duas questões: plebiscito e delegação de poderes. O Governo desejava a “realização imediata da consulta popular sobre a instituição do parlamentarismo”, enquanto que as “forças mais reacionárias” pensavam o contrário.⁹¹

Segundo esse artigo, a crise real do país estaria na “crescente espoliação imperialista e na sobrevivência do latifúndio semifeudal”. O texto defendia que, embora o plebiscito não resolvesse as dificuldades dos trabalhadores, serviria como medida democrática e seria justa a sua antecipação, sem que houvesse motivos para a grande campanha das “forças reacionárias” contra a consulta. No entanto, questionava a delegação de poderes que Jango pleiteava, porque, de acordo com o texto, maiores poderes não seriam indispensáveis para que o Governo adotasse medidas em benefício do povo, pois “a simples delegação de poderes não é suficiente para que os trabalhadores tenham solucionados os seus problemas fundamentais”.

Finalizando o texto, Fragmon Borges exortava que a solução dos problemas exigia medidas “mais radicais”, como “a constituição de um governo nacionalista e democrático”. Um governo em que não houvesse “representantes dos trustes e do latifúndio como Moreira Sales e Costa Lima”. O artigo ainda depreciava as “meias soluções”, a “conciliação” de João Goulart com “os piores inimigos de nosso povo”, pois não era “conciliando” que Jango e Brochado da Rocha iriam superar a crise em que o país “estava mergulhado”.

Conclui-se, pela leitura do artigo, que os comunistas eram favoráveis ao plebiscito, como forma de manifestação democrática do povo, não significa dizer que apoiassem Jango. Nem mesmo acreditavam que se mais poderes lhe fossem dados, ele resolveria os problemas que os comunistas reputavam como os mais importantes. Só a mobilização dos trabalhadores pressionaria Goulart a agir a favor do operariado e dos camponeses. Enfim, o PCB acusava Goulart de estar ao lado dos inimigos do povo.

⁹⁰ *Novos Rumos*, n. 178, Rio de Janeiro, edição de 12 de julho de 1962, p. 1.

⁹¹ *Novos Rumos*, n. 182, Rio de Janeiro, edição de 10 a 16 de agosto de 1962, p. 1.

Na percepção dos comunistas, havia entre as elites uma crise que caracterizava a disputa pelo poder de duas facções, uma representada por Jango, e outra pelos grupos mais conservadores. Isto fica claro num artigo de Bonfim Júnior, em agosto, onde ele escreveu que crescia o

“(…) choque entre as forças que o senhor João Goulart representa e os grupos mais reacionários e retrógrados das classes dominantes que o combatem. Mas, a consciência dessa realidade – indispensável para uma compreensão exata dos acontecimentos – não deve conduzir a uma atitude de expectativa, ou de simples ‘torcida’. Ao contrário. A realidade política apresenta outro aspecto que, do ponto de vista das massas, deve ser salientado. Tornam-se mais favoráveis as condições para um impulso na ofensiva das forças nacionalistas e democráticas, para seu avanço e a conquista de novas vitórias.”⁹²

Mais uma vez nota-se a oposição que o PCB fazia a Goulart por não identificá-lo como um representante legítimo dos interesses dos trabalhadores. Antes era tido como membro de um dos segmentos da burguesia que, embora se opusesse aos elementos mais reacionários, não o fazia por ser integrante das camadas progressistas, que, no entender do partido, eram os operários e camponeses. Eis o que se encontra, por exemplo, nas resoluções políticas do V Congresso:

“A burguesia brasileira, na sua grande [sic] maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculo à expansão dos seus negócios. A burguesia ligada aos interesses nacionais possui um duplo caráter. Pertencendo a um país explorado pelo imperialismo, encerra um potencial revolucionário e é uma força capaz de opor-se à dominação imperialista. Em consequência, porém, de sua debilidade econômica e política e de seus laços com o sistema imperialista, procura também defender seus interesses mediante acordos e concessões ao imperialismo.”⁹³

No meio das disputas das facções dos grupos dominantes, estavam os camponeses e operários, que já encontravam condições mais propícias para unir-se aos grupos mais progressistas das elites e se imporem enquanto força revolucionária. Cabia aos trabalhadores se aproveitarem dessa crise de interesses em que as elites estavam imersas e, portanto, enfraquecidas, e assumir a direção do processo.

“A classe operária deve aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas que nelas se manifestam. Ao mesmo tempo [em] que pugna pela causa comum, contra a espoliação imperialista norte-americana, o proletariado precisa defender seus

⁹² *Novos Rumos*, n. 183, Rio de Janeiro, edição de 17 a 23 de agosto de 1962, p. 1.

⁹³ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 41 e 42.

interesses específicos e os das massas trabalhadoras e populares, desenvolver a luta de classes contra os exploradores da cidade e do campo e bater-se por amplas liberdades democráticas que facilitem a ação independente das massas, objetivando desse modo reforçar as posições do setor mais consequente e firme da frente única. O proletariado necessita fortalecer-se como classe, organizar-se e adquirir consciência revolucionária, impedir que as vacilações da burguesia atinjam suas fileiras. Para isso, deve salvaguardar dentro da frente única sua independência ideológica, política e organizativa, condição essencial para que possa assumir a hegemonia do movimento e conduzi-lo à realização consequente dos objetivos anti-imperialistas e democráticos, criando, assim, as premissas para a transição ao socialismo.”⁹⁴

No final de agosto e início de setembro as disputas entre Brochado da Rocha e o Parlamento chegaram num nível de tensão devido ao pedido do Primeiro Ministro por delegação de poderes, que não fora aprovado pelo Congresso Nacional. A posição do PCB sobre esse fato era que a conciliação, ou seja, a aliança do presidente com o PSD, visto como partido conservador, continuava e tal postura não propiciaria consequências positivas para os trabalhadores. Orlando Bonfim Júnior comenta os acordos ocorridos entre o Primeiro Ministro, o presidente e os parlamentares da seguinte forma:

“Em termo de que se fez o entendimento? Em torno do plebiscito. E as reformas de base? Foram atiradas às urtigas, como também se atirou às urtigas o decantado plano de delegação de poderes do ministro Brochado da Rocha. É a esses resultados que leva a política de conciliação.”⁹⁵

Por causa dos acontecimentos políticos do final de agosto, o PCB lançou um documento, editado por *Novos Rumos*, classificando a situação do país como grave e reafirmando a posição, transcrita em seus documentos oficiais, sobre o papel da burguesia como força aliada embora vacilante e conciliadora, João Goulart como representante do reformismo burguês, e a necessidade da união de forças entre os inimigos do latifúndio e do imperialismo, tendo os trabalhadores à frente do movimento.

Novos Rumos exibiu a seguinte chamada: *Os comunistas brasileiros definem sua posição ante a grave situação do país*,⁹⁶ enumerando que era preciso isolar e derrotar o imperialismo e o latifúndio, combater a conciliação de Jango e Brochado da Rocha com os entreguistas, exigir a realização imediata das reformas de base e lutar contra o encarecimento do custo de vida, reivindicar o aumento de salários e a revisão do salário mínimo. No interior do jornal havia uma avaliação da situação por que passava o país, a partir dos acontecimentos de julho e agosto de 1962, onde discorria sobre o “agravamento da situação política nacional”,

⁹⁴ Idem, p. 51 e 52.

⁹⁵ *Novos Rumos*, n.184, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de agosto de 1962, p. 1.

⁹⁶ *Novos Rumos*, n. 185, Rio de Janeiro, edição de 30 de agosto de a 6 de setembro de 1962, p. 1.

por causa do desenvolvimento capitalista no país que era “deformado e entravado” pela “dominação imperialista e pelo latifúndio”, comentava que esse agravamento se manifestava inclusive “no interior das forças armadas”, embora as elites continuassem optando pela conciliação de interesses.⁹⁷

Segundo o jornal, atingia-se “novas proporções a luta das massas camponesas e dos trabalhadores agrícolas contra a brutalidade da exploração dos latifúndios e pela posse da terra”, “elevava-se a consciência política das massas trabalhadoras e populares” e se radicalizava e ampliava a “luta contra o imperialismo e o latifúndio”. Advertia a respeito do fortalecimento das esquerdas levando em conta acontecimentos recentes como “a greve política de âmbito nacional realizada a 5 de julho”, e o “IV Encontro Sindical Nacional, através da voz de 3.500 delegados de centenas de sindicatos”, que demonstravam a “coesão, o espírito unitário e a disposição de luta do proletariado”.⁹⁸

Esses acontecimentos aliados a outros conceituados como satisfatórios, levava à conclusão de que “a principal tarefa imediata do povo brasileiro” consistia em “lutar para isolar e derrotar as forças pró-imperialistas e reacionárias”, “por um governo nacionalista e democrático”. Propunha-se, então, uma série de medidas como limitação “drástica” da remessa de lucros, “repulsa” ao FMI e à Aliança para o Progresso. Diante do quadro apresentado, os comunistas propunham:

“(…) fortalecer a união de todas as forças nacionalistas e democráticas, a classe operária, os camponeses e as massas populares, que constituem a base do movimento pela libertação e o progresso do País, e a burguesia ligada aos interesses nacionais. Um governo nacionalista e democrático, capaz de adotar medidas efetivas contra os inimigos da Nação, deverá ser um governo de coalizão onde estejam representadas as forças integrantes da frente única, inclusive aquelas que dão a maior contribuição na luta anti-imperialista e antifeudal: os operários, os camponeses, a intelectualidade revolucionária, as camadas médias.”⁹⁹

Essa proposta mostrava uma avaliação positiva da conjuntura, favorável às forças que os comunistas defendiam como verdadeiramente democráticas e nacionalistas, apostando numa grande união nacional contra todos os setores que se opunham aos interesses norte-americanos, de seus aliados e da estrutura fundiária considerada semifeudal. No grande movimento de transformação social proposto pelo PCB até a burguesia nacional era chamada, porém, não se confiava nesse grupo do qual João Goulart fazia parte. Não havia apoio a Jango

⁹⁷ *Novos Rumos*, n. 185, Rio de Janeiro, edição de 30 de agosto de a 6 de setembro de 1962, p. 4.

⁹⁸ *Novos Rumos*, n. 185, Rio de Janeiro, edição de 30 de agosto de a 6 de setembro de 1962, p. 4.

⁹⁹ *Novos Rumos*, n. 185, Rio de Janeiro, edição de 30 de agosto de a 6 de setembro de 1962, p. 4.

ou submissão aos interesses da burguesia, mas a utilização da divisão existente no seio das elites, em benefício das transformações necessárias, como explicado no texto:

“A conquista de um governo nacionalista e democrático exige que as massas travem uma luta constante tendo como objetivo principal isolar e derrotar as forças que representam o imperialismo e o latifúndio e, neste sentido, utilizem os choques entre os dois setores das classes dominantes. Isto não deve significar um apoio passivo às posições da burguesia ligada aos interesses nacionais, porque esta camada da burguesia, ao mesmo tempo [em] que utiliza o movimento de massas a fim de exercer pressão sobre as forças retrógradas, tende a entrar em conciliação com estas às custas do povo.”¹⁰⁰

O trecho expõe claramente não só a desconfiança e o combate às ações de Jango, como também a chamada contínua aos operários e camponeses, para que não se perdesse o controle da frente que, no entender dos comunistas, formava-se. Daí a conclusão:

“Por essa razão, um aspecto fundamental da ação das massas na luta para derrotar as forças do imperialismo e do latifúndio deve ser o combate à política de compromisso entre o setor burguês, representando pelo sr. João Goulart, e as forças reacionárias.”¹⁰¹

Como se viu, no documento lançado pelo PCB no final de agosto de 1962, a proposta da frente democrática era ratificada, mas, sob nenhuma hipótese, havia uma relação de confiança em João Goulart, além de não se submeter os interesses dos trabalhadores do campo e da cidade aos da burguesia. Quando ocorre a renúncia do Gabinete Brochado da Rocha, *Novos Rumos* reporta sob o título *Renúncia do gabinete: povo esmagará os golpistas*, onde se anunciava que Brochado da Rocha compareceria

“(...) à Câmara dos Deputados para comunicar que, em face da obstinação das lideranças partidárias em recusar a realização do plebiscito e a concessão da delegação de poderes, se considera impossibilitado de continuar à frente do Governo. Confirmando-se esse fato, o Conselho de Ministros se demitirá.”¹⁰²

O jornal atribuiu o motivo da renúncia à pressão das “cúpulas reacionárias” e, em seguida, elucida qual seria o desejo de tais cúpulas:

“Impor à Nação, a qualquer preço, os seus tenebrosos desígnios. De um lado, impedir que o povo se pronuncie sobre a forma de Governo, eternizando-se desse modo o esbulho de que ele foi vítima em agosto de 1961. De outro lado, impedir que seja posto em prática mesmo a mais tímida medida que possa abalar o domínio de nossa

¹⁰⁰ *Novos Rumos*, n. 185, Rio de Janeiro, edição de 30 de agosto de a 6 de setembro de 1962, p. 4.

¹⁰¹ *Novos Rumos*, n. 185, Rio de Janeiro, edição de 30 de agosto de a 6 de setembro de 1962, p. 4.

¹⁰² *Novos Rumos*, n. 187, Rio de Janeiro, edição de 14 de setembro de 1962, p. 2.

economia pelos grupos espoliadores internacionais e a bárbara opressão dos latifundiários.”¹⁰³

Mais adiante, na mesma reportagem, lia-se que “os patriotas brasileiros – civis e militares – estão contra os entreguistas e reacionários” e não admitiriam um “novo golpe contra os interesses da Nação e do povo.” Assegurava que o povo faria greve geral e que os “inimigos da Pátria” seriam derrotados.

Deve-se chamar a atenção para o fato de que a autoconfiança dos comunistas em relação ao sucesso da frente ampla e da vitória das forças de esquerda não era destituída de fundamento. A efervescência social e a mobilização sindical eram intensas enquanto boa parte da população inclinava-se favoravelmente às mudanças, à democracia e ao nacionalismo, como no movimento da legalidade a favor da posse de Jango. Outro fator decisivo que proporcionava aos comunistas a certeza de serem bem-sucedidos, mesmo no caso de um possível confronto mais violento, residia na certeza do apoio das Forças Armadas, como noticiado na mesma reportagem ao aludir o fato de que os “patriotas – civis e militares” eram contra os “entreguistas”.

Nessa mesma edição, por exemplo, na primeira página reproduzia-se um extrato de uma afirmação feita pelo general Osmino Ferreira Alves, de que, por trás da não delegação de poderes a Brochado da Rocha e da oposição ao plebiscito, estavam os “traidores da Pátria, que só pensam em defender os interesses da oligarquia, dentro e fora do País”. Nessa página há informações sobre uma mensagem enviada pelo general Osmino Alves ao general Jair Dantas Ribeiro, em que o primeiro apoiava a afirmação do segundo de que “o povo é soberano no regime democrático. Negar-lhe o direito de pronunciamento sobre o sistema de governo que lhe foi imposto, é abominar o regime ou querer destruí-lo”.

Convém frisar que as declarações dos generais acabaram provocando uma crise político-militar, pois militares se colocaram a favor da antecipação do plebiscito e contra o Congresso. No final, Brochado da Rocha renunciou e o plebiscito foi antecipado.¹⁰⁴ O general Osmino Ferreira Alves e o general Jair Dantas Ribeiro eram comandantes do I e do III Exército, respectivamente. Diante das afirmações de dois generais, que tinham sob comando tantas tropas e um poder militar significativo, como considerar que uma vitória da frente seria difícil, mesmo se houvesse confronto armado?

No final de setembro, *Novos Rumos* tece comentários sobre o último gabinete parlamentarista, de Hermes Lima. Os comunistas mantiveram a linha de críticas e descrédito

¹⁰³ *Novos Rumos*, n. 187, Rio de Janeiro, edição de 14 de setembro de 1962, p. 2.

¹⁰⁴ Para mais informações sobre o fato, ver FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela. Op. cit., capítulo 8.

ao governo e a João Goulart. Os comentários apresentados discutiam o governo e a inflação. Sob o título de *Governo quer combater inflação escorchando o povo com impostos*, criticou as medidas contra a inflação do novo governo, dizendo que as medidas “pouco têm de anti-inflacionárias”. Afirmava ainda que “o reajustamento do salário mínimo, reclamado pelos trabalhadores”, só seria decretado dali a noventa dias.¹⁰⁵

A mesma reportagem trazia à baila o monopólio estatal das importações de petróleo, para cuja solução Brochado da Rocha “solicitara delegação legislativa ao Congresso”, nem se cogitava pelo Gabinete Hermes Lima. Além disso, a reportagem chama a atenção para o fato de que o Ministro da Fazenda, Miguel Calmon, e “sua equipe de entreguistas” elaboravam medidas para “aumento das alíquotas do imposto de consumo” e concluía que estas se prestavam a “aumentar a receita pública” às custas da “grande massa de consumidores”, compreenda-se “o povo, os trabalhadores, os assalariados em geral, as camadas médias da população”, enquanto “os ricos são novamente poupados”. Razão para o título escolhido, pois o governo combateria a inflação, elevando o valor dos impostos sobre os pobres. Contudo, exortava ao final que os trabalhadores saberiam “lutar e derrotar as maquinações dos reacionários a quem o sr. João Goulart confiou postos-chave da administração do País e aos quais insiste em sustentar”.

Em virtude da crise política decorrente das disputas de poder entre João Goulart e o Parlamento, quando Hermes Lima assume já estava sacramentado o fim do parlamentarismo. Segundo Moniz Bandeira, com a crise do governo, o Congresso optou por aprovar a emenda destinada a fixar uma data para o plebiscito de definição do retorno ou não ao presidencialismo para 6 de janeiro de 1963, mas que permitia a João Goulart poder, daquele momento em diante, constituir um Conselho de Ministros provisório, sem anuência do Congresso.¹⁰⁶

1.6 As Eleições de Outubro de 1962

O ano de 1962, em pleno parlamentarismo, vivenciou um acontecimento relevante, a saber: o pleito de outubro, quando houve eleições para deputados federal e estadual, senador e governador. Para a implementação das reformas reivindicadas pelas esquerdas, o Parlamento desempenhava um papel fundamental. O controle do Congresso era essencial, tanto para João

¹⁰⁵ *Novos Rumos*, n. 17, Rio de Janeiro, edição de 29 de setembro de 1962, p. 3.

¹⁰⁶ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 63.

Goulart e os segmentos que representavam as posições mais progressistas da sociedade, quanto para os grupos que lhes faziam oposição. Por constituir-se num palco privilegiado das transformações para o país, os setores conservadores mobilizaram-se para ter maioria no Congresso, contando com duas entidades: o Instituto de Pesquisas Sociais – IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD.

As sementes do IPES e do IBAD foram lançadas no final da administração do presidente Juscelino Kubitschek, tendo surgido cada um, oficialmente, em datas diferentes, mas logo uniram esforços para um objetivo comum – oposição a Jango. O IPES possuía como princípio a unificação dos diversos associados civis e militares, vínculos econômicos com multinacionais, apoio de vários empresários e posição anticomunista. O IPES recebia financiamento de banqueiros e empresários nacionais e multinacionais, ou diretamente de empresas brasileiras e estrangeiras. O IBAD, por sua vez, atuava nos meios políticos, nos movimentos estudantis, operários, camponeses, buscando congregiar todas as forças antigovernistas.¹⁰⁷

O IPES e o IBAD, que representavam as forças reacionárias da elite social e política brasileira, tinham um braço de ação nos partidos e no Congresso, era a Ação Democrática Parlamentar (ADP), um bloco multipartidário, de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD, organizados através de uma rede em todo país. Conforme explicitado por Dreifuss

“A ADP fazia, ainda, críticas aos projetos do governo e aos do bloco nacional-reformista, cujas linhas básicas eram preparadas no complexo IPES/IBAD. Adotando a técnica do voto em bloco, a ADP também se habilitava a derrotar propostas de diretrizes governamentais. Contava com aproximadamente duzentos representantes em dezembro de 1962 (quase a metade da Câmara dos Deputados) o maciço bloco de parlamentares amigos da ADP, patrocinados pelo complexo IPES/IBAD e habilmente coordenados pelo Grupo de Ação Parlamentar.”¹⁰⁸

A ADP teve um papel crucial nas eleições de 1962, para a direita, porque se entendia que a forma mais eficaz de influenciar o Congresso e de exercer pressão sobre o governo consistia em assegurar ao bloco da ADP a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado. Portanto, todo o empenho foi voltado neste sentido. Segundo Dreifuss, durante as eleições de outubro de 1962, o complexo IPES/IBAD patrocinou candidatos, formulando os seus próprios programas eleitorais em troca de assistência financeira. Entretanto, o saldo não se revelou

¹⁰⁷ DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado*, Petrópolis: Vozes, 1981, 3ª edição. “A formação do IPES”, p. 162 a 172.

¹⁰⁸ DREIFUSS, René A. *Idem*, p. 320.

totalmente positivo ao se observar que, nessas eleições, a direita “alcançou algumas de suas mais significativas vitórias, bem como algumas fragorosas derrotas”.¹⁰⁹

Por outro lado, as esquerdas também se organizaram para a disputa eleitoral. Um ano antes das eleições, Leonel Brizola, que era muito prestigiado entre as esquerdas, junto com o governador de Goiás, Mauro Borges, fundou a Frente de Libertação Nacional. Brizola queria unir os grupos nacionalistas e “eleger uma numerosa bancada de parlamentares nas eleições legislativas de 1962”.¹¹⁰ Sobre a criação da Frente de Libertação Nacional informa Jorge Ferreira:

“Os objetivos da organização eram nacionalizar as empresas estrangeiras, impor o controle da remessa de lucros para o exterior e lutar pela reforma agrária. A Frente foi recebida com entusiasmo por partidos políticos e organizações de esquerda, bem como por líderes reformistas. A ela aderiram Miguel Arraes, Barbosa Lima Sobrinho, o secretário do Movimento Nacionalista Brasileiro, coronel Oscar Gonçalves, e Aldo Arantes, presidente da UNE. A Frente, no entanto, foi extinta logo após as eleições. Ao cumprir sua meta, a de eleger uma bancada significativa de parlamentares nacionalistas, a Frente de Libertação Nacional deixou de existir quando o PTB quase dobrou a sua bancada na Câmara dos Deputados.”¹¹¹

O PCB apoiou a criação da Frente Nacional de Libertação, como se pode ver na leitura de *Novos Rumos* do início de novembro de 1961. Na primeira página há um texto onde se lia que o “povo brasileiro” saudava o “lançamento da Frente Nacional de Libertação” como um fato “de enorme significação política”, porque se destinava “a unir todos os patriotas e democratas brasileiros para a luta pela emancipação nacional e a verdadeira democracia em nosso país”.¹¹²

O artigo deu ênfase ao fato de que, “desde há muitos anos” havia a necessidade “de uma frente ampla capaz de congregiar todos os homens e mulheres que aspiram à independência e ao progresso de nossa pátria”, e de que “os comunistas, em particular, sempre advertiram para essa necessidade” era “com um legítimo entusiasmo, portanto, que assinalamos o lançamento da Frente Nacional de Libertação”.

“A declaração de Goiânia lança as bases de uma ampla e sólida frente única nacionalista e democrática. Denuncia com clareza os principais fatores responsáveis pelo nosso atraso e pela miséria das grandes massas: a espoliação a que nos submetem os monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos, a existência do

¹⁰⁹ DREIFUSS, René A. *Idem*, p. 324.

¹¹⁰ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op. cit., p. 288.

¹¹¹ *Idem*.

¹¹² *Novos Rumos*, n.142, Rio de Janeiro, edição de 27 de outubro a 2 de novembro de 1961, p. 1.

latifúndio, a brutal exploração dos trabalhadores e o predomínio político das forças reacionárias.”¹¹³

O entusiasmo a que se referia *Novos Rumos* era devido ao projeto da Frente Nacional de Libertação comungar da proposta do PCB, como descrita no seu Manifesto de 1958

“As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias anti-imperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças.”¹¹⁴

A organização fundada por Leonel Brizola e Mauro Borges era, na opinião dos comunistas, a confirmação de sua análise e vinha provar o acerto do caminho que o PCB havia escolhido e, talvez mais importante, indicava que a transformação esperada estava próxima. Note-se o que escreveram os comunistas, em 1960, dois anos após o Manifesto e um antes da criação da Frente Nacional de Libertação:

“A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva.

Como o imperialismo norte-americano e seus agentes internos constituem o inimigo principal, a frente única é muito mais ampla do ponto de vista de sua composição de classe. Pelo conteúdo das modificações que se propõe introduzir na sociedade brasileira pela natureza das forças que a integram, é uma frente nacionalista e democrática. Na fase atual do processo de sua formação, a frente única não se apresenta sob a forma de uma organização que abranja todas as forças anti-imperialistas e democráticas, nem se propõe ainda a realização completa dos objetivos revolucionários. Desenvolve-se na luta por objetivos nacionais e democráticos de caráter parcial. Manifesta-se em múltiplas formas concretas de unidade de ação ou de organização. Entre estas, a mais importante, atualmente, é o movimento nacionalista. O movimento nacionalista agrupa setores de diversas classes e camadas, atrai entidades, partidos, correntes e personalidades das mais variadas orientações políticas na luta por soluções patrióticas como a defesa do petróleo e de outras riquezas nacionais, o controle e a regulamentação do capital estrangeiro, a ampliação do intercâmbio com os países socialistas, a proteção à indústria nacional, assim como por mudanças na política e na composição do governo num sentido nacionalista e democrático.”¹¹⁵

¹¹³ *Novos Rumos*, n. 142, Rio de Janeiro, edição de 27 de outubro a 2 de novembro de 1961, p. 1.

¹¹⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Declaração sobre a política do PCB”, p. 15.

¹¹⁵ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 50 e 51.

O texto dos *Novos Rumos* exaltava ainda que a luta da Frente “não é nem poderia ser a luta de um grupo, de uma tendência, de um partido, de uma parte do povo”, mas a luta de todos patriotas sinceros, “por cima de quaisquer divergências particulares ou de pontos de vista em relação a outros problemas”. Para no final arrematar:

“A união das forças patrióticas e progressistas, que vai desde a classe operária aos industriais, e a cujo serviço se colocam homens públicos como Leonel Brizola, Mauro Borges, Miguel Arraes, Barbosa Lima Sobrinho e muitos outros, será tanto mais compacta e fecunda quanto mais decisiva e atuante for a participação que nela tiverem as massas fundamentais de nosso povo, particularmente os operários, os camponeses e a juventude.”¹¹⁶

O fecho do texto creditava o êxito da frente à participação das “massas fundamentais de nosso povo”, ratificava a crença dos comunistas de que não bastava criar a frente ampla, era necessário que a parte mais “consequente” da coalizão estivesse à frente, que seriam os operários e camponeses.

O resultado das eleições compôs o seguinte quadro: no Senado, das sessenta e seis cadeiras, a UDN ficou com quinze, PSD com vinte e uma e o PTB com dezoito.¹¹⁷ Para a Câmara dos Deputados o PTB se tornou o segundo maior partido, passando de sessenta e seis para cento e dezesseis representantes, o PSD com cento e dezoito e a UDN com noventa e uma.¹¹⁸ Antes, o PSD possuía cento e quinze e a UDN tinha setenta.¹¹⁹ Como observado por Dreifuss, apesar do financiamento do IPES e do IBAD aos candidatos de oposição ao governo, o PTB aumentou sua bancada, embora a oposição continuasse tendo a maioria e vencido nos principais estados para governador. As esquerdas avançaram após as eleições e, diante do enorme empenho financeiro e de propaganda da oposição, pode-se considerar que saíram vitoriosas.

Eis a avaliação de Dreifuss referente ao apoio que os grupos conservadores receberam e o resultado final

“Quando finalmente houve as eleições de outubro de 1962, a elite orgânica, por intermédio da rede IPES/IBAD/ADEP/ADP/Promotion S.A., havia financiado 250 candidatos a deputado federal, 600 a deputado estadual, 8 a governos estaduais e vários senadores, prefeitos e vereadores. Mais de um terço da Câmara dos deputados veio a ser beneficiada com tal apoio. De um total de 110 parlamentares, cujo mandato dependia de financiamento da rede IPES/IBAD/ADEP que, em troca, comprava a posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo

¹¹⁶ *Novos Rumos*, n. 142, Rio de Janeiro, edição de 27 de outubro a 2 de novembro de 1961, p. 1.

¹¹⁷ DREIFUSS, René A. Op. cit., p. 335.

¹¹⁸ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 129.

¹¹⁹ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela. Op. cit., p. 56.

nacional-reformista, 46 pertenciam à UDN, 37 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 3 ao PDC, 3 ao PR, um ao PL, um ao PRT e um ao MTR. Em alguns estados sem candidato único da direita, a elite orgânica foi obrigada a apoiar mais de um candidato contra as forças nacional-reformistas. Dos muitos candidatos apoiados aos governos estaduais, vários foram derrotados pelas forças nacional-reformistas, apesar de todo o esforço da elite orgânica.”¹²⁰

Há uma ideia estabelecida de que o IPES e o IBAD dominaram as eleições de 1962 por causa do pesado investimento em candidatos em todo o país e da maciça propaganda contra as esquerdas. O resultado das eleições, porém, aponta em sentido contrário ao se verificar que o PTB praticamente dobrou sua bancada, conseguiu mais de um quarto da quantidade de senadores, e as principais lideranças das esquerdas conseguiram se eleger, como Leonel Brizola, Miguel Arraes e Francisco Julião.

A conclusão dessa disputa é que tanto a direita quanto a esquerda se organizaram e mobilizaram, dentro de suas possibilidades, visando à conquista de uma maioria no Congresso, mesmo que, nos extremos de cada movimento, já se buscassem estratégias de ação antidemocrática. As eleições de 1962 representaram uma das fases da queda de braço entre os segmentos de esquerda e os conservadores. Porém, se se considerar como estava o Congresso antes e depois das eleições, pode-se dizer que o quadro pendeu favoravelmente às esquerdas e aos movimentos nacionalistas.

No meio de outubro Orlando Bonfim Júnior publica um artigo na primeira página dos *Novos Rumos* intitulado *Eleições*, onde avalia que embora o pleito tenha ocorrido em condições que não permitiram “o pleno e livre pronunciamento da opinião pública”, posto que os analfabetos e soldados não tiveram o direito de votar, concluiu que “é certo que já avançamos muito”.¹²¹

Bonfim Júnior ainda afirmou que a impossibilidade das “massas” de votarem no seu partido, o PCB, ou de votarem num “líder como Luiz Carlos Prestes”, desfigurava a democracia, tornando-a falsa. Em seguida, analisou a situação no Estado da Guanabara, escrevendo que, apesar de não ter como fazer um balanço geral das eleições, o “povo carioca” teria dado “resposta merecida a seus mais ferrenhos inimigos”, elegendo Leonel Brizola, deixando subentendido que este vencera onde Lacerda era governador. Além disso, afirmou que as forças populares e progressistas, embora de maneira ainda não inteiramente satisfatória, teriam enfrentado “Lacerda e seu bando, mostrando de que lado efetivamente estavam os inimigos da Nação”.

¹²⁰ DREIFUSS, René A. Op. cit., p. 331.

¹²¹ *Novos Rumos*, n. 191, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de outubro de 1962, p. 1.

Na edição seguinte, com reportagem sob o nome *Eleições: nas cidades tiveram marca nacionalista*, esboçava-se, segundo a reportagem dos *Novos Rumos*, em “ligeiros tópicos”, certos elementos do sufrágio.¹²² Avaliou-se que nas cidades os candidatos das forças nacionalistas teriam vencido, fenômeno que vinha crescendo de eleição a eleição. No caso do pleito de 1962, a vitória teria acontecido contrariando a “mais espetacular corrupção pelo dinheiro e ao mais furioso terror ideológico”. As populações urbanas, principalmente nos centros de maior concentração operária, consagraram os candidatos das “correntes populares”. Depois foram feitos comentários a respeito das eleições em alguns centros urbanos com a finalidade de provar a tese do autor.

A reportagem considerava que entre os camponeses também já havia sinal de “amadurecimento político”, pois embora não se pudesse fazer uma análise mais vasta, já havia episódios como o do candidato e “líder camponês autêntico” José Porfirio, em Goiás, um dos candidatos mais votados para a Assembleia estadual. Um aspecto da reportagem a ser destacado foi o enfoque na necessidade da união das forças nacionalistas, já que “ficou nitidamente provado: quando as forças nacionalistas e democráticas se unem a derrota dos entreguistas e reacionários é devastadora e inapelável”.

A análise das duas edições dos *Novos Rumos* cujo tema foram as eleições é de que o movimento nacionalista avançava no país, as esquerdas ganhavam força, no campo os camponeses amadureciam politicamente e cada vez mais a “conciliação”, o “entreguismo” e o “anticomunismo” perdiam força. Não significa dizer que ainda não fossem necessárias mais união entre as esquerdas e a ampliação da democracia.

O PCB, durante a fase de governo parlamentarista de João Goulart, seguiu o que propunha seus documentos oficiais – a criação de uma frente ampla entre todos os segmentos que se opusessem ao “imperialismo” norte-americano, seus aliados internos e à estrutura fundiária que vigorava no país, de forma pacífica, sem abdicar de apoiar figuras com pregações radicais, como Leonel Brizola, nem abandonar a possibilidade da luta armada caso fosse necessária.

João Goulart era tido pelos comunistas como representante de um dos segmentos que poderia fazer parte da frente, o segmento da burguesia nacional que se interessava pela maior independência do país em face dos interesses de Washington. No entanto, o fato de ser representante da burguesia inspirava desconfiança, pois para os comunistas a burguesia fazia

¹²² *Novos Rumos*, n.192, Rio de Janeiro, edição de 19 a 25 de outubro de 1962, p. 3.

oposição ao imperialismo até certo ponto, mas defendia um reformismo diferente do desejado pelos operários e camponeses.

Segundo os comunistas, o reformismo defendido por Jango era burguês, desprovido de um aprofundamento das transformações sociais e, no final, sempre optava pela conciliação com os setores reacionários, temerosos de perder o controle do movimento, visto que os trabalhadores do campo e das cidades poderiam assumir o comando do movimento, promovendo mudanças que prejudicassem os interesses do “reformismo burguês”.

Por esse motivo, o PCB não defendeu Jango. Ao contrário fez-lhe oposição durante todo o governo parlamentarista, como exposto neste capítulo. Jango era membro das elites, e, como tal, era útil por disputar com outras elites, as mais reacionárias, o controle sobre as políticas interna, externa e econômica do governo. Disputa importante no sentido que enfraquecia a hegemonia dos setores mais conservadores e beneficiava os movimentos populares, que deveriam se aproveitar da situação para se fortalecer e tomar a frente das mudanças necessárias ao desenvolvimento do país.

Com efeito, os comunistas não apoiaram, não foram caudatários e nem submissos a João Goulart em nenhum momento. Mesmo porque desde o sucesso da Campanha da Legalidade ele já demonstrava alianças com os “inimigos do país”, o PSD. Daí advém a oposição sistemática contra ele, suas medidas e os gabinetes que se formaram.

2 OS COMUNISTAS E O GOVERNO PRESIDENCIALISTA DE JOÃO GOULART

A votação para o fim do parlamentarismo foi maciça. A maioria esmagadora dos eleitores votou pelo retorno ao presidencialismo na consulta popular pelo retorno ou não ao presidencialismo, 470.701 eleitores anularam seus votos, 284.444 eleitores votaram em branco, 2.073.582 eleitores aprovaram o ato adicional que implantara o parlamentarismo, mas 9.457.448 dos consultados desaprovaram a adoção do sistema que tinha substituído o presidencialismo.¹²³ Apesar do expressivo resultado das urnas, o presidente preferiu continuar uma política de negociações para a implantação das reformas de base, fato que contrariava Brizola, o PCB e outras correntes de esquerda. Segundo Jorge Ferreira, era desejo de Jango estabelecer uma política de diálogo e entendimento com as duas principais agremiações políticas do país: PSD e PTB. De acordo com o autor:

“Unindo o centro e a esquerda, reforçando a tradicional aliança entre pessedistas e petebistas, Goulart, com maioria no Congresso Nacional, acreditava executar as reformas de base a partir de acordos, pactos e compromissos entre as partes.”¹²⁴

Portanto, as iniciativas de Goulart, durante a fase presidencialista, seguiram a proposta de implantação das reformas, visando o diálogo entre as forças políticas e sociais existentes. A ideia era de que, uma vez implantadas a partir do consenso das correntes envolvidas, as reformas tivessem a chancela de legitimidade perante toda a nação. Neste viés, João Goulart rejeitou propostas antidemocráticas ou impositivas. Em consonância com a proposta de diálogo, buscou formar ministérios com o PSD na política, propôs medidas que tivessem o apoio dos trabalhadores, dos empresários e dos credores internacionais na economia, e escolheu, inclusive, chefes militares de posições diferentes, como anticomunistas e partidários de Leonel Brizola para as Forças Armadas.

Com efeito, esta postura serviu de causa para as críticas sofridas por Jango durante o período presidencialista, pois para o PCB e outros movimentos de esquerda, o presidente deveria seguir a linha de atuação preconizada por eles para implantar as reformas, mesmo que significasse tomar medidas que negligenciassem os procedimentos constitucionais.

¹²³ Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963>> Acesso em 30 de novembro de 2014.

¹²⁴ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op. cit., p. 323.

2.1 O PCB, João Goulart e o PSD

Na edição posterior ao plebiscito do dia 6 de janeiro de 1963, *Novos Rumos* estampou na primeira página: *Não em massa enterrou o ato adicional, Nação votou contra entreguismo e a favor das reformas de base*. O texto enfatizava o fato de que apesar de toda a “grande imprensa” pregar a abstenção ou voto do “sim”, em São Paulo do governador Ademar de Barros “o NÃO alcançou a esmagadora proporção de 82%”. Na Guanabara o índice de abstenção teria sido menor que durante as eleições de outubro de 1962.¹²⁵

O significado do não, segundo o jornal, demonstrava a posição popular contra um golpe antidemocrático (ato adicional do parlamentarismo), baseado na “espoliação do Brasil pelos trustes internacionais, na conservação do latifúndio e dos privilégios para uma minoria parasitária...”. O povo votara a favor de uma nova política progressista de libertação do imperialismo e promoção das reformas de base, “há tanto tempo reclamadas e já perfeitamente maduras”. Em seguida, o texto afirmava:

“Enterrado o Ato Adicional, investe-se o sr. João Goulart – sem ter de esperar por mais nenhuma manobra protelatória dos que foram derrotados – dos poderes que considerava indispensáveis para dirigir o País. Tem agora, portanto, o que lhe faltava. E mais: sabendo com exatidão o que dele reclama, clara e viçosamente, o grosso da Nação.”

De acordo com o semanário, o caminho para a implantação das reformas estava aberto após a vitória do “não”.

“O que resta, pois, é cumprir a vontade de nosso povo. E isso significa programar, sem delongas e de maneira concreta, a realização das reformas de base e, para assegurá-la, constituir um Governo realmente identificado com as aspirações nacionalistas e progressistas do povo, isto é, com a resolução das urnas. Esse é o caminho que se abre diante do sr. Goulart. Os milhões de votos indiretamente dados ao seu nome estão indissoluvelmente ligados à pregação e ao compromisso das reformas de estrutura, dos princípios essenciais do movimento nacionalista e democrático, que figuram, por sinal, no programa do PTB, o partido do presidente da República”.¹²⁶

Neste ponto do texto, o resultado da consulta era associado ao apoio da população à implantação imediata das reformas. Não havia mais desculpas para não romper com o PSD, estabelecer um novo tipo de relação com os Estados Unidos, realizar a reforma agrária, formar um ministério sem elementos da direita ou de centro, e buscar nos segmentos

¹²⁵ *Novos Rumos*, n. 204, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de janeiro de 1963, p. 1.

¹²⁶ *Novos Rumos*, n. 204, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de janeiro de 1963, p. 1.

populares a base necessária para tais medidas, já que estes segmentos o haviam referendado nas urnas.

O PCB, além de não apoiar Jango, considerava que o povo não necessariamente o apoiasse, pois afirmava que os milhões de votos tinham sido dados “indiretamente” a seu nome, ou seja, o apoio era menos para Goulart e mais para as reformas. Ato contínuo, há uma citação ao programa do PTB, realçando o fato de que a grande votação recebida, estava relacionada com o programa nacionalista do partido presidido por João Goulart. Logo, o próprio partido defendia, em seus documentos, aquilo que a população reforçara na consulta popular. Só restava a quem ocupava o Executivo, tomar as medidas necessárias. O resultado do plebiscito era um cheque em branco para que Jango assinasse pelas reformas.

A conclusão do partido era que os votos contra o parlamentarismo indicaram de maneira inequívoca uma demonstração de força popular a favor das reformas, do que simplesmente desaprovação à mudança de regime, ocorrida em outubro de 1961. Interpretava o resultado do plebiscito como uma sinalização de poder do povo, reiterando a ideia de que aumentava o fortalecimento e a mobilização popular. Mas a batalha não estava vencida, os nacionalistas deveriam continuar se organizando, lutando, pressionando para que se aprofundasse cada vez mais o processo de vitórias e avanços necessários.

“Não se pode esperar, entretanto, que as forças repudiadas no plebiscito ensarilhem as armas. Nem que deixem de manifestar-se as tendências à conciliação e ao compromisso por parte do próprio sr. João Goulart, como, aliás, sugerem certas especulações em torno da formação do Ministério, em que aparecem nomes inaceitáveis para o povo, como o dos srs. Carvalho Pinto, Amauri Krueel e Tancredo Neves. Por isso mesmo, as correntes nacionalistas e democráticas, que venceram uma importante batalha, não podem nem de longe considerar que venceram a guerra. A mobilização e a ação dessas forças – com os trabalhadores à frente – devem precisamente intensificar-se, a fim de que a vitória do plebiscito dê os seus frutos naturais: uma política e um governo nacionalistas e democráticos.”¹²⁷

No entanto, a análise desenvolvida por alguns pesquisadores a respeito do resultado do plebiscito dão conta de que o parlamentarismo também não seria interessante para as direitas, devido à proximidade das eleições, da crise econômica sem solução, acrescida de uma crise política alimentada por disputas partidárias quanto à indicação do Primeiro Ministro. Para Jacob Gorender:

“É notório o apoio que lhe deu Magalhães Pinto, o Governador de Minas Gerais e maior acionista do Banco Nacional. Não só Jango estava interessado na derrota do

¹²⁷ *Novos Rumos*, n. 204, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de janeiro de 1963, p. 1.

parlamentarismo. Também o desejavam os candidatos às eleições presidenciais de 1965: o próprio Magalhães Pinto e ainda Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros. Mais importante, porém, é que várias frações da classe dominante ansiavam por um governo forte, capaz de aplicar a política de estabilização anti-inflacionária.”¹²⁸

Sobre os militares e o plebiscito:

“Desde agosto, os principais chefes militares estavam indóceis, insatisfeitos com a instabilidade do regime. O chefe da Casa Militar da Presidência, General Amauri Krueel, que já advogara o golpe de Estado, mostrava-se muito impaciente com o parlamentarismo e os comandantes do I, II e III Exércitos, Generais Osvino Ferreira Alves, Peri Beviláqua e Jair Dantas Ribeiro, queriam intervir diretamente na questão.”¹²⁹

Ao tratar da posição de dois partidos políticos fortes, que tinham peso no Congresso graças à quantidade de parlamentares, a União Democrática Nacional (UDN), de características conservadoras, e o PSD, considerado de centro, Argelina Figueiredo ressalta que estes também foram favoráveis ao fim do parlamentarismo, movidos por cálculos eleitorais, pois com a permanência do regime, poderia haver derrotas para ambos nas eleições de 1962.¹³⁰

O quadro descrito em *Novos Rumos* sugeria a vitória das esquerdas, sem considerar, contudo, os interesses do PSD, da UDN, da cúpula militar, do PTB e de Jango. Isto, ao que tudo indica, fruto de uma avaliação demasiadamente otimista do momento político do país. Provavelmente essa linha editorial servia também para influenciar os filiados e o público leitor sobre a possibilidade do sucesso da grande união nacional pelas reformas, proposta pelo partido. A vitória do “não” no plebiscito era resultado apenas da ação dos segmentos democráticos e nacionalistas.

Ainda em janeiro, o CGT lança um documento onde declara que, livre do parlamentarismo, Goulart poderia agora cumprir promessas de implantação das reformas de base. O CGT esclarecia que os trabalhadores, desde as greves de agosto de 1961, teriam constituído um dos “fatores mais importantes da vitória democrática” que acabava de ser conquistada, sentindo a responsabilidade maior que pesava sobre seus ombros e de todos os patriotas, e que não mediriam esforços para que o povo mais uma vez não fosse enganado ou

¹²⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Ática, 1987, 2ª edição, p. 44 e 45.

¹²⁹ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 62 e 63.

¹³⁰ FIGUEIREDO, Argelina C. Op. cit., p. 60.

decepcionado.¹³¹ Quanto às exigências dirigidas ao presidente por conta do restabelecimento dos seus poderes, declarava o CGT, no mesmo documento:

“O COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES, em nome dos trabalhadores de todo País e apoiado na dura experiência que o povo colheu com os sucessivos governos que tem tido ultimamente, reafirma que a condição indispensável para encaminhar as reformas de estrutura exigidas pelos superiores interesses da Nação é a constituição de um GOVERNO NACIONALISTA E DEMOCRÁTICO, isto é, de um governo expurgado de reacionários e entreguistas.”(grifos do autor)

A expressão em caixa alta “GOVERNO NACIONALISTA E DEMOCRÁTICO” pode ser entendida como “governo das esquerdas”. Mais uma vez o PCB criticava a aliança entre Jango e o PSD, considerado como partido de reacionários e entreguistas. O PCB, através do CGT, exigia o rompimento de Jango com o PSD. Nos documentos e textos do partido, sempre constavam referências à conquista de um governo “nacionalista e democrático”. A defesa que se fez do plebiscito e, depois, das reformas de base relacionava-se ao empenho de fortalecer o nacionalismo e a democracia no país. Mas o que significavam essas palavras para o PCB? Por que a aposta no “nacionalismo” e na “democracia”?

O nacionalismo figurou como um tema muito em voga desde o início dos anos 1950, influenciando toda a América Latina e, por extensão, o Brasil, com reflexo nos movimentos estudantis, intelectuais, operários e políticos.¹³² Nos anos 1960, o PCB vai pregar e defender o nacionalismo por este ser capaz de retratar uma demanda da sociedade e dos movimentos progressistas, além de ser uma forma de esmaecer o imperialismo norte-americano tão forte no Brasil e no restante da América Latina. Nacionalismo significava também robustecer e desenvolver o capitalismo brasileiro, visto como um dos passos necessários para se chegar ao socialismo. Por outro lado, os Estados Unidos eram o principal inimigo da União Soviética.

Ronald Chilcote descortina outro motivo como a influência sobre o PCB, por parte do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Quando ocorreu o aniversário de 40 anos da Revolução Russa, uma delegação brasileira esteve na Rússia e, nesta ocasião, “foram orientados para enfatizar o nacionalismo e estimular os não-comunistas a liderar o movimento de libertação nacional”.¹³³ A partir do vislumbrado por Ronald Chilcote, conclui-se que a adesão do PCB à luta nacionalista, assim como à nova orientação política adotada em 1958,

¹³¹ *Novos Rumos*, n. 205, Rio de Janeiro, edição de 18 a 24 de janeiro de 1963, p. 2.

¹³² D'ARAÚJO, Maria Celina. Op. cit., p. 121 e 122.

¹³³ CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração 1922 – 1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 285.

guardou relação com a simpatia e colaboração que a liderança do CC do partido tinha com o PCUS, constituindo, se não o principal, pelos menos um dos principais motivos.

Isto não significa que os comunistas não fossem nacionalistas, ou que o PCB fosse obediente às ordens de Moscou, mas significa que a proposta de uma ampla frente de união democrática, reunindo todos os segmentos contrários ao latifúndio e aos interesses capitalistas norte-americanos, teve como um dos motivos a orientação do PCUS que o partido, tendo Prestes à frente, optava por seguir.

Desde os anos 1950, na América Latina, inclusive, no Brasil, cada vez mais as expressões “esquerda” e “nacionalismo” se aproximaram até se tornarem praticamente sinônimos – embora houvesse nacionalistas de direita. Outro item pertinente à discussão refere-se à luta por um governo “democrático”, que o PCB defendia em seus escritos. Sob a premissa comunista, um governo “democrático” traduzia-se como um governo de esquerda, não um governo nos quadros da democracia liberal burguesa.

Embora o PCB continuasse determinado pela implantação de um governo socialista e pela liquidação do capitalismo, tinha plena ciência de que saltar do capitalismo para o socialismo, naquele momento, consistiria em uma tarefa praticamente inviável. Por isso, o PCB investia no acúmulo de forças dos setores contrários ao latifúndio, à exploração dos camponeses e trabalhadores urbanos, ao poder aos Estados Unidos e seus aliados internos, estabelecendo temporariamente alianças com a burguesia nacional, fortalecendo os movimentos operário e camponês, mostrando a disponibilidade e capacidade do partido para chefiar e organizar os trabalhadores. Desse modo, os empecilhos seriam minimizados no sentido de promover mudanças, que ajudassem a real independência do país e beneficiassem os trabalhadores do campo e da cidade. Depois disto, seria naturalmente facilitada tanto a eliminação do capitalismo como da democracia burguesa com a implantação de um governo proletário.

Veja-se a justificativa de Prestes, no final de março de 1958, em relação à nova postura política adotada pelo PCB, num dos parágrafos do seu texto editado no semanário *Voz Operária*

“Preocupados exclusivamente com o objetivo revolucionário, perdemos de vista o processo de desenvolvimento necessário para atingi-lo e contrapusemos mecanicamente ao governo atual um governo capaz de realizar as transformações radicais, sem admitir as reformas intermediárias. Não víamos que a realidade apresenta a possibilidade de um governo nacionalista e democrático, capaz de realizar uma política externa independente e de paz e uma política interna democrática e progressista. Um governo deste tipo, surgindo dentro dos quadros do atual regime,

abrirá caminho para uma nova correlação de forças capaz de empreender as transformações radicais, aproximando-nos, assim, dos objetivos revolucionários.”¹³⁴

Neste trecho, Prestes expõe a continuação da luta pelos objetivos revolucionários, mas admitia, para o momento, “reformas intermediárias”, tendo em vista o enfraquecimento da ascendência dos Estados Unidos sobre o Brasil, bem como o desenvolvimento do capitalismo nacional e dos movimentos operário e camponês. Esclarecia, portanto, que, após a implantação de um governo “nacionalista e democrático”, isto viabilizaria as “transformações radicais”.

O governo que o PCB defendia para aquela conjuntura política e social do Brasil, não representava a última etapa, visto que estaria “dentro dos quadros do atual regime” capitalista. Aquele tipo de governo, se implantado, permitiria “transformações radicais”, a dos “objetivos revolucionários”. O governo “nacionalista e democrático”, dos comunistas, começaria num nível superficial, partindo depois para outro mais profundo e abrangente.

Quando se observam os escritos de Lênin, nos quais o PCB se baseava, entende-se melhor o interesse dos comunistas em lutarem por uma democracia, que não era a existente no Brasil naquele momento, pois a democracia representativa expressava os interesses do Estado burguês:

“A sociedade capitalista, considerada nas suas mais favoráveis condições de desenvolvimento, oferece-nos uma democracia mais ou menos completa na República democrática. Mas, essa democracia é sempre comprimida no quadro estreito da exploração capitalista; no fundo, ela não passa nunca da democracia de uma minoria, das classes possuidoras, dos ricos. A liberdade na sociedade capitalista continua sempre a ser, mais ou menos, o que foi nas Repúblicas da Grécia antiga: uma liberdade de senhores fundada na escravidão. Os escravos assalariados de hoje, em consequência da exploração capitalista, vivem por tal forma acabrunhados pelas necessidades e pela miséria, que nem tempo têm para se ocupar de ‘democracia’ ou de ‘política’.”¹³⁵

Neste trecho de Lênin, ratifica-se que a democracia burguesa – a democracia liberal – limitava e oprimia as classes trabalhadoras, logo, era de se esperar que essa democracia estivesse longe de coadunar com a desejada pelos socialistas. A democracia que o PCB projetava para o Brasil encontra-se descrita a seguir, nas considerações sobre a transição do capitalismo ao socialismo:

¹³⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política”, p. 34.

¹³⁵ LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo, Expressão popular, 2010, 2ª edição, p. 106 e 107.

“Mas a ditadura do proletariado, isto é, a organização de vanguarda dos oprimidos em classe dominante para o esmagamento dos opressores, não pode limitar-se, pura e simplesmente, a um alargamento da democracia. Ao mesmo tempo [em] que produz uma considerável ampliação da democracia, que se torna pela primeira vez a democracia dos pobres, a do povo e não mais apenas a da gente rica, a ditadura do proletariado traz uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas. Devemos reprimir-lhes a atividade para libertar a humanidade da escravidão assalariada, devemos quebrar a sua resistência pela força; ora, é claro que onde há esmagamento, onde há violência, não há liberdade, não há democracia.”¹³⁶

O PCB ao advogar por um governo “nacionalista e democrático” enquanto atacava um partido considerado de centro liberal democrático, como o PSD, que poderia encarnar um potencial aliado na sua luta por uma frente ampla, era por julgá-lo, em sua maioria, membro da burguesia mais reacionária, representante daqueles exploradores do proletariado urbano e rural.

A compreensão de que “a democracia dos pobres”, a do povo, traria “uma série de restrições à liberdade dos opressores, dos exploradores, dos capitalistas”, escrita por Lênin, mostra, em última instância, o desprezo do PCB pelas instituições da democracia liberal – incluindo a Constituição de 1946 e o Congresso Nacional. Consoantes com isso, os comunistas apoiaram as afirmações e ações mais radicais de Brizola para implantação das reformas de base que.

A democracia da burguesia, no entender dos socialistas, nada mais era do que a exploração dos proprietários sobre as classes que produziam as riquezas pela força do seu trabalho. Portanto, a verdadeira democracia, pregada pelo PCB, significava o controle dos segmentos populares sobre as classes proprietárias. Dentro das expectativas dos comunistas brasileiros sobre o estabelecimento de um governo “democrático e nacionalista”, ou seja, o governo das esquerdas, as reformas de base seriam mais um passo para o estabelecimento da verdadeira democracia, um fator de fortalecimento dos movimentos populares e de consolidação da unidade proletária, tanto contra o poder dos grupos reacionários mais radicais, quanto da burguesia nacional, mais progressista, mas também conciliadora, representada por João Goulart e o PSD.

Conclui-se, então, que um governo “nacionalista e democrático” nos moldes do PCB contaria apenas com segmentos e personalidades de esquerda. Isto porque só com pessoas como Leonel Brizola, Miguel Arraes, e agremiações como o CGT, FMP entre outras, o país poderia efetivar os objetivos expostos pelo partido nos seus documentos oficiais e implantar o socialismo.

¹³⁶ LENIN, Vladimir Ilitch. Idem, p. 108.

João Goulart negociava com todos os setores envolvidos nas reformas. No seu esforço de dialogar com as partes, ouvia e negociava tanto com o CGT quanto com o PSD. Isto não era aceito pelas esquerdas, em especial, pelo PCB e Leonel Brizola. Exemplo disto encontra-se noticiado pelo *Novos Rumos* em *O discurso do Presidente*,¹³⁷ relata que Goulart recebeu representantes do CGT, tendo inclusive discursado para eles. A reportagem ao analisar as colocações de Jango, considera-as justas, em concordância com “o pensamento dos trabalhadores e das correntes nacionalistas e democráticas”, mas alertava para a difícil conciliação entre a fala e a sua conduta quando, por exemplo, agia de forma a “agravar os tormentos do povo e a presentear prodigamente à Standard Eletric ou à Bond and Share”.

O jornal discorria sobre a linha de conduta adotada pelo presidente, de sacrificar as massas prosternando-se “ante os privilégios dos espoliadores”, a qual era justificada pela necessidade da preservação do regime, conforme teria sido explicada pelo próprio Jango aos sindicalistas. Criticava-se o chefe do Executivo por estar “excessivamente cuidadoso” em marchar ao compasso das “maiores forças políticas”

“(…) querendo desse modo, certamente, referir-se ao PSD e à UDN, além de seu próprio partido, o PTB. Como, segundo sugere, existem entre as direções pessedista e udenista fortes resistências a uma política voltada para as reformas de estrutura – isto é, para os interesses da Nação e do povo – a solução encontrada é a dos compromissos. No fundo, trata-se de compromissos assumidos com o imperialismo e os latifundiários, cujos sócios, advogados e porta-vozes formam as cúpulas udeno-pessedistas.”¹³⁸

Os comunistas discordavam da interpretação do presidente sobre a conjuntura, pois aquela avaliação “estava muito longe de corresponder à realidade” política e social do Brasil. Cabe ressaltar essa passagem do semanário ao mostrar um João Goulart cuidadoso, consciente dos riscos de radicalismos e respeitando as instituições e as forças políticas existentes. Havia a preocupação de se preservar o regime democrático, caminhando para as reformas de acordo com as possibilidades que a própria conjuntura oferecesse. Ao mesmo tempo mostra os comunistas criticando os “compromissos”, tanto com o PSD quanto com a UDN. Além de deixar transparecer o quanto o PCB desejava que João Goulart abandonasse acordos com partidos como o PSD, cujo trunfo era, justamente, estar aliado ao PTB e a partidos menores proporcionando a Goulart a maioria no Congresso Nacional.

Na avaliação dos comunistas, a “conciliação” e os “acordos”, aos quais o presidente se permitia, davam chance aos setores conservadores de não só manterem seus privilégios, como se organizarem para dar um golpe e barrar o avanço que as esquerdas estavam conseguindo.

¹³⁷ *Novos Rumos*, n. 209, Rio de Janeiro, edição de 15 a 21 de fevereiro de 1963, p. 3.

¹³⁸ *Novos Rumos*, n. 209, Rio de Janeiro, edição de 15 a 21 de fevereiro de 1963, p. 3.

Em reportagem de abril, na primeira página dos *Novos Rumos*, lia-se que tinham se acentuado “nos últimos meses”, as “concessões do governo do sr. João Goulart ao imperialismo e à reação”. Também afirmava o jornal que:

“Na mesma linha de acentuadas concessões às exigências do imperialismo e da reação, o sr. João Goulart tira de seu gabinete alguns auxiliares imediatos, considerados homens de esquerda ou comunistas, e toma medidas contra a realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. Ao mesmo tempo, estreita sua aliança com os reacionários do PSD e afasta os elementos mais radicais do PTB.”¹³⁹

O PCB considerava, no que se referia às concessões à “reação”, que Jango se afastava de elementos por ele denominados de “radicais” do PTB e pessoas de esquerda enquanto se aproximava, cada vez mais, do PSD. O aumento do custo de vida e as “ameaças às liberdades democráticas” eram decorrentes desta postura do presidente, que lhe valeu ser acusado de apoiar os golpistas e inimigos da democracia, pois João Goulart teria tomado medidas na área político-militar com esse objetivo, conforme especulado nessa reportagem:

“No sentido de isolar os setores mais combativos do movimento nacionalista e democrático, dividindo-o e enfraquecendo-o, e de montar um sistema de forças dito ‘centrista’, mas cuja coloração direitista e reacionária surge evidente. O passo principal constituía em golpear os elementos patrióticos das Forças Armadas, em primeiro lugar o general Osvaldo Alves, montando outro ‘dispositivo’, apoiado principalmente no general Krueel, de conhecida formação reacionária e de não menos conhecidas ligações com a gorilagem civil e militar. E isto, com que objetivo? Com o objetivo de conter as lutas de massas, de barrar o avanço das forças populares e progressistas e assegurar condições para aplicação da atual política econômico-financeira, para as concessões ao imperialismo e à reação (...).”¹⁴⁰

Nesta parte do texto do *Novos Rumos*, responsabiliza-se o presidente de se colocar contra os movimentos de esquerda e as reformas, inclusive, dando maior poder aos que eram contra as reformas, com o objetivo de impedi-las e manter os privilégios das elites. Neste prisma, Jango não estaria agindo de forma inocente em relação aos golpistas, mas deliberadamente apoiando esse grupo. Ao término da matéria, exaltava-se que a luta continuava e ficaria mais forte condicionada à permanência da união das forças democráticas e nacionalistas, atuando pelas reformas de base. Assim não só se evitaria um retrocesso político, mas um avanço dos interesses do povo.

No mês de maio, novas críticas foram feitas a Jango bem como a sua política de “conciliação” responsável por dar forças à direita. Num comunicado em *Novos Rumos* sob o

¹³⁹ *Novos Rumos*, n. 216, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de abril de 1963, p.1.

¹⁴⁰ *Novos Rumos*, n. 216, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de abril de 1963, p.1.

título *Os comunistas e os últimos acontecimentos políticos*,¹⁴¹ lê-se que João Goulart propunha-se a ficar entre a “direita” e a “esquerda”, optando por uma política de “centro”, mas, na verdade, cedia, gradualmente, aos interesses das “forças espoliadoras e retrógradas do imperialismo e do latifúndio”. Por isto teria até articulado um golpe, cuja finalidade era impedir o avanço das forças nacionalistas e democráticas, usando a desculpa de evitar os extremismos a fim de manter os privilégios das elites. O PCB não apenas fazia oposição ao governo de João Goulart bem como suspeitava dos propósitos do próprio presidente. A saída para Jango seria adotar o programa político dos comunistas.

Segundo *Novos Rumos*, a tentativa de golpe aconteceria a partir de um comício organizado por pessoas ligadas a Jango, contra Carlos Lacerda, onde estariam presentes instituições como a UNE e sindicatos. Após o comício, os participantes seguiriam para a sede do governo da Guanabara, quando provocadores criariam uma situação que geraria reação por parte dos militares contra o protesto, seguida de uma intervenção no Estado, que conduziria a uma repressão aos movimentos de esquerda.

Depois de censurar medidas governamentais como o Plano Trienal e um empréstimo à IT&T, *Novos Rumos* conclama que seriam necessárias ações que combatessem “as causas reais da inflação”, “com o desenvolvimento independente” do Brasil e “o bem-estar do povo, num clima da mais ampla democracia”. Entretanto:

“Para levar à prática essa nova política, para garantir sua concretização, é indispensável a formação de um governo nacionalista e democrático. A realização de uma política efetivamente nacional e popular é incompatível com a presença em postos governamentais de elementos comprovadamente reacionários, como Krueel, Amaral Peixoto e Balbino.”¹⁴²

Mais uma vez o PCB exige do governo o rompimento com “elementos” considerados reacionários, entre estes Ernani do Amaral Peixoto, um dos fundadores e líderes do PSD. No início de junho Luís Carlos Prestes concedeu uma entrevista à imprensa publicada, mais tarde, em *Novos Rumos*, onde teceu duras críticas contra Jango. Afirmou, por exemplo, que “dez milhões de votos” do plebiscito que tinham devolvido os poderes presidenciais a Jango foram a demonstração de repúdio à manobra “conciliadora de setembro de 1961” e uma vitória contra as “forças reacionárias”, “revelando ao mesmo tempo a poderosa base de massas” à disposição de João Goulart para iniciar um mínimo de reformas. Prestes chamava a atenção para dois fatos: nunca um presidente teria contado com “tão poderoso apoio popular”; por

¹⁴¹ *Novos Rumos*, n. 219, Rio de Janeiro, edição de 1 a 9 de maio de 1963, p. 3.

¹⁴² *Novos Rumos*, n. 219, Rio de Janeiro, edição de 1 a 9 de maio de 1963, p. 3.

outro lado, havia a certeza de que Jango dispunha “de um dispositivo militar” que lhe permitiria tomar “sem receio” medidas populares. Se antes havia o problema do parlamentarismo, agora o presidente era o único responsável pelas medidas de governo, mas preferia continuar numa posição dúbia, “conciliando” com o PSD, cujos membros eram classificados de “reacionários”. A prova da política de “conciliação” encontrava-se:

“Na duplicidade das atitudes do presidente da República que, ao mesmo tempo, apoia o Comando Geral dos Trabalhadores e manda seu agente Crockatt de Sá empenhar-se em dividir o movimento sindical; que apoia o general Osmino e mantém à frente do Ministério da Guerra o sr. Kruehl; que fala em organizar um novo ministério para as reformas e acena com nomes de reacionários como Roberto Campos, Carvalho Pinto, Amaral Peixoto, Antonio Balbino, Tancredo Neves, para pastas das mais importantes.”¹⁴³

Depois Prestes afirmou

“As reformas de base só serão alcançadas através da ação unificada das forças patrióticas e democráticas, muito especialmente da classe operária e das grandes massas trabalhadoras do campo. É indispensável exercer forte pressão de massas sobre o Parlamento e o Poder Executivo.”¹⁴⁴

Percebe-se aqui a estratégia do PCB de pressionar Jango, pois se ele relutava em seguir com as “massas”, cabia a essas exercerem pressão para que abandonasse a dubiedade e efetivamente promovesse as reformas. Para finalizar este item, cabe mencionar a reportagem dos *Novos Rumos* de meados de julho, sob o título *Os comunistas e a situação política nacional*, na qual foram elencadas as promessas feitas por Jango, de que, se retornasse o presidencialismo, as reformas de base seriam implementadas. Contrariamente, o governo implantara o Plano Trienal, entendera-se com o governo norte-americano atendendo às suas exigências e não iniciara nenhuma reforma, temporizando com “a maioria reacionária do Parlamento”.¹⁴⁵

Segundo a opinião do jornal, Jango, após seis meses de retorno ao presidencialismo, com sua política “conciliadora” acumulara resultados desastrosos. Além disto, os “imperialistas e as forças reacionárias e entreguistas” se beneficiavam da postura do governo, pois consolidavam suas posições e se opunham às medidas “exigidas pelo progresso do país”. A matéria discutia as mudanças ministeriais promovidas asseverando que “substituíram-se homens, mas, no fundamental, permaneceu inalterado o sistema de forças em que se apoia o

¹⁴³ *Novos Rumos*, n. 223, Rio de Janeiro, edição de 31 de maio a 6 de junho de 1963, p.1.

¹⁴⁴ *Novos Rumos*, n. 223, Rio de Janeiro, edição de 31 de maio a 6 de junho de 1963, p.1.

¹⁴⁵ *Novos Rumos*, n. 229, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de julho de 1963, p.3.

Governo”. Essas mudanças objetivavam, sobretudo, “encontrar um caminho para continuar a levar à prática sua política de conciliação, mantendo o Plano Trienal e os compromissos com o FMI”.

“Com a recomposição ministerial, foram afastados os reacionários mais comprometidos com a política do Governo, já desgastados por isso mesmo perante a opinião pública. Por outro lado, foram também afastados os elementos mais ligados às correntes populares, que vinham constituindo pontos de resistência à aplicação dessa política. Apoiava-se principalmente o Ministério em grupos retrógrados do PSD, cuja participação no Governo aumentou, e em políticos conservadores do PTB.”¹⁴⁶

Diante do quadro apresentado pelo partido, os comunistas concluem que sua posição frente às ações do governo eram de

“(…) oposição, de luta contra sua política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. O movimento de massas precisa e deve ser conduzido no sentido de modificar a atual correlação de forças políticas e alcançar um governo diferente, um governo nacionalista e democrático, do qual não participe nenhum agente da reação e que represente as forças integrantes da frente única.”¹⁴⁷

Ao encerrar este item, pode-se afirmar que, após o retorno ao presidencialismo, os comunistas continuaram com suas críticas a João Goulart ao argumentarem que este conquistara poderes plenos como presidente, mas nutria uma postura conciliatória junto ao PSD, o que significava aliar-se a “correntes retrógradas e imperialistas”, representadas pelos parlamentares deste partido, os quais Jango insistia em manter no seu governo. O rompimento com o PSD era uma exigência dos comunistas, que conclamavam os trabalhadores a pressionar o presidente a ficar ao lado dos segmentos ligados “às correntes populares”, ou seja, as esquerdas e o movimento sindical.

O PCB atribuiu somente à mobilização das esquerdas a vitória do não ao parlamentarismo. Contudo, isto não era totalmente verdade, pois, como mencionado anteriormente, membros da UDN e PSD apoiaram o retorno ao presidencialismo. Isto não significa que a população fosse favorável ao parlamentarismo ou que as forças de esquerda não tenham tido uma atuação preponderante na vitória de janeiro de 1962. Mas a leitura feita pelo PCB relegava outras variáveis que convergiram para o fim do regime estabelecido em setembro de 1961.

Por causa dessa leitura exagerada da vitória no plebiscito, os comunistas defendiam que Goulart não precisava mais das forças políticas de centro, como o PSD, por dispor do

¹⁴⁶ *Novos Rumos*, n. 229, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de julho de 1963, p.3.

¹⁴⁷ *Novos Rumos*, n. 229, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de julho de 1963, p.3.

apoio popular – das esquerdas – e de militares nacionalistas, poderia impor as mudanças, provocando até um rompimento institucional, passando por cima do Legislativo. Por sua vez, Goulart não pretendia impor as mudanças, buscava um consenso com os grupos políticos existentes, postura que aborrecia grandemente o PCB. Logo, o presidente deveria ser pressionado, pois os trabalhadores tinham conseguido impedir o golpe de 1961 e decidido devolver-lhe os poderes. Dentro dessa lógica, somente o “povo” conseguiria demover o presidente da prática de negociar com os representantes do PSD e as forças da reação.

2.2 Os Comunistas e o Plano Trienal

O Plano Trienal tratava-se de um programa de governo lançado em janeiro de 1963 de autoria do ministro extraordinário do Planejamento Celso Furtado e do Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas com o intuito de conter a inflação e fazer o país voltar a crescer. Segundo Argelina Figueiredo, este Plano Trienal foi apresentado como um instrumento para resolver a grave situação econômica pela qual passava o país, propunha combater a inflação enquanto paralelamente retomaria o desenvolvimento por intermédio de reformas econômicas institucionais. O Plano visava conquistar o apoio dos grupos políticos conservadores, do público em geral e a confiança de credores externos, especialmente dos Estados Unidos. No entanto, configurava-se como uma tentativa do governo de promover um acordo ou pacto entre grupos comerciais, industriais e trabalhadores.¹⁴⁸

Os objetivos do Plano, na análise da referida autora, expressavam uma unidade de pontos de vista acerca da resolução dos problemas econômicos, sobretudo, o combate à inflação. Contudo, não se chegava a uma convergência de opiniões quanto ao modo de resolvê-los, devido principalmente aos sacrifícios em curto prazo a serem feitos por todos os segmentos envolvidos, inclusive o próprio governo. A título de exemplificação, para se combater à inflação propunha-se restrição salarial, limites de crédito e preços, e cortes nas despesas governamentais.

A combinação de políticas macroeconômicas restritivas com um programa de reformas era parte de uma tentativa mais geral de implementar uma estratégia política que pretendia atender as reivindicações internas pelo controle da inflação e por reformas, ao mesmo tempo que procurava aprovação do FMI e a ajuda financeira dos Estados Unidos. Caberia, portanto, ao governo ser o mediador e promotor do acordo entre as partes para que as

¹⁴⁸ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 91 e 92.

medidas do plano fossem implementadas. Neste sentido, o presidente encarregou-se, junto como o ministro do Trabalho, de iniciar “conversações com as lideranças sindicais”, enquanto os ministros do Planejamento e da Fazenda estabeleceram “conversações com grupos industriais e comerciais”.¹⁴⁹

Os argumentos principais do governo pela aceitação do acordo se baseavam em que a busca por satisfação das necessidades imediatas, no curto prazo, de um ou outro grupo, trariam consequências em longo prazo que afetariam todo o conjunto econômico. Dessa forma, tanto empresários quanto trabalhadores deveriam aceitar as restrições necessárias para que a situação econômica do país pudesse se estabilizar. Os interesses de classe deveriam ficar em segundo plano para benefício da economia do país. Outro argumento do governo para sensibilizar os grupos envolvidos a aceitarem as propostas do plano era de que excessivas pressões das partes poderiam levar a radicalizações políticas de consequências imprevisíveis, representando um perigo para a democracia.

Para entender a proposta do Plano Trienal, é preciso conhecer a situação política e econômica do Brasil no período. Nos anos de 1962 e 1963 o país passava por uma profunda crise econômica devido à política desenvolvimentista que Juscelino Kubitschek (1902-1976), presidente do Brasil entre os anos 1956 e 1961 havia promovido, cujas consequências abalavam as relações de trabalhadores e empregadores, empresários e governo.

No ano de 1956 foi criado o Conselho de Desenvolvimento, subordinado à Presidência da República e encarregado de criar estratégias para o desenvolvimento do país. O Conselho formulou, para o governo de Kubitschek, um plano de desenvolvimento, que ficou conhecido como Plano de Metas, um plano quinquenal, levado adiante com o total comprometimento do setor público e que visava à industrialização do país e, num plano mais geral, elevar o padrão de vida da população.¹⁵⁰

O Plano de Metas previa uma inflação de 13% ao ano e investimentos nas áreas de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Havia ainda a previsão de se construir uma nova capital, embora o país não tivesse estrutura econômica para o financiamento de objetivos tão ambiciosos. Segundo Marcelo Abreu, o “esquema financeiro” encontrado para a realização do Plano de Metas foi o “financiamento inflacionário”.¹⁵¹

O governo optou por correr o risco de perder a estabilidade econômica em benefício do desenvolvimento e, por isso, sujeitou-se durante todo o tempo ao difícil equilíbrio entre

¹⁴⁹ FIGUEIREDO, Argelina. Idem, p. 93.

¹⁵⁰ ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). Op. cit., p. 176.

¹⁵¹ ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). Idem, p. 181.

crescimento, estabilidade, altos lucros e baixo custo de vida. Isto foi possível enquanto houve crescimento econômico, mas tão logo aconteceu a desaceleração, instalou-se a crise política e social que comprometeu os governos seguintes de Jânio Quadros e João Goulart.

No mês de outubro de 1958, o presidente enviou uma mensagem para o Congresso com propostas para conter a inflação. O conjunto de propostas ficou conhecido como Programa de Estabilização Monetária (PEM),¹⁵² que debatido no Congresso não teve suas propostas aceitas por tocarem na questão da política cambial que atingiria os cafeicultores. Além disso, a proposta de política salarial era restritiva, sofrendo oposição dos partidos de esquerda e organizações sindicais.

O PEM pretendeu ser um “importante argumento para a aceitação das políticas econômicas brasileiras pelo FMI sem comprometer o Plano de Metas”,¹⁵³ pois o presidente negociava um empréstimo de US\$ 30 milhões com o FMI em vão, devido às exigências impostas por este. No final, sem conseguir apoio político para implementar o Plano de Estabilização Monetária e sem o apoio de credores internacionais, o presidente

“acabou por decidir pela continuação de seu governo desenvolvimentista sem balizamento de políticas de controle monetário, em oposição ao PEM e ao FMI e endossando a visão estruturalista de que economias subdesenvolvidas só poderiam se industrializar com algum nível de inflação que deveria ser administrada, ao invés de se buscar preços controlados com estagnação. A partir daí, as tentativas de estabilização dos preços restringiram-se a uma sucessão de “Planos de Contenção” da despesa orçamentária, sempre frustrados pela execução efetiva de caixa.”¹⁵⁴

O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek indiscutivelmente trouxe um extraordinário desenvolvimento para o Brasil no nível industrial, complementando o processo de industrialização iniciado por Getúlio Vargas, mas deixou uma herança de desequilíbrio econômico e inflacionário. Juscelino transferiu para o sucessor, Jânio Quadros, o árduo trabalho de equilibrar as contas públicas. No entanto, a herança do descalabro econômico e financeiro coube a João Goulart. No ano de 1962, a “inflação fora alta, de 55% e déficit orçamentário taxa do PIB muito baixa em comparação com os anos anteriores.”¹⁵⁵

Diante da gravidade da situação, o governo brasileiro necessitou pedir empréstimos ao Fundo Monetário Internacional (FMI), adotando uma política econômica conservadora. Por sua vez, havia a pressão dos Estados Unidos para que fossem tomadas medidas de

¹⁵² ABREU, Marcelo de Paiva (Org.).Idem, p. 191.

¹⁵³ ABREU, Marcelo de Paiva (Org.).Idem, p. 193.

¹⁵⁴ ABREU, Marcelo de Paiva (org.). Idem, p. 194.

¹⁵⁵ MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64 – Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, p. 122.

estabilização monetária, condicionando qualquer ajuda financeira a uma subordinação brasileira aos seus interesses. As esquerdas tinham outro programa: maior intervenção do Estado na economia, implantando as reformas de base, um conjunto de propostas de mudanças para o país, englobando os setores bancário, educacional, econômico, agrário, voltadas para uma melhor distribuição de renda, combate ao analfabetismo e restrição aos latifúndios.

O PCB avaliava como positiva a situação de crescimento e fortalecimento do movimento operário levando em consideração a existência de uma fração da burguesia interessada no movimento independente do país. Também opinava que os latifundiários e parte da burguesia aliada dos Estados Unidos eram uma “minoría ínfima” e, assim, seriam enfraquecidos diante da nova conjuntura internacional e nacional, embora ainda dispusessem de “grande poder político e de fortes posições no aparelho estatal”.¹⁵⁶ Essa avaliação do Comitê Central do PCB exposta no Manifesto de 1958, ratificada nas Teses do V Congresso em 1960, forneceu subsídios para que o partido se opusesse ao Plano Trienal e todas as outras medidas do governo de João Goulart. A expressiva votação pela volta do presidencialismo corroborou com a interpretação de um aval da população pelas reformas.

O primeiro comentário sobre o Plano apareceu ainda em janeiro de 1963, na primeira página, com a chamada *O Plano Trienal de Celso Furtado* enquanto a página 7 exibiu um resumo da proposta do governo, prometendo para a próxima edição “uma análise do documento governamental”.¹⁵⁷ Na edição seguinte, na coluna intitulada *Nota Econômica*, assinada por Josué Almeida, um dos redatores do jornal, lê-se que o caminho seguido até o momento era o de resolver problemas econômicos, como o combate à inflação, através de controle de gastos públicos, o que acabava beneficiando as classes possuidoras por meio das medidas propostas pelo FMI. Embora o colunista reconhecesse que o caminho buscado pelo Plano Trienal era diverso de outras medidas anteriores, lembrava que estava fadado ao insucesso caso não empreendesse reformas como a agrária ou medidas para impedir a “espoliação imperialista”.¹⁵⁸

No final de janeiro o PCB atacou o Plano Trienal, ao questionar a atitude do governo ante o aumento de preços que atingia a população.

“O governo explica suas medidas, especialmente no Plano Trienal, dizendo que é necessário reduzir os déficits orçamentários e diminuir as emissões para conter a

¹⁵⁶ NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 50.

¹⁵⁷ *Novos Rumos*, n. 203, Rio de Janeiro, edição de 4 a 10 de janeiro de 1963, p. 7.

¹⁵⁸ *Novos Rumos*, n. 204, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de janeiro de 1963, p. 3.

inflação sem prejuízo do desenvolvimento industrial do país, inclusive das empresas estatais. Na verdade, o que ocorre é que o governo não se dispõe a cortar os privilégios do imperialismo, do latifúndio, da ‘quadrilha do café’, dos intermediários especuladores e da oligarquia financeira, verdadeiros responsáveis pela alta do custo de vida. Não vê então outra solução senão obrigar o povo a continuar pagando, e cada vez mais, para sustentar estes privilégios.”¹⁵⁹

Essa crítica refere-se à ajuda fornecida pelo governo a empresas estrangeiras, por exemplo, as indenizações pagas em virtude da encampação da empresa telefônica IT&T, pelo governador Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, e a um empréstimo do governo federal à citada empresa norte-americana.

Os comunistas viam o governo brasileiro, desde o governo de Juscelino Kubitschek, como um agente que defendia os interesses dos latifundiários e do Estado norte-americano. Por isso, recusavam-se a aceitar medidas que, no seu entender, favorecessem o imperialismo e, desde 1960, em seu documento oficial já pregavam isto:

“O Estado brasileiro representa os interesses dos latifundiários, dos capitalistas associados ao capital monopolista estrangeiro, particularmente o norte-americano, e da burguesia ligada aos interesses nacionais. Este caráter heterogêneo leva contradições e compromissos de classe no seio do próprio Estado.”¹⁶⁰

Em face disso, não aceitaram que, por meio do Plano Trienal, Jango tentasse agradar ou respeitar os interesses norte-americanos, pois a tentativa de preservação de tais interesses provocava situações de compromissos e manutenção do poderio estrangeiro no Brasil. Josué Almeida acusava os latifundiários de fixarem os valores dos produtos agrícolas, absorverem a transferência de renda obtida através da majoração artificial dos preços, fazendo-os desaparecer até conseguirem os aumentos desejados. Sobre os cafeicultores, afirmava que o governo dispendia milhões com a compra de café para beneficiar estes produtores, ocupando espaço com o armazenamento do produto que acabava apodrecendo aos poucos, mas sempre dando diferentes subsídios aos plantadores. Enfim, o governo possuía um discurso, de reduzir custos e emissões monetárias para conter a inflação sem prejudicar o desenvolvimento industrial, mas mantinha vários benefícios para cafeicultores, latifundiários e empresas estrangeiras, em detrimento do povo.

Na edição da semana seguinte, uma das principais chamadas da primeira página era *Ministério e Plano Trienal: Compromisso e Conciliação com o Imperialismo e o Latifúndio*, onde estava escrito:

¹⁵⁹ *Novos Rumos*, n. 206, Rio de Janeiro, edição de 25 a 31 de janeiro de 1963, p. 8.

¹⁶⁰ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 43 e 44.

“Ministério não leva em conta significado do voto popular de 6 de janeiro – Compromisso com os reacionários do PSD e do PSP – Plano Trienal não propõe medidas concretas contra a espoliação do Brasil – Mantém a escandalosa subvenção ao café – Adota as medidas preconizadas pelo FMI – Investe contra o subsídio ao consumo provocando nova alta de preços – A resposta dos trabalhadores deve ser a luta pelo aumento dos subsídios e contra a carestia – Apelo do novo ministro do Trabalho deve ser rechaçado pelos trabalhadores – Protestar contra a vergonhosa capitulação do governo no caso da IT&T.”¹⁶¹

Na página três da mesma edição, Prestes ao ser entrevistado responde a perguntas pertinentes ao Plano Trienal, relacionando o plebiscito de 6 de janeiro e a formação do novo ministério com base em “compromissos” entre o presidente e lideranças reacionárias do PSD e PSP. Esclarece que uma das consequências do Plano era o aumento do trigo e da gasolina e que, mesmo com a participação, no governo, de algumas personalidades ligadas ao movimento nacionalista, Jango continuava na “mesma linha de conciliação com os setores que representam o imperialismo e o latifúndio” – leia-se PSD.

A “conciliação” com o imperialismo e o latifúndio estava relacionada com a visão do PCB de que, embora devesse haver alianças com setores da burguesia, era necessário ter a consciência de que os interesses do proletariado e da burguesia eram opostos, pois esta tendia a fazer compromissos com o “inimigo”, como se depreende a seguir:

“Sendo composta de forças sociais diversas, que se unem em torno de interesses comuns, mas conservam também interesses opostos, a frente nacionalista e democrática encerra contradições. Enquanto o proletariado, os camponeses e as massas populares são firmes na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas, a burguesia ligada aos interesses nacionais não tem firmeza na luta anti-imperialista, tende aos compromissos com o inimigo.”¹⁶²

Ao ser questionado sobre sua opinião do Plano Trienal, Prestes elogiou um programa de ação do governo que, pela primeira vez, privilegiara a manutenção do crescimento econômico contendo a inflação, mas discordava de Celso Furtado já que a proposta não resolvia as causas estruturais da inflação, pois nesta nada havia contra a espoliação imperialista, não cogitava a restrição da remessa de lucros, nem o controle do câmbio pelo Estado, nem redução das subvenções ao setor cafeeiro ou transformações profundas na estrutura agrária. Para Prestes, o Plano consistia em uma tentativa da burguesia ligada aos interesses nacionais para conciliar o desenvolvimento econômico e a redução do ritmo

¹⁶¹ *Novos Rumos*, n. 207, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de fevereiro de 1963, p. 1.

¹⁶² NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 51.

inflacionário com a manutenção dos privilégios do capital imperialista e do setor latifundiário-exportador.

Prestes propunha ainda que a população não aceitasse o Plano, que deveria ser combatido pelas forças patrióticas. O povo brasileiro não deveria permitir que os governantes permanecessem no caminho que insistiam em trilhar e concluiu: “a política de conciliação com o imperialismo, o latifúndio e as forças reacionárias não tem futuro”, e que as forças nacionalistas e democráticas iriam se unir “para derrotá-la e obter novos avanços no sentido da emancipação e do progresso do país”.¹⁶³

O líder comunista se esforçava para mostrar que o partido defendia a luta dos trabalhadores contra a “conciliação” da burguesia nacional, representada por João Goulart. Ao mencionar as forças patrióticas, a referência principal recaía no proletariado, que não deveria aceitar o que o partido denominava como capitulações da burguesia. Sobre isto eis o que as Resoluções do V Congresso pregavam:

“A classe operária deve aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças, e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas que nelas se manifestam. Ao mesmo tempo [em] que pugna pela causa comum, contra a espoliação imperialista norte-americana, o proletariado precisa defender seus interesses específicos e os das massas trabalhadoras e populares, desenvolver a luta de classes contra os exploradores da cidade e do campo e bater-se por amplas liberdades democráticas que facilitem a ação independente das massas, objetivando desse modo reforçar as posições do setor mais consequente e firme da frente única.”¹⁶⁴

No meio de fevereiro publica-se o artigo *O Plano trienal e o combate à inflação* de Jacob Gorender (1923-2013),¹⁶⁵ que escreveu sobre a esperança dos autores do Plano de que se seguir nas mesmas tendências, após certo período se alcançaria um equilíbrio, ou seja, alimentavam uma visão idealista e sem base objetiva. Caso o desenvolvimento econômico do país continuasse com as mesmas características, suas contradições se agravariam porque os desequilíbrios da sociedade brasileira eram estruturais. O Plano, segundo o autor, atingia só a inflação, na intenção apenas de diminuí-la, sem eliminá-la, salientando que a finalidade do Plano limitava-se tão somente a reduzir a inflação mantendo o crescimento econômico, representava, portanto, uma razão burguesa, sendo inaceitável para os trabalhadores sobre os quais já caíam os maiores sacrifícios.

Em seguida, apresentou uma análise sobre os gastos do governo com subsídios para o café, a sonegação fiscal, a ausência de ações anti-imperialistas, assim como silenciara

¹⁶³ *Novos Rumos*, n. 207, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de fevereiro de 1963, p. 3.

¹⁶⁴ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 51 e 52.

¹⁶⁵ *Novos Rumos*, n. 209, Rio de Janeiro, edição de 15 a 21 de fevereiro de 1963, p. 4.

completamente sobre a possibilidade da reforma agrária, que possibilitaria um aumento da produção agrícola. Concluiu que João Goulart não receberia o apoio dos trabalhadores e que estes só poderiam esperar da sua própria luta, junto com outras camadas da sociedade brasileira, para a conquista de uma nova política realmente nacionalista e democrática.

A proposição de Jacob Gorender trazida a público por *Novos Rumos* não era a de um simples membro do partido. Formado em Direito, estava filiado ao PCB desde o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo sido diretor da *Imprensa Popular* e *Voz Operária*, os dois ambos jornais oficiais do partido.¹⁶⁶ Gorender também figurava nos quadros da direção partidária, sendo, naquele tempo, membro efetivo do Comitê Central.¹⁶⁷

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ocupava um lugar dominante no movimento sindical, controlando metade das confederações nacionais existentes: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (CONTEC) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos (CNTTMFA). Só estas três confederações reuniam a maioria dos sindicatos existentes. Por causa disso era crucial o apoio do CGT e, embora possuísse vínculos fortes com o governo, suas ligações com o PCB também eram expressivas.¹⁶⁸ A opinião dos comunistas perante o Plano Trienal teria influência na posição do CGT, que apresentou seus pontos de vista e manifestos em *Novos Rumos* como se verá adiante.

O CGT era um ator de fundamental importância no movimento sindical, além de possuir ligações com o governo,¹⁶⁹ então, tornava-se crucial sua aprovação ao Plano Trienal. Mas o PCB possuía hegemonia sobre o CGT¹⁷⁰ e, por isto, após encontro com suas lideranças regionais, o Comando colocou-se contra a proposta governamental, apresentando um manifesto editado em *Novos Rumos*.¹⁷¹

Nesta mesma edição, a primeira página envergava a opinião do CGT: “Plano Trienal é contra o povo”. Havia também uma conclamação aos trabalhadores para que se mobilizassem e pressionassem o governo para as reformas de base: reforma agrária profunda, aplicação da lei de remessa de lucros, redução das subvenções para os cafeicultores, posse dos sargentos eleitos etc.

¹⁶⁶ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 25 e 26.

¹⁶⁷ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 184.

¹⁶⁸ FIGUEIREDO, Argelina. Op. cit., p. 95.

¹⁶⁹ Idem, p. 96.

¹⁷⁰ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 59.

¹⁷¹ *Novos Rumos*, n. 208, Rio de Janeiro, edição de 8 a 14 de fevereiro de 1963, p. 7.

No meio do semanário, da mesma edição, figura o artigo *Alternativa conciliadora do Plano Trienal*,¹⁷² onde Jacob Gorender discorria que, dentre as propostas do projeto governamental assinada por Celso Furtado, não havia nenhuma que pudesse arranhar a dominação imperialista sobre a economia brasileira, citando exemplos de partes do Plano e a orientação monetária do governo. Simultaneamente indagava se haveria alternativa para responder afirmativamente: era a dos comunistas que propunham o monopólio estatal do câmbio, visto que a gritante dominação imperialista em relação à dívida externa, citava dados para provar que a solução governamental não só mantinha, como também agravava a situação de dependência da economia brasileira. Concluiu que o Plano mostrava uma subserviência ao capital estrangeiro e que a política anti-inflacionária do governo desembocaria em efeitos desastrosos para os trabalhadores.

O manifesto do CGT expresso no jornal seria a síntese da reunião com dezenas de dirigentes sindicais de todo o país, ocorrida em São Paulo, com o apoio de representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), de outras confederações e federações nacionais de trabalhadores e teria sido entregue a João Goulart. O documento fazia uma análise da situação econômica do país em relação aos trabalhadores, como o agravamento do custo de vida na cidade e no campo e a perda do valor dos salários, aspectos acarretados pela adoção do Plano Trienal:

“(...) com o qual se pretende, mais uma vez, descarregar o peso da crise nas costas do povo. Os trabalhadores sempre lutaram pelo desenvolvimento econômico do país e por medidas de combate à inflação, mas não podem concordar com uma política financeira que impõe maiores sacrifícios às massas consumidoras e deixa intactos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, as vultosas subvenções aos latifundiários e exportadores de café, as grandes rendas dos grupos econômicos poderosos.”¹⁷³

No documento constava que os grupos privilegiados deveriam arcar com os custos da política anti-inflacionária, que os trabalhadores queriam não só aumento de salários, bem como a implantação das reformas de base, para que fossem encontradas as soluções definitivas para o país, e que “o aumento de 40% em abril, fixado arbitrariamente no Plano Trienal, é um verdadeiro escárnio e pode constituir precedente ameaçador para as lutas salariais dos trabalhadores”. Além disso, dispunha que as forças patrióticas e progressistas estavam ao lado dos trabalhadores, exigindo mudanças profundas na vida do país sob a bandeira das reformas de base, e que se mobilizaram pelo “não” no plebiscito do dia 6 de janeiro, contribuindo para a derrota das forças retrógradas. Lia-se ainda que o analfabetismo,

¹⁷² *Novos Rumos*, n. 208, Rio de Janeiro, edição de 8 a 14 de fevereiro de 1963, p. 4.

¹⁷³ *Novos Rumos*, n. 208, Rio de Janeiro, edição de 8 a 14 de fevereiro de 1963, p. 7.

a miséria e o atraso do país deviam ser enfrentados, mas o ministério formado por Jango não inspirava confiança, por se ligar a interesses antinacionais e antipopulares – caso do PSD. Por isso, o presidente deveria enviar imediatamente mensagem ao Congresso a fim de realizar as mudanças esperadas.

No mês de abril há uma reportagem referente às conferências em Pernambuco feitas por Mario Alves, membro da Comissão Executiva do Comitê Central,¹⁷⁴ sobre o Plano Trienal e a política econômico-financeira do governo. Segundo ele, a proposta do governo aparentemente era acertada por manter a taxa de crescimento e conter a inflação, mas, na verdade, estava longe de se identificar com as soluções nacionais e populares. Acusou o governo de fazer uma política de “conciliação” com o imperialismo e afirmou que o Plano evitava atingir as causas estruturais da inflação, obedecendo às exigências do FMI, escamoteando as reformas e mantendo a dependência ao capital internacional. Por isso, a chamada da página sobre as conferências exibia o título *Plano trienal escamoteia as Reformas de Estrutura*.¹⁷⁵

Em *Plano Trienal caminha para a falência*, Jacob Gorender voltou a escrever sobre o Plano Trienal fazendo uma avaliação dos quatro meses deste.¹⁷⁶ O autor do texto justificava o insucesso a partir de análises relacionadas à situação econômica do país, que piorara em comparação com o mesmo período do ano anterior, quando não havia Plano Trienal, apesar de o governo aplicar com rigor as propostas de Celso Furtado. Enfatizou que a proposta não se revelara competente para estancar a inflação nem tampouco propiciara qualquer crescimento do país dentro do necessário, além de recordar o fato de que houve um alerta por parte dos comunistas de inviabilidade de sucesso dessa medida econômica. Para encerrar, finalmente, com a crítica a postura conciliatória que escamoteava as relações de subserviência com o imperialismo tão danoso as forças nacionalistas e democráticas, convocava o governo que as substituísse por uma efetiva política de libertação nacional.

O Plano Trienal sofreu constantes ataques do PCB e de outras correntes de esquerda lideradas por Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião, além do CGT e a UNE. Este foi um dos principais motivos do seu insucesso, contribuindo para o desgaste de João Goulart e do seu governo que, uma vez, destituído do apoio sindical, das esquerdas e dos empresários, abandonou a proposta.

¹⁷⁴ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 184.

¹⁷⁵ *Novos Rumos*, n. 216, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de abril de 1963, p. 6.

¹⁷⁶ *Novos Rumos*, n. 217, Rio de Janeiro, edição de 19 a 25 de abril de 1963, p. 3.

Isto posto, evidencia-se a divergência de pontos de vista quanto à possível solução para o estado inflacionário, a expansão do custo de vida e o desenvolvimento do país entre PCB e o governo. Enquanto Jango propunha um governo de cooperação com os Estados Unidos e de aliança do seu partido, o PTB, com o PSD, os comunistas o criticavam por suas opções políticas e apostavam na união das esquerdas com a finalidade de pressionar o governo a promover as reformas imediatamente.

2.3 Reforma Agrária “na Lei”: Radicalização e Fracasso de um Acordo Possível

Na Resolução Política do V Congresso do PCB de 1960 analisou-se a questão agrária a partir da apresentação da estrutura fundiária brasileira baseada “predominantemente na grande propriedade da terra” que colocava o Brasil “entre os países de maior concentração latifundiária, o que resultava na existência de imensa massa de assalariados rurais e camponeses sem terra”.¹⁷⁷ A situação dos camponeses foi abordada como dramática, porque “mais de três quartas partes dos que trabalham no campo são desprovidos da propriedade da terra, vivendo, geralmente, em condições de extrema pobreza”. Os assalariados agrícolas, além de receberem baixos salários, não gozavam dos direitos assegurados em lei aos urbanos. Enquanto isso, uma grande parte dos camponeses se encontrava “submetida a um trabalho extenuante e a precárias condições de vida”.¹⁷⁸ Concluía-se na Resolução do PCB de 1960, que entre as tarefas essenciais da revolução brasileira, referentes ao campo, naquele momento estavam

“A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe.”¹⁷⁹

O fato de tanta terra concentrada nas mãos de poucos, criando uma grande quantidade de trabalhadores rurais assalariados que recebiam pouco, sem direitos assegurados em lei, de trabalhadores sem-terra. As condições de extrema pobreza no nível humano somado ao atraso econômico que a permanência dos latifúndios causava no nível social serviam, sem dúvida, como fatores determinantes para se eliminar os latifúndios e, em consequência, os latifundiários, assim como assegurar aos camponeses idênticos direitos previstos pela legislação aos trabalhadores urbanos.

¹⁷⁷ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 40.

¹⁷⁸ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Idem, p. 42 e 43.

¹⁷⁹ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Idem, p. 48.

Dentre as teses do PCB, a de eliminar a classe dos latifundiários, provavelmente, fosse a mais radical. Para vencer os inimigos dos camponeses, admitiam-se alianças com setores da burguesia. Para a implantação do socialismo, aceitava-se que houvesse uma etapa anterior, destinada ao estabelecimento de transformações dentro dos moldes da democracia burguesa. No entanto, no que concernia à questão agrária a flexibilidade era impensável, tendo em vista que com os latifundiários não seriam feitos acordos.

No que tangia às questões do campo, o ano de 1963 trazia, segundo o PCB, boas perspectivas, como se pode perceber no balanço feito no início daquele ano, numa reportagem de Rui Facó intitulada *Movimento camponês 62: fortalecimento e consolidação*. O autor escreveu que, apesar dos assassinatos de camponeses em alguns estados, de norte a sul, o movimento não só havia crescido como se organizado e se fortalecido no ano que findara, como se nota no excerto:

“É um balanço em que temos de lamentar a perda de preciosas vidas humanas. Mas é um balanço altamente positivo este de 1962 para o jovem movimento camponês brasileiro. Ele cresceu nos seus aspectos essenciais: numericamente, em organização, em combatividade, na consciência de seus objetivos revolucionários, ou seja, para a derrocada do sistema latifundiário semifeudal que subsiste em várias áreas do País.”

Dentre os fatores positivos aludidos no texto, salientava-se a maturidade atingida pelo movimento:

“Outra particularidade do movimento camponês no ano que findou: as reivindicações de caráter imediato dos trabalhadores agrícolas, tais como aumento de salários, baixa do aluguel da terra, maiores prazos de arrendamento, vão sendo pouco a pouco suplantadas pelas reivindicações de caráter radical e que revelam o despertar da consciência revolucionária do proletariado rural: a luta direta pela terra, embora as mais das vezes na defesa da terra ocupada.”¹⁸⁰

O autor citou como exemplo o caso do assassinato de um líder na Paraíba para demonstrar que as reações dos camponeses às violências dos latifundiários não comportavam mais passividade ou de medo. Ressaltou que o nível de consciência dos camponeses não tinha a ver necessariamente com origem externa, fato de “máxima importância” porque “este espírito de combatividade demonstrado pelo campesinato paraibano não foi imposto de cima para baixo, nem trazido de fora para dentro das organizações camponesas”, correspondia a um “longo e doloroso processo, durante o qual suportaram, algumas vezes passivamente, as mais ignominiosas perseguições e atrocidades mandadas praticar pelos latifundiários”. Cabe frisar

¹⁸⁰ *Novos Rumos*, n. 204, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de janeiro de 1963, p. 6.

que este balanço elaborado pelos comunistas proporciona uma compreensão do radicalismo ocorrido no decorrer do ano de 1963. O movimento crescia, tomava mais consciência e, portanto, não havia motivos para recuar diante dos latifundiários ou negociar com o PSD.

Por outro lado, o PSD encontrava-se disposto a conversar e chegar a um acordo sobre uma reforma agrária possível. A posição dos pessedistas era de aceitá-la “desde que ocorresse apenas em terras improdutivas e as indenizações se fizessem por títulos da dívida pública, corrigidos integralmente pelos índices da inflação”.¹⁸¹ Porém, a discórdia sobre o estabelecimento da reforma agrária girava em torno do parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal de 1946 que dizia: “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”. Para as esquerdas, pagamento prévio, a preço de mercado e em dinheiro ao latifundiário não era reforma agrária, antes se tratava de negociata rural que interessava ao latifundiário. As esquerdas, incluindo o PCB, organizações como o CGT, a UNE, as Ligas Camponesas, além de líderes como Leonel Brizola e Miguel Arraes, exigiam o programa máximo: reforma agrária em terras produtivas e improdutivas sem indenização alguma. Para isso, seria necessário retirar da Constituição o artigo 141, ou seja, uma reforma constitucional era imprescindível, mas Goulart não dispunha de dois terços necessários no Congresso Nacional para alterar a Constituição. O programa máximo das esquerdas era inaceitável para o PSD. O conflito, portanto, não era realizar ou não a reforma agrária, mas, sim, como viabilizá-la.¹⁸²

Além da posição incisiva do PCB e das esquerdas contra o latifúndio e os latifundiários, a mencionada euforia pela vitória no plebiscito a favor do presidencialismo, considerado pelas esquerdas como um sucesso unicamente seu, foi outro motivo que impediu os comunistas de perceberem que ocorriam avanços e conquistas em benefício dos trabalhadores rurais. Por exemplo, fora aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que dava aos trabalhadores do campo direitos idênticos aos dos trabalhadores das cidades, além do reconhecimento às organizações rurais.¹⁸³ O Estatuto foi aprovado no Congresso Nacional após negociações entre os partidos políticos. Por intermédio de boas negociações, projetos das esquerdas eram aprovados, como, por exemplo, o caso da Lei de Diretrizes da Educação e a Lei de Remessas de Lucros ao Exterior. Mas, em relação à reforma agrária o consenso não acontecia.

¹⁸¹ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., p. 166.

¹⁸² Sobre a questão da reforma agrária no governo Goulart ver FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., capítulo 11.

¹⁸³ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., p. 161 e 162.

Neste clima de extremismos foi encaminhada por João Goulart, no mês de março de 1963, a Mensagem ao Congresso propondo um projeto de reforma agrária apresentado, oficialmente, em meados de abril por meio do líder do PTB na Câmara, Bocaiúva Cunha (1922-1983). Decidido a promover a reforma agrária, entretanto, ciente da derrota certa da proposta das esquerdas e de que necessitaria do apoio do PSD, Jango optou por uma proposta que ficaria no meio termo entre as exigências do PSD e as reivindicações das esquerdas:

“Assim, em sua proposta, os grandes proprietários de terras teriam três opções. As duas primeiras previam a indenização do imóvel pelo valor declarado: no imposto de renda ou no imposto territorial. Nesses dois casos, os valores a serem pagos seriam sabidamente irrisórios, devido ao baixo valor atribuído aos imóveis, por seus proprietários, em ambos os impostos. Como essas duas possibilidades com certeza encontrariam barreiras entre os pessedistas e parlamentares de outros partidos, Goulart propôs uma terceira opção como alternativa de negociação: a avaliação judicial.”¹⁸⁴

No projeto estabeleciam-se também condições referentes a indenizações, questões de arrendamento, incentivo à formação de empresas agrícolas, entre outras iniciativas. De qualquer forma, tudo indicava que a ideia do presidente era iniciar um debate entre os parlamentares, visando um acordo final negociado entre PTB e PSD.

Após a apresentação da proposta no Congresso, a primeira manifestação encontrada em *Novos Rumos* sobre o assunto será de Lindolfo Silva, presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores na Agricultura no Brasil (Ultab), entidade controlada pelos comunistas. Num texto de meia página, sob o título *A Constituição federal e a reforma agrária*, lia-se que a Constituição que estava em vigor significava um passo importante no processo democrático e progressista do país, já que substituíra uma Carta de caráter fascista, instituída em 1937, chamando a atenção em seguida para o que esta tratava sobre reforma agrária. O autor escreveu que naquela Assembleia Constituinte de 1946:

“Havia, no entanto, na composição social daquela Assembleia Constituinte, uma nítida predominância de senhores feudais latifundiários e políticos seus agentes, defensores incondicionais dos interesses do monopólio latifundiário da terra, o que determinou a inclusão na atual Carta Magna da Nação, quando se tratou de formular e apresentar solução para a questão agrária, de alguns artigos de profunda natureza reacionária e antidemocrática, que estão constituindo no presente insuperável empecilho ao avanço e transformações necessárias no processo evolutivo que as atuais condições do país exigem e determinam.”¹⁸⁵

¹⁸⁴ Idem, p. 164.

¹⁸⁵ *Novos Rumos*, n. 216, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de abril de 1963, p. 4.

A questão agrária, por causa disto, inculuiu na Constituição aspectos “conservadores” e “antidemocráticos”, daqueles “representantes e defensores dos interesses do latifúndio”. Silva julgava que, ao mesmo tempo em que a Constituição de 1946 significava avanço em relação à de 1937, permanecia tão atrasada e antidemocrática como antes, sob o ângulo da propriedade fundiária e possibilidade da distribuição de terras, a ponto de constituir-se um “insuperável empecilho”.

O representante da Ultab queria chamar atenção para o fato de que os comunistas, favoráveis à Constituição, por causa dos avanços democráticos obtidos, deviam saber que esta preservava os interesses dos latifundiários. Lindolfo Silva salientava também em seu texto, que pela forma como estava estabelecida a Carta Magna, era “absolutamente inviável” qualquer esforço para a “modificação da atual estrutura agrária”, que era “caduca e profundamente nociva”. Concluía que para qualquer estabelecimento de projeto para reforma agrária, alguns artigos constitucionais teriam de ser anulados ou modificados, caso contrário não vingaria qualquer tentativa de reforma.

A Constituição deveria ser modificada, caso contrário, seriam preservados os interesses da “nociva e retrógrada minoria de gananciosos latifundiários”, minoria responsável internamente pela manutenção do “atual estado de atraso político, econômico e social do país”. O artigo justificava o desejo do PCB de alterar as emendas constitucionais referentes à desapropriação de terras. Em seguida, o presidente da Ultab enfatizava o estado combativo das populações do campo, que demonstrava a maturidade dos camponeses referente às transformações que não poderiam ser proteladas, por se tratar de um processo “irreversível”.

Garantia ainda que como as “massas camponesas” eram as que mais sentiam “na carne”, lutariam cada vez mais por uma lei de reforma agrária. No entanto, tinham conhecimento de que “a atual Constituição” de forma alguma possibilitava a solução, assim como não ignoravam também que se não fosse encontrada uma saída legal, seria “encontrada e obtida através de um processo não legal mas autêntico, isto é, através da insurreição camponesa”. Ressaltava, porém, que se era verdade que o processo de reforma agrária em favor dos camponeses seguia “seu curso inexorável”, o campesinato tudo faria para que fosse “solucionada através de um processo predominante legal, isto é, dentro dos limites do que estabeleça uma legislação efetivamente democrática e constitucional”.

“Somos, absolutamente, contrários aos que imaginam que o campesinato brasileiro, nas atuais circunstâncias, dá preferência exclusiva a uma solução não legal e predominantemente violenta da questão agrária. Essas em geral são pessoas dominadas por coceiras ‘revolucionárias’ e confundem correntemente sua impaciência

e seu espírito irresponsáveis de aventura, com a realidade existente entre as massas camponesas. No entanto estamos absolutamente convencidos de que se não se realizar dentro de prazo não muito longo uma profunda transformação da atual estrutura agrária do país, as massas camponesas tomarão em suas mãos de maneira enérgica e consciente a solução básica e radical dessa questão. Isso, porém, somente depois que tiverem esgotadas (e quando estiverem plenamente convencidas disso) todas as possibilidades legais para a solução desejada, cujo principal entrave é constituído, no presente, pela própria Constituição Federal.”¹⁸⁶

Com efeito, alertava ser fator decisivo, para uma reforma agrária através de um processo legal, que a emenda à Constituição fosse proposta pelo próprio Executivo e aceita, para que houvesse o mínimo de sacrifícios para os camponeses e o povo brasileiro em geral. Discorria sobre o artigo 141, parágrafo 16 da Constituição, afirmando que os latifundiários tinham estabelecido tal lei, de que as propriedades só poderiam ser adquiridas pelo governo, em caso de “necessidade ou utilidade pública”, “paga previamente”, “somente em dinheiro” e conforme “uma indenização avaliada pelo latifundiário que se garante o direito de considerá-la ou não ‘justa’”, para preservar a intocabilidade da propriedade privada, ferindo, inclusive, os princípios básicos capitalistas.

O presidente da Ultab também criticava, embora se abstendo de citar nominalmente, Francisco Julião, que pregava a luta armada no campo, sendo, por isto, combatido pelo PCB, que o considerava como aproveitador do movimento camponês em benefício próprio e de não conhecer a fundo a conjuntura política e social do campo, a ponto de pregar medidas radicais em prol da reforma agrária.

No artigo havia informação relacionada aos cálculos do governo, de que se desapropriações de terras improdutivas ocorressem segundo o critério constitucional, seriam necessários montantes de trilhões de cruzeiros, tornando inviável a operação. Por isto pregava a mudança do artigo 16 que prescrevia aquele tipo de indenização, assim como o artigo 19, que dizia respeito à tributação territorial que, antes era de responsabilidade dos estados, depois modificada para a alçada dos municípios, defendida pelos comunistas que passasse para o nível federal. Entendiam que sendo as terras tributadas pelo governo federal, haveria maior possibilidade de coerção e controle das terras improdutivas, se esta esfera cuidasse da questão. Pregava também a mudança do artigo 156 que impedia a concessão de terras públicas a partir de dez mil hectares sem autorização do senado.

Lindolfo Silva finalizava o artigo da seguinte forma:

¹⁸⁶ *Novos Rumos*, n. 216, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de abril de 1963, p. 4.

“Neste sentido é necessário dar todo apoio às propostas atuais apresentadas pelo Executivo ao Congresso no sentido de modificação do artigo 141, o que, sem dúvida, tornará viável, desde que a mesma observe o critério acima, a aprovação por aquela Casa, de uma lei de Reforma Agrária capaz de abrir caminho, nesse terreno, às verdadeiras reivindicações do campesinato e do povo brasileiros sobre a mais importante e necessária reforma de base para o progresso econômico e o fortalecimento democrático da Nação.”¹⁸⁷

Durante todo o mês de abril o projeto de Jango foi discutido. O PSD disposto a negociar se as orientações da sua Convenção fossem respeitadas ao passo que a UDN colocou-se contra, o PTB posicionou-se de forma inflexível contra qualquer mudança no projeto.¹⁸⁸ Alguns parlamentares, de propósito, dificultavam as negociações para criar insatisfações populares contra o Congresso Nacional. Uma estratégia para desacreditar o Legislativo comprovando que se tratava de instituição reacionária, a fim de estimular radicalizações.

No mês de maio, quando o projeto sofreu rejeição, *Novos Rumos* divulgou uma entrevista de Luis Carlos Prestes, ratificando ser absolutamente necessária a mudança do artigo 141 da Constituição nos seus parágrafos, principalmente o 16, classificando-o como “preceito reacionário”. Pregou que a extensão máxima de uma propriedade fosse de 500 hectares e considerava que isto, de forma alguma significaria, ameaça ao direito de propriedade, como propagavam os defensores do latifúndio

“Porque nenhuma força será capaz de impedir a reforma agrária que, se não se realizar dentro da lei e da Constituição, terá de ser feita, pela ação das forças progressistas, através dos caminhos que se tornarem necessários.”¹⁸⁹

Tais afirmações são significativas porque mostram o nível de radicalização que as esquerdas estavam dispostas a chegar, a força que acreditavam ter e a certeza de que obteriam a vitória se conflgrasse um confronto violento com seus opositores. A avaliação que o PCB fazia do poder das esquerdas remete à postura intransigente assumida por muitos parlamentares do PTB, como Leonel Brizola, nas discussões sobre a reforma agrária. Para alguns partidos e representantes das esquerdas, quanto maior fosse o desentendimento, a falta de soluções e conflitos, mais a população ficaria insatisfeita, criticaria os parlamentares e o Congresso ficaria desacreditado. Enfim, quanto pior, melhor. O descrédito do Congresso Nacional poderia levar à aceitação de medidas que estivessem acima do Legislativo ou da

¹⁸⁷ *Novos Rumos*, n. 216, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de abril de 1963, p. 4.

¹⁸⁸ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., p. 166.

¹⁸⁹ *Novos Rumos*, n. 223, Rio de Janeiro, edição de 31 de maio a 6 de junho de 1963, p. 1.

Constituição. O líder comunista também opinou sobre a possibilidade das reformas com aquele governo:

“O atual Governo, pela sua composição e pela sua política, é um governo de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. A própria realização das reformas de base implica na [sic] derrota da política de conciliação e, portanto, no afastamento do ministério dos agentes do imperialismo e dos defensores do latifúndio e sua substituição por nacionalistas e democratas. Só um governo de coalizão das forças nacionalistas e democráticas, que não seja um governo em que apenas a burguesia esteja representada, mas também as outras forças da frente única, poderá dar início, de maneira consequente, às reformas de base reclamadas pela Nação. E é por isso que a luta pelas reformas de base é inseparável da luta por governo nacionalista e democrático e, em particular, da luta contra os representantes dos interesses do imperialismo e do latifúndio que fazem parte do atual ministério, tais como o sr. Kruei, os ministros do PSD e do PSP, srs. Balbino, Pinheiro Chagas e Monteiro de Barros, e os executores do Plano Trienal, srs. San Tiago Dantas e Celso Furtado.”¹⁹⁰

As reformas, como a agrária, segundo Prestes, não podiam acontecer pela maneira escolhida por Jango por intermédio de acordos políticos. Apesar de pregar a criação de uma frente única, os comunistas não viam o PSD nessa frente única. Talvez a escatologia comunista, isto é, a crença de que o Brasil e o mundo caminhavam fatalmente para a implantação do socialismo, induzisse os comunistas a verem cada greve, manifestação, opinião de lideranças políticas e militares favoráveis às reformas bem como a referida vitória do não ao parlamentarismo como mais um indício do êxito inevitável das esquerdas, mesmo que lançando mão da violência. O PCB tornava-se cada vez mais radical.

O PCB pregava uma “reforma agrária radical”, isto é, com a eliminação dos latifúndios e extinção dos latifundiários, como classe, da sociedade brasileira. Em documento levado a público em *Novos Rumos*, de maio de 1963, os comunistas explicavam o modo de fazer isso:

“A lei deve estabelecer um limite máximo de 500 hectares à propriedade territorial, sejam quais forem as condições de utilização da terra. Acima deste limite, as terras serão desapropriadas. Um limite mais elevado deve ser previsto apenas em casos excepcionais, que a lei deve especificar, tendo em vista áreas de cultivo e pecuária para cuja exploração eficiente seja necessário manter uma extensão superior à estabelecida.”¹⁹¹

Outras medidas eram propostas como

¹⁹⁰ *Novos Rumos*, n. 223, Rio de Janeiro, edição de 31 de maio a 6 de junho de 1963, p. 1.

¹⁹¹ *Novos Rumos*, n. 219, Rio de Janeiro, edição de 1 a 9 de maio de 1963, p. 8.

“Iniciar a reforma pelas áreas mais próximas dos centros urbanos e das principais vias de comunicação, onde a maioria das terras já se acham [sic] apropriadas e existem enormes extensões não aproveitadas, mal aproveitadas ou exploradas em condições de baixa produtividade.”¹⁹²

Quanto às indenizações das terras desapropriadas, os comunistas propunham:

“O pagamento de indenizações pelas terras desapropriadas deverá ser feito com títulos resgatáveis a longo prazo e a juros baixos, sem qualquer cláusula de reajustamento do valor dos títulos. Uma reforma constitucional deve eliminar do artigo 141 parágrafo 16 a exigência de ‘prévia indenização em dinheiro’ para as desapropriações por utilidade pública ou interesse social.”¹⁹³

Havia outras propostas, mas pelo exposto entende-se o porquê de ser chamada de radical já que para essa transformação seria necessário alterar a Constituição, suprimindo o artigo 141 e seus parágrafos. Era radical porque as terras seriam desapropriadas independente de serem produtivas enquanto que a forma de indenização também era bastante desvantajosa, se comparada à que estava proposta na Carta de 1946. Em outro número dos *Novos Rumos*, Nestor Vera explicou o motivo de tal proposta:

“Defendemos a desapropriação de todas as propriedades de 500 hectares para cima, sejam quais forem as condições de utilização da terra, e sua distribuição aos milhares de camponeses sem terras e com pouca terra. A desapropriação deve começar pelas áreas próximas aos centros urbanos e às vias de comunicação. Esta medida é de caráter profundamente democrático porque se propõe a dar terras à imensa maioria dos camponeses de nosso país que não as possuem e às pessoas das cidades que queiram ir para o campo trabalhar na lavoura, em lotes suficientes para o sustento das famílias.”¹⁹⁴

Vera ainda apontava quais proprietários seriam atingidos por tais medidas, se fosse implantada a reforma agrária radical defendida pelos comunistas:

“A desapropriação das propriedades de 500 hectares para cima atingirá o reduzido número de 70 mil latifundiários, isto é, uma ínfima minoria dos proprietários rurais, que representam apenas 3,39% do total dos proprietários de estabelecimentos agrícolas existentes, mas que detém em suas mãos 62,33% da área total ocupada no país. Nas mãos desse reduzido número de latifundiários é que se encontra o monopólio da terra, responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo alto custo de vida e por todas as formas atrasadas, retrógradas e extremamente penosas de exploração semifeudal, que escraviza e brutaliza milhões de camponeses sem terras.”¹⁹⁵

¹⁹² *Novos Rumos*, n. 219, Rio de Janeiro, edição de 1 a 9 de maio de 1963, p. 8.

¹⁹³ *Novos Rumos*, n. 219, Rio de Janeiro, edição de 1 a 9 de maio de 1963, p. 8.

¹⁹⁴ *Novos Rumos*, n. 225, Rio de Janeiro, edição de 14 a 20 de junho de 1963, p. 4.

¹⁹⁵ *Novos Rumos*, n. 225, Rio de Janeiro, edição de 14 a 20 de junho de 1963, p. 4.

Na mesma reportagem apresentavam-se dados que seriam originados do censo sobre propriedades de terra de 1950, segundo o qual havia três grupos de propriedades rurais, as com dimensão de 1 a 100 hectares, que equivaleriam a 86% das propriedades existentes no país; propriedades de 100 a 500 hectares, que equivaleriam a 10,51% das terras existentes no país; e, por último, as propriedades acima de 500 hectares que equivaleriam a 3,39%, pertencendo a cerca de 70 mil proprietários.

Embora houvesse um abismo entre a proposta comunista e a moderada de Jango, modificada pelo próprio PTB, e rejeitada pelo Congresso, os partidos estavam sensíveis à promoção da reforma agrária, por mais conservadora que fosse. A prova disto foi que no mês de maio, após a derrota do projeto de reforma agrária de Jango, “a própria UDN tomou a iniciativa de reabrir o debate” com um projeto de Milton Campos, que “previa a desapropriação por interesse social de bens rurais inexplorados e sem benfeitorias por mais de dez anos”. A forma de indenização deste projeto não propunha mudar a Constituição, pois o ressarcimento ocorreria “pelo valor declarado na tributação, o que significava um montante sempre bem inferior ao valor de mercado da propriedade”.¹⁹⁶ No mês de junho outra proposta foi lançada, desta vez do PSD, mais avançada que a de Milton Campos e rejeitada definitivamente em agosto pelo PTB. Depois novo projeto dos petebistas foi apresentado, sem o apoio do PSD, sendo rejeitado na Câmara em outubro.¹⁹⁷

A proposta de uma reforma agrária não aconteceu durante o governo presidencialista de João Goulart, pois este escolheu o caminho dos acordos políticos e entendimentos partidários. As esquerdas, entre elas o PCB e PTB, colocaram-se contra Jango e o PSD, recusando negociações e possibilidades de acordos, por mínimos que fossem. A “reforma agrária radical” dos comunistas e trabalhistas era completamente diferente da proposta pelo governo, pelo PSD ou UDN, como mostrado ao longo deste item. Não houve acordo, entendimento ou negociação sobre esta questão e os comunistas continuaram com sua oposição a João Goulart, sem apoiar o seu projeto de reforma agrária.

2.4 O PCB e seus Aliados Preferenciais

Como reportado anteriormente, o PCB considerou de maneira muito positiva a vitória do plebiscito, atribuindo principalmente à pressão dos movimentos de esquerda e a líderes

¹⁹⁶ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., p. 167.

¹⁹⁷ Idem, p. 170, 171 e 172.

nacionalistas a vitória do retorno ao presidencialismo, assim como a confiança existente nos militares, em função das declarações dos comandantes do I Exército e do III Exército, favoráveis aos movimentos populares. Apesar de as conquistas alcançadas pelos movimentos de esquerda terem sido indubitavelmente significativas, era preciso angariar o máximo de aliados no processo para formação de uma grande frente nacionalista. Ao se verificar minuciosamente as edições dos *Novos Rumos*, pode-se perceber as alianças buscadas.

A grande frente popular não conseguiria sucesso sem o apoio das armas. Sabia-se que havia militares e civis golpistas prontos a agir contra as esquerdas. Dessa maneira, o PCB procurava fortalecer as alianças com militares legalistas. Por isto, num dos primeiros números de janeiro, o jornal destaca, na primeira página, uma homenagem que o general Osvino Alves oferecida por “trabalhadores e parlamentares nacionalistas”¹⁹⁸ no dia 15 daquele mês. Destacou a reportagem que

“Em nome dos dirigentes sindicais e dos parlamentares, usou a palavra o presidente da CNTI, Clodsmith Riani, que expressou a satisfação dos trabalhadores e do povo, pela atuação do general Osvino Alves e de todo 1º Exército, em defesa da democracia e das liberdades públicas. Ressaltou a unidade que tem existido e se cimentado entre os dois exércitos: do trabalho e dos quartéis, para que o Brasil caminhe pela senda segura da independência econômica e política e pela via do progresso”.

Ao se homenagear o general, pretendia-se inculcar no comandante do I Exército a simpatia pelos movimentos populares e a defesa pela causa das reformas de base, contra os militares e civis que faziam oposição ao movimento operário. Lia-se na reportagem que a reação do general teria sido rápida, afirmando “sempre o dever de defender a democracia e a legalidade”. O general Osvino Alves ocuparia novamente o espaço em *Novos Rumos* de junho, quando criticou a Aliança para o Progresso, colocou-se favorável a “todas as reformas”, inclusive a agrária, e sentenciara que, no Brasil, não havia “mais lugar para golpistas”.¹⁹⁹

O estabelecimento de uma ligação entre correntes de esquerda e os militares tivera início ainda em 1955, quando o Ministro da Guerra Henrique Lott (1894-1984) impedira um golpe contra o candidato à presidência legitimamente eleito, Juscelino Kubitschek. Essa aliança se fortaleceu quando outro golpe, o de agosto de 1961, foi novamente abortado graças

¹⁹⁸ *Novos Rumos*, n. 205, Rio de Janeiro, edição de 18 a 24 de janeiro de 1963, p. 1.

¹⁹⁹ *Novos Rumos*, n. 226, Rio de Janeiro, edição de 21 a 27 de junho de 1963, p. 3.

a militares legalistas. A ação de militares de alta patente pela democracia e nacionalismo mostrava que não só correntes conservadoras e golpistas tinham aliados nos quartéis.²⁰⁰

A afirmação do sindicalista e presidente da CNTI, Clodesmith Riani, de que haveria dois exércitos, o dos trabalhadores e dos quartéis, revela a disposição dos líderes sindicais de utilizarem o movimento como instrumento de luta a favor das reformas. A crença de que os trabalhadores constituíam um dos exércitos, deixa implícito também que os sindicalistas, assim como o PCB, atribuíam aos operários poder, por meio de greves e paralisações, para pressionar e apressar as reformas de base. O proletariado, todavia, denotava o fator decisivo no processo revolucionário, constituindo “o elemento mais revolucionário da sociedade”.²⁰¹ Traduzia-se como de grande relevo uma ligação estreita entre o partido e os trabalhadores, que deveria ser uma das principais alianças dos comunistas.

A necessidade de haver fortes vínculos entre comunistas e operariado se devia a dois motivos: a crença na missão do partido como líder da revolução, e dos trabalhadores como grupo revolucionário por excelência. Nessa esteira, todos os trabalhadores eram potencialmente revolucionários, precisando apenas de uma orientação ideológica, que os conscientizasse para canalizar essa tendência que lhes era inerente. A orientação ideológica viria do partido comunista, como se observa a seguir:

“O Partido Comunista está chamado a desempenhar uma missão histórica, no curso da revolução brasileira, como vanguarda consciente e organizada da classe operária. (...) A fim de cumprir seu papel independente, o proletariado necessita do Partido Comunista, partido revolucionário da classe operária, guiado pela teoria marxista-leninista, partido de ação política e de massas vinculado por múltiplos laços aos trabalhadores.”²⁰²

Para os comunistas, todos os trabalhadores formavam um único sujeito histórico, o proletariado, que desencadearia a revolução. Acreditava-se que a revolução proletária era inevitável, fazia parte de uma missão histórica que lhe estava reservada. A esse respeito afirma Jorge Ferreira:

“No imaginário político dos comunistas, a concepção de que o proletariado era naturalmente revolucionário tornou-se uma ideia enraizada, visível, quase palpável. Mais ainda, a descrição da classe operária como um sujeito consciente e dotado de

²⁰⁰ Sobre militares e as esquerdas ver D'ARAUJO, Maria Celina. Op. cit., “PTB e militares: a Frente de Novembro”, p. 115 a 118.

²⁰¹ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 43.

²⁰² NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Idem, “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 63.

virtudes transformadoras constitui-se em um dos pilares que sustentavam o conjunto doutrinário conhecido por ‘marxismo-leninismo’.”²⁰³

O documento de 1958 comprova essa posição, que permaneceu inalterada no V Congresso, ao tratar da relação entre partido e operariado:

“Participando das lutas de massas nos movimentos reivindicativos, nas campanhas políticas, nas eleições, os comunistas não têm outro fim senão o de tornar vitoriosas as aspirações das massas, aprender com elas e educá-las a partir do nível de consciência que já atingiram.”²⁰⁴

Esse trecho corrobora as colocações feitas por Ferreira, ao se ler que cabia aos comunistas tornarem “vitoriosas as aspirações das massas”. Isto explica, também, em parte, a crescente radicalização dos comunistas, conforme os acontecimentos iam se sucedendo. De acordo com esse determinismo, cada nova greve, surgimento de líderes populares como Leonel Brizola, medidas do governo ou de setores da burguesia a favor do proletariado, significava que os trabalhadores se fortaleciam e obrigavam os inimigos a recuarem. Luís Carlos Prestes, em março de 1963, na comemoração dos quarenta e um anos do PCB confirma esta tese, num discurso na Associação Brasileira de Imprensa:

“Sendo socialistas, sendo comunistas, estando convencidos, convictos cientificamente, de que o mundo marcha para o socialismo, de que o comunismo será vencedor no mundo inteiro.”²⁰⁵

A Frente de Mobilização Popular (FMP) fundada por Leonel Brizola no início de 1963, cujo objetivo era “unir as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base”, além de pressionar para que “o presidente rompesse com o centro político parlamentar, representado em particular pelo PSD, considerado de direita”,²⁰⁶ e interessava sobremaneira ao PCB tê-la como aliada, em especial na criação de uma frente popular.

Pode-se notar a similaridade de objetivos políticos entre FMP e o PCB. Embora o partido não participasse dela, alguns de seus militantes, artistas e intelectuais atuavam na FMP. Por isso, houve o intercâmbio de apoio à FMP, visível em *Novos Rumos*, quando analisam a situação do país em meados de 1963.

“A Frente de Mobilização Popular representa uma nova forma de coordenação de algumas das forças mais atuantes da frente única, cabendo aos comunistas contribuir,

²⁰³ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, Niterói: Eduff, 2002, p. 28.

²⁰⁴ NOGUEIRA, Marco (Org.). Op. cit., “Declaração sobre a política do PCB”, p. 27.

²⁰⁵ *Novos Rumos*, n. 214, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de julho de 1963, p. 4.

²⁰⁶ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. Op. cit., p. 134.

com dedicação e espírito de iniciativa, ao lado dos demais patriotas e democratas, para consolidá-la e desenvolvê-la, a fim de que possa desempenhar o importante papel que lhe é destinada na luta pelas reformas de base e pela conquista de um governo nacionalista e democrático.”²⁰⁷

A importância da FMP devia-se ao fato de ser uma das principais lideranças de esquerda do período: Leonel Brizola e conseguia reunir organizações estudantis, operárias, partidárias e grupos revolucionários, entre outros, constituindo por si só um amplo movimento das mais diversas correntes de esquerda, que buscavam a implantação das reformas de base. Na FMP estavam representados os estudantes, com a União Nacional dos Estudantes (UNE); os operários urbanos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito; os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP (Ação Popular), a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (POR-T) e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Miguel Arraes e seu grupo político também integravam a frente.²⁰⁸

Diferentemente do PCB, que em seus documentos defendia um caminho pacífico para as reformas, a FMP pregava a imediata implantação das transformações estruturais do país, desconsiderando o jogo democrático, num confronto direto com a oposição, recusando a “estratégia de atuar no parlamento”.²⁰⁹ Jango deveria ignorar o Congresso e agir baseado apenas nas forças das agremiações que constituíam a FMP. A estratégia política era a ação direta, pressionando os parlamentares nas ruas com greves, comícios, passeatas e manifestações.

Embora o PCB reivindicasse a vanguarda do movimento operário e a tarefa de conscientizar os trabalhadores da cidade e do campo para a revolução socialista, e em seus documentos fosse contra o radicalismo, defendendo a implantação das mudanças dentro do jogo democrático existente no Brasil, não buscou rivalizar ou criticar a Frente. Ao contrário, apoiava-a e lhe dava cobertura em seu informativo.

²⁰⁷ *Novos Rumos*, n. 229, Rio de Janeiro, edição de 12 a 18 de julho de 1963, p. 3.

²⁰⁸ “Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular”. In *Anos 90, revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 29, julho de 2009.

²⁰⁹ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op. cit., p. 325.

Leonel Brizola já competia politicamente com João Goulart, mas com a fundação da FMP passou a disputar a liderança entre as esquerdas também com Luís Carlos Prestes.²¹⁰ Os integrantes da FMP, inclusive, consideravam o PCB como um partido moderado para o momento político que viviam. Prestes, ao que parece, não via a FMP como rival. A ascensão do nome de Leonel Brizola como grande líder de esquerda, também parecia não lhe incomodar. Este era visto como aliado na luta pela formação de uma frente democrática pelas reformas. *Novos Rumos* sempre noticiava as afirmações, medidas e ações de Brizola, apresentando-o como líder nacionalista. Miguel Arraes também era considerado liderança popular. Não era o caso de Francisco Julião que pregava que os camponeses pegassem em armas, que, na avaliação do PCB, resumia-se a uma aventura, além de insinuar que se tratava de um aproveitador que interpretava de forma radical ou sectária os escritos marxista-leninistas. Possivelmente, Arraes tinha o perfil que mais correspondia com a proposta comunista, posto que defendia os interesses dos trabalhadores do campo dentro da lei, expandindo benefícios sociais e avançando dentro das regras da democracia. Apesar de Brizola agir de modo bem mais contundente, pregando até o rompimento institucional, recebia apoio e era prestigiado pela cúpula comunista.

Motivos não faltavam para que Brizola fosse bem visto pelos comunistas. Seu grande prestígio vinha desde agosto de 1961, quando chefiou o movimento de reação ao veto à posse de João Goulart. Talvez Jango não tivesse assumido a presidência do Brasil nem dentro do parlamentarismo, se não fosse a vitoriosa Campanha da Legalidade. Além de líder bem-sucedido contra as forças conservadoras e reacionárias, Brizola tomava medidas eminentemente nacionalistas que, por sua vez, satisfaziam às expectativas das esquerdas.

Novos Rumos divulgou, logo após o fim da crise de agosto de 1961, declarações do governador do Rio Grande do Sul, tanto na primeira página quanto no interior do jornal, feitas na sessão solene de encerramento do IX Congresso Nacional dos Jornalistas, apregoando a necessidade de união para libertar o Brasil da espoliação dos Estados Unidos. O orador expusera a necessidade de se ter coragem para afirmar que o “problema da nossa libertação liga-se à eliminação do processo espoliativo que o mundo capitalista exerce sobre o nosso povo e cujo centro polarizador esta hoje nos Estados Unidos”. Sobre o discurso, comentou o jornal:

“Vigoroso libelo contra o reacionarismo e o obscurantismo, e a espoliação estrangeira do povo brasileiro, o discurso do governador Brizola diante dos jornalistas brasileiros

²¹⁰ D'ARAUJO, Maria Celina. Op. cit., p. 150.

foi também um vibrante apelo à defesa das liberdades democráticas e à unidade de todas as forças progressistas brasileiras na luta pela emancipação do Brasil e a libertação do povo brasileiro dos grilhões do subdesenvolvimento.”²¹¹

Nos documentos oficiais do PCB já se apresentava essa tese, mas quando dito para o grande público por uma personalidade como Leonel Brizola, a repercussão e reflexão que causava era bem maior, por isso o entusiástico comentário do jornal. Os discursos e a postura de Brizola agradavam aos comunistas, que lhe davam espaço no seu semanário. No mês de fevereiro, por exemplo, na primeira página destacava-se a frase: “San Tiago defende AT&T, Brizola defende o Brasil”.²¹² Na terceira página fazia-se a comparação entre duas notas, uma de Brizola e outra do Ministro da Fazenda San Tiago Dantas. A nota do representante do governo defendia “a capitulação ao imperialismo”, enquanto a outra denunciava essa capitulação como “lesiva aos interesses nacionais”.

O governo tentava, segundo o jornal, justificar o “verdadeiro crime” que era a entrega de uma grande soma em dinheiro para a empresa norte-americana, a título de empréstimo, para que esta continuasse investindo em telefonia, aparelhos de rádio, televisão e material eletrônico em geral, não constituindo, tal empréstimo, nenhum tipo de indenização disfarçada referente à encampação dos bens da firma, que foram desapropriados pelo governo do Rio Grande do Sul. Seguindo nas críticas ao governo, questiona o jornal:

“Por que então o Governo empresta a uma subsidiária da AT&T a soma fabulosa de 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros para a construção de aparelhos de rádio e televisão, no instante em que o mesmo Governo anuncia medidas de contenção do consumo e declara que não dispõe de recursos para conceder ao funcionalismo público um aumento de vencimentos sequer equivalente ao aumento do custo de vida? Então a contenção do consumo não se refere também aos aparelhos de rádio e televisão da Standard Electric que é, ao contrário, estipulado numa base altamente inflacionária? E como explicar que os recursos que não existem para a sobrevivência dos servidores do Estado existam e sejam entregues de modo tão generoso a trustee imperialista que não faz em nossa terra outra coisa senão arrancar lucros e mais lucros?”²¹³

Informava o jornal que diante da política de “conciliação” do governo que, já descambava para a “capitulação”, os comunistas e “todas as forças nacionalistas e democráticas” deveriam se unir e propor um programa orientado no “sentido da realização de reformas profundas, que atinjam as causas estruturais da inflação”. Dentre as forças democráticas e nacionalistas, estava Leonel Brizola, que emitira uma nota, comentada na mesma reportagem, afirmando que o Governo Federal lhe enviara um comunicado, para

²¹¹ *Novos Rumos*, n. 138, Rio de Janeiro, edição de 29 de setembro a 5 de outubro de 1961, p. 7.

²¹² *Novos Rumos*, n. 207, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de fevereiro de 1963, p. 1.

²¹³ *Novos Rumos*, n. 206, Rio de Janeiro, edição de 25 a 31 de janeiro de 1963, p. 3.

esclarecer que aquele empréstimo “excepcional” tinha por objetivo dar uma “solução provisória” ao caso da encampação da dita empresa, em face da posição intransigente dos Estados Unidos, que teriam condicionado “todas e quaisquer negociações econômico-financeiras com o Brasil”, se fossem resguardados os interesses da AT&T. Opinava Brizola, segundo *Novos Rumos*, que aquele empréstimo seria uma verdadeira “doação” e uma “humilhante concessão ao imperialismo ianque” e não poupou críticas à ação do governo.

As reportagens referentes a Leonel Brizola, como a citada, mostravam-no como um líder nacionalista, combativo e defensor dos interesses nacionais, o que ele realmente era. Mas suas posições, desde agosto de 1961, radicalizavam-se cada vez mais, ao mesmo tempo em que ganhava maior adesão junto aos setores de esquerda mais extremistas. O próprio PCB acabou, de alguma forma, aderindo a esta postura.

No início de junho toda uma página é dedicada a Brizola e a uma denúncia sua, que classificava como crime de lesa-pátria a compra da Bond and Share.²¹⁴ Isto porque o governo gaúcho havia encampado a empresa, a justiça estava decidindo quanto deveria ser pago por ela, mas o governo brasileiro e o norte-americano definiram um valor de pagamento, que Brizola considerava como lesivo ao Brasil. *Novos Rumos* aproveitou as denúncias de Brizola para atacar as conversações entre Brasil e Estados Unidos, num acordo que, conforme o semanário, beneficiava uma empresa imperialista, que não estava interessada no desenvolvimento brasileiro e ainda não tinha sido avaliada em todo o seu patrimônio, para que se decidisse seu real valor. Nesta, como em muitas outras passagens, a imagem de Brizola é sempre veiculada como líder nacionalista, defensor da soberania nacional.

Brizola não só questionava o poder das multinacionais, criticando publicamente o que julgava como exploração por parte de tais empresas, mas tomava medidas efetivas. Naquele contexto de aumento das reivindicações e protestos populares, ele foi o porta-voz das várias organizações e partidos de esquerda, como o PCB e foi além dos discursos, encampando subsidiárias de multinacionais e criando organizações voltadas para luta pela implantação das reformas de base.

Na proposta de união das esquerdas, pregada pelos comunistas, a Frente Parlamentar Nacionalista foi outra organização da qual eles se aproximaram. Organização suprapartidária, criada no governo de Juscelino Kubitschek, reunia os parlamentares comprometidos com as reformas de base e com a defesa da economia nacional.²¹⁵

²¹⁴ *Novos Rumos*, n. 224, Rio de Janeiro, edição de 7 a 13 de junho de 1963, p. 8.

²¹⁵ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op. cit., p. 192.

A FPN também teve espaço em *Novos Rumos*. No início de 1963 noticiou-se que a Frente se manifestava sobre a constituição do novo governo, opinando que após a vitória do retorno ao presidencialismo, o ministério que seria formado não poderia “expressar nova tentativa de conciliação de tendências contraditórias”, conforme se lê em notícia sob o título *FPN: novo governo não pode ser de conciliação*.²¹⁶

A organização chegou a ser citada nos documentos oficiais do PCB, como se lê na Resolução do V Congresso:

“Participando ativamente das eleições e do trabalho parlamentar, os comunistas esforçam-se para ajudar a fortalecer e ampliar a Frente Parlamentar Nacionalista, a fim de que ela possa transformar-se em um bloco majoritário capaz de obter soluções patrióticas por via legislativa. Os comunistas atuam nos sindicatos, no seio da população rural, no movimento estudantil, entre a intelectualidade e outros sectores para conseguir apoio de massas à Frente Parlamentar Nacionalista. Apoiam igualmente a ação da FPN no sentido de estender sua influência aos Estados e municípios, mediante a constituição de blocos nacionalistas nas assembleias legislativas e câmaras municipais.”²¹⁷

Dentre as organizações, a FPN deveria ser a que mais se afinava com a nova política adotada pelo PCB, por isto seu apoio escrito no documento oficial do V Congresso. Contudo, na prática, o partido estava cada vez mais radicalizando seu discurso.

No ano de 1962 alguns sargentos e subtenentes foram eleitos, mas impedidos de assumir, devido à falta de nitidez na Constituição se eles podiam ser eleitos. Nessa situação alguns se candidataram e conseguiram se eleger, ficando na dependência da aprovação da Justiça Eleitoral. No final, os votos foram anulados e os militares não puderam assumir os cargos, mesmo tendo conseguido o número de votos suficientes. Isto vai causar protestos, passeatas e abaixo-assinados a favor da posse dos militares eleitos. O PCB, através dos *Novos Rumos*, apoia o direito dos militares.

Em função da proposta de se criar a frente ampla, escrita no Manifesto de 1958 e ratificado em 1960, os comunistas irão dar total apoio aos sargentos, por dois motivos: primeiro porque desde antes das eleições de 1962 os comunistas já eram solidários com grupos que queriam ter acesso à participação política, como soldados, sargentos, suboficiais e analfabetos; segundo porque essas camadas subalternas das Forças Armadas já haviam mostrado sua valia nas lutas populares, como no caso do movimento contra o veto militar à posse de Jango. A importância desse setor seria inegável, no caso de confronto contra grupos conservadores. Afinal, possuíam o que as esquerdas necessitavam: armamento.

²¹⁶ *Novos Rumos*, n. 205, Rio de Janeiro, edição de 18 a 24 de janeiro de 1963, p. 2.

²¹⁷ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 66.

Na edição do final de janeiro de 1963, *Novos Rumos* noticiava que em São Paulo já havia todo um movimento em prol da posse dos militares eleitos. A reportagem chamava a atenção para o fato da anulação dos “votos de centenas de milhares de brasileiros, visando impedir a posse dos deputados eleitos pelos trabalhadores e pelos sargentos”.²¹⁸ Isto significa que o PCB, independente da decisão do Supremo Tribunal Eleitoral, interpretava a questão como uma ação do governo, representante das elites, para impedir o poder do povo.

Nesta reportagem, sob o título *Povo paulista luta pela posse dos eleitos*, cobriu também assembleia ocorrida no Centro Social dos Sargentos da Força Pública, em São Paulo, que contara com a presença “de cerca de 1.000 sargentos, deputados federais” e mais um grande número de entidades de trabalhadores, num “ambiente de vibração indescritível”. Com isto o jornal tentava passar a ideia de que havia uma aliança entre entidades de proletários e sargentos.

Informou também que o presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Força Pública afirmara que falava em nome de onze mil associados da entidade que presidia, e que “estavam dispostos a acompanhar os sargentos e operários, sem medir consequências, até que a democracia seja respeitada”, referindo-se aos eleitos não diplomados. O 1º sargento do Corpo de Bombeiros Filomeno de Andrade, discursara, no palanque, que o eleitos tomariam posse “de qualquer jeito; legalmente com recursos ao TSE e ao STF, ou com greves e passeatas”, teria dito ainda, no que foi saudado calorosamente pelos presentes, que

“Não temos a menor dúvida quanto à posse dos nossos candidatos, pois o verdadeiro poder encontra-se na mão dos sargentos. E nesta luta, além de estarmos irmanados aos operários, sargentos da Aeronáutica e do Exército, igualmente a nós, somente irão ensarilhar suas armas depois da vitória final.”²¹⁹

O discurso refletia bem o clima de mobilização popular, agitação e extremismo que se perpetuou nas semanas e meses seguintes, quando ocorreram greves, protestos, comícios e passeatas, tanto de operários quanto de soldados, cabos e sargentos, até setembro de 1963, quando o radicalismo dos sargentos chegou ao extremo com a rebelião e a tomada da Capital Federal, Brasília. Os comunistas buscaram conquistar o máximo de aliados, inclusive o próprio Goulart. A contundência com que criticavam o presidente tinha origem na necessidade de apressar as transformações que acreditavam estar prontas para acontecer.

Exemplo disto foi a reportagem de março, noticiando que San Thiago Dantas, ministro da Fazenda, recebera trabalhadores, representados por membros do CGT, intitulada *Governo*

²¹⁸ *Novos Rumos*, n. 206, Rio de Janeiro, edição de 25 a 31 de janeiro de 1963, p. 3.

²¹⁹ *Novos Rumos*, n. 206, Rio de Janeiro, edição de 25 a 31 de janeiro de 1963, p. 3.

*deve resolver se continua com o povo.*²²⁰ Na qual reportou o ultimato do dirigente portuário Osvaldo Pacheco, membro do CC e do Conselho Executivo do PCB, ao ministro, criticando as medidas governamentais que pregavam a salvação do Brasil, mas sacrificavam os trabalhadores, desenvolvia uma política de contenção de salários sob a justificativa de controlar a inflação, mas os lucros das multinacionais, das grandes empresas e os subsídios aos latifundiários continuavam intocados.

“Cabe uma opção ao governo: continuar marchando com o povo, com os trabalhadores, ao lado dos quais conseguiu inúmeras vitórias até agora, ou trocar aliados, preferindo doravante os restritos grupos de privilegiados que, diga-se de passagem, até recentemente lutaram contra a posse do sr. Presidente da República, contra a investidura de v. excia. como Primeiro Ministro, contra o plebiscito, contra o restabelecimento dos plenos direitos do sr. João Goulart como Presidente da República.”²²¹

Depois foram reforçadas as reivindicações dos trabalhadores, escritas no Manifesto do CGT, nas quais constavam reforma agrária extensa, aplicação rigorosa da lei que regulamentava a remessa de lucros, reduzir subvenções aos latifundiários etc. o Governo era chamado a seguir “marchando com o povo” que, no entender dos sindicalistas, era o maior responsável pelas principais vitórias ocorridas contra os segmentos conservadores, desde agosto de 1961.

Na concepção dos comunistas e da FMP só faltava Jango aderir à causa das esquerdas, para que as reformas de base fossem implantadas. Portanto, ele era o principal entrave porque seguia fazendo acordos e negociando com o PSD. Havia a recusa à estratégia estabelecida por Goulart de aliar o PTB ao PSD no Congresso Nacional, obtendo, assim, a maioria parlamentar. As reformas de base seriam conquistadas na rua, não no parlamento.

A população do campo representava um elemento imprescindível na criação da “frente única” proposta pelo PCB, pois constituía um dos segmentos menos assistidos política e socialmente. Outro fator importante é que o movimento comunista considerava o grupo camponês como um dos pilares da revolução socialista. Nos documentos oficiais do PCB lia-se que “as massas camponesas” tinham interesse na transformação da “estrutura agrária e na emancipação econômica do país, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução anti-imperialista e antifeudal”.²²² Por estes motivos, os camponeses não poderiam ser negligenciados na proposta de união nacional pelas transformações estruturais do país. Os

²²⁰ *Novos Rumos*, n. 211, Rio de Janeiro, edição de 8 a 14 de março de 1963, p. 3.

²²¹ *Novos Rumos*, n. 211, Rio de Janeiro, edição de 8 a 14 de março de 1963, p. 3.

²²² NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 43.

comunistas agiam tanto por entidades próprias, como a Ultab, como pelo apoio aos líderes populares que lutavam pelas demandas do campesinato.

Quando o PCB, pelo *Novos Rumos*, informava a respeito das ações no campo referente a camponeses no Nordeste, silenciava sobre Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, ou quando o citava era para criticá-lo enquanto que Miguel Arraes, governador de Pernambuco, pelo contrário, recebia cobertura positiva. Arraes, líder popular e defensor da população camponesa do seu estado, era importante na lista de aliados do PCB, na construção da “frente única”. Aliás, as ações do governador de Pernambuco estavam em harmonia com as propostas do PCB: apoio à sindicalização rural e extensão do direito dos trabalhadores da cidade aos do campo, como se depreende do texto oficial do partido:

“Os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento consequente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semiassalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros. Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses. A ação de massas se mostra indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e conquistar a aprovação de leis que correspondam aos interesses dos trabalhadores agrícolas, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo.”²²³

No final de março de 1963, *Novos Rumos* publicou uma reportagem sobre Miguel Arraes, com o seguinte título: *Governo de Arraes atende às reivindicações dos camponeses*,²²⁴ na qual se lia que o governo de Arraes, “formado por todas as forças políticas que o elegeram” no pleito eleitoral de 7 de outubro, quando o povo pernambucano teria derrotado “nas urnas, a oligarquia reacionária dos usineiros e senhores de engenhos”, vinha realizando, apesar do pouco tempo na administração, “um governo de novo tipo” não só em Pernambuco, mas no Brasil.

Comenta a reportagem que antes, os trabalhadores rurais de Pernambuco não podiam nem se reunir nas sedes dos seus sindicatos, ligas ou associações, já que os governantes

²²³ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro”, p. 18 e 19.

²²⁴ *Novos Rumos*, n. 213, Rio de Janeiro, edição de 22 a 28 de março de 1963, p. 6.

reprimiam com a polícia, dissolvendo reuniões e prendendo líderes. Mas agora a Secretaria de Segurança não tinha mais essa “arbitrária função”. O governo Arraes já teria dito e reafirmado que sua polícia não seria jogada “contra o povo, notadamente contra aqueles que lutam, dentro da lei, em defesa de suas reivindicações mais imediatas”. O governo teria colocado em prática suas palavras, procurando resolver as greves camponesas exigindo o pagamento do 13º salário, que nada mais era do que o cumprimento da legislação, determinado pelo Ministério do Trabalho. Outras “medidas práticas” do seu governo eram prazo de noventa dias para a aplicação da legislação trabalhista, inclusive pagamento de salário mínimo, empréstimo aos pequenos e médios agricultores etc. O governador pernambucano era louvado como exemplo a ser seguido, um governo eleito por “forças políticas” do povo, que não só derrotara a “oligarquia reacionária”, mas tomava medidas “práticas” em benefício dos camponeses.

No começo de junho novo espaço é dado a Arraes em página inteira. Noticiou-se a vinda deste ao Sudeste, onde pronunciara palestras em várias localidades como Belo Horizonte, São Paulo e Guanabara. Num dos trechos da reportagem lê-se o seguinte:

“O Nordeste mandou ao Sul o seu líder – o governador Miguel Arraes – para deixar perfeitamente claro que o movimento pelas reformas de base, verdadeiras e imediatas, abarca e empolga todo o País, Arraes trouxe a mensagem de inconformismo e de luta das populações nordestinas”.²²⁵

Pode-se notar, pelas linhas do semanário, que Arraes era apresentado como uma liderança no Nordeste, que de Norte a Sul as lideranças populares eram favoráveis às reformas de base, e que havia integração entre esses objetivos e as lideranças das diversas partes do país, já que fora recebido em vários Estados com homenagens e ouvido por políticos, sindicalistas, estudantes e operários.

No mês de agosto encontra-se mais uma razão do apoio do PCB a Arraes. No texto *A política eleitoral dos comunistas*, relembra-se a posição do partido exposta nas Teses de 1960, referente à proposta de mobilização das forças democráticas para o alcance dos fins revolucionários. Em seguida, apresenta-se um levantamento positivo acerca do avanço democrático, por meio das eleições, sob a perspectiva de que nos pleitos ocorridos, desde 1945, havia um avanço democrático e de participação dos comunistas, embora a Constituição ainda estabelecesse um processo excludente, por causa do impedimento aos analfabetos, soldados e marinheiros, além da ilegalidade a que se encontrava submetido o PCB. Ao tratar

²²⁵ *Novos Rumos*, n. 223, Rio de Janeiro, edição de 31 de maio a 6 de junho de 1963, p. 8.

das eleições de 1962, a vitória de Arraes para o governo do Estado era considerada uma das “maiores vitórias” das forças “nacionalistas e democráticas”:

“Apoiados na ‘Frente do Recife’, as forças nacionalistas e democráticas conseguiram fazer penetrar no interior, inclusive em setores importantes das massas camponesas, suas palavras de ordem. Conseguiram, também, na situação concreta, ganhar apoio de certos elementos latifundiários para a candidatura de Arraes, fazendo com que as forças reacionárias deixassem de obter ali a maioria de votos com que contavam.”²²⁶

A aliança que se buscava com Arraes era devido ao avanço da sua liderança como representante das forças consideradas democráticas no nordeste. Na luta pela formação de uma frente única pelas reformas de base e extinção do latifúndio, o governador de Pernambuco configurava uma base de sustentação da luta democrática e nacionalista naquela parte do Brasil.

O PCB buscou fortalecer laços com membros das Forças Armadas, de alta e baixa patentes, por que sabia que se houvesse um confronto seria necessário o apoio de militares nacionalistas ou simpáticos às causas populares. Os trabalhadores das cidades também não foram esquecidos pelos comunistas, já que constituíam um dos principais pilares das mudanças de estrutura no país, e da revolução socialista que deveria acontecer. Nesse ponto, o CGT teria um papel central nesse processo. Por outro lado, também havia o determinismo comunista quanto à instauração do socialismo, a crença na tendência intrínseca que o proletariado teria para se revoltar e transformar o mundo, e a incumbência que o partido reivindicava para si de mobilizar e conscientizar as massas. Se havia motivos subjetivos para se acreditar no operariado, havia outros mais palpáveis, como o avanço do partido junto aos sindicatos e o crescimento do movimento nacionalista.

O PCB apoiou organizações de esquerda potenciais aliadas na luta pelas reformas de base, tendo em vista que, na sua proposta de criação de uma grande frente democrática pelas mudanças estruturais do país, todas as forças que pudessem pressionar Goulart e o parlamento, ou mesmo no fortalecimento do movimento operário e camponês eram bem-vindas, já que não reivindicava para si a liderança do movimento. O discurso do partido, naquele momento, designava que o mais importante seria o enfraquecimento da presença norte-americana no país; o desaparecimento do latifúndio e, conseqüentemente, os latifundiários enquanto classe; a concessão de melhores condições de vida para os trabalhadores do campo e das cidades; assim como medidas que permitissem maior participação da população, como o direito a voto e de elegibilidade aos subalternos das Forças

²²⁶ *Novos Rumos*, n. 232, Rio de Janeiro, edição de 2 a 8 de agosto de 1963, p. 5.

Armadas, direito a voto aos analfabetos e soldados; e a legalidade do PCB como partido político.

Os camponeses também eram alvo dos cuidados do PCB por encarnarem o outro pilar da mobilização popular pelas mudanças estruturais. O partido se preocupava em melhorar as condições de vida da população do campo e, ao mesmo tempo, mobilizá-los para a transformação socialista. A Frente de Mobilização Popular e seu líder, Leonel Brizola, recebiam o total apoio do PCB, independente do discurso radical assumido. Os comunistas consideravam iminente a vitória das esquerdas, no caso de um confronto direto com as forças conservadoras.

A proposta do PCB de criar uma frente ampla pelas reformas, a partir de uma postura pacífica como exposto em seus documentos oficiais de 1958 e 1960, levou o partido a apoiar a Frente Parlamentar Nacionalista e Miguel Arraes que, apesar de não serem comunistas, estavam comprometidos com as mudanças estruturais do país. Por outro lado, João Goulart, objeto constante de críticas, era um dos aliados pretendidos pelos comunistas, cuja adesão para a promoção das reformas idealizadas pelo PCB, seria um fator decisivo para a vitória. Em suma, os comunistas queriam que o PCB, a FMP e Brizola, o CGT e o grupo político de Miguel Arraes formassem a Frente Única de Esquerda que governaria o país. Faltava apenas Goulart se decidir e seguir com a Frente, mesmo que para isso ficasse contra o Congresso.

O PCB combateu o Plano Trienal por intermédio de seu informativo oficial, *Novos Rumos*, reportando suas críticas nas vozes da direção do partido como Luís Carlos Prestes, Jacob Gorender e Mário Alves (1923-1970), apontando o que julgavam como falhas nas propostas governamentais para a solução dos problemas nacionais, exigindo do governo uma postura mais incisiva a favor dos segmentos populares e contra a união de Jango com elementos reacionários.

O Partido Comunista Brasileiro classificava a política de Jango de “conciliadora” e o Plano Trienal de desfavorável ao operariado e às reformas de base. Desse modo, optou por atacar cabalmente a proposta, conclamando todas as forças “nacionalistas e democráticas” a fazer o mesmo, pois acreditava que a criação de uma frente ampla reunindo o partido, trabalhadores, sindicatos e diversos segmentos sociais teriam condições de pressionar o presidente, a classe política e os grupos de grandes empresários e latifundiários para promover as reformas que os comunistas denominavam nacionalistas.

Na questão referente à reforma agrária, o PCB também não apoiou Jango, fazendo-lhe oposição, tanto na fase parlamentarista quanto na presidencialista de governo. Os comunistas propunham uma “reforma agrária radical”, a começar pela retirada do artigo 141 e seus

parágrafos da Constituição, além da extinção dos latifúndios e da eliminação da classe dos latifundiários. O otimismo que se apoderou do PCB, pela votação maciça pelo retorno ao presidencialismo, fez os comunistas passaram a ver como certa a vitória das esquerdas. A supressão do parlamentarismo deveria abrir caminho para a formação de um governo, que adotasse medidas mais radicais em direção das reformas de base. Como a população votou pelo fim do regime imposto em agosto de 1961, tudo indicava, no entendimento do partido, que o próximo lance seria a pressão pelas reformas e o rompimento com os “conciliadores”, representados principalmente nos parlamentares do PSD.

Na luta pela criação de uma frente ampla democrática em prol das reformas, o PCB buscou aliados entre militares nacionalistas, organizações parlamentares, elementos de pregação radical, como Leonel Brizola, assim como figuras políticas de postura moderada, como Miguel Arraes. As lideranças do PCB defenderam as prescrições dos documentos do partido, no esforço de estreitar laços com os operários e camponeses, no sentido de prepará-los para as mudanças estruturais desejadas. No entanto, pouco a pouco, deixaram-se levar pelos discursos radicais de personalidades e agremiações de esquerda.

3 O PCB ENTRE A PROPOSTA DE TRANSIÇÃO PACÍFICA E A REFORMA VIOLENTA

O contexto social e político do Brasil entre setembro de 1963 e janeiro de 1964 ficou marcado por muitos conflitos, correspondeu a um período em que as negociações e reivindicações políticas acirraram a radicalização das esquerdas. Como exemplo desse ambiente houve o levante dos sargentos em setembro de 1963 e o pedido de estado de sítio feito por Jango em outubro do mesmo ano. Neste capítulo será analisado como o PCB, através do jornal *Novos Rumos*, avaliou esses acontecimentos, refletindo sobre a estratégia de transição pacífica do partido, a entrevista de Prestes à TV em janeiro de 1964 e a proposta de San Tiago Dantas da Frente Progressista de apoio às reformas.

Ao longo dos períodos de governo parlamentarista e presidencialista de João Goulart, o PCB seguiu a orientação da Declaração de Março, ratificada pelo V Congresso de 1960, de se criar uma frente ampla capaz de reunir todas as forças progressistas em prol das reformas. Mas no início daquela década, o partido radicalizara, hostilizando João Goulart e criticando sua prática política.

Os comunistas e as esquerdas em geral, cada vez mais, endureciam o discurso contra o Congresso, Goulart e o PSD. O partido, segundo os discursos e textos das suas lideranças, demonstrava desprezo crescente à democracia liberal, apostando num confronto com as direitas, uma vez que se sentia forte o suficiente para o embate.

3.1 Revolta dos Sargentos: As Esquerdas Apostam no Confronto

Um termômetro da radicalização ocorrida no governo Goulart ficou patente no mês de setembro de 1963, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) votou a ilegitimidade do sargento Aimoré Zoch Cavalheiro. O resultado desfavorável ao sargento e outros em igual situação motivou um levante de sargentos em Brasília. O PCB, solidário à causa dos sargentos, apoiou por completo a revolta, embora não tenha dela participado, mas aproveitou para criticar Jango, como se atesta em *Novos Rumos*, no texto *Unidade das forças populares, pelas liberdades democráticas, pelas reformas de base*:

“Os últimos acontecimentos revelam que se tornam acentuadamente mais agudas as contradições existentes na sociedade brasileira. Continua o Governo insistindo em levar à prática uma política dúplice e vacilante. Ao invés de apoiar-se nas forças

patrióticas e democráticas e enfrentar com decisão os problemas nacionais, resolvendo-os de acordo com os interesses do nosso povo – e nesse caso contaria sem dúvida com o apoio de esmagadora maioria da Nação.”²²⁷

Como acontecia desde a posse de Jango, no texto havia críticas à conduta do presidente, “vacilante”, recusando a se apoiar nas “forças patrióticas” representadas apenas pelos setores e personalidades de esquerda: Leonel Brizola, Miguel Arraes, CGT, FMP, entre outras. O trecho destacado também mostra a crença de que se o presidente seguisse com as esquerdas encontraria apoio “da esmagadora maioria da Nação”. No mesmo texto estava escrito que cresciam “as lutas das massas” adquirindo maior radicalização e amplitude.

“São exemplos recentes a greve geral da baixada santista, a vigorosa luta dos estudantes e trabalhadores de Brasília contra a carestia e em defesa do direito de reunião, a intensificação do movimento camponês, particularmente no Nordeste, as greves dos soldados e oficiais das Forças Públicas do Piauí e do Rio Grande do Norte, o movimento de protesto dos soldados, sargentos e suboficiais de Brasília. (...) Elevam-se a organização, a consciência política e a combatividade dos trabalhadores e de todo o povo. Continua assim a desenvolver-se em linha ascendente o movimento de massas, que se estende a setores cada vez mais vastos da população.”²²⁸

O levante dos sargentos estaria, segundo os comunistas, dentro do contexto de insatisfação nacional contra a crise econômica pela qual passava o país, assim como da política de Jango de seguir negociando com o PSD no Congresso. Ao enumerar os protestos que ocorriam de Norte a Sul, com greves de trabalhadores e de policiais, o crescimento do movimento dos camponeses e sargentos pegando em armas contra decisões do governo, o PCB interpretava o contexto nacional como próximo de uma situação pré-revolucionária.

Segundo Paulo Parucker, os sargentos já haviam participado de ações vitoriosas, legalistas, com o marechal Lott em 1955 e em agosto de 1961 na oposição ao veto dos ministros militares à posse de Jango. Neste último evento, os sargentos tiveram uma participação de destaque, já que impediram que aviões levantassem voo para atacar as forças legalistas. Após a vitória pela posse de Goulart, começou a ganhar corpo, entre os sargentos, um movimento, aventando a possibilidade da eleição de representantes destes graduados para o Legislativo, a fim de defender seus interesses.²²⁹

A Constituição de 1946 deixara dúvidas quanto à elegibilidade dos sargentos, a interpretação da lei ficava por conta dos juízes. O sargento Antônio Garcia Filho registrara

²²⁷ *Novos Rumos* n. 239, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de setembro de 1963, p. 1.

²²⁸ *Novos Rumos* n. 239, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de setembro de 1963, p. 1.

²²⁹ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*, São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57 e 58.

sua candidatura, pelo PTB, através do Tribunal Regional Eleitoral da Guanabara (TRE-GB), para deputado federal, conseguindo votação suficiente para ser eleito e diplomado por este Tribunal. Paralelamente, outros sargentos também haviam tentado o registro de suas candidaturas, mas os TREs dos seus Estados indeferiram os pedidos. Um deles, Aimoré Cavalheiro, no Rio Grande do Sul, impetrou um mandado de segurança junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), obtendo, por liminar, o registro de sua candidatura. Após o pleito, conseguiu ser eleito, mas não foi diplomado e recorreu ao STF.²³⁰

Na quarta-feira, dia 11 de setembro de 1963, o STF decidiu sobre o impasse que envolvia o sargento Aimoré. A maioria dos juízes votou contra o reconhecimento da eleição, sendo este o veredito final sobre o assunto. Após saberem o resultado, os sargentos iniciaram o levante em Brasília, por volta das 23 horas do mesmo dia, arrombando um depósito de armas, prendendo soldados e oficiais que não aderiam ao movimento. A seguir, obstruíram e ocuparam rodovias e locais estratégicos, como aeroportos, a central telefônica, prédios de ministérios etc.²³¹ Após várias ações dos rebelados e a reação legalista, os revoltosos se renderam na manhã do dia 12.

Na reportagem dos *Novos Rumos* que tratava da sublevação, constava que, durante algumas horas da madrugada de 12 de setembro, Brasília “esteve sob o poder dos sargentos da Aeronáutica e da Marinha”. Informava ainda que “numerosos cabos e soldados participaram, ao lado dos sargentos, no movimento que comoveu todo o país”. Lia-se ainda que

“um ministro do Supremo Tribunal Federal, o presidente em exercício da Câmara dos Deputados, um subchefe da Casa Civil da Presidência da República e vários oficiais foram presos pelos sargentos. Os edifícios dos ministérios da Marinha e da Aeronáutica, a Base Aérea, o aeroporto e a central telefônica foram ocupados pelos sublevados.”²³²

Novos Rumos relatou também as causas para o levante: “a decisão iníqua do Supremo Tribunal Federal” que não reconhecia “o mandato conferido por 70 mil eleitores gaúchos ao sargento Aimoré Cavalheiro – o candidato mais votado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul”. Na mesma reportagem estava escrito que, após uma intensa movimentação militar e a intervenção de uma delegação de parlamentares da Frente Nacionalista, os sargentos concordaram em se render. Os presos chegavam à casa dos seiscentos e foram levados para o Rio de Janeiro.

²³⁰ Idem, p. 72.

²³¹ Idem, p. 138.

²³² *Novos Rumos* n. 239, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de setembro de 1963, p. 8.

Sobre as causas do movimento, Parucker defende que não houve premeditação. Ânimos exaltados e superestimação da força dos sargentos levaram-nos à revolta, embora houvesse uma esperança, por parte do sargento Prestes de Paula, líder do levante, de uma insurreição que envolvesse civis, militares e tomasse proporções maiores.²³³ A causa principal fora mesmo um protesto contra a decisão do STF, porém, o autor assinala a politização e o clima de extremismos daquela conjuntura que influenciou os graduados:

“Além da indignação, foi determinante a própria politização dos praças, embasada materialmente pela ação dos clubes e associações e sustentada com esforço diante da crescente reação da instituição militar. Contou também, enormemente, a efervescência do período. Cada vez mais a radicalização e o confronto direto das forças pareciam a única solução para os impasses políticos.”²³⁴

A comparação entre a ação dos sargentos e a crescente radicalização que ocorria nas esquerdas e no PCB demonstra como os ânimos estavam exaltados. Mesmo os que pregavam reformas de modo pacífico começaram a se contagiar com o oposto. Apesar de ter sido um movimento que foi frontalmente contra a legalidade constitucional que o PCB dizia defender, Hércules Correa²³⁵ considerou a revolta como mais um “movimento de protesto” dos sargentos. Afirmou o dirigente sindical que “no bojo do movimento de protesto dos sargentos há uma reivindicação justa”, visto que ser inaceitável que os sargentos não tivessem “os mesmos direitos dos demais brasileiros, quando a Constituição estabelece que todos são iguais perante a lei.”²³⁶

Segundo o líder do CGT era normal os graduados protestarem promovendo uma revolta armada. Quando praticado pelos aliados preferenciais do PCB, um ato que atentava contra a Constituição era considerado justo. Sob esse ponto de vista, o radicalismo começava a tomar o partido. Para Dulce Pandolfi:

“Diferentemente do que é veiculado pela memória oficial da organização, o PCB não tinha uma visão clara a respeito da ‘revolução’. A transformação do regime, ou seja, a substituição no poder de uma classe por outra, era percebida ora como um processo lento e gradual, ora como uma insurreição, uma ruptura brusca. Em relação à primeira etapa da revolução, considerava-se possível e desejável a utilização da via pacífica. Entretanto, além da possibilidade do caminho institucional, o PCB apostava também numa solução de confronto. Efetuada essa primeira etapa, deveria ser avaliada a conveniência de acelerar o percurso para o rompimento total com o capitalismo.”²³⁷

²³³ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. cit, p. 206.

²³⁴ Idem, p. 203.

²³⁵ Hércules Correa era líder sindical, membro da diretoria do CGT e do Comitê Central do PCB.

²³⁶ *Novos Rumos* n. 239, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de setembro de 1963, p. 3.

²³⁷ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*, Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995, p. 184, 185.

Não sendo claro para o PCB, como analisa Pandolfi, como seria a “transformação do regime”, percebida ora como um processo “lento e gradual”, ora “como uma insurreição”, um movimento como o dos sargentos estimulava a opção pela mudança brusca. Como os documentos do partido aceitavam a possibilidade de um confronto armado, num momento de grande agitação social, greves, protestos os mais diversos, além do apoio de parlamentares, de oficiais militares, bem como o sucesso contra forças golpistas em agosto de 1961, avanço das forças de esquerda após as eleições, vitória avassaladora em prol do retorno ao presidencialismo, no plebiscito de janeiro de 1963, e a demonstração de apoio dos militares de baixa patente, não era difícil para o PCB avaliar o momento político e social do Brasil como pré-revolucionário.

O PCB fazia oposição sistemática a Jango desde sua posse como presidente em setembro de 1961, exigindo deste a organização de um governo de esquerda e a decretação imediata das reformas de base. Diante da resistência do presidente e com tantos protestos, discursos violentos e acirramentos de ânimos contra o governo, até de militares de baixa patente, a direção do partido era tentada a pensar que o “processo lento e gradual” já havia passado e estava na hora da “ruptura brusca”. Outro aspecto que ajuda a entender o apoio do PCB à revolta dos sargentos é que houve, naquele tempo, um vínculo cada vez mais forte entre graduados e o movimento civil, principalmente o sindical.

Paulo Parucker elucida que os setores, que se autoproclamavam progressistas, aproveitaram a questão da elegibilidade dos sargentos para se aproximar dos graduados. O PCB e o CGT desenvolveram essa política, solidarizando-se, desde o início, com a essa causa e mostrando apoio incondicional à rebelião de Brasília, defendendo imediatamente a anistia aos presos.

Entre os grupos vistos pelo PCB como preferenciais aliados estavam os militares e, entre esses, os sargentos, pelas demonstrações dadas de adesão às causas progressistas. Havia uma aproximação entre sindicatos, forças de esquerda e sargentos, sob o lema “Sargento também é povo” ou mesmo “Sargentos são nossos irmãos”. Exemplo da ligação cada vez maior entre graduados e movimento sindical ocorreu no mês de abril de 1963, quando o CGT desenvolveu uma campanha por aumento de salário de 70% para servidores civis e militares. O fato de uma organização sindical, sem reconhecimento legal, defender aumento dos militares com a visível intenção de ter o apoio de sargentos, cabos e soldados para sua causa, provocou repúdio dos altos comandos militares, mas mostra a aproximação que aconteceu entre graduados e o CGT, controlado pelo PCB.

Essa aproximação, contudo, entre militares e sindicalistas era de mão dupla. No dia 11 de maio de 1963, Gelcy Rodrigues Correia, subtenente paraquedista, em uma homenagem ao general Osvino Ferreira Alves, agradeceu o apoio do CGT aos militares e afirmou que estes pegariam nos seus instrumentos de trabalho e fariam as reformas junto com o povo, lembrando que o referido instrumento era o fuzil. Neste evento, ocorrido na sede de uma entidade civil, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC-GB), estavam presentes centenas de sargentos, políticos, representantes da UNE, UBES, dos camponeses e de diversos sindicatos, como portuários, têxteis e marítimos.²³⁸

A título de conclusão sobre o estreitamento de laços entre civis e militares, Parucker resume com bastante propriedade a questão:

“A aliança dessas forças aos sargentos politizados seria, assim, estimulada de ambas as partes. Para os movimentos populares, como já vimos, abria-se a perspectiva de poderem contar com o que sempre lhes faltara nos embates decisivos: a força militar. Alguns olhos mais otimistas enxergavam na aproximação o próprio esfacelamento da repressão. Os sargentos, por seu turno, além de verem naquela união a chance de suplantar pela pressão das massas populares o poder férreo das cúpulas militares, sentiam que aquelas eram também suas lutas, pois ‘sargento também é povo’.”²³⁹

Novos Rumos aproveitou a revolta dos sargentos para avaliar a posição das “forças democráticas”, comparando a conjuntura de 1963 com a de 1954 e 1961, afirmando que diferentemente dos períodos anteriores, os “inimigos do povo” tinham “pela frente um movimento democrático e patriótico seguro de suas posições”, citando o Comando Geral dos Trabalhadores, a Confederação Nacional dos trabalhadores na Indústria, a Frente de Mobilização Popular e a União Nacional dos Estudantes, que se solidarizavam com a “causa dos sargentos” e protestavam contra “a decisão iníqua do Supremo Tribunal Federal”.²⁴⁰

A reportagem referia-se também à solidariedade que deveria ser oferecida aos sargentos, através do reforço da campanha da elegibilidade, exigência da imediata libertação dos presos e ajuda às suas famílias, além de protestos contra as condições de tratamento impostas aos sargentos, cabos e soldados detidos no levante. Na mesma página havia um manifesto do CGT, datado de 12 de setembro, colocando-se contra os cerceamentos das liberdades democráticas e sindicais, apoiando os “patriotas civis e militares pelas reformas de base”, e repudiando decisões políticas dos tribunais, que atentassem “contra interesses dos trabalhadores, do povo e da nação”.

²³⁸ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. cit, p. 65 e 66.

²³⁹ Idem, p. 80.

²⁴⁰ *Novos Rumos* n. 239, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de setembro de 1963, p. 8.

Em relação ao levante de Brasília e a crescente radicalização das esquerdas, cabe enfatizar os seguintes aspectos: a característica contraditória do movimento dos sargentos, o grande poder que as esquerdas atribuíam a si mesmas e as consequências, para as esquerdas, do acontecimento. O movimento dos sargentos foi aparentemente contraditório, assim como era a postura do PCB, visto que os militares embora defendessem a democracia e o nacionalismo, promoveram um levante armado. Provavelmente acreditavam que o regime democrático vigente não correspondia ao modelo verdadeiramente democrático, como afirmavam, portanto, fazia-se necessário instituir a democracia. Por isso, o levante foi classificado por vários grupos de esquerda, inclusive o PCB, como legítimo. Seja como for, os sargentos materializaram o que permanecia no imaginário de muitas lideranças nacionalistas e no interior de alguns movimentos, que defendiam a democracia, mas acreditavam em ações violentas. Só não fizeram por não ter as possibilidades e instrumentos dos sargentos.

No que se refere ao poder dos movimentos nacionalistas, a causa das esquerdas possuía grande aceitação junto à opinião pública, dando-lhes força frente à oposição. Cientes disto tendiam a apressar as conquistas posto não acreditarem em negociações políticas no Congresso Nacional, cuja morosidade decorria de negociações, pactos e compromissos, além de não propiciarem a certeza de vitória.

Paulo Parucker definiu o levante de Brasília numa metáfora significativa: os sargentos cutucavam a onça de vara curta, mas para eles, no calor dos acontecimentos, a vara parecia “um vigoroso porrete”.²⁴¹ Essa mesma metáfora pode ser usada em relação às esquerdas que, sabendo da conjuntura favorável nos círculos militares, concluíram que teriam o mesmo apoio e a mesma força dos setores conservadores e reacionários se seguissem o caminho do confronto político.

A crença na vitória, se houvesse confronto, leva a uma terceira reflexão importante: as consequências do levante dos sargentos e da postura radical das esquerdas prejudicaram a causa do nacionalismo e das reformas de base. O levante dos sargentos, nos círculos militares, revelou-se negativo por ser, segundo Parucker, um movimento frontalmente contrário à disciplina e à hierarquia, tendo impacto indesejável em muitos oficiais que nutriam “alguma simpatia pelas bandeiras reformistas”. Estes passaram a temer que a radicalização dos graduados, nos termos em que passava a ser colocada, levasse efetivamente a instituição militar à desagregação.²⁴² Como sabido, a disciplina e a hierarquia são os fundamentos da

²⁴¹ PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. Op. cit, p. 87.

²⁴² Idem, p. 188.

instituição militar. A maioria da população se virou contra a causa dos sargentos, isto causou, sem dúvida, uma perda política.

As bandeiras das esquerdas representadas por reformas de base, nacionalismo, reforma agrária, oposição ao imperialismo norte-americano comungavam da simpatia da opinião pública, mas em virtude do abandono da proposta de transição pacífica e de respeito à democracia, perderam o apoio da sociedade e dos setores militares legalistas. A força das esquerdas estava, em grande parte, na defesa da legalidade, como ocorreu em agosto de 1961.

3.2 Isolado pelas Direitas e pelas Esquerdas: o Pedido de Estado de Sítio

Como visto, Jango frequentemente sofria críticas negativas por parte do PCB com ataques extensivos a representantes do governo, inclusive aqueles que poderiam tornar-se aliados na instituição de reformas de base. Desse modo, havia um desgaste do governo João Goulart, pois se somavam ataques de setores conservadores devido à sua proximidade com as esquerdas; por outro lado, o presidente perdia o apoio das forças nacionalistas de centro favoráveis à democracia e às reformas devido aos discursos e posturas radicais de representantes das esquerdas que lhe faziam oposição. Uma ilustração do isolamento cada vez maior de Jango deu-se por ocasião de uma manifestação do chefe do Comando Militar do Sudeste, sediado em São Paulo, condenando entidades como o CGT.

Após a revolta dos sargentos, o CGT fez declarações de solidariedade aos rebelados e, em consequência disto, o general Peri Bevilacqua, comandante do II Exército, expediu um comunicado aos subordinados, condenando o CGT, o PUA e demais entidades sindicais. Diante disso, o general recebeu severas críticas em *Novos Rumos* do final de setembro, no qual se questionava o motivo do comandante ter rompido com o seu passado, “de sua patriótica e corajosa posição ao dirigir-se, em termos os mais calorosos, ao então governador Leonel Brizola”, quando da encampação da Bond and Share no Rio Grande do Sul. Recordava ainda o jornal da posição “das mais firmes” entre os oficiais do III Exército quando da crise de agosto de 1961, enquanto a atual postura, em setembro de 1963, revelara-se “racionaríssima”, pela sua nota de instrução, cujos pontos principais eram os seguintes:

“1) condenação, de forma insultuosa, ao movimento dos sargentos por seu direito de elegibilidade; 2) afronta, em termos os mais grosseiros e inconcebíveis nos tempos atuais, ao movimento sindical, que nada mais é, para o comandante do II Exército, do

que um serpentário de ‘peçonhentos inimigos da democracia’ – tirada de supina mediocridade e de ódio zoológico aos trabalhadores.’²⁴³

No mesmo texto o jornal compara afirmações do general com as de Goulart sobre o CGT:

“Enquanto para o general Peri o CGT é um ‘ajuntamento ilegal e espúrio’ e seus dirigentes são ‘mazorqueiros, malfeitores, criminosos de lesa-pátria’, para o presidente João Goulart, segundo suas textuais expressões no comício de 23 de agosto na Cinelândia, o CGT é a ‘entidade máxima dos trabalhadores brasileiros’ e ‘organismo com que o governo conta para realizar as reformas de base’”.

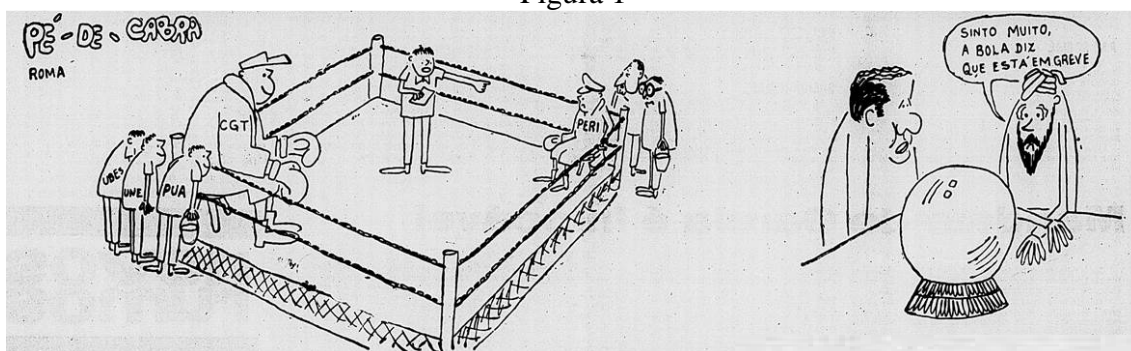
O comandante foi acusado de agir dentro de uma linha “claramente golpista”, contra o ministério da Guerra e o Planalto, numa alusão ao objetivo final que era derrubar o ministro da guerra e o presidente, em favor dos “espoliadores norte-americanos e seus sócios”. Por sua vez, a revolta dos sargentos foi minimizada a um “movimento” pelo “seu direito de elegibilidade”, ao passo que a declaração do comandante feita sobre o CGT traduziu-se como golpista e ao ser comparada com a de Jango serviu para demonstrar que se colocara contra o Chefe do Executivo e contra uma organização popular.

O PCB atacou aliados das causas progressistas que discordassem de movimentos de radicalização política, pois estava seguro da força das esquerdas para vencerem qualquer movimento conservador. Como exemplo publicou uma charge em *Novos Rumos*, da autoria de Roma (Figura 1), na qual exibia o desenho de um ringue, onde, de um lado, havia um lutador, cujo braço ostentava a sigla CGT, enquanto, do outro lado, havia um lutador com quepe de militar e, em cuja camisa, avistava-se escrita a palavra Peri. Fora do ringue, por trás do personagem Peri, havia duas figuras, uma delas era notadamente Carlos Lacerda; e por detrás da personagem que representava o CGT, fora do ringue, outras figuras identificadas como PUA, UNE, UBES. O desenho que representava o CGT era cerca de duas vezes mais alto e três vezes mais forte que o de Peri.²⁴⁴ A representação gráfica serve de demonstração do modo como os comunistas superestimavam a força das esquerdas e a da oposição.

²⁴³ *Novos Rumos* n. 240, Rio de Janeiro, edição de 27 de setembro a 3 de outubro de 1963, p. 7.

²⁴⁴ *Novos Rumos* n. 240, Rio de Janeiro, edição de 27 de setembro a 3 de outubro de 1963, p. 7.

Figura 1



Fonte: *Novos Rumos* n. 240, Rio de Janeiro, edição de 27 de setembro a 3 de outubro de 1963, p. 7.

O isolamento de Jango teve nítida contribuição do PCB que se recusava a apoiá-lo e combatia defensores das causas nacionalistas, enfraquecendo o apoio político ao presidente. Enquanto as direitas também prosseguiram na oposição às medidas do Executivo. No início do mês de outubro houve uma crise provocada por Carlos Lacerda, governador da Guanabara, reconhecidamente um opositor radical de João Goulart. O fato que envolveu Lacerda teve como causa a entrevista concedida a um jornal norte-americano, provocando grande repercussão nos círculos políticos e militares. O jornal de Lacerda, *Tribuna da Imprensa*, publicou trechos da entrevista, onde o governador da Guanabara assegurava que “o regime do presidente João Goulart poderia cair antes” que terminasse o ano. O entrevistado recomendara “se refreie toda a ajuda ao Brasil, até que esse país se encaminhe de novo à estabilidade econômica e política”.

A única razão para João Goulart continuar presidente, segundo Lacerda, devia-se ao fato de os militares estariam “procurando evitar confusão nacional além da atual tempestade econômica, inflação galopante, greves, dívidas grandes no exterior e lutas pelo poder político”. Acrescentou ainda que os militares analisavam, sobre Goulart, se seria melhor “tutelá-lo”, “patrociná-lo”, “colocá-lo sob controle até o término do seu mandato ou destruí-lo”.²⁴⁵ Lacerda fizera outras afirmações, os ministros militares indignados emitiram nota em resposta à entrevista, que também foi publicada no jornal do governador e declarava, entre outras coisas, que:

“a par de suas costumeiras injúrias ao governo brasileiro, o referido entrevistado procura apresentar nosso País como qualquer republiqueta subcolonial, mendigando esmolas, o nosso povo, um povo desequilibrado, incapaz de orientar-se sem tutelas estrangeiras, entregue a um bando de saqueadores comunistas.”²⁴⁶

²⁴⁵ *Tribuna da Imprensa*, n. 3.163, Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1963, p. 12.

²⁴⁶ *Tribuna da Imprensa*, n. 3.163, Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1963, p. 12.

Além disso, a nota acusava Lacerda de ser um agitador, cuja finalidade era levar o país à desordem e, portanto, a entrevista seria o desfecho de uma campanha de agitação que se revelava

“da maneira mais lamentável, inesperada e impatriótica, ferindo os brios do povo e atingindo a própria dignidade das Forças Armadas, exatamente no instante em que o Ministro da Fazenda desempenha em nação amiga, missão da maior importância para os interesses nacionais.”

Para Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes:

“Foi nesse momento que a cúpula militar do governo, certamente após avaliar os últimos eventos, pediu que Jango decretasse o estado de sítio. O objetivo principal e imediato era intervir na Guanabara e destituir o governador Carlos Lacerda. Sua atitude irresponsável e provocadora não podia passar em branco. A medida foi discutida em reunião ministerial, portanto, com a presença de todos os ministros. O presidente aceitou o pedido.”²⁴⁷

Ato contínuo, Goulart enviou ao Congresso Nacional pedido de autorização para decretar o estado de sítio no país. Contudo, nos círculos políticos não houve apoio à solicitação do Executivo, nem pelas direitas nem pelas esquerdas. A fim de se entender o comportamento dos segmentos conservadores, vale ler a opinião do *Jornal do Brasil*, no dia 2 de outubro, num editorial sob título *Fantasia e anomalias*, que trouxe as seguintes considerações sobre a possibilidade do estabelecimento do estado de sítio pedido pelo presidente:

“Estado de sítio? – voltamos à fantasia. Antes teria de ser considerado o fechamento do Congresso e do regime. Ninguém está disposto a dar poderes de exceção a quem rejeita usar os poderes normais contra seus amigos e aliados em prática de crime contra a ordem pública.”²⁴⁸

A posição do *Jornal do Brasil*, dias antes do envio do pedido ao Congresso, é reveladora a respeito do comportamento perfilhado pela maioria da imprensa, representante dos segmentos conservadores que viam o presidente com descrédito, devido seu contato usual com as esquerdas e os trabalhadores. Receava-se que, caso conseguisse sobrepor-se ao Congresso, tomaria medidas consideradas de comunização do país e instituiria a chamada “república sindicalista”. Isto porque, como deixa subentendido o editorial, Goulart “não usava os poderes normais contra seus amigos e aliados”, isto é, não reprimia as greves nem tampouco rompia com os representantes de esquerda, como Luiz Carlos Prestes ou Brizola.

²⁴⁷ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela. Op. cit, p. 188.

²⁴⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 2 de outubro de 1963, p. 6.

Por um lado, Jango era acusado, pelos segmentos conservadores, de articular um golpe para permanecer no poder, em que o estado de sítio seria uma das tentativas mais concretas de implantar um regime ditatorial, assim como Vargas implantara o Estado Novo. Na mídia conservadora havia constantes referências relacionando o Estado Novo de Vargas com as medidas e posturas de Jango, herdeiro político de Getúlio. Enfim, os segmentos de direita discordaram do pedido de estado de sítio devido, principalmente, à falta de confiança no presidente, causada pela sua herança trabalhista, os contatos com a esquerda e a recusa de reprimir o CGT.

Por outro, as esquerdas também não apoiaram o pedido de estado de sítio, é possível entender essa atitude tendo em vista o movimento dos sargentos e suas consequências. Os ministros do governo e o próprio Jango colocaram-se contra a revolta dos graduados. Jango, por sua vez, condenou a insubordinação, tanto militar quanto contra a decisão do STF, embora afirmasse ser a causa dos sargentos parte do programa de reformas do governo.

A referida nota do comandante do II Exército, Peri Bevilacqua, que acusava o CGT e outras organizações sindicais de serem contra a lei, a ordem e as instituições democráticas, repudiando a ligação entre CGT e os sargentos, aumentou a tensão entre a alta oficialidade militar e os sindicalistas.²⁴⁹ Os setores de esquerda temiam que houvesse repressão contra os sindicatos, líderes populares, partidos e movimentos progressistas. O PCB via, na solicitação do estado de sítio, uma tentativa de exercer poderes excepcionais para impedir o avanço das esquerdas, favorecendo, por conseguinte, a política de “conciliação”.

No começo de outubro, por exemplo, na primeira página dos *Novos Rumos* lia-se que os comunistas vinham “denunciando, repetidas vezes, a atividade criminosa das forças da reação e do entreguismo”, que agiam livremente por causa da postura de Jango. Essas forças, que representavam o imperialismo e o latifúndio, procuravam impedir, “por todos os meios”, o avanço do país e por isto:

“Nas últimas semanas, tentando aproveitar-se, por um lado, das ultrarretrógradas declarações do general Peri Bevilacqua, desfecharam furiosa campanha contra as forças populares, particularmente contra as organizações dirigentes dos trabalhadores e dos estudantes, o CGT e a UNE, e intensificaram, abertamente, a pregação golpista através da imprensa ibadiana, desencadearam a chamada ‘guerra psicológica’, com seus quartéis gerais instalados na Guanabara e em S. Paulo, ao mesmo tempo [em] que se tornava evidente, com a apreensão de armas contrabandeadas entre as duas capitais, que se apressavam os preparativos da conspiração reacionária.”²⁵⁰

²⁴⁹ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit, p 133.

²⁵⁰ *Novos Rumos*, n. 241, Rio de Janeiro, edição de 4 a 10 de outubro de 1963, p. 1.

Naquela circunstância de um recente levante dos sargentos criticado por ministros militares, imprensa, Presidente da República, ministros de Estado, além das propostas de punição contra os militares revoltosos e críticas do comandante do II Exército ao CGT, o pedido de estado de sítio soava extremamente ameaçador para o PCB, CGT, PUA e outras organizações.

Ocorreram muitas críticas contra Jango, além da reação, no Congresso, ao seu pedido. Diante do evidente fracasso, só restou ao presidente retirar a solicitação. Após a retirada, no meio de outubro *Novos Rumos* divulgava em sua primeira página uma nota intitulada *Por um novo governo capaz de adotar soluções imediatas em favor do povo*, onde afirmava:

“As forças nacionalistas e democráticas, derrotando a tentativa de implantação do estado de sítio, alcançaram importante vitória política. Os fatos revelaram que a unidade da frente única atingiu um nível mais alto e que sua amplitude é maior, crescendo, conseqüentemente, sua influência na vida do país.”²⁵¹

Assim como no retorno ao presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963 ignoraram-se por completo as atitudes dos segmentos de direita contrários à solicitação de João Goulart. A proposta presidencial, rejeitada no Congresso, fora interpretada como uma forma de se combater somente as esquerdas, e apenas a estas caberia o sucesso da derrota da solicitação. Sob essa ótica, a vitória pela retirada do pedido de estado de sítio pertencia somente às esquerdas.

A vitória do não ao estado de sítio também foi classificada como mais uma etapa bem-sucedida para a composição da frente que o partido propunha para o estabelecimento de um governo nacionalista, como se pode ler abaixo:

“Retirado o pedido de decretação do estado de sítio, nenhum problema de fundo foi resolvido e continuam a atuar os fatores que levam ao aguçamento da crise. Os fatos mostram a necessidade premente de ser adotada uma nova política, que dê solução às questões imediatas e se encaminhe no sentido das reformas de base. Um governo como o atual, que se baseia no compromisso com a cúpula retrógrada do PSD e com outras forças reacionárias, não realizará essa política. Impõe-se, portanto, uma recomposição do sistema de forças que constitui o atual Governo, com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostas, no Parlamento e nas ruas, a dar apoio a essa nova política.”²⁵²

Na mesma edição, em página dedicada exclusivamente ao tema, explicou-se que o pedido serviria mais para prejudicar as esquerdas do que punir Lacerda. O “verdadeiro sentido

²⁵¹ *Novos Rumos*, n. 242, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de outubro de 1963, p. 1.

²⁵² *Novos Rumos*, n. 242, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de outubro de 1963, p. 1.

da solicitação do estado de sítio” estava definido nas “exposições dirigidas pelos ministros militares e o ministro da Justiça” ao presidente, que teria enviado ao Congresso mensagens fundamentando o pedido, preparadas pelos “ministros pessedistas Abelardo Jurema e Oliveira Brito”.²⁵³ O ministro Abelardo Jurema considerava que uma “crise político-social” ameaçava a própria “ordem institucional”, cujas principais causas seriam:

“manifestações coletivas de indisciplina, verificadas na Polícia Militar dos Estados, a sublevação de graduados e soldados da Aeronáutica e da Marinha de Guerra na própria capital da República, atos contrários à disciplina militar praticados por cabos e marinheiros da Guanabara, reivindicações salariais, que passaram a ser fatores de agravamento da crise, excessiva radicalização político-ideológica”.

Como conclusão, *Novos Rumos* arremata:

“O alvo visado na exposição do pessedista Jurema é o povo. O estado de sítio foi pedido para esmagar as suas lutas (‘indisciplina’, ‘sublevação’, ‘reivindicações’, etc.). Diz textualmente o ministro da Justiça, ‘...é indispensável o estabelecimento do estado de sítio para manter a ordem jurídico-constitucional, restaurar a tranquilidade e a própria confiança nos instrumentos legais’.”²⁵⁴

No decorrer do texto, adverte que “não seria possível apresentar o estado de sítio sem acenar com medidas contra conspiradores como Lacerda e Ademar”, que ameaçavam o governo com “posições da mais intolerante extrema direita”. Mesmo que, se obtendo o estado de sítio, fossem adotadas “medidas contra os dois cabeças da conspiração golpista”, esta seria medida acessória, pois a principal causa do pedido compreendia “o golpe contra as forças nacionalistas e populares”.

Novos Rumos finalizou as considerações acerca do pedido de estado de sítio bem como sua retirada atribuindo-os à “poderosa pressão popular” e comentou propostas escritas em jornais como o *Estado de S. Paulo*, que pregavam a deposição do presidente, pelos chefes militares, ou o *Última Hora* que defendia “reformas de tonalidade centrista”, para impedir o avanço das “extremas”. Enquanto que, para os comunistas, a causa dos problemas do país residia no “centrismo”, definido como “conciliação com os inimigos do Brasil e do povo”.

Em seguida, o jornal inquiria: “e agora?” Respondia que haveria uma conspiração estrangeira no país, com Lacerda e Ademar à frente, contra a qual seria “necessário lançar mão de medidas as mais enérgicas, que terão o apoio maciço do povo”. No entanto, tais medidas deveriam ser contra as raízes da conspiração, que se encontraria

²⁵³ *Novos Rumos*, n. 242, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de outubro de 1963, p. 8.

²⁵⁴ *Novos Rumos*, n. 242, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de outubro de 1963, p. 8.

“não nas greves e ‘indisciplinas’ como dizia o pessedista Jurema, mas nos grupos imperialistas que no espoliam, no latifúndio que faz do direito de propriedade um cruel privilégio, na espoliação dos negociastas, na inflação que exaure os salários e condena à miséria a esmagadora maioria de nosso povo. O esmagamento da conspiração entreguista está inseparavelmente vinculado, está mesmo condicionado, a essa luta e, portanto, à adoção de uma política que se oriente, com clareza e determinação, no sentido de emancipar o Brasil da dependência imperialista, de promover as reformas de estrutura, de ampliar a democracia para o povo. Essa política exige, por sua vez, que o governo rompa os compromissos com as forças da reação e se volte, resolutamente, para as forças do progresso, para o povo.”²⁵⁵

O trecho extraído reforça os documentos oficiais do PCB contrários ao latifúndio, aos interesses do imperialismo norte-americano e à estratégia política de João Goulart, retratada como “compromissos com a direita”. O jornal exigia que o presidente adotasse efetivamente as propostas comunistas e de seus aliados preferenciais. A posição dos comunistas divergente da proposta de Jango comprova, mais uma vez, que não estiveram ao seu lado, mas, ao contrário, fizeram-lhe oposição.

O pedido de estado de sítio do presidente desagradou as esquerdas e as direitas. Aliás, muito mais estas que passaram a ver em Jango um grande perigo, defendia uma política permissiva, possibilitando excessos de sindicalistas e líderes políticos como Leonel Brizola, logo, ao manter diálogo com os comunistas, encobria tendências golpistas. Para os de esquerda, era a política conciliadora que colocava Goulart *sub judice*. Enfim, todos viam com desconfiança o estabelecimento de um estado de sítio no país. O malogrado pedido tornou-se mais um fator de desestabilização do governo Jango. Na opinião de Jorge Ferreira e Ângela Gomes:

“A partir daí, o governo Goulart foi perdendo suas bases de sustentação política. As esquerdas reunidas na FMP romperam com ele. O mesmo fez Leonel Brizola, inclusive em termos pessoais. O PCB, o CGT e Miguel Arraes continuaram lhe fazendo críticas. Enquanto isso, Carlos Lacerda e Ademar de Barros saíram fortalecidos do episódio. Sendo assim, continuaram a insultar ainda mais o presidente. O grupo golpista, militar e civil, também saiu fortalecido.”²⁵⁶

²⁵⁵ *Novos Rumos*, n. 242, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de outubro de 1963, p. 8.

²⁵⁶ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela. Op. cit, p. 192 e 193.

3.3 Comunistas nas Bases Sindicais e na Oposição a Goulart

O PCB foi acusado por diversos partidos e organizações de esquerda, sobretudo as esquerdas armadas, pelo sucesso do golpe civil militar de 1964. Segundo tais versões, os comunistas teriam sido negligentes na ação junto às bases, valorizando a ação de cúpula, mais preocupados de participarem de reuniões com Goulart e de ter presença nas direções sindicais. O “reboquismo”, a atuação cupular e a despreparação da classe operária teriam sido fatores decisivos para o sucesso do golpe, mas as fontes desmentem, pois mesmo no final de 1963 e início de 1964 os comunistas faziam oposição a Jango e atuavam nas bases dos sindicatos.

Após a retirada do pedido do estado de sítio do congresso, Hércules Correa escreveu num artigo intitulado *Que fazer, no desdobramento da crise?* em *Novos Rumos*, onde afirmava:

Agora compete às forças populares e nacionalistas principalmente à classe operária, primeiramente defender sua própria unidade. Unidas, as forças populares devem intensificar sua luta contra a atividade golpista e todas as provocações de Lacerda e Ademar. Unidas, as forças populares devem exigir do Sr. João Goulart medidas de esmagamento dessas víboras. Para qualquer ação realmente democrática de combate ao golpismo, devem todos os homens do povo e particularmente os operários apoiar com decisão o governo.”²⁵⁷

O líder sindicalista propunha a união dos trabalhadores contra a “atividade golpista” de Lacerda ou Ademar de Barros, conclamando todos a “exigirem”, isto é, pressionarem Jango contra as “víboras” e só apoiar o presidente, caso tomasse medidas “realmente democráticas”. Apoiar o governo significava mostrar a Jango que contaria com o apoio dos sindicatos se escolhesse a proposta do PCB de formar um governo apenas com as esquerdas, senão a oposição continuaria.

Na edição seguinte na seção dos editoriais, intitulada *Caminhos* o primeiro artigo expunha que “a chamada crise do estado de sítio” havia passado, mas os problemas ligados ao caso permaneciam sem resolução e se agravavam. Em face disso, analisava os referidos problemas, destacando como última questão:

“Nada indica que o Presidente da República tenha aprendido a lição dos fatos e se disponha a abandonar o caminho das manobras conciliatórias, do esforço, tantas vezes fracassado, de manter-se com um pé na terra firme e o outro no atoleiro. A segunda é a que diz respeito a determinadas tendências estreitas e sectárias, que não levam em conta que o imperialismo e o latifúndio são os inimigos principais contra os quais

²⁵⁷ *Novos Rumos*, n. 242, Rio de Janeiro, edição de 11 a 17 de outubro de 1963, p. 3.

lutamos. Essas tendências conduzem a um desvio na justa luta contra a política de conciliação do governo. Dão a essa luta um conteúdo falso, afastando-a do seu verdadeiro objetivo, que é o de isolar e derrotar as forças do imperialismo e do latifúndio, e transformando-a em pura e simples oposição ao Sr. João Goulart.”²⁵⁸

Quanto à oposição feita a Jango, os comunistas esclareciam não ser pessoal, mas contra a sua atuação, sua insistência em ter o PSD como aliado político. Novamente as críticas recaíam nas “manobras conciliatórias”, contudo, dava ênfase ao fato do partido não ser uma mera oposição a Jango, mas ao imperialismo e o latifúndio. Chama particular atenção o final do artigo ao justificar a aproximação da cúpula do partido a João Goulart. O editorial não considerava sectário atacar a estratégia de acordos políticos do presidente no Congresso Nacional, sectário seria romper com o governo motivado por tais acordos. Afinal o presidente representava um segmento importante da nação, a burguesia nacional, que também se opunha às “forças do imperialismo e do latifúndio”. A estratégia era clara: pressionar Jango, fazendo oposição às “manobras conciliatórias do presidente”, para isolar o PSD, tido como o principal expoente dos latifundiários e banqueiros internacionais.

No entanto, o próprio PCB também não estava imune às críticas internas, pois, de acordo com alguns membros da direção, o partido promovia um sindicalismo de cúpula, preocupando-se pouco com as bases. Corrobora esse ponto de vista não só a influência do CGT a Jango, assim como o livre acesso de Prestes ao presidente. Marco Aurélio Santana concorda que os comunistas, embora pertencentes a um partido ilegal, transitavam com desenvoltura nas esferas de direção do Estado, graças à aliança com setores progressistas do PTB, que proporcionava a aproximação direta com o presidente João Goulart. Neste sentido, o autor esclarece:

“No período que vai de 1954 a 1964 veremos os comunistas trabalhando intensamente no movimento sindical brasileiro. Eles estarão na direção, em parceria ou isolados, das principais instituições sindicais do país. Os sensíveis avanços de sua militância nos organismos de base, e depois nas entidades sindicais, possibilitarão inclusive que os quadros do PCB figurem na direção das importantes confederações que coroam a estrutura sindical corporativa. Mais uma vez, ainda que ilegal, o PCB influirá na vida política nacional. O partido vai participar intensamente, via seus militantes das organizações que capitaneava, de todos os movimentos que sacudiram o cenário político na entrada nos anos sessenta, principalmente da campanha pelas reformas de base. A turbulência se deu de tal forma, que a ameaça do que se chamou ‘república sindicalista’ foi utilizada como uma das justificativas pela precipitação do golpe militar de 31 de março de 1964.”²⁵⁹

²⁵⁸ *Novos Rumos*, n. 243, Rio de Janeiro, edição de 18 a 24 de outubro de 1963, p. 3.

²⁵⁹ SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial/UFRJ, 2001, p. 89.

O vínculo do PCB com as direções sindicais e com o próprio Jango correspondia a um trabalho promovido pelo partido, junto aos sindicatos, que começara a dar resultado nos anos 1960, quando conseguiram significativa inserção nas principais instituições sindicais. No entanto, não se consegue chegar à direção de uma importante agremiação sindical sem militância de base ou reconhecimento das lideranças do movimento. Marco Santana escreveu que no período anterior ao golpe civil-militar de 1964:

“O PCB intensificará sua aliança com outros setores militantes do meio operário, principalmente com o setor nacionalista e progressista do PTB, vai aumentar e consolidar sua atuação nos locais de trabalho, avançando sobre os sindicatos e, talvez com mais sucesso que em outros períodos de sua existência, o partido vai inserir o movimento sindical em uma participação importante no quadro político geral do país.”²⁶⁰

O PCB teve atuação nas bases dos sindicatos, devido a alianças com os trabalhadores, ocupando um espaço relevante nos meios operários. Ao passo que a aproximação com as cúpulas governamentais e sindicais foi bastante positiva, visto ter levado o movimento a participar de maneira decisiva das questões políticas do país, influenciando em decisões e sendo ouvido pelo Executivo. Aliás, o alcance do PCB junto aos sindicatos era fruto de um trabalho anterior de anos, junto às bases, como se observa na orientação da Declaração de Março de 1958 sobre os sindicatos:

“Para a unidade da classe operária tem grande importância o fortalecimento do movimento sindical. (...). As organizações intersindicais têm contribuído para a unidade da classe operária, mas a experiência vem demonstrando que o movimento sindical tem avançado igualmente à medida que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações, isto é, nos quadros da organização sindical existente no país. (...) Os sindicatos e as demais organizações profissionais não devem servir a objetivos partidários, mas precisam ser instrumentos da unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas, na luta por suas reivindicações imediatas, pelo direito de greve, pelo melhoramento da previdência social etc.”²⁶¹

A posição é ratificada na Resolução Política do V Congresso e exposta de forma mais clara em dezembro de 1962, como se pode ler:

“Ao estudar os problemas da frente única, a reunião indicou que os comunistas, empenhando-se na coordenação e unificação de todas as forças nacionalistas e

²⁶⁰ Idem, p. 90.

²⁶¹ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Declaração sobre a política do PCB”, p. 18.

democráticas, não devem perder de vista que o esforço fundamental deve estar voltado para o trabalho junto às massas e não apenas para a atividade de cúpula.”²⁶²

Esta parte do texto mostra que o partido esforçou-se para que a militância atuasse nas bases, a fim de que o movimento fosse de baixo para cima. Desse modo, as “massas” deveriam ser coordenadas e unificadas para pressionar desde as cúpulas sindicais até Jango e o Parlamento, em prol das reformas.

No final de outubro houve uma grande mobilização grevista. Convém salientar esse acontecimento como mais uma prova da oposição ao governo, desta vez não só nos discursos escritos do *Novos Rumos*, bem como através da sua influência no operariado. Embora sendo ouvidos por Jango e dele recebendo apoio político, os sindicatos, onde os comunistas tinham influência ou ascendência, não seguiam a reboque. A referida mobilização serve para comprovar que a ação dos comunistas, nos sindicatos, não ocorria somente nas cúpulas, mas também sensibilizava as bases. O movimento também mostrou que os comunistas combatiam e desafiavam a classe patronal, não se apoiando apenas no governo.

No último número de outubro *Novos Rumos* destacava na primeira página: “700 mil trabalhadores paulistas mobilizados para a greve contra intransigência patronal”.²⁶³ O texto do jornal apresentava a pauta de reivindicações para negociação e alegava a recusa dos patrões de negociar, afirmando ainda que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), entidade cuja direção era composta por comunistas e petebistas,²⁶⁴ via como um desafio a postura da “Federação das Indústrias de São Paulo de tentar dividir o Pacto de Ação Conjunta e a negativa de entendimento com os trabalhadores”. Sobre esse movimento paredista discorreu Marco Santana:

“Em São Paulo, uma greve para 14 categorias profissionais, base de representação de 79 sindicatos e 4 federações. A greve dos 700 mil, como ficou conhecida, reivindicava entre outras coisas: 100% de aumento salarial, garantias para o livre exercício da atividade dos delegados sindicais nos locais de trabalho, a unificação da data-base de várias categorias e a participação da CNTI nas negociações com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) acerca do acordo unificado. Comandada pelo Pacto de Ação Conjunta (PAC), a greve com a reivindicação de que a CNTI representasse os trabalhadores contrariava a legislação na medida em que o artigo 857 da CLT restringia a participação desses órgãos em acordos salariais, entendidos como prerrogativas dos sindicatos.”²⁶⁵

²⁶² Idem, “Resolução Política da Conferência Nacional de 1962”, p. 202.

²⁶³ *Novos Rumos*, n. 244, Rio de Janeiro, edição de 25 a 31 de outubro de 1963, p. 1.

²⁶⁴ SANTANA, Marco Aurélio. Op. cit, p. 112.

²⁶⁵ Idem, p. 126.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), respaldada pela CLT, justificava não negociar com a alegação de que a pauta poderia ser solucionada pelos sindicatos individualmente. Por isso, a acusação dos *Novos Rumos* da tentativa de “dividir o Pacto de Ação Conjunta”, entidade também ligada aos comunistas. No final os trabalhadores conferem à CNTI poderes de negociação, sob protesto do sindicato dos empregadores no setor metalúrgico. Embora houvesse um impasse, a greve aconteceu.

Após alguns dias da greve, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) votara contra a proposta do CNTI de que os “acordos salariais fossem revistos em bloco”.²⁶⁶ Apesar da derrota judicial a greve continuou, houve conflitos entre grevistas e a polícia. Mesmo com a derrota no TRT, Marco Santana acredita que o movimento tenha sido, em parte, vitorioso porque os empregadores firmaram um acordo com uma comissão de greve formada pelos dirigentes das categorias envolvidas. O acordo, “extensivo em seus pontos principais às categorias envolvidas, formalizou uma negociação conjunta”.²⁶⁷

O *Jornal do Brasil* noticiou a respeito com os seguintes dizeres: “Fracassa greve em São Paulo: só 30% param”²⁶⁸ e com uma fotografia de trabalhadores diante de uma fábrica à espera para entrar. *Novos Rumos*, por sua vez, estampou fotos que sugeriam grande mobilização operária, que “prosseguiu ontem, e hoje continua a greve dos 700 mil trabalhadores paulistas”.²⁶⁹ Guardadas as devidas proporções dos exageros cometidos por ambos os lados, se a greve não tivesse sido impactante não teria sido julgada pelo TRT, nem os empregadores teriam se sentado à mesa para conversar após a decisão judicial.

Retomando a oposição a Goulart feita pelos comunistas, ainda no final de 1963 e início de 1964, um fato ocorrido em outubro, e comentado por *Novos Rumos*, robustece a tese da oposição de PCB a Jango. Tratou-se da descoberta de armamento moderno, de origem norte-americana e contrabandeado para a Guanabara, em cujos comentários a conciliação era tida como uma aprovação silenciosa aos conspiradores.

No meio de outubro, num sítio em Jacarepaguá, que pertencia a um amigo de Carlos Lacerda, foram encontradas armas com indícios de que tinham sido adquiridas para uso da polícia da Guanabara, sob ordens do governador. A foto, com as armas e outros materiais, foi mostrada nas primeiras páginas dos principais jornais. Chamou a atenção, na imagem, além

²⁶⁶ Idem, p. 127.

²⁶⁷ Idem, p. 128.

²⁶⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 30 de outubro de 1963, p. 1.

²⁶⁹ *Novos Rumos*, n. 245, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de novembro de 1963, p. 1.

do arsenal constituído por metralhadoras Thompson, apreendidas pelo Exército, um rádio transmissor-receptor com o emblema da Aliança Para o Progresso.²⁷⁰

Novos Rumos incluiu a mesma fotografia em sua primeira página sob o título “*Aliança*” *financia golpe de Lacerda contra as reformas*, dando ênfase para o fato de que não havia mais dúvidas quanto à preparação de um golpe em preparação na Guanabara, São Paulo e outras partes do país com o propósito de impedir as reformas. A descoberta do referido depósito revelava também “as ligações que os conspiradores mantêm com uma potência estrangeira”, patrocinadora do golpe. O jornal incitava medidas “drásticas contra os seus autores, assim como a denúncia vigorosa da violação da soberania nacional”. Sobre a abertura de inquérito referente ao caso, o artigo afirmava não ser esta a exigência do povo, mas “o fim dessa conciliação que favorece a organização do golpe fascista”.²⁷¹

Na mesma edição, noutra página, perguntava o jornal num dos subtítulos *E o Governo?*, discutindo a atuação do Executivo diante das denúncias de conspiração golpista. Lia-se que os culpados haviam sido identificados e que “o principal já confessou”, numa alusão a Lacerda, que informara ter adquirido as armas para a polícia estadual no caso da decretação do estado de sítio e se algo fosse tentado contra ele. No entanto, completava que a responsabilidade maior não caberia a Carlos Lacerda ou Ademar, mas de quem tinha meios para reprimir tais ações e permanecera omissos.

O jornal recordava a defesa pela posse de Jango, em agosto de 1961, a qual originara “uma das maiores batalhas populares jamais vistas” no país, ratificada posteriormente com o resultado do plebiscito, que teria propiciado a Goulart “a base indispensável” para a “punição aos traidores do povo”. Mas Jango, “pressionado pelo imperialismo e pelos setores retrógrados da Nação, vacila e faz vergonhosas concessões”, não atendendo às reivindicações populares, “imputando ao Congresso a culpa irremediável da situação”. Em relação aos trabalhadores, eis como Jango se portava:

“Ao mesmo tempo, buscando não perder, do outro lado, a base popular de que dispõe, vez por outra o Governo faz uma pequena concessão às massas, ou ruge aqui e ali contra a direita, sem contudo tomar nenhuma atitude verdadeiramente conseqüente em defesa do interesse popular. Essa posição do Governo, procurando conciliar o inconciliável, cedendo ora a um lado, ora a outro, facilita e mesmo incentiva a conspiração.”²⁷²

²⁷⁰ Aliança Para o Progresso era um programa de ajuda econômica e social dos Estados Unidos para a América Latina iniciado em 1961.

²⁷¹ *Novos Rumos*, n. 243, Rio de Janeiro, edição de 18 a 24 de outubro de 1963, p. 1.

²⁷² *Novos Rumos*, n. 243, Rio de Janeiro, edição de 18 a 24 de outubro de 1963, p. 8.

Jango era acusado de não promover as reformas por pressão do imperialismo, culpando o Congresso Nacional, mas para não perder o apoio dos trabalhadores fazia concessões esporádicas ao operariado, “rugindo” contra a “direita”. Ao final, estimulava golpistas como Lacerda e Ademar. A hora era de “voltar-se decididamente para o povo”, visto que sem o apoio popular Jango não resolveria “os problemas nacionais”, nem poderia “manter-se”, no poder. O artigo conclamava não haver mais tempo para temporizar, “a contradição entre o povo brasileiro e o imperialismo” havia chegado a um ponto tal, que o choque só tendia a crescer. A prova disso estaria na própria conspiração golpista, denunciada pelas armas dos Estados Unidos nas mãos de Lacerda.

No mês de dezembro houve rumores de mudança ministerial, surgindo boatos da nomeação de Leonel Brizola para Ministro da Fazenda, que provocou uma grande celeuma com debates nos meios políticos, além de críticas ao presidente pela imprensa conservadora. No meio disso, *Novos Rumos* teve como principal chamada de primeira página: *Os comunistas e a recomposição do Governo*, onde se lê o seguinte texto:

“A anunciada reformulação do Ministério, do qual viria a participar, na pasta da Fazenda, o Sr. Leonel Brizola, coloca com destaque na ordem do dia, para todas as correntes patrióticas e democráticas, o problema da composição e da política do Governo.”²⁷³

O texto cita Brizola sem dar apoio explícito ao seu nome. O jornal aproveitava o assunto para mais uma vez criticar a política do presidente e comprovar o reacionarismo dos pessedistas que “embora aliado do PTB no Governo, o PSD se uniu à UDN na defesa dos latifundiários”. Por outro lado, o PCB não fez oposição à indicação do nome de Brizola, tido como um dos seus aliados preferenciais.

Na coluna *Crônica de Brasília*, dos *Novos Rumos*, Marco Antônio²⁷⁴ relatou que os bastidores da Câmara “foram dominados pela discussão apaixonada em torno da possibilidade da formação de um novo governo”. A “reação” viera a público “para condenar a chamada ‘abertura para a esquerda’”, do governo. No entanto:

“Nos agrupamentos progressistas a possibilidade da reformulação do Governo foi encarada como a correta solução para o impasse político. Sentindo de perto o comportamento profundamente reacionário da maioria da Câmara e do Senado e sua disposição de não permitir qualquer avanço mais substancial na vida brasileira, os deputados nacionalistas reivindicam com firmeza a alteração no esquema

²⁷³ *Novos Rumos*, n. 251, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de dezembro de 1963, p. 1.

²⁷⁴ Marco Antônio Tavares Coelho, eleito em 1962 deputado federal da Guanabara, pelo Partido Social Trabalhista (PST). Membro do Comitê Central do PCB.

governamental. (...) É indispensável liquidar a política de conciliação que tem levado o governo federal a derrotas políticas no Congresso e a não resolver os problemas do povo.”²⁷⁵

Mais adiante, no mesmo texto, escreveu o colunista:

“Saúdam os parlamentares nacionalistas a disposição governamental de adotar, ainda nesta semana, algumas medidas há muito tempo reclamadas pelas correntes populares. Aplaudindo com vigor tais providências, julgamos que outras também devem ser concretizadas, mas que, acima de tudo, amadureceu no seio do povo a exigência de que se constitua um governo somente com homens que mereçam a confiança popular, governo capaz de dar início a uma nova fase na vida política de nossa Pátria, que possa enfrentar com energia a conspiração golpista.”

A reforma ministerial que, talvez, viesse a acontecer, causava não só alvoroço a possibilidade da nomeação de Leonel Brizola para o Ministério da Fazenda bem como expectativa tanto nos setores de direita quanto nos de esquerda. Uma vez nomeada uma personalidade que criticava tão duramente os norte-americanos tomaria medidas radicais referentes ao interesse destes e contra latifundiários, mas, configuraria a guinada de Jango em direção às esquerdas e abandono total da política desenvolvida até aquele momento.

O texto da coluna de Marco Antônio implicitamente aprovava a indicação do nome de Brizola ao referir-se a “homens que mereçam a confiança popular”. Brizola era bem-visto pelo PCB e de frequente citação em *Novos Rumos* e em documentos do partido. No mês de dezembro de 1962, durante a Conferência Nacional do PCB, o político fora citado:

“Como decorrência do agravamento da contradição com o imperialismo, manifesta-se em um setor da burguesia a tendência a apresentar de modo mais radical a exigência de reformas. O representante mais destacado desta tendência vem sendo o Sr. Leonel Brizola, cujas posições nacionalistas lhe têm assegurado amplo apoio popular, embora o governador gaúcho continue comprometido com a política de conciliação realizada pelo Sr. João Goulart.”²⁷⁶

Brizola era uma liderança identificada com o nacionalismo e com a exigência das reformas, apesar de “membro da burguesia” e “comprometido” com a política de “conciliação” de Jango, afirmação contrária à cobertura veiculada pelo PCB em *Novos Rumos*. Além disso, Brizola apresentava-se tão ou mais crítico do que o próprio partido às posições do presidente de aliar-se ao PSD. A aproximação de Brizola com Jango assemelhava-se com a de Prestes ou o CGT. De qualquer forma, o político gaúcho mereceu citação e elogio num documento oficial partidário, que demonstrava o reconhecimento

²⁷⁵ *Novos Rumos*, n. 251, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de dezembro de 1963, p. 3.

²⁷⁶ VINHAS, Moisés. Op. cit, p. 199.

político alcançado nas fileiras comunistas. A escolha de Brizola, para o PCB, poderia ser o indício da formação de um governo “nacionalista e democrático”, isto é, um governo constituído por homens e agremiações de esquerda. A ascensão de Brizola a um ministério de tamanha importância apressaria as reformas de estrutura no Brasil.

No entanto, João Goulart não escolheu Brizola como ministro da Fazenda, se o tivesse feito, este último é quem ditaria os rumos da economia.

Novos Rumos publicou na primeira página que “com a ascensão do Sr. Nei Galvão ao Ministério da Fazenda, o negociismo mais desacreditado apodera-se de uma das mais importantes pastas do governo”.²⁷⁷ Noutra edição, mais comentários referentes à escolha do novo ministro:

“O problema da luta pela mudança na composição e na política do Governo, pela conquista de um governo nacionalista e democrático, continua na ordem do dia. Os fatos confirmam o que dissemos. E exigem que as forças patrióticas e progressistas, estreitando mais ainda sua unidade – fator decisivo de êxito – intensifiquem sua ação coordenada a fim de que possam vencer as manobras e resistências dos conciliadores e reacionários.”²⁷⁸

O partido continuava a conclamar sua militância para protestar e mobilizar-se para que se formasse um governo de esquerdas, tarefa urgente a ser conquistada. Mais uma vez, João Goulart decepcionava ao insistir na estratégia de obter maioria no Congresso Nacional com acordos políticos do PTB com o PSD e os partidos menores de centro, a qual era vista como uma conduta fracassada, pois não tinha como implementar reformas com “forças” desinteressadas em mudanças.

Durante todo o ano de 1963, o PCB manteve o antagonismo à conduta política do presidente reiteradas vezes conforme analisado nas páginas dos *Novos Rumos*, continuando, desta forma, até o comício de março de 1964.

3.4 O PCB e Jango: Reboquismo ou Estratégia de Transição Pacífica para o Socialismo?

Jacob Gorender escreveu em 1987 que a posição do PCB durante os dez primeiros meses de 1963 foi de crítica “à política de conciliação de Jango”, em função do interesse da frente por reformas de base. Mas, no final do mesmo ano, “o reboquismo ressurgiu com intensidade avassaladora”. Segundo este autor, em dezembro de 1962, quando houve a Conferência Nacional do PCB, a “maioria dos delegados” criticou a “orientação direitista do

²⁷⁷ *Novos Rumos*, n. 253, Rio de Janeiro, edição de 27 de dezembro de 1963 a 2 de janeiro de 1964, p. 1.

²⁷⁸ *Novos Rumos*, n. 256, Rio de Janeiro, edição de 27 de dezembro de 1963 a 2 de janeiro de 1964, p. 3.

Comitê Central”. Salientara-se o “reboquismo do CGT com relação ao Presidente João Goulart”. “A direção do PCB tinha levado longe demais a aliança com o Presidente da República” e negligenciara “os aspectos negativos de sua política”. Apesar disto, Prestes e Giocondo Dias (1913-1987), que contavam com o apoio da maioria do Comitê Central, tiveram sua opinião vencedora.²⁷⁹

Apesar da colocação de Gorender no livro *Combate nas Trevas*, na leitura dos manifestos do CGT e, inclusive, das declarações de Prestes, até o comício de 13 março de 1964, Goulart não encontrou apoio político no PCB. Quando houve declarações de apoio, estavam condicionadas à dissociação com o PSD, classificado pelos comunistas como “retrógrado”. Jose Segatto assegura que houve oposição do PCB a Jango durante o ano de 1963, concordando com Gorender sobre a aproximação maior entre Jango e Prestes, no final de 1963 e início de 1964:

“As relações do PCB com Jango tornam-se tão estreitas, de um momento para o outro, que Prestes, em janeiro de 1964, declara, em entrevista na televisão, as intenções continuístas do Presidente da República, para um segundo mandato, e uma possível reforma constitucional. Na mesma entrevista, o Secretário-Geral do PCB admite que tanto Brizola como Jango poderiam vir a desempenhar o papel que Fidel Castro desempenhou em Cuba.”²⁸⁰

Em meados de janeiro de 1964 encontram-se na coluna *Crônicas de Brasília*, em *Novos Rumos*, afirmações de Marco Antônio anunciando que, no retorno do funcionamento da Câmara após as festas de fim de ano, “os elementos nacionalistas” articulavam-se para “reiniciar a luta em prol da reformulação do Governo e de sua política”. O deputado federal pela Guanabara escreveu:

“Quando se reativou a luta pela modificação do governo, em novembro-dezembro, tínhamos em vista, como temos ainda, a necessidade de uma alteração profunda na política e na composição governamental, desde que estamos convencidos de que só com um governo nacionalista e democrático avançaremos no sentido das transformações radicais. Mas, temos fornecido efetivas demonstrações de que valorizamos os passos positivos, pequenos ou largos, que alguns governantes têm dado. Aí estão os exemplos de nosso apoio a San Tiago Dantas, no Itamarati, e a Almino Afonso e Paulo de Tarso. Jamais abdicamos, porém, de lutar sempre pela constituição de um governo de novo tipo e por uma nova política.”²⁸¹

Apesar da discordância com Goulart, o parlamentar deixava claro que aos comunistas não interessava o rompimento com o presidente e pelejavam por “um governo de novo tipo e

²⁷⁹ GORENDER, Jacob. Op. cit, p. 46.

²⁸⁰ SEGATTO, José Antônio. Op. cit, p. 164.

²⁸¹ *Novos Rumos*, n. 256, Rio de Janeiro, edição de 17 a 23 de janeiro de 1964, p. 3.

por uma nova política”. Marco Antônio classificou como positiva a discussão sobre a “campanha pela recomposição do Ministério”, embora ainda não estivesse encerrada, mas teria conseguido “pela primeira vez, lançar para milhões a tese da necessidade da modificação do Governo e de sua política”, reduzida à formulação “Brizola para o Ministério da Fazenda!”:

“Como dispomos ainda de precários meios de propaganda, sentimos que nossa posição é vista erradamente como de apoio irrestrito à política de Jango. Agora, portanto, ficou mais claro que estamos de acordo com alguma coisa na política do governo, mas que desejamos uma política muito diferente da realizada por Jango, isto é, nada de conciliações com o imperialismo e o latifúndio.”²⁸²

As observações de Marco Antônio somadas à leitura dos documentos do PCB e dos textos dos *Novos Rumos* demonstram a necessidade de relativizar as afirmações de José Segatto e de Jacob Gorender a respeito das relações entre Jango e o partido. No mês de dezembro de 1963 e janeiro de 1964 nota-se um partido próximo ao governo devido aos vínculos criados com os trabalhistas e o espaço dado pelo Executivo, mas sem denotar qualquer apoio ou subserviência. A aproximação entre ambos em janeiro e fevereiro de 1964 permanecia como antes, cujo apoio condiciona-se ao rompimento com o PSD.

O partido continuava fazendo oposição a Goulart, o que não significava rompimento com o governo, mesmo porque este atendia a algumas demandas dos comunistas. Por outro lado, a orientação partidária pretendia reunir cada vez mais forças em volta do presidente a fim de pressioná-lo a optar por seguir sem o PSD e constituir um governo exclusivo das esquerdas, como anteriormente mencionado. O estreitamento com o poder instituído se resumia a conversações e, conforme o presidente acenava com a possibilidade de seguir os ideais das esquerdas, a direção do partido tendia a criticá-lo menos, na esperança de tê-lo como aliado.

A transição pacífica ao socialismo prescrita pelos documentos do PCB significava participar dos pleitos, eleger candidatos comunistas, mesmo se estivessem sob outras legendas, como, por exemplo, Marco Antônio Coelho; sentar-se à mesa com os políticos simpáticos às causas das esquerdas, como San Tiago Dantas; e atenderem às reivindicações dos comunistas, mesmo que parcialmente, como João Goulart.

Apolônio de Carvalho assinava a coluna *Teoria e Prática* em *Novos Rumos*, geralmente ocupava a quinta página, frequente em quase todas as edições, na qual o articulista fazia reflexões sobre o marxismo, leninismo e, algumas vezes, respondia cartas de leitores. No

²⁸² *Novos Rumos*, n. 256, Rio de Janeiro, edição de 17 a 23 de janeiro de 1964, p. 3.

mês de setembro um militante de Porto Alegre formulou a seguinte pergunta: “Há algum exemplo concreto de transição pacífica para o socialismo?” Em resposta citou as ideias preconizadas por Marx, em 1872, e Lenin, em suas *Teses de Abril*. Nos dois casos, garantiu Apolônio, Marx e Lênin defenderam a possibilidade real da revolução socialista por via pacífica.²⁸³

Na resposta Apolônio considerou que, após a Revolução Russa de 1917 e a Segunda Guerra Mundial, surgira uma nova conjuntura favorável ao socialismo. Era “desse novo caráter de nosso tempo” que decorriam “as possibilidades novas abertas às aspirações e às lutas das massas trabalhadoras”. A própria luta dos trabalhadores é que “tornava mais atual e mais viva a possibilidade real de transição ao socialismo por diferentes caminhos.” Em seguida, o articulista explica:

“E aqui cabem duas observações. A primeira é que essa definição não atribui a qualquer desses caminhos um caráter absoluto, geral. Ao contrário: condiciona a conquista do Poder político, por via pacífica, à correlação de forças e à situação concreta de cada país e de cada época – e, antes de tudo, à influência do movimento comunista e ao nível alcançado pela luta de classe do proletariado e pela ação consciente e organizada das massas populares. Ao mesmo tempo, corrige a rígida e unilateral concepção anterior de um caminho único e inevitável para o Poder político – o da insurreição armada e da guerra civil, imposta mais pela pressão organizada das classes exploradoras e do Estado burguês que pela preferência das massas trabalhadoras.”

A solução para a transição pacífica seria, principalmente, pela influência do Partido Comunista e pelo amadurecimento dos trabalhadores enquanto classe, desenvolvendo uma ação organizada, provocando uma correlação de forças favorável ao proletariado, para uma transição com um mínimo de violência. Ressaltava ainda o autor que os movimentos de insurreição armada e guerra civil costumavam acontecer devido à reação das “classes exploradoras” do que dos explorados.

Uma vez que o jornal era voltado especialmente para a militância, neste trecho há a justificativa da proposta do partido para a formação da frente democrática com todas as forças progressistas pelas reformas de base. De um lado, os segmentos de esquerda, agindo em bloco, pressionariam para um encaminhamento nacionalista; do outro lado, os trabalhadores, da cidade e do campo, mobilizados e conscientizados pelos comunistas, dariam suporte aos setores progressistas, tomando, posteriormente, a frente do processo, para que o movimento não ficasse nas mãos da burguesia. Seguindo o esclarecimento, escreveu Apolônio:

²⁸³ *Novos Rumos*, n. 238, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de setembro de 1963, p. 5.

“A segunda observação consiste em que, ao condicionar os caminhos da revolução, em cada país, à correlação de forças políticas internas e externas, ela abre perspectivas novas à possibilidade de um desenvolvimento pacífico que tende a refletir, predominantemente, o avanço e a força crescentes da classe operária, do movimento democrático e do socialismo em nossa época.”

A avaliação dos comunistas era de que, cada vez mais, as potências imperialistas se enfraqueciam, mediante à competição desenfreada, e mais povos do mundo despertavam para o nacionalismo, além do avanço do socialismo para outros países e o sucesso da URSS. Os trabalhadores, no processo de desenvolvimento capitalista, aumentavam em número e amadureciam enquanto classe, pela consciência que tomavam da exploração sofrida. Por isto tanto externa quanto internamente, cada povo, no seu respectivo país, desenvolvia de forma crescente a oposição à exploração capitalista, enfraquecendo o sistema e fortalecendo as ideias socialistas. Essa onda crescente, ascendente de oposição e enfrentamento contra a ordem capitalista possibilitaria “um desenvolvimento pacífico”, por conseguinte, os opositores do socialismo se tornariam cada vez mais fracos e minoritários no mundo.

Ainda nessa segunda consideração depara-se com mais uma justificativa da orientação política iniciada em março de 1958 de que no Brasil, como nos outros países, pouco a pouco a classe operária estava adquirindo força e, nesse ritmo ascendente, as transformações de estrutura rumo ao socialismo seriam praticamente uma consequência natural.

Imbuídos desta certeza de modificação prestes a ocorrer, deduziam que, no contexto brasileiro, quanto mais os trabalhadores fizessem greves pressionando os patrões e o governo, numa demonstração de força, organizando-se nos sindicatos rurais e urbanos, mais rápido atingiriam as sonhadas, e iminentes, transformações nacionalistas e democráticas.

Nesta linha de raciocínio é possível afirmar que não havia reboquismo do PCB ao governo. As conversações com Goulart, a participação em órgãos governamentais e a união com os trabalhistas na direção dos sindicatos eram estratégias bem estipuladas com o objetivo tão somente de mobilizar e conscientizar a classe trabalhadora, tanto da cidade quanto do campo, daí o chamado constante do partido para que os militantes trabalhassem junto às bases.

Após assegurar, no campo dos argumentos, a possibilidade da transição pacífica, Apolônio de Carvalho mostrou “exemplos concretos”, um deles foi o caso da República Soviética Húngara, em 1919, quando, após a Primeira Guerra Mundial, os trabalhadores tomaram o poder político e o controle das fábricas, com um mínimo de violência, num movimento que saíra do controle das lideranças políticas da época e antecedeu à criação do

próprio Partido Comunista Húngaro. A revolução socialista na Hungria durara, entretanto, apenas alguns meses. Por isso, na edição seguinte, na mesma coluna, retomou o tema para explicar o insucesso:

“A ruptura entre comunistas e social-democratas de esquerda e as flutuações da política de aliança com as massas camponesas minaram a base social do novo Poder. Recrudesceram as pressões externas, as influências capitulacionistas e os motins contrarrevolucionários.”²⁸⁴

A explicação de Apolônio de Carvalho, para o fracasso húngaro, teria sido não só a questão externa, pela presença das tropas da Entente nas fronteiras húngaras, como também os comunistas teriam feito alianças com os social-democratas, além de terem agido de forma apressada no campo, não distribuindo terras entre os camponeses tornando-os proprietários, mas socializando as terras, como se os trabalhadores do campo já possuíssem uma consciência socialista.

A coluna *Teoria e Prática* retorna ao mesmo tema em edições posteriores: Há algum exemplo concreto de transição pacífica para o socialismo? Desta vez, discorre sobre o exemplo a Romênia:

“Com a libertação do país, em agosto de 1944, instaura-se um governo de coalizão, mas ainda sob maioria reacionária. Sob a direção dos comunistas, abre-se então a luta de massas por um Poder Popular. Crescem, rapidamente, a unidade, a organização e a consciência política do proletariado, dos camponeses, da intelectualidade e dos militares patriotas. A reação tenta deter o movimento de massas através do recurso à guerra civil: já não dispõe, porém, de meios para isso, face à [sic] nova correlação de forças de classe. Sob a pressão das massas organizadas instaura-se, em março de 1945, a ditadura democrático-revolucionária dos operários e camponeses (...). A aplicação do programa de nacionalizações e reformas democráticas traz consigo uma mobilização ainda mais ampla da população trabalhadora, a resistência desesperada das forças de reação interna e externa e o desmascaramento de seus laços com a monarquia e os grupos capitalistas ainda representados no Poder. As massas populares convencem-se, assim, por sua própria experiência, do caráter antipopular e antinacional dos partidos políticos burgueses e infligem a esses partidos uma derrota definitiva nas eleições de novembro de 1946. Em dezembro de 1947, amadurecidas as condições para a ditadura do proletariado, é destituída a monarquia e instaurada a República Popular.”²⁸⁵

A situação romena trazia traços que poderiam ser similares ao que se esperava pudesse acontecer no Brasil. Um governo de coalizão ainda “sob maioria reacionária”, mas que através da ação dos comunistas iniciara-se a “luta de massas”, formando-se um bloco constituído pelos camponeses, proletariado, intelectualidade e militares patriotas. A reação

²⁸⁴ *Novos Rumos*, n. 239, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de setembro de 1963, p. 5.

²⁸⁵ *Novos Rumos*, n. 243, Rio de Janeiro, edição de 18 a 24 de outubro de 1963, p. 5.

não conseguira nem pela violência obstar o avanço que culminou com a “ditadura democrático-revolucionária dos operários e camponeses”. Na etapa seguinte, as transformações implantadas mobilizaram e amadureceram ainda mais as “massas populares”, até que em dezembro de 1947 é instaurada a “República Popular”.

Após outras ponderações, o texto da coluna apresenta o seguinte desfecho:

“Essas casualidades positivas só podem tender a repetir-se, sob formas novas, em nossa época de ampliação contínua do sistema socialista e de florescimento das revoluções proletárias e nacionais.”

Havia a expectativa de que no Brasil ocorresse algo parecido com o caso da Hungria em 1919, ou mesmo como na Romênia. A principal questão era que, numa transição pacífica, haveria mais de uma etapa onde estavam incluídas, necessariamente, aliança ou acordos com forças não revolucionárias, depois a ação dos comunistas na conscientização e aprofundamento das transformações para neutralizar as possibilidades de guerra civil pelos segmentos reacionários e, finalmente, a instauração de um governo popular.

Os casos citados pretendiam demonstrar a ausência de “reboquismo” ou “desvio de direita” quando se negociava com Jango, mas dar a conhecer uma estratégia baseada em experiências bem-sucedidas. O PCB fazia oposição a Goulart enquanto se esforçava para atraí-lo para o lado das esquerdas. Até as contradições, hoje percebidas, entre a prática do PCB e o que prescreviam seus documentos, elucidam-se por intermédio das ponderações de Apolônio de Carvalho. As experiências revolucionárias no nível internacional mais a ascensão do movimento nacionalista e popular no Brasil dificultavam a percepção de que o partido radicalizava. Defender a união das forças progressistas, fazer aliança com o governo burguês e, se possível, derrubá-lo, eram partes de um mesmo todo com um fim maior, ou seja, conseguir a revolução socialista no Brasil. Duas edições seguintes, a coluna de Apolônio de Carvalho volta com um estudo de caso geograficamente mais próximo do Brasil.

“O exemplo mais recente é o de Cuba – onde a revolução nacional de democrática, vitoriosa pelas armas, transformou-se em revolução socialista sem o recurso à insurreição armada e à guerra civil. O caráter pacífico dessa transição deve-se, antes de tudo, a fatores internos: um Poder revolucionário apoiado nas massas trabalhadoras, sob a influência crescente da vanguarda comunista e a serviço do povo e do interesse nacional. (...) Como se vê, os exemplos de transição pacífica ao socialismo são vários.”²⁸⁶

²⁸⁶ *Novos Rumos*, n. 245, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de novembro de 1963, p. 4.

O exemplo final não poderia ter sido mais emblemático, afinal Cuba não só era a prova de que um país com pouco desenvolvimento poderia se libertar do jugo imperialista, como também exemplo de transformação socialista, sem a necessidade de derramamento de sangue. Apolônio de Carvalho escreveu ainda que, a “análise dessas experiências torna clara e indiscutível, à luz da teoria e da prática” não só a “justeza” das teses do XX Congresso do PCUS, bem como o acerto da linha política dos comunistas, “definida em nossa última Convenção Nacional”. Provavelmente, respondia aos críticos da linha do partido e fortalecia, na militância, a estratégia defendida pelo CC.

No nível teórico, eis mais uma explicação para a radicalização crescente do PCB. Certo da transformação que se encontrava em vias de acontecer, ao mesmo tempo superestimando as forças das esquerdas, era preciso impedir acordos com os “reacionários”, acelerando os processos necessários e preparando “as massas” para tomar a frente do movimento, pressionando cada vez mais o setor vacilante, personificado na figura de Jango, a desvencilhar-se do segmento mais reacionário, representado pelo PSD.

Por outro lado, medidas como fechamento do Congresso ou mesmo um golpe promovido pelos sargentos e soldados, que conseguisse se espalhar pelo país tendo a adesão dos setores populares, também eram válidas e plausíveis, posto não haver uma receita pronta. Cada nação, através da mobilização das forças progressistas, possivelmente educadas e orientadas pelo Partido Comunista, dentro da conjuntura social e política que fosse criada, é que imprimiria o ritmo das etapas da revolução.

O texto da coluna *Teoria e prática* também contradiz o ponto de vista segundo o qual o PCB aproximou-se mais de Jango, tornando-se dele dependente. Se houve aproximação, esta foi condicionada à implantação das reformas pretendidas pelas esquerdas. Jango era, sobretudo, uma liderança com a qual era necessária uma aliança temporária, até que o proletariado pudesse assumir as rédeas do movimento. Fazer alianças com os trabalhistas nos sindicatos, apoiar Jango em algumas medidas não significava ser dele caudatário ou dependente.

Um extenso artigo da autoria de Giocondo Dias, intitulado *Sentido revolucionário da luta pelas reformas*,²⁸⁷ defendeu a linha política do partido, escrevendo que as reformas de base já eram um consenso no país e mesmo os políticos contrários não mais se proclamavam abertamente assim. O que antes envergava um caráter de reivindicação de comunistas e seus aliados “mais próximos”, agora era uma “exigência de milhões e milhões de brasileiros”.

²⁸⁷ *Novos Rumos*, n. 255, Rio de Janeiro, edição de 1 a 7 de novembro de 1963, p. 3.

Contudo, as reformas longe de ser o “objetivo final”, significava “uma fase do processo revolucionário cuja culminação será o triunfo do socialismo”. Entretanto, “alguns de nossos companheiros” colocavam em dúvida o “conteúdo revolucionário da luta pelas reformas”, por considerarem que “reformas de estrutura” nada tinham de revolucionárias porque, realizando-se “nos marcos do sistema capitalista, serão por este reabsorvidas”, tornando-se “instrumentos das classes dominantes”, aumentando seu poder “contra os trabalhadores e o povo”.

O autor assegurou, porém, que considerações acerca da utilização das reformas pela burguesia constituíam uma tese ultrapassada e fruto do desconhecimento dos “preciosos ensinamentos dos clássicos do marxismo-leninismo”, em relação à necessidade dos partidos revolucionários dominarem “todas as formas de luta”. A conjuntura dos anos 1960 era mais favorável que dos anos anteriores e o combate que acontecia era por “reformas de estrutura”, não “reformas secundárias”.

As “reformas de estrutura” visavam “acabar com o domínio de nossa economia pelos imperialistas norte-americanos, extinguir o monopólio da terra”, elevando “substancialmente os padrões de vida das grandes massas trabalhadoras”. Ocorrendo as reformas, seria modificada a correlação de forças e os reacionários seriam desalojados de suas posições de mando. Assim, as classes dominantes ficariam impotentes para resistir às mudanças.

Escreveu ainda que, na frente única proposta pelos comunistas, o que determinaria se as mudanças seriam absorvidas pela burguesia ou seriam mais um passo para a implantação do socialismo, dependeria, entre outras coisas, do “grau de organização e de consciência política alcançado, antes de tudo pelas massas trabalhadoras”, assim como da “capacidade maior ou menor que revele a frente única de neutralizar as tendências à conciliação com o imperialismo e o latifúndio”.

Nesta parte do texto novamente se menciona a oposição dos comunistas feitas a Jango e à sua estratégia de coligação partidária do PTB com o PSD. A burguesia poderia aproveitar em seu benefício as transformações de estrutura, mas inviabilizar isso caberia às “massas trabalhadoras”, por meio de seu representante, o Partido Comunista, opor-se ao máximo contra a “conciliação”, tendência natural (classista) de João Goulart. Na lógica comunista, quanto mais o partido fosse atendido, mais deveria exigir, condenando as práticas do governo que não se identificassem com sua orientação de reforma revolucionária.

Giocondo Dias discutiu a proximidade entre “revolução democrática” (burguesa) e “revolução socialista”, expondo que havia naquele momento da história mundial

“uma aproximação maior entre os dois tipos de revolução, de tal modo que a luta pela solução das tarefas democráticas e das tarefas socialistas pode não tomar a forma de duas revoluções distantes entre si, mas constituir apenas duas etapas de um mesmo processo revolucionário”.

Considerado dessa maneira, negociar com o governo constituía uma necessidade revolucionária, na sua primeira fase. Um momento de aparente capitulação, mas estrutural para efetivar a segunda fase. Para, em seguida, finalizar:

“Em nossas condições atuais, a revolução brasileira passa pelo caminho da luta de massas pelas reformas de estrutura, pelo caminho da conquista e a realização dessas reformas”.

Isto significa que naquela conjuntura dos anos 1960, no Brasil, a primeira fase ainda estava acontecendo. Abandonar a proposta da frente única, ou seja, não acompanhar o movimento de reivindicações pelas reformas de base, seria queimar uma etapa e condenar os objetivos revolucionários de implantação do socialismo ao fracasso. Os acordos com Jango também eram necessários, devido ao cargo ocupado e por ser representante da burguesia nacional que se opunha aos setores mais reacionários, mas sem deixar-se levar pelas suas práticas de “conciliação” com os inimigos das reformas.

3.5 Um Presidente Sob Críticas

Os comunistas opinavam que a negociação que fizessem seria uma estratégia da transição pacífica, mas se Jango negociasse era “conciliação”. As direitas, por sua vez, interpretavam as negociações entre Jango e os movimentos populares, sindicatos em particular, como manipulação da conjuntura política e social em proveito próprio. Os jornais conservadores acusavam-no de utilizar organizações como a CGT para alimentar a agitação, visando continuar no poder, em detrimento das reformas e da democracia.

O *Jornal do Brasil*, no editorial *Um ano depois*, trata do aniversário de um ano de volta ao presidencialismo, afirmando que o presidente aproveitara o fim do parlamentarismo para voltar-se contra o Congresso, na busca de poderes pessoais, sem preocupar-se com a nação. Entre as reformas e a restauração de seus poderes pessoais, Jango teria optado pela restauração destes últimos.²⁸⁸

A imprensa de direita atacava o presidente de querer implantar uma “República sindicalista”, que seria o poder que Jango daria às organizações sindicais para agirem acima

²⁸⁸ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, quarta-feira, 8 de janeiro de 1964, p. 6.

de partidos e instâncias de poder legalmente constituídas. Assim, os sindicatos pressionariam o Congresso e a sociedade para efetuarem as mudanças desejadas pelo presidente. Os líderes sindicais ficariam fiéis ao governo ocupando cargos em empresas públicas, voz de poder para propor mudanças governamentais etc. Por meio destes expedientes, João Goulart manteria as lideranças sindicais sob seu controle, amedrontando a sociedade e subordinando o Legislativo, tendo como objetivo final dar um golpe e governar como ditador.

A postura política de Jango de mediar conflitos, habituado a tratar com os trabalhadores, fazia com que ele, em muitos momentos, intermediasse disputas entre patrões e empregados, sendo, por isto, acusado pelas direitas de usar os sindicatos para governar por cima das instituições democráticas da República.

Na interpretação dos comunistas, as negociações políticas de Jango no Congresso Nacional, além de “conciliação”, eram manipulação. Ao atender parcialmente reivindicações das esquerdas tentava mantê-las sob controle, motivo pelo qual sofria oposição do PCB. Jango como membro da burguesia, podia até se opor aos interesses dos latifundiários, dos norte-americanos e de seus aliados, mas tendia, no final, a se afastar das “forças progressistas”, conciliando-se com as “forças da reação”.

Exemplo da manipulação de Jango, segundo os comunistas, teria sido quando houve eleições para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), no início de janeiro de 1964. Concorreram Clodesmith Riani encabeçando uma chapa formada por trabalhistas e comunistas e noutra chapa João Wagner, que tinha o apoio de pessoas ligadas a Jango. O resultado favorável a Riani foi considerado pelos comunistas como “uma indiscutível vitória da política de unidade, contra o peleguismo e a corrupção, no meio sindical brasileiro”.²⁸⁹

Sobre o fato da eleição para a CNTI, as ações das pessoas ligadas a Jango sugerem que este pretendia ter na direção da instituição elementos mais fiéis a fim de equilibrar a correlação de forças no movimento sindical e ser menos coagido para conduzir as reformas mais de acordo com sua vontade.

João Goulart era favorável às reformas, tinha como prática a busca pelo entendimento das partes e historicamente estava associado ao movimento dos trabalhadores e às esquerdas, de onde tirava sua base e apoio, mas não era socialista. Na verdade, era um reformista que procurava aliar o PTB ao PSD, o maior partido da Câmara, pois precisava deste para que as reformas fossem aprovadas. Por outro lado, o presidente sofria pressão da imprensa

²⁸⁹ *Novos Rumos*, n. 255, Rio de Janeiro, edição de 10 a 16 de janeiro de 1964, p. 7.

conservadora, de políticos, dos oficiais militares e partidos de direita do Congresso, para que não se aproximasse politicamente de Luiz Carlos Prestes, Brizola e os sindicatos. Convém frisar que, naquele período, o país atravessava uma crise econômica, fora o contexto de Guerra Fria e a intensa campanha anticomunista. Jango, apesar disso, caminhava com as esquerdas, mas sem reciprocidade.

Jango não só ouviu como também prestigiou o movimento sindical e aproximou-se dos comunistas, mesmo à revelia da direita e sofrendo oposição do próprio PCB. O que ficou registrado na historiografia como “conciliação” ou manipulações de João Goulart, assim como o “desvio de direita” atribuído ao PCB, são escolhas dos atores políticos num contexto de luta pelo estabelecimento das reformas políticas e sociais, de acordo com a visão estratégica de mundo de cada um.

3.6 A Entrevista de Prestes

Luís Carlos Prestes foi entrevistado, no dia 3 de janeiro, em São Paulo por uma emissora de televisão. Historiadores apontam para a possibilidade de Jango ter se aproximado mais dos comunistas em busca de apoio, ao mesmo tempo em que Prestes e o PCB passaram a apoiar mais intensamente não só o presidente, como também sua reeleição. As respostas de Prestes às reportagens dos *Novos Rumos* e a leitura dos documentos do partido são esclarecedoras acerca da opinião do Partido Comunista sobre Jango, antes do comício de 13 de março de 1964.

Na entrevista à televisão, transcrita em *Novos Rumos*, Prestes fora questionado sobre como os comunistas pretendiam chegar ao poder ao que respondeu que, embora acreditasse que o socialismo fosse uma fatalidade para o mundo e, em consequência, para o Brasil também, naquele momento os comunistas não lutavam pela implantação do socialismo:

“A revolução brasileira no momento atual, é nacional e democrática. Trata-se de emancipar o País do jugo imperialista e de realizar uma reforma agrária radical, que acabe com o latifúndio. Então, lutamos por um governo revolucionário das forças anti-imperialistas e antifeudais, capazes de levar até ao fim as tarefas da revolução. Nesse processo, para alcançar esse governo revolucionário, nós comunistas pensamos que, no momento atual, dada a situação mundial e a situação brasileira, é possível, mesmo dentro do regime atual, ainda nesse regime, capitalista, com essa estrutura que aí está, formar-se um governo nacionalista e democrático, que inicie as reformas.”²⁹⁰

²⁹⁰ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 11.

Na entrevista, Prestes respondeu também a respeito da possibilidade da revolução brasileira ser pacífica ou violenta:

“Lutamos para que ela seja pacífica. Pensamos que à classe operária o que interessa é que o Brasil avance, o Brasil progrida e chegue à revolução sem guerra civil, sem insurreição. É a isso que chamamos caminho pacífico. Mas, choques de classe, choques parciais, luta entre o proletariado e a polícia, entre os trabalhadores do campo, entre os estudantes e os policiais, – choques dessa natureza se darão, mas poderemos evitar a insurreição, evitar a guerra civil. Este é o nosso desejo. (...) Estou convencido de que qualquer tentativa de golpe reacionário, hoje, no Brasil, será a guerra civil, e nós comunistas afirmamos que não provocamos, não desejamos a guerra civil, mas não tememos a guerra civil. Estamos convencidos de que a guerra civil, se os reacionários nos arrastarem a ela, levará à vitória do povo, à vitória das forças patrióticas e democráticas, acelerará o processo revolucionário. Preferimos, porém, a vitória do povo através do caminho pacífico.”²⁹¹

Prestes repetia a proposta da Nova Política desenvolvida pelo PCB, a partir de 1958, refratária à solução única do confronto armado para implantação do socialismo. Esperava-se que preferencialmente de forma pacífica ou com um mínimo de violência, fosse iniciado o processo que levaria à revolução socialista. Por isso, Apolônio de Carvalho trouxera exemplos na coluna *Teoria e prática* para convencer as vozes críticas do partido sobre a possibilidade de uma solução pacífica para o impasse da tomada de poder pelos segmentos subalternos da sociedade.

Quando, na entrevista, Prestes foi arguido acerca da honestidade de Jango para a implantação das reformas de base, respondeu:

“Para mim é muito difícil entrar no subjetivo, examinar quais são as intenções do Presidente João Goulart. Ele apresenta as reformas, nós estamos de acordo com elas, desejamos essas reformas, lutamos por elas. Os comunistas brasileiros lutam por essas reformas desde que foi fundado o Partido Comunista, em 1922.”²⁹²

A resposta de Prestes não demonstra apoio nem oposição a Jango, limita-se a repetir o pensamento impresso nas linhas dos *Novos Rumos* e nos documentos oficiais do partido, do desejo de formação de um governo de esquerdas para a implantação das reformas de base. Questionamento semelhante é feito sobre Leonel Brizola, respondido por Prestes nos mesmos termos escritos na Resolução Política da Conferência Nacional de 1962,²⁹³ de que era honesto e representava “o setor mais radical da burguesia brasileira.”²⁹⁴

²⁹¹ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 12.

²⁹² *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 11.

²⁹³ VINHAS, Moisés. Op. cit., “Resolução Política da Conferência Nacional de 1962”, p. 199.

²⁹⁴ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 11.

Após o entrevistado responder que acreditava na honestidade de Brizola quanto a querer as reformas, foi indagado se ele seria capaz de desempenhar no Brasil o papel que Fidel Castro desempenhara em Cuba, no que obteve a seguinte resposta:

“Creio que pode, as condições brasileiras hoje são tais que um homem que tenha visão política, que não esteja preso por interesses a grupos monopolistas estrangeiros e ao latifúndio, pode ser o chefe da revolução brasileira. O próprio presidente Goulart, se se desprendesse de certos interesses que parece, que ainda tolhem a sua ação, podia ser esse chefe. Ele tem prestígio ainda bastante grande na classe operária e entre os trabalhadores do campo.”²⁹⁵

A resposta é condicional, já que o líder comunista submete a possibilidade de Leonel Brizola ser um líder revolucionário primeiro devido à conjuntura do país; em segundo lugar se tivesse visão política e não fosse ligado a “grupos monopolistas” e ao “latifúndio”. Difere da resposta anterior sobre a honestidade de Brizola de desejar promover as reformas, quando a resposta não foi condicional, mas afirmativa: Brizola era honesto e queria reformas.

Na parte da resposta referente a João Goulart, a fala também teve o caráter condicional. O apoio aconteceria se ele se desprendesse de “certos interesses” que ainda tolham suas ações. Opinião parecida encontra-se ao comparar a resposta do secretário-geral com as conclusões da Resolução de dezembro de 1962, portanto, um ano antes do suposto apoio de Prestes a Goulart.

“A burguesia ligada aos interesses nacionais, representada fundamentalmente pelos círculos dirigentes do PTB, pelo presidente João Goulart e por setores de outros partidos, é favorável a reformas, embora de maneira limitada e sem excluir concessões ao imperialismo e ao latifúndio.”²⁹⁶

Sob a premissa dos comunistas, Jango carregava o mesmo defeito de Brizola: era burguês reformista. Conforme dito por Prestes, para ser um líder da revolução brasileira ele precisaria se desprender dos “interesses” da burguesia, que o limitavam de seguir com as esquerdas. Prestes já havia dito algo parecido numa entrevista anterior, ao responder se o governo de Jango tinha condições de realizar as reformas de base:

“O atual Governo, pela sua composição e pela sua política, é um governo de conciliação com o imperialismo e o latifúndio. A própria realização das reformas de base implica na derrota da política de conciliação e, portanto, no afastamento do ministério dos agentes do imperialismo e dos defensores do latifúndio e sua substituição por nacionalistas e democratas. Só um governo de coalizão das forças nacionalistas e democráticas, que não seja um governo em que apenas a burguesia

²⁹⁵ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 11.

²⁹⁶ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 198.

esteja representada, mas também as outras forças da frente única, poderá dar início, de maneira consequente, às reformas de base reclamadas pela Nação.”²⁹⁷

Nesta entrevista concedida à imprensa por Prestes e transcrita em *Novos Rumos*, Jango era visto como incapaz de promover reformas com a composição de governo que estabelecia, através da conciliação “com o imperialismo e o latifúndio”, ou seja, os “interesses” dos quais ele não conseguia se desprender por ser representante da burguesia. Se ele se desvinculasse dos interesses de classe, compondo um “governo de coalizão das forças nacionalistas e democráticas”, aí sim, poderia ser o líder da revolução brasileira.

No que tange à reeleição de Goulart e o apoio do PCB a tal medida, o entrevistado enfatiza que não apoiaria nem Carlos Lacerda, Ademar de Barros ou Juscelino Kubitschek por serem reacionários, pois seria possível um candidato das forças democráticas e nacionalistas, principalmente com o apoio de João Goulart e do PTB. Neste ponto menciona a reeleição de Jango:

“O próprio presidente Goulart pode pretender ser candidato; talvez mesmo, o candidato do Presidente Goulart à Presidência da República seja ele mesmo. Não sei como pretende chegar lá. Será através de uma reforma constitucional? Pode ser, não? Reformar a Constituição para permitir a reeleição.”²⁹⁸

O jornalista indaga, então, se Jango usaria a justificativa de mexer na Constituição para instituir a reforma agrária, para, na verdade, mudar o item referente à reeleição, com o desejo e permanecer no poder. Prestes responde acreditar no desejo do presidente de promover a reforma agrária, embora se aproveitasse para mexer no capítulo da reeleição a fim de unir o útil ao agradável, isto é, aproveitaria a mudança constitucional para tocar nos itens reforma agrária e reeleição à presidência. Prestes também afirma, com todas as letras, que dentre “os candidatos das forças patrióticas”, “talvez o presidente Goulart ainda seja mesmo o melhor, se a Constituição permitir.”²⁹⁹

A partir desse pronunciamento de Prestes, infere-se que, talvez, Jango pensasse mudar a Constituição para ser reeleger, tal desejo, se verdadeiro, não seria nenhum crime de lesa-pátria. Apenas no calor dos acontecimentos da época, isso era associado, pelas direitas, à ditadura estadonovista e à chamada República Sindicalista. Por outro lado, os conservadores também queriam ter um representante no Planalto, portanto, seriam contra a eleição de qualquer representante de esquerda.

²⁹⁷ *Novos Rumos*, n. 223, Rio de Janeiro, edição de 31 de maio a 6 de junho de 1963, p.1.

²⁹⁸ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 13.

²⁹⁹ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 13.

A questão que toca à presente pesquisa, no entanto, é se Prestes apoiou, naquele momento, a reeleição de Jango. Se nos textos do partido acusava-se Jango de ser representante da burguesia, vacilante e conciliador com o imperialismo e o latifúndio; e se na fala anterior o entrevistado assegurara que o presidente poderia ser o líder das transformações, após desprender-se dos “interesses” de classe. Fica evidente que Prestes não defendeu a reeleição de Jango, pois condicionou o apoio.

A oposição dos comunistas continuou e, se em algum momento houve diminuição ou se tornou menos intensa, foi porque Jango acenou com a possibilidade de aliança com as esquerdas e o PCB. Nesta linha de raciocínio podemos considerar que Jango, enfraquecido politicamente e atacado pelas direitas, foi levado pelas esquerdas, entre as quais o PCB, a optar pelo caminho que os comunistas queriam, não o contrário. Mas, como não era da sua personalidade agir de forma radical ou tomar medidas extremas, as esquerdas só conseguiram influenciá-lo até certo limite, sem levá-lo a decisões que desembocassem em derramamento de sangue ou guerra civil, que não eram do agrado de João Goulart. O PCB não apoiou Jango no início de 1964, isto só aconteceu depois do comício de 13 de março, quando, finalmente, João Goulart se dissociou do PSD. Antes disso houve negociações entre as partes e só depois da adesão do presidente veio o apoio dos comunistas.

Outro momento da entrevista que poderia sugerir o apoio dos comunistas a Goulart, refere-se à pergunta se o movimento comunista tinha o presidente como um aliado, eis a resposta:

“Tem, é um aliado. Permita-me esclarecer. Não se trata de um aliado, do ponto de vista pessoal. Trata-se de que o Presidente Goulart é o Presidente do PTB, e o PTB nós consideramos como o partido mais próximo do nosso, aquele que tem uma plataforma política mais próxima da nossa plataforma. – Pelo menos, como plataforma. Levanta o problema da reforma agrária, da emancipação nacional, da liberdade para todos os partidos políticos, de maneira que é um partido aliado nosso. No movimento operário as duas grandes forças são os comunistas e o PTB, particularmente o Presidente João Goulart, que tem uma grande influência, ainda hoje, no movimento operário.”³⁰⁰

Não há novidade nas palavras de Prestes, visto que Jango era visto como um aliado preferencial. A adesão do presidente à causa das esquerdas facilitaria a composição de uma “frente nacionalista e democrática”. Naquele momento, quando havia a possibilidade do presidente romper definitivamente com o PSD e seguir com as esquerdas, poderia tornar-se um aliado mais confiável.

³⁰⁰ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 14.

Ter em Jango um aliado preferencial não significava estar sob sua influência, obedecer à sua vontade nem tampouco acompanhar suas decisões políticas. O presidente do PTB, assim como Brizola, era um aliado, mas os dois eram vistos com reservas baseadas em suas origens de classe. No final do processo revolucionário esperado pelos comunistas, o poder migraria para as mãos das “massas” e de sua vanguarda, o PC, não para a mão dos aliados temporários.

Prestes também é questionado se o presidente poderia ser considerado um homem de esquerda, ao que responde:

“A posição dele tem sido. Na política, ele faz concessões ao imperialismo e ao latifúndio, e nós combatemos essas concessões, mas ao mesmo tempo apoiamos firmemente os aspectos positivos de seu governo.”³⁰¹

A opinião de Prestes sobre Jango manteve-se coerente com o que se lia em *Novos Rumos* nos meses anteriores. Embora com posições de “esquerda”, ainda tinha compromissos com o PSD, no que era combatido sistematicamente. Só era apoiado quando agia em consonância com os pontos de vista defendidos pelo PCB e obteve o apoio definitivo somente quando rompeu com os pessedistas.

Documentos comprovam que sempre houve o diálogo entre Jango e o PCB. No entanto, alguns entendimentos que se encaminhavam para o rompimento definitivo do chefe do Executivo com o PSD vieram a acontecer a partir de dezembro de 1963. Mesmo nos meses de dezembro de 1963 e janeiro e fevereiro de 1964 não se encontram nos discursos de Prestes, textos dos *Novos Rumos* ou declarações do CGT de apoio definitivo a João Goulart. Isto só ocorreu após o comício de 13 de março.

3.7 O PCB e a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base

No início de janeiro foi lançada a proposta de formação da Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base formada por iniciativa de San Tiago Dantas, que liderava um grupo de políticos moderados do PTB e de outros partidos. Segundo Argelina Figueiredo:

“O próprio San Tiago Dantas batizou esse grupo de ‘esquerda positiva’. O principal objetivo da Frente Progressista era impedir o crescente movimento conspiratório de direita contra o governo. A ideia de reagrupar em torno do governo as forças de centro fundava-se em duas razões. Por um lado, o apoio dessas forças ajudaria o governo a superar o isolamento político que, desde a derrota do estabelecimento do estado de sítio, estava ameaçando cada vez mais a sua capacidade para desempenhar suas

³⁰¹ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 14.

funções. Por outro lado, serviria para reverter a escalada de radicalização do processo político, diminuindo assim a probabilidade de sucesso de um golpe de direita.”³⁰²

A Frente procurava apresentar um conjunto de medidas políticas sociais e econômicas dentro de um programa mínimo, visando a um consenso geral, para reunir o máximo de forças de esquerda. Na prática seria a implantação das reformas de base, até onde fosse a concordância das forças em negociação. Uma vez que a proposta abrangia a participação “das forças de centro”, estava incluída a participação do PSD.

Argelina Figueiredo ressalta que dentre os representantes de esquerda convidados a participar dessa grande aliança política de apoio ao governo:

“O Partido Comunista (PC) foi o que ofereceu a mais próxima e sistemática colaboração com o governo, desempenhando um papel ativo na organização da Frente Progressista. Foi representado nas conversações para a organização da Frente pelo deputado federal Tavares Coelho, um de seus mais importantes porta-vozes. Além disso, contribuiu com um número significativo de sugestões para a elaboração do programa da Frente. Ao garantir um apoio quase incondicional à Frente, o PC seguia a estratégia de formação de uma frente unida com as forças progressistas da sociedade contra o imperialismo e o latifúndio, definida na V Conferência do partido em 1960.”³⁰³

No meio de janeiro *Novos Rumos* ostentou na primeira página: *Unidade para a conquista de um governo que realize as reformas de estrutura*. Na terceira página há uma reportagem com o mesmo título, tratando das negociações que estavam sendo propostas por San Tiago Dantas, para união das “forças progressistas”, a fim de constituir uma “base política capaz de assegurar a efetivação das reformas de base”.³⁰⁴

No final de janeiro *Novos Rumos* publicou na primeira página: *Em debate o programa comum para a formação de um governo que faça as reformas de base*,³⁰⁵ informando que “amplios entendimentos políticos” tinham ocorrido “nos últimos dias, entre as forças interessadas na constituição de um governo”, que apoiado no “povo” pudesse concretizar as reformas de base. No texto lia-se que “o deputado San Tiago Dantas” encaminhara às lideranças políticas “um conjunto de sugestões de caráter programático, sobre cuja base se constituiria uma Frente Popular ou Frente Progressista.” Também havia a posição do partido em face da proposta:

³⁰² FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 143.

³⁰³ Idem, p. 152.

³⁰⁴ *Novos Rumos*, n. 256, Rio de Janeiro, edição de 17 a 23 de janeiro de 1964, p. 3.

³⁰⁵ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 1.

“Os comunistas, visando a contribuir para a elaboração de uma plataforma comum, pronunciaram-se através do documento em que apresentam suas observações e sugestões ao projeto inicial encaminhado pelo professor San Tiago Dantas.”

Conforme aponta a historiografia, o acordo estava sendo alinhavado desde dezembro, sendo o PCB umas das forças políticas convidadas a participar da Frente. A proposta, para San Tiago Dantas, visava impedir as articulações de um golpe da direita e, por extensão, dar governabilidade a Jango. A relevância de uma frente única para os comunistas era muito grande, de acordo com a Resolução do V Congresso:

“Com o desenvolvimento das lutas do povo brasileiro pela libertação nacional e pelas reivindicações populares, criam-se condições para a formação de um governo de coalizão que represente no Poder estatal as forças integrantes da frente nacionalista e democrática. A luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta por um governo nacionalista e democrático capaz de realizá-las constituem, do ponto de vista tático, a tarefa central da classe operária e dos comunistas.”³⁰⁶

A “tarefa central” representava a formação de um governo de esquerda. Se a proposta para a formação de uma Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base acontecesse, haveria o encaminhamento para a solução dos “problemas do povo”. A pronta resposta do partido não significava, entretanto, um “apoio quase incondicional”, mas que o projeto de Dantas se encaixava no projeto pelo qual os comunistas vinham lutando, ou seja, a formação de uma frente ampla para a instauração de um governo “nacionalista e democrático”. A iniciativa do PCB de discutir e levar propostas à Frente Progressista demonstrava o interesse do partido de unir o máximo de forças em prol das reformas de base.

Desde o Manifesto de 1958, o PCB adotara a postura de buscar negociações para alcançar a sonhada “frente nacionalista e democrática”, objetivando conseguir mudar as estruturas do país de forma pacífica, como se pode perceber:

“As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias anti-imperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças.”³⁰⁷

Em virtude dessa postura política, convinha ao PCB aliar-se a todas as forças afinadas com as reformas de estrutura, para o alcance dos objetivos revolucionários. Embora o referido texto fosse de março de 1958, os acontecimentos de agosto de 1961, o avanço das esquerdas

³⁰⁶ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 59.

³⁰⁷ Idem. “Declaração sobre a política do PCB”, p. 15.

nas eleições de outubro de 1962, o resultado do plebiscito de janeiro de 1963 e as greves promovidas pelo movimento operário, que obrigavam os patrões e o governo a ouvir e atender reivindicações sindicais, faziam com que cada vez mais se patenteasse, para os comunistas, o acerto na escolha de um encaminhamento pacífico e na acumulação de forças dos movimentos progressistas. Por isso, a inicial simpatia do partido à Frente Progressista de San Tiago Dantas, sem significar, no entanto, apoio irrestrito.

O PCB impôs algumas condições: somente apoiaria a Frente de San Tiago Dantas, se o governo considerasse suas contrapropostas. No editorial dos *Novos Rumos* sob o título *O papel dos comunistas*³⁰⁸ foram publicadas as “sugestões iniciais” do deputado San Tiago Dantas para a formação de uma frente, assim como o “documento” em que os comunistas definiam sua posição nos “entendimentos” que estavam em processo. O texto informava que os comunistas salientavam como “indispensável” a participação do CGT e UNE nos debates “em torno do programa em elaboração”, por serem entidades representativas “dos trabalhadores e do povo”.

O texto explicativo da posição inicial dos comunistas de forma alguma demonstrou apoio incondicional ou quase incondicional. Pelo contrário, apesar de terem respondido de imediato à iniciativa de San Tiago Dantas, impunham exigências no sentido de aceitarem a proposta, conforme se verifica com a leitura do texto apresentado no jornal.

O PCB ratificava a sua estratégia de criação de uma frente única, com os segmentos populares na vanguarda do movimento ditando as regras com a finalidade de que os setores subalternos não fossem levados de roldão ou controlados:

“A luta contra a conciliação só pode ter êxito através da mobilização das grandes massas trabalhadoras e populares, que devem levantar suas próprias bandeiras, exigir medidas efetivas contra o imperialismo, o latifúndio e a reação, e combater constantemente os compromissos com o inimigo, realizados pelo setor vacilante da frente única.”³⁰⁹

Como mostra o trecho da Conferência de 1962, o partido condicionaria sua participação na proposta do deputado San Tiago Dantas, ou de qualquer outra que viesse a existir, se nela estivessem representantes das “massas trabalhadoras” e pudessem ter voz preponderante nas decisões finais.

Na última página do jornal arrolam-se “sugestões iniciais para um programa de governo que faça as reformas de base”. O artigo esclareceu que “amplos entendimentos”

³⁰⁸ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 3.

³⁰⁹ VINHAS, Moisés. Op. cit., “Resolução Política da Conferência Nacional de 1962”, p. 202.

havia acontecido entre as “forças políticas interessadas na realização das reformas de base”. O “prof. San Tiago Dantas” havia encaminhado sugestões para essas forças políticas, para “abrir o debate em torno de uma plataforma comum”, com a qual o governo se comprometeria.

“Daí a necessidade de formar uma base política, com lastro de opinião pública e eficiência tanto no Congresso como fora dele, para sobre ela apoiar qualquer reforma do atual Ministério. Essa base resultaria de entendimentos entre as forças políticas sobre pontos pragmáticos e não sobre pessoas e resultaria da união entre forças de esquerda e do centro.”³¹⁰

San Tiago Dantas pretendia fechar acordos sobre os pontos principais das reformas, para evitar debates desnecessários e o impedimento da criação da Frente. A ideia era que todos os segmentos de centro e esquerda se unissem, isolando a direita golpista, e seu líder Carlos Lacerda, e a esquerda radical agrupada na Frente de Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola.

As propostas dos comunistas, impressas em *Novos Rumos*, dividiam-se em dois conjuntos de sugestões: “Reformas de Base” e “Política Geral do Governo”. Na parte das reformas de base encontrava-se como primeiro ponto a reforma agrária, cujas principais propostas referiam-se à reforma da Constituição, modificações na Superintendência Para a Reforma Agrária (Supra) e apoio à sindicalização rural. Seguida da reforma bancária, reforma tributária, reforma administrativa, reforma empresarial e reforma política. No segundo conjunto de sugestões de reformas, que se referia a políticas do governo, havia propostas sobre política financeira, comercial, cultural, de abastecimento, exportação, política externa e, inclusive, Brasília.

Em seguida, vinham as sugestões dos comunistas pertinentes à proposta inicial do deputado do PTB, com esclarecimentos acerca da disposição de “participar de todas as gestões” que se realizassem com o fim concretizar as “reformas de base necessárias ao progresso e à emancipação do Brasil”, assim como pela “formação de uma ampla frente de todas as forças nacionalistas e democráticas”. Mas para que a iniciativa tivesse êxito, seria necessário que se desencadeasse, “em torno dessa plataforma um amplo e vigoroso movimento popular” para sustentar o governo que se dispusesse a realizar as reformas. Além disso, os comunistas repetiam o que pregavam desde antes do plebiscito:

³¹⁰ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 8.

“A realização das medidas sugeridas depende da constituição de um governo que, pela sua composição política, represente autenticamente as forças interessadas nas reformas de estrutura. Julgamos indispensável, neste sentido, não apenas a mudança de alguns homens nos postos ministeriais, mas uma recomposição do sistema de forças que constitui o atual governo, com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostas, no Parlamento e fora dele, a dar apoio a essa nova política.”³¹¹

Esta parte do texto é, sobretudo, importante, visto que elucida o motivo da não participação do PCB na Frente proposta por San Tiago Dantas. As reformas, que os comunistas esperavam acontecer, não seriam implantadas por meio de um governo que não representasse “autenticamente” as “forças” interessadas nas reformas. O partido já deixara claro a não adesão a um governo que se limitasse a mudar “alguns homens nos postos ministeriais”, exigindo que fossem retirados os setores “distanciados das aspirações do povo”. Na prática o PCB mantinha-se fiel a sua proposta original de não negociar, caso existissem elementos ou representantes do PSD na Frente proposta por Dantas. Depois disso, foram comentadas as sugestões do deputado para a Frente, item por item, com parecer favorável ou propostas de modificação.

No começo de março *Novos Rumos* vai divulgar um artigo de Prestes com o título de *Os comunistas e os entendimentos políticos*,³¹² onde o secretário-geral define a posição do partido em relação à Frente proposta por San Tiago Dantas. Prestes começa por elogiar “alguns aspectos altamente positivos” do governo de João Goulart, em seguida, chama a atenção para o agravamento dia após dia da “situação econômica das grandes massas populares”, com a decaída do nível de vida dos trabalhadores enquanto se tornavam “cada vez maiores os lucros dos grandes capitalistas”, principalmente dos “monopólios norte-americanos que exploram o nosso povo”, além da “renda parasitária dos latifundiários”. Prestes escreveu que João Goulart reconhecia a necessidade das reformas de base para o “progresso da Nação e o bem-estar dos trabalhadores”, mas o tempo passara e a situação só se alterara para pior.

“Com a composição que tem dado aos seus sucessivos ministérios, dos quais vêm participando conhecidos agentes do imperialismo e representantes do latifúndio, nenhuma medida mais séria, profunda e eficaz pode efetivamente ser tomada.”

Prestes criticou a aliança de Jango com forças políticas que, por não serem legítimas representantes do “povo” faziam o governo tomar medidas que inviabilizavam as reformas de

³¹¹ *Novos Rumos*, n. 257, Rio de Janeiro, edição de 24 a 30 de janeiro de 1964, p. 8.

³¹² *Novos Rumos*, n. 262, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de março de 1964, p. 3.

base e o estabelecimento de uma prática política e econômica em benefício dos trabalhadores. Após recorrer a alguns exemplos de medidas que seriam a prova da política de “medidas contrárias ao interesse nacional”, Prestes concluiu:

“Tais são as consequências da política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio que vem sendo realizada pelo presidente João Goulart. É certo que o caráter reacionário da maioria do Parlamento dificulta a realização das reformas de base. No entanto, na sistemática constitucional vigente tem o Presidente da República atribuições que lhe permitem, se apoiado no povo, tomar uma série de medidas positivas que independem de aprovação parlamentar”.

Conforme ratificado anteriormente, a opinião dos comunistas era que João Goulart não tomava medidas efetivas em favor dos trabalhadores e do país, devido à conciliação com o “imperialismo” e o “latifúndio”. Embora o regime democrático limitasse as ações do presidente, este poderia, se assim desejasse apoiar-se no povo, já ter tomado medidas que só dependiam dele.

Fiel à orientação do partido de aceitar a burguesia na frente ampla, mas empurrá-la para tomar medidas em favor do proletariado e campesinato, com o objetivo de efetivar a primeira fase do estabelecimento da transformação socialista, escreveu Prestes:

“Além disto, é voltando-se para o povo e tomando medidas concretas em seu benefício que o presidente João Goulart melhor poderá contribuir para reforçar o movimento patriótico e democrático, aumentando sua força de pressão sobre o Parlamento que se veria na contingência de ceder e aprovar as medidas legislativas e as reformas da Constituição indispensáveis à realização das reformas de base.”

Pressionar Jango para desenredar-se do PSD e aderir às forças de esquerda, consistia em “neutralizar as tendências à conciliação com o imperialismo e o latifúndio”. No final, o PCB desistiu de participar da Frente de San Tiago Dantas, apesar do indício inicial. Poderia haver acordo com Jango, desde que este aceitasse a pauta do partido. Por este motivo, Prestes declara:

“Os entendimentos, no entanto, não são fáceis, mas devem prosseguir e deles os comunistas participarão, não poupando esforços para que se encontre efetivamente o terreno comum, a plataforma programática mínima em torno da qual possam unir-se as mais amplas forças patrióticas e democráticas, as quais, juntamente com o presidente João Goulart, possam constituir a base de um novo governo, livre de compromissos com os agentes entreguistas e os defensores do latifúndio.”

Portanto, os comunistas continuariam abertos a negociações, entendendo-se por negociação pressionar o Executivo a romper com o PSD e aceitar “constituir um novo

governo”. Seguir com os pessedistas era “continuar a mesma política de conciliação comprovadamente incapaz de dar solução aos problemas nacionais e impulsionar as reformas de base”. A proposta de San Tiago Dantas contemplava a inclusão do PSD na Frente Progressista. Para o PCB, nisto residia o cerne do problema e no impeditivo para aderir à Frente de Dantas.

No artigo de Prestes havia ainda uma lista de medidas que o presidente deveria tomar, independente do Parlamento. Entre, as quais, listavam-se: monopólio do câmbio e das exportações de café pelo Estado; imediata aplicação da lei de remessa de lucros; suspensão temporária do pagamento da amortização dos empréstimos estrangeiros ou até decretação unilateral de moratória; “providências” para a encampação das concessionárias de serviços públicos “de acordo com as leis brasileiras”; lançamento de um “empréstimo interno compulsório”, que seria coberto pelos “beneficiários” de altas rendas, com o fim de formar um Fundo Nacional Anti-Inflacionário; nacionalização da “indústria farmacêutica estrangeira”, bem como de moinhos, frigoríficos e fábricas de leite em pó pertencentes a “empresas alienígenas”; participação dos sindicatos operários na escolha dos dirigentes das empresas estatais; e “medidas enérgicas” contra forças que tentassem interromper o processo democrático ou “armar-se para resistir” às reformas de base.

As propostas elencadas pelo PCB representavam, portanto, meio caminho para a implantação do socialismo. Medidas como encampar concessionárias de serviços públicos, tomar dinheiro compulsoriamente das altas rendas, nacionalizar a indústria farmacêutica e tomar ações “enérgicas” contra quem as esquerdas considerassem opositores da democracia e das reformas, significava abandonar o PSD, atacar as multinacionais, romper com o FMI e os interesses norte-americanos, e usar a força para derrotar os inimigos das esquerdas.

O partido queria uma guinada total de Jango para a esquerda, rompendo com as forças políticas de centro, sobretudo o PSD. As exigências requeridas por Prestes ultrapassavam o que fora idealizado por San Tiago Dantas, ou mesmo do pretendido por Goulart com as reformas de base, inviabilizando a participação do PCB na Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base.

No mesmo artigo de Prestes, além das exigências já descritas, consideradas como “plataforma mínima de unidade”, impelia Jango a se comprometer no combate pelas reformas constitucionais a favor do direito de voto dos analfabetos, soldados e marinheiros; pela reforma agrária que deveria ter como objetivo “a eliminação do latifúndio”; e pela reforma da Lei Eleitoral e de Segurança para assegurar, entre outras questões, registro eleitoral a todos os partidos, inclusive o PCB.

Encerrando o artigo, nota-se que, ao fazerem tais propostas, os comunistas se dirigiam “às grandes massas trabalhadoras, a todos os patriotas e democratas”, na certeza de que dependia apenas destes e de sua “ação organizada e unitária” para serem bem-sucedidos nas negociações com o presidente. As “forças anti-imperialistas e democráticas” contavam com condições cada vez mais favoráveis para alcançarem “novos e maiores êxitos”. A “unidade e a ação dos operários, dos camponeses, estudantes, intelectuais, das mulheres, dos militares patriotas, de todo o povo brasileiro” eram as condições básicas para a derrota da “política de conciliação” e para a conquista de um governo que estabelecesse as reformas de base.

Percebe-se pelo artigo de Prestes publicado no início de março de 1964, que não houve apoio ao governo nem se conclamava a militância do partido ou a população a defender Jango ou sua estratégia política. O partido manteve sua política de críticas a João Goulart, convidando todos a pressionarem-no a fim de adotar a proposta das esquerdas.

Analisando de maneira retrospectiva, o PCB perdeu uma grande oportunidade de fortalecer a causa das reformas, que poderia ter diminuído o encaminhamento radical das esquerdas agrupadas na FMP e das direitas golpistas. Apoiar a proposta de San Tiago Dantas e a política de Jango era possível, como se pode vislumbrar nos documentos do partido.

“É indispensável, entretanto, jamais perder de vista que a luta dentro da frente única é diferente, em princípio, da luta que a frente única trava contra o imperialismo norte-americano e as forças entreguistas. Neste último caso, o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da nação brasileira e derrotar a sua política. Já a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única. Por se travar dentro da frente única, esta luta deve ser conduzida de modo adequado, através da crítica ou de outras formas, evitando elevar as contradições internas da frente única ao mesmo nível da contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes.”³¹³

Esse trecho da Declaração de Março de 1958 já apontava para o risco da inflexibilidade. Entretanto, a forma escolhida pelo PCB de encaminhar as negociações da Frente proposta por San Tiago Dantas estava mais para “isolar a burguesia” do que caminhar com ela, apesar da orientação para formação da Frente, desde 1958, recomendar não “romper a aliança com ela”. Ao não aceitar a participação do PSD na Frente, os comunistas estavam rompendo com a burguesia ou com setores desta dispostos a negociar as reformas. Idêntico alerta havia sido repetido em documentos de 1961:

³¹³ NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). Op. cit., “Declaração sobre a política do PCB”, p. 17.

“No terreno político, devemos combater duas tendências que dificultam a aplicação de nossa linha. A tendência sectária consiste em não reconhecer que o golpe principal deve ser desfechado contra o imperialismo e seus agentes internos; em não distinguir entre as forças reacionárias e entreguistas, de um lado, e o setor nacionalista burguês, de outro lado.”³¹⁴

Como se vê, em dezembro de 1962 a direção do partido alertava a militância para a “tendência sectária”, justamente o que ocorria, nos níveis político e social, com maior intensidade no final de 1963 e início de 1964. Por defender a necessidade de formação de uma grande frente democrática pelas reformas, o partido poderia ter apoiado a iniciativa de San Tiago Dantas, mas isentou-se de fazê-lo. A proposta foi usada mais como forma de chamar a militância para oposição a Jango, para pressioná-lo por tomar medidas mais à esquerda. O clima de protestos e radicalizações não permitiu ao partido avaliar que, naquele momento, poderia estar se deixando levar pelo sectarismo. O próprio Jango, representante da burguesia progressista segundo os comunistas, foi mais combatido do que apoiado.

Por outro lado, era difícil para o PCB determinar se a hora seria de acumular forças com “os setores vacilantes” da frente, ou romper com eles apoiando-se apenas nas “forças democráticas”. José Segatto, ao discutir as propostas de frentes das esquerdas nos anos 1960, desenvolve uma importante reflexão, que permite entender a postura paradoxal do PCB:

“Um dos problemas centrais da política de frente única nacionalista e democrática do PCB estava na compreensão e definição de sua abrangência e extensão. O elemento complicador fundamental desta problemática seria o que dizia respeito à participação da ‘burguesia’ na frente única. E acabaria sendo a origem das ambiguidades da política do PCB.”³¹⁵

A dificuldade do partido girava em torno do problema de até onde seguir com a burguesia nacional. Quando o movimento estaria suficientemente forte para romper com este segmento? As esquerdas já estariam suficientemente fortalecidas para promover os avanços que se transformassem numa “revolução popular”? Segundo Segatto:

“Partindo desta premissa, a compreensão do papel da ‘burguesia nacional’ e de sua composição seria variável, dependendo da conjuntura. Se em 1958 a compreensão era mais elástica, chegando mesmo a considerar o líder político paulista, Ademar de Barros, como representante do setor nacionalista da burguesia industrial, (...) quatro anos depois, em 1962, este mesmo político seria caracterizado como reacionário e entreguista.”³¹⁶

³¹⁴ VINHAS, Moisés. Op. cit., “Resolução Política da Conferência Nacional de 1962”, p. 205.

³¹⁵ SEGATTO, José Antônio. Op. cit, p. 145.

³¹⁶ Idem, p. 146.

Sob uma ótica menos flexível do PCB sobre a burguesia nacional, o próprio presidente, embora aliado preferencial, seria temporário. Por isso, aproveitava o espaço oferecido por Jango, porém atacava seus encaminhamentos políticos conciliatórios indesejados. Não era evidente para os comunistas o momento preciso de uma ruptura com a burguesia, isto dependeria das respostas dos apelos à mobilização dos trabalhadores das cidades e do campo e da força das entidades nacionalistas. Mas o partido já trabalhava com a certeza da vitória das esquerdas e que prescindiam dos representantes da burguesia nacional.

Aceitar as medidas do presidente, ou a Frente de San Tiago Dantas, significaria acomodar-se e abrir mão de conquistas mais profundas, possíveis naquele contexto de acirramento nacionalista, protelando a tão sonhada transformação das estruturas, da qual os comunistas acreditavam próxima. Haveria também o risco de perder espaço entre as esquerdas para outras lideranças de esquerda, como Leonel Brizola.

O levante dos sargentos serviu como um dos indícios da radicalização crescente ocorrida por parte das esquerdas, da qual o Partido Comunista não ficou imune, já que se sentia cada vez mais fortalecido. O PCB vivenciou a dualidade naquele período, dividido entre defender a democracia liberal ou romper com esta. Enquanto nos documentos preconizava a formação de uma frente ampla e na defesa dos mecanismos constitucionais; nos discursos, cada vez mais, apostava na possibilidade de passar por cima das instituições democráticas, vistas como instrumentos do atraso do país e subserviência aos Estados Unidos.

Parte dessa dualidade tinha origem no fato do partido não haver abandonado a possibilidade de um combate armado, ao mesmo tempo em que entendia a revolução como uma transição de duas etapas. A primeira de acumulação de forças e implantação de reformas estruturais, a segunda de rompimento com os “setores vacilantes”. Porém, como sublinhado por Apolônio de Carvalho, cada país deveria construir seu próprio caminho a partir da mobilização dos trabalhadores no desenvolvimento da frente. Era natural que os comunistas não detectassem exatamente quando se encerrava uma e se iniciava outra, tendo também a preocupação de não seguir a reboque dos interesses burgueses.

A aproximação dos militares, tanto graduados como de oficiais aos movimentos populares e progressistas, inclinava tanto o PCB quanto os demais segmentos de esquerda a acreditarem que já era hora de avançar mais contra as forças da direita. Por outro lado, os discursos e ações cada vez mais radicais faziam as esquerdas perderem o apoio e simpatia de que precisavam e que, até aquele momento, haviam conseguido junto à opinião pública e aos militares legalistas.

As consequências do pedido de estado de sítio por Goulart em outubro de 1963 foram outro sinal das radicalizações tendo em vista que tanto as esquerdas quanto as direitas sentiram-se ameaçadas pela possibilidade da repressão. Os discursos tornaram-se tão acirrados, que ambas as partes temiam ser vítimas das medidas do estado de sítio. Os movimentos de esquerda desconfiavam que os oficiais militares reprimissem o CGT, Brizola e todos aqueles que defendiam as reformas de base, quem sabe até aproveitassem a situação para uma revanche contra a derrota sofrida em agosto de 1961. Os segmentos conservadores associaram o pedido de Jango ao risco do estabelecimento de outro Estado Novo ou que o presidente ficasse nas mãos de Brizola ou dos comunistas, já que era parente deste e prestigiava Prestes, tolerando e ouvindo os representantes sindicais.

A influência dos comunistas não se restringia às cúpulas sindicais ou às reuniões do CGT e de Prestes com Jango, pois estava bastante atuante nas bases do operariado, como exemplificado pela chamada “greve dos 700 mil” no final de outubro no Estado de São Paulo. Apesar do avanço comunista tanto junto às bases operárias quanto nas cúpulas, participando das direções das principais agremiações sindicais e tendo algumas reivindicações atendidas pelo Executivo, o partido não conseguiu ver em Jango um parceiro importante no confronto pela implantação das reformas, mas apenas um aliado preferencial que, em virtude de sua origem de classe, deveria ser combatido e pressionado.

Os debates causados por uma possível nomeação de Leonel Brizola para o Ministério da Fazenda, que foi apoiada pelos comunistas mais por ser uma unanimidade nas esquerdas do que uma reivindicação do PCB, comprovou mais uma vez sua oposição a Jango. Os comunistas aproveitaram as discussões em torno do nome de Brizola para levantarem a bandeira da mudança política que o presidente deveria fazer e seu rompimento com o PSD.

Apesar das críticas e oposição constante contra João Goulart visto como “conciliador” e manipulador do movimento operário em proveito próprio ou de sua classe, o partido continuava a apostar nele, provavelmente, poderia encabeçar as transformações esperadas, para se estabelecer a primeira fase das transformações socialistas no Brasil, com um mínimo de violência. Os comunistas acreditavam na possibilidade de uma transformação pacífica, sem derramamento de sangue, como bem explicado por Apolônio de Carvalho em sua coluna e por Giocondo Dias no artigo de novembro de 1963.

A entrevista de Prestes, no início de 1964, julgada por muitos como aprovação do PCB a Jango, quando comparada com os escritos oficiais do partido, assim como afirmações anteriores do secretário-geral, não indicam apoio porque continuaram de acordo com as propostas dos comunistas, desde março de 1958, pregando a aproximação a Jango, não para

segui-lo, mas para pressioná-lo a instituir as transformações que os comunistas avaliavam como importantes para alcançar a primeira fase da revolução socialista, pacífica, no Brasil.

A Frente Progressista proposta por San Tiago Dantas não recebeu o apoio do PCB, que aproveitou a discussão para exigir mudanças que, na prática, seriam meio caminho para o socialismo no Brasil, já que propunham desde o rompimento com o PSD, até encampação e nacionalização de empresas estrangeiras e ações enérgicas contra os opositores das reformas. A tentativa de acordo feita por San Tiago Dantas foi usada pelo PCB como um meio de pressão e oposição às tentativas de acordos políticos de Jango, que tentava governar negociando com todas as forças políticas, desde o centro até as esquerdas.

4 O PARTIDO COMUNISTA E JOÃO GOULART: O COMÍCIO, A ADESÃO E O GOLPE

No início de 1964, João Goulart negociava no Congresso Nacional o estabelecimento de reformas, enquanto o seu isolamento político se acentuava. Situação que mudaria a partir do comício do dia 13 de março de 1964, quando o Presidente da República optou por abandonar negociações com as forças de centro. Este capítulo vai tratar do comício sob a ótica do PCB, o significado deste evento para os comunistas, suas expectativas, a forma como Goulart foi tratado após sua adesão à proposta das esquerdas e a opinião dos *Novos Rumos* a respeito da oposição feita a Jango.

O país mergulhava, cada vez mais, na crise econômica e na radicalização política, ao passo que o chefe do Executivo recebia ataque tanto dos segmentos de esquerda quanto de direita. A oposição ao seu pedido de estado de sítio em outubro de 1963 e o fracasso da proposta de San Tiago Dantas demonstraram a dimensão da delicada situação de Jango. Isolado politicamente, sofrendo crítica de todos os lados e com referida crise econômica, poderia continuar articulando acordos políticos com o PSD, atuação em que não estava sendo bem-sucedido, esperar mais alguns meses para as eleições presidenciais do ano seguinte, sair do cargo desacreditado politicamente e acumulando, talvez, a perda do prestígio popular que tinha.

Ao optar por seguir com as esquerdas, a que era convidado frequentemente pelo PCB e Brizola, abandonaria os acordos políticos com os pessedistas e, certamente, sofreria forte oposição no Congresso Nacional, ficando sem apoio parlamentar para aprovar as reformas. Mas poderia apostar na pressão popular sobre os parlamentares e na força que os comunistas e demais esquerdas diziam ter. Naquele momento decisivo, a escolha do presidente foi seguir com as lideranças e movimentos de esquerda.

“Foi nesse momento que surgiu a proposta de realizar um comício, no dia 13 de março, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Seria um grande evento para demonstrar publicamente a aliança entre o presidente com a FMP, o PCB e o CGT. Enfim, com as esquerdas que não queriam a negociação e sim o confronto. A decisão de Goulart repercutiu entre as esquerdas, ganhando o seu apoio político.”³¹⁷

O PCB sempre defendera a adesão total de Goulart às esquerdas, alegando que, desse modo, este contaria com o apoio irrestrito das forças “democráticas e nacionalistas”. O

³¹⁷ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela. Op. cit., p. 239.

comício de 13 de março iria mostrar tanto para Goulart quanto para as “forças reacionárias”, que o “povo” apoiava o presidente.

4.1 O PCB e o Significado do Comício de 13 de Março

Na última edição de fevereiro dos *Novos Rumos*, a primeira página desfraldava a informação sobre uma “grande concentração na Central pelas reformas” e que “organizações sindicais e populares” já preparavam uma expressiva mobilização para o comício.³¹⁸ Noutra página explicava-se que “todas as entidades sindicais, estudantis, do funcionalismo, etc.” estavam sendo convocadas para uma reunião extraordinária preparatória da “grande concentração democrática e popular” do dia 13 do mês seguinte. A convocação era feita pela Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS). A CPOS também solicitava:

“Aos companheiros dos sindicatos, organizações estudantis, etc. que promovam desde já planos de trabalho, que incluam a propaganda e a mobilização nos locais de trabalho e de concentração popular, com as indicações e meios como vão desenvolvê-lo, a fim de serem incluídos na programação geral a ser apreciada.”³¹⁹

Com o acordo era no sentido de Jango seguir com as esquerdas, a preocupação dos comunistas era levar o máximo de pessoas em apoio ao evento. Por isto, a proposta de uma reunião anterior, cujo objetivo consistia em avaliar as melhores estratégias de divulgação para atrair um significativo número de pessoas ao comício. Esclarecia-se ainda que a “grande concentração democrática e popular do dia 13 de março”, convocada pelo “movimento sindical, estudantil, popular e dos funcionários públicos e partidos políticos”, tinha como finalidade “mobilizar o povo brasileiro” em torno de medidas como desapropriação de terras, preservação do monopólio estatal do petróleo, direito de voto e elegibilidade para todos os eleitores, “concretização das reformas de base: administrativa, agrária, bancária, universitária e eleitoral no ano de 1964” e anistia aos civis e militares indiciados por crimes políticos.

A grande frente defendida pelos comunistas desde 1958 agora começava a tomar forma e como a ideia era promover uma forte pressão popular pelas reformas, intimidando as forças de oposição, quanto mais se conscientizasse a população acerca das medidas que seriam tomadas durante o comício, maior poderia ser a concentração popular e apoio ao anúncio do presidente. Por esse motivo, havia uma conclamação “aos trabalhadores e ao povo em geral”:

³¹⁸ *Novos Rumos*, n. 260, Rio de Janeiro, edição de 21 a 27 de fevereiro de 1964, p. 1.

³¹⁹ *Novos Rumos*, n. 260, Rio de Janeiro, edição de 21 a 27 de fevereiro de 1964, p. 2.

“As entidades sindicais e organizações que subscrevem essa convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março.”³²⁰

A teoria defendida por lideranças do partido, referente à transição pacífica ao socialismo, agora era posta em prática. Através do comício, os comunistas iniciavam a concretização da luta pela formação de um bloco constituído por camponeses, operários, militares, intelectuais, para intimidar e vencer, pela pressão popular, as “forças reacionárias”, compostas pelos latifundiários, parlamentares de direita, militares conservadores e grupos associados aos interesses estrangeiros. O objetivo era criar uma pressão popular tão intensa, que os segmentos de direita não poderiam se opor. Tornara-se imprescindível, naquele momento, oferecer o máximo de apoio popular ao evento. Por isto, constava na convocação:

“Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base.”

Cada país que havia conseguido instituir o socialismo, conforme escrevera Apolônio de Carvalho na sua coluna Teoria e Prática, criara seu caminho a partir de estratégias próprias de mobilização e conscientização dos trabalhadores. Agora era a hora dos comunistas tornarem o operariado e o campesinato protagonistas e escreverem sua própria história revolucionária, no Brasil. Tendo em vista esse intento, lia-se ainda na convocação:

“Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da nação.”

O comício já estava sendo acertado entre as esquerdas e Goulart, por isso, o PCB sabia de antemão o que seria anunciado. A “demonstração cívica de unidade e patriotismo” era para apoiar as medidas de Jango, como a “desapropriação e entrega aos camponeses sem terra” de áreas situadas “às margens dos açudes, ferrovias e rodovias”. Agora que o presidente aderira às esquerdas e às propostas do PCB, havia uma convocação do partido de apoio ao governo.

³²⁰ *Novos Rumos*, n. 260, Rio de Janeiro, edição de 21 a 27 de fevereiro de 1964, p. 2.

No final da convocação estava escrito: “tudo pela unidade do povo e a ampliação da democracia brasileira”, “tudo pela concretização das reformas de base”, “tudo pelas liberdades democráticas e sindicais”. Subscreviam o documento líderes de organizações dos mais diversos setores, como o CGT, a Liga Feminina da Guanabara e da Frente Parlamentar Nacionalista.³²¹

Hércules Correa, líder sindical e representante do CC do PCB, assinou um artigo em *Novos Rumos* sob o título *Significação do Comício da Central do Brasil*,³²² onde discorreu sobre o reconhecimento pela necessidade das reformas de base para a “imensa maioria do povo”, citou, inclusive, que parlamentares federais criticavam a “omissão do Congresso Nacional”. Mas exaltava ser preciso a manifestação do povo “nas ruas, exigindo as modificações de estrutura que hoje se apresentam como necessidade inadiável”.

Os comunistas viam o comício da Central como um marco para o início das mudanças de estruturas políticas e socioeconômicas. Agora que Goulart sinalizava com a adesão ao projeto das esquerdas, caberia à população fazer a sua parte, pressionando as forças políticas e sociais, que estivessem na oposição ou indecisas, a defender as reformas. O comício seria o complemento do movimento de agosto de 1961, quando as forças conservadoras foram obrigadas a recuar, o coroamento do retorno ao presidencialismo, pois, enfim, as forças populares tomariam a frente do processo de transformações do país. Hércules Correa elencou os itens que seriam exigidos ao presidente cumprir, detalhando a relevância de alguns desses e complementou escrevendo:

“Não é difícil avaliar-se a importância do comício de 13 de março. Por isso, os dirigentes dos sindicatos e demais organizações populares, bem como todos os próceres políticos democráticos, necessitam promover, desde já, os meios necessários à mobilização de massas para aquela demonstração de rua. (...) Só o povo nas ruas, manifestando sua vontade através de grandes manifestações, será capaz de liquidar todas as resistências à realização das reformas exigidas pela imensa maioria dos brasileiros.”

³²¹ As organizações que apoiavam a convocação além das citadas foram: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Confederação Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, Confederação Nacional dos Jornalistas, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas, Federação Nacional dos Ferroviários, Comando dos Trabalhadores Intelectuais, União dos Portuários do Brasil, União Nacional dos Estudantes, União dos Previdenciários do Brasil, Pacto de Unidade e Ação, Comissão Permanente das Organizações Sindicais, União Brasileira dos Estudantes Secundários e União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos.

³²² *Novos Rumos*, n. 260, Rio de Janeiro, edição de 21 a 27 de fevereiro de 1964, p. 2.

Antes da adesão de Jango, a pregação da unidade popular era para pressioná-lo a seguir com as esquerdas e, concomitantemente, que as chamadas “forças retrógradas” não conseguissem obstaculizar as conquistas populares. Agora que o presidente cedera, todos os esforços deviam ser direcionados para apoiar as medidas progressistas do Executivo. Cabia ao “povo” impedir reações fosse do Congresso ou de militares contrárias às reformas de base.

Na última edição de fevereiro, o único editorial exibia como título *O Comício da Central*,³²³ reportava que a experiência vivida pelo “povo brasileiro” nos últimos anos, mostrava, sem deixar margem para dúvidas, que “na pressão das massas e na unidade das forças progressistas” residia a condição decisiva para que o processo democrático avançasse e as reformas de estrutura se tornassem realidade. Daí, a “enorme significação” para o comício “que as entidades sindicais, estudantis, populares e correntes políticas progressistas estão convocando para o dia 13”. O evento deveria ser um “ato destinado a influir seriamente no curso dos acontecimentos políticos”, visto que as “forças unificadas do povo” iriam pronunciar-se sobre a necessidade das reformas de base.

Convém enfatizar que a concentração popular que aconteceria tinha um significado importante devido às adesões recebidas, “a totalidade das confederações de trabalhadores”, até mesmo da “Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura”, entidade que havia sido criada havia pouco tempo. A participação desta última era posta em destaque por ser a primeira vez em que “os camponeses brasileiros, organizados sindicalmente”, uniam-se aos seus “irmãos operários”, numa manifestação política de repercussão nacional. No entanto, o jornal garantia que o comício não representava apenas “as forças do movimento sindical”, já que teria o apoio “das organizações estudantis, femininas e populares, das correntes nacionalistas e democráticas”. O comício era “uma expressão da vontade e das aspirações da esmagadora maioria do nosso povo”.³²⁴

“Por outro lado, a importância do comício resulta também de que ele demonstrará que as massas trabalhadoras e populares estão decididas a participar cada vez mais, organizada e ativamente, da vida política do país, a influir de maneira decisiva no seu desenvolvimento. A situação, como está, não pode continuar. Os problemas fundamentais de nosso povo não são resolvidos e, em consequência, se agravam.”³²⁵

O partido mostrava-se preocupado em mobilizar ao máximo as forças populares que, presentes no comício, pressionariam as demais correntes políticas e sociais para que as reformas acontecessem. Assim não haveria risco de surgirem novas “conciliações” nem

³²³ *Novos Rumos*, n. 260, Rio de Janeiro, edição de 21 a 27 de fevereiro de 1964, p. 3.

³²⁴ *Novos Rumos*, n. 263, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de março de 1964, p. 1.

³²⁵ *Novos Rumos*, n. 263, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de março de 1964, p. 1.

tampouco a possibilidade de que o processo não fosse aproveitado pelos segmentos progressistas. Numa outra reportagem denominada *Mobilização das massas e unidade democrática por uma nova política*, lia-se sobre a relevância do comício:

“Ao que tudo indica, esse comício ultrapassará os limites de anteriores manifestações desse tipo, devendo constituir-se num ato político da maior significação para as lutas do povo brasileiro pelas reformas de base e pela constituição de um governo identificado com as aspirações nacionalistas e democráticas da esmagadora maioria de nossa população.”³²⁶

Havia a expectativa de que o comício fosse o início das transformações políticas do país, não só pelas medidas que seriam anunciadas por Jango, bem como a ruptura oficial com o PSD e, em consequência, a possibilidade de se instituir reformas de cunho mais profundo, em comparação com as que poderiam acontecer pela negociação com as forças políticas do Congresso. Um governo “identificado com as aspirações nacionalistas e democráticas” não tinha mais representantes pessedistas.

A reportagem dava ênfase à visão dos comunistas de que era “possível – e mais desejável para o nosso povo – uma solução não violenta para os problemas do país”, insistindo na necessidade “de imprimir-se um novo curso ao nosso desenvolvimento econômico e político”. O esforço para uma intensa mobilização e a formação da grande frente democrática seria para que, com um mínimo de violência, as mudanças estruturais ocorressem. Os comunistas contavam com o pleno êxito, fosse pela mobilização popular, fosse pelo confronto violento, como já visto nos capítulos anteriores.

Paralelamente, reiteravam na defesa do rompimento de Goulart com as forças de centro, constituindo um governo apenas com as esquerdas que proporcionaria um novo curso para a economia do país, com o encaminhamento de medidas para acabar com o latifúndio, contra os interesses norte-americanos e de efetivação de medidas populares. Rezava o texto que algumas vitórias parciais tinham sido conseguidas, como a assinatura da lei de remessa de lucros, no entanto:

“Impõe-se, com o caráter de urgência indeclinável, a reivindicada mudança de rumos, isto é, a fixação de uma política – e, em correspondência com ela, a recomposição do governo – que se oriente, com clareza e vigor, no sentido de enfrentar e remover, efetivamente, as causas verdadeiras da crise.”³²⁷

³²⁶ *Novos Rumos*, n. 260, Rio de Janeiro, edição de 21 a 27 de fevereiro de 1964, p. 3.

³²⁷ *Novos Rumos*, n. 260, Rio de Janeiro, edição de 21 a 27 de fevereiro de 1964, p. 3.

O texto buscava esclarecer que sem a recomposição do governo, mesmo as vitórias parciais até aquele momento conquistadas, poderiam ser “anuladas pela pressão dos interesses internacionais e as vacilações do governo”. Deduza-se daí a importância de Goulart aderir às esquerdas, assim como a escolha de pessoas para compor o governo, que fossem comprometidas com as causas populares, para aprofundar as transformações sociais e, finalmente, a demanda pela máxima pressão popular a fim de anular “as vacilações do governo” e as pressões da oposição.

Em seguida, o texto discutiu a comparação elaborada pelos comunistas, entre a proposta de San Tiago Dantas e os objetivos do partido, onde aproveitaram a situação para “fazer avançar o progresso democrático”. Significa, portanto, que o partido utilizou a iniciativa do diálogo da composição da Frente para pressionar o governo a desvencilhar-se do PSD e decidir-se de vez pela esquerda, no que foi bem-sucedido, já que pressionado à esquerda e à direita, Goulart finalmente optou por seguir com os comunistas, a FMP, Brizola e Arraes.

Os textos do *Novos Rumos* do final de fevereiro de 1963 demonstram claramente que Jango não era de total confiança dos comunistas. As negociações com o governo e a convocação para o apoio maciço às medidas que seriam tomadas no dia 13 de março tinham mais a ver com as possibilidades de modificações estruturais do país, do que com um apoio a João Goulart propriamente. A finalidade era evitar as hesitações do chefe do Executivo e convencer-lhe que as esquerdas o seguiriam nas decisões que fossem favoráveis aos trabalhadores, rurais e urbanos, e contrárias aos interesses estrangeiros. O texto completava com os seguintes dizeres:

“Está provado que sempre que as massas se mobilizam e as forças progressistas atuam de modo unitário podem ser impostas derrotas aos inimigos do povo e conseguidos avanços no caminho da libertação nacional e da democracia. Esses – a mobilização das massas e a unidade das forças progressistas – são os requisitos essenciais para que dos entendimentos que hoje se desenrolam para a formação de uma frente progressista possa resultar uma vitória democrática, e não o reforçamento das tendências conciliadoras, da fracassada aliança do governo com os carcomidos sobas do PSD e outras forças reacionárias.”³²⁸

Uma das metas do comício para o PCB pretendia que, mediante à presença maciça de trabalhadores, assim como de lideranças populares, já que estariam presentes Brizola, Arraes e representantes sindicais, mostrar toda a força das esquerdas e provocar João Goulart para uma ruptura cabal com o “sobas”, isto é, os chefes políticos do PSD. Os líderes de oposição eram classificados pejorativamente pelo PCB como “carcomidos”, ou seja, representavam

³²⁸ *Novos Rumos*, n. 260, Rio de Janeiro, edição de 21 a 27 de fevereiro de 1964, p. 3.

estruturas apodrecidas, corroídas, gastas, velhas, em oposição ao novo, progressista e moderno, ou seja, as tendências nacionalistas, democráticas e anti-imperialistas das sociedades ocidentais, mesmo em países capitalistas menos desenvolvidos como o Brasil, para usar expressão da época.

Na edição do *Novos Rumos* do início de março, na seção dos editoriais, sob o título *Mobilização das massas para garantir êxito da frente progressista*,³²⁹ lia-se, entre outras coisas, que os ajustes estavam sendo reformulados para um programa mínimo, mas em alguns pontos apresentava “uma atitude política em muitos aspectos dúbia e conciliadora”, como se os seus colaboradores partissem da “ideia de preservar os vínculos com as minorias retrógradas que, como a cúpula reacionária do PSD, são precisamente as responsáveis pela situação atual do país”. Isto sinalizava que o PCB só apoiaria Jango se este de fato abandonasse as negociações com o PSD. Em princípio, as reservas a Jango continuaram até o momento do comício, quando, finalmente, tomou medidas que indicavam sua guinada definitiva para a esquerda e de rompimento com os pessedistas. O texto pode significar, portanto, que, às vésperas do comício, Jango ainda insistia em promover reformas negociando com as forças de centro.

Os comunistas cientes de que o PSD representava a maioria do Congresso Nacional e Jango era o representante da burguesia pelejavam, como mencionado, pela formação de uma frente ampla. A aposta era toda na mobilização e unificação social e política das esquerdas baseadas, sobretudo, no apoio e pressão popular. O único caminho possível para as transformações sonhadas pelos comunistas era a união com os setores mais à esquerda do PTB, apoiando Brizola e os trabalhistas sobre os quais este tinha ascendência, os nacional-revolucionários, e os aliados do Congresso.³³⁰ Também contavam com Miguel Arraes, forte liderança no Nordeste, no movimento organizado do campo e nos sindicatos. Por isso, reforçavam no editorial:

“Insistimos, por isso mesmo, na necessidade de que se torne cada vez mais sólida a unidade das forças nacionalistas e populares. A envergadura e a solidez dessa unidade representam uma condição básica para que os acontecimentos se desenvolvam no sentido favorável à causa do povo. Quanto mais firme for essa unidade, maiores, naturalmente, serão as possibilidades de êxito para a mobilização das grandes massas – que terá um ponto alto no comício do dia 13 de março, na Central – e para que estas

³²⁹ *Novos Rumos*, n. 261, Rio de Janeiro, edição de 28 de fevereiro a 5 de março de 1964, p. 3.

³³⁰ Sobre o grupo mais esquerdista do petebismo que seguia Leonel Brizola ver: FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In Ferreira, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

possam influir decisivamente no processo político. Essa é uma das mais preciosas experiências de nossa vida política nos últimos anos.”³³¹

Uma reportagem que tratava a respeito dos esforços envidados para que no comício houvesse uma imensa participação popular, apresentava as ações da CPOS, na expectativa de que duzentas mil pessoas comparecessem na concentração exigindo as reformas de base. O evento deveria constituir “importante acontecimento político”, resultando na “maior mobilização popular já assistida pelo povo carioca”.³³²

O sucesso, segundo a reportagem, estaria garantido por dois motivos: “a participação crescente dos trabalhadores nas decisões políticas” e um esquema de organização montado para mobilizar cada operário. Esse esquema incluiria comícios preliminares nas portas das fábricas e onde houvesse grande afluência popular, incumbindo cada sindicato de ser responsável por realizar dez comícios e assembleias entre seus associados nas principais fábricas do Estado, distribuição de farto material de propaganda aos delegados sindicais etc. No dia do comício sairiam passeatas em direção à central de vários pontos da cidade, além de ônibus que viriam de diferentes pontos do Estado. A CPOS afirmava que a organização estava de tal forma estruturada que “o carioca não irá ao comício, o comício é que virá ao carioca”.

A mobilização dos comunistas, atuando em fábricas e locais de concentração popular, mostra que, apesar de buscarem o diálogo no nível das cúpulas, as bases não foram preteridas. Inclusive pode-se inferir que, dada a influência que o PCB conseguiu ter no meio sindical naquele período, o partido foi um dos principais responsáveis pelo êxito alcançado, em termos de participação popular, no comício de março de 1964.

A reportagem instruía acerca do motivo de tanta mobilização em torno do comício:

“Todo esse aparato popular, organizado, acertado, esquematizado, enfim, infalível, está visando mostrar ao Brasil que a classe operária e a população carioca estão decididas a percorrer o caminho das reformas de base.”

Explicava ainda a notícia do jornal que os oradores principais, João Goulart e representantes do CGT, CPOS, UNE, entre outros, iriam marcar “suas posições” em torno de pontos que seriam demandas imediatas: assinatura do decreto da Supra; preservação do monopólio estatal do petróleo; direito de voto a analfabetos, soldados, cabos e marinheiros com elegibilidade para todos os eleitores; concretização das chamadas reformas de base; e anistia aos civis e militares indiciados por crime políticos. Listava, portanto, as

³³¹ *Novos Rumos*, n. 261, Rio de Janeiro, edição de 28 de fevereiro a 5 de março de 1964, p. 3.

³³² *Novos Rumos*, n. 261, Rio de Janeiro, edição de 28 de fevereiro a 5 de março de 1964, p. 3.

“reivindicações mais imediatas de todos os brasileiros, que estão dispostos a travar qualquer luta contra as minorias reacionárias que a elas se opõem”.

Para os comunistas, como Goulart era um burguês reformista com inclinação a fazer acordos com “os setores retrógrados”, tornara-se crucial a pressão popular no comício para constrangê-lo a não voltar atrás. Desse modo, teria a oportunidade de perceber o apoio da população e ratificar, junto com outras lideranças populares, diante de milhares de pessoas, a defesa e aprovação de medidas que correspondiam a reivindicações de “todos os brasileiros”.

Além disso, essa pressão serviria para mostrar aos grupos de oposição que as reformas desejadas pelas esquerdas eram inevitáveis, pois, agora, o chefe do Executivo, diversas forças de esquerda e a própria população as exigiam. Representaria, indubitavelmente, uma demonstração de que os brasileiros estariam dispostos a travar qualquer combate, isto significava que, inclusive o confronto violento não estava descartado, caso os “inimigos” das reformas decidissem escolher esse caminho. A prova de que os comunistas visavam também pressionar Jango por não lhe darem totalmente crédito se confirma, mais uma vez, quando se debruça sobre o conteúdo de uma carta enviada para Miguel Arraes por seu sobrinho Humberto de Alencar, no trecho pertinente ao comício:

“Comício do dia 13 – organizado pelo CGT, para defesa das reformas e das liberdades públicas. Não falará representantes do PC. Falariam CGT, UNE, PRN, CPOS, Elói, Brizola, Arraes e Jango. Entende o PC que esses oradores teriam a vantagem de enquadrar Jango, que, falando no final, não poderia usar linguagem diferente dos oradores anteriores. (...) Nesse comício, atendendo a sugestões do PC, o presidente assinaria decretos de conteúdo popular: o da Supra, desapropriação e encampação de Capuava e outros contendo medidas de natureza popular, contra a inflação e o custo de vida.”³³³

A correspondência, datada de 22 de fevereiro de 1964, confirma que o PCB pressionou Jango até o último momento, ou seja, não apoiava nem seguia caudatário deste. Cabe salientar, mais uma vez, que os comunistas só passaram a apoiar Jango após o comício. Esse excerto da carta sugere ainda que, apesar de desconfiarem, os comunistas não abriram mão de negociar e pressionar o presidente. A participação do PCB teve caráter tentacular no comício, pois esteve presente tanto na organização estimulando a participação popular, quanto nos arranjos referentes a decisões tomadas e apresentadas por Jango. Isto porque os comunistas acreditavam que algo muito importante poderia acontecer em favor das esquerdas, no comício de 13 de março, num grande movimento que iria culminar em transformações definitivas e

³³³ Inquérito Policial Militar nº 709. *O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1967, 4º vol., p. 334.

concretas, nos seus moldes e da FMP, tais como: reforma agrária radical, ruptura com os Estados Unidos, nacionalização de empresas multinacionais, enfim, o estabelecimento de medidas que beneficiassem camponeses, operários e satisfizessem setores nacionalistas, instituindo as reformas de base e apressando a implantação do socialismo no país.

4.2 O PCB e a Formação de um Governo das Esquerdas

No contexto das negociações que ocorriam entre as esquerdas, dentre estas, o PCB, e João Goulart visando o comício de 13 de março e tomando medidas reformistas, o artigo de Luiz Carlos Prestes, *Os comunistas e os entendimentos políticos*,³³⁴ traz mais luz em relação às expectativas dos comunistas, sendo imprescindível realçar o empenho do partido, às vésperas do comício, pela unidade das esquerdas em torno da ideia da criação de um novo governo, sem representantes da direita ou de centro.

Prestes elogiou a iniciativa de San Tiago Dantas pela criação de uma Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base reiterando a posição dos comunistas de uma “unidade de todos os patriotas e democratas”, sem “discriminações”, para a concretização das reformas necessárias à “completa emancipação nacional”, confirmando o que já foi mostrado nesta pesquisa, de que os comunistas aproveitaram a proposta de Dantas para pressionar Jango, como sempre fizeram, a dissociar-se do PSD. Os pessedistas não estavam incluídos entre os “patriotas” e “democratas”, pois eram classificados como inimigos da nação.

Prestes comentou “alguns aspectos altamente positivos”, do período de governo de João Goulart, como ter reatado relações diplomáticas com a União Soviética e ter defendido a autodeterminação do povo cubano. Internamente, nos conflitos entre patrões e empregados, o presidente teria assumido, no âmbito geral, “posição favorável às reivindicações dos trabalhadores” e tomado algumas medidas de acordo com os “interesses da nação”. As “liberdades democráticas e os direitos constitucionais” tinham também sido respeitados, tópicos que os comunistas apoiavam “firmemente”. Mas longe de estar elogiando ou apoiando o presidente, aproveitou a digressão sobre tais conquistas para atribuí-las à força da mobilização popular. Os avanços não se deviam a inclinações democráticas e nacionalistas do Executivo:

³³⁴ *Novos Rumos*, n. 262, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de março de 1964, p. 3.

“Esses aspectos positivos refletem a força crescente do movimento democrático em nosso país, as aspirações progressistas de nosso povo, o constante fortalecimento da luta emancipadora e o crescente grau de organização e unidade dos trabalhadores.”³³⁵

Outra prova da desconfiança em Jango residiu na afirmação de Prestes de que questões que dependiam apenas do primeiro não foram tomadas e, por isso, a situação econômica dos trabalhadores se agravara, cujos salários ficaram sem obter um aumento real, enquanto os lucros dos grandes capitalistas cresceram exponencialmente, sobretudo dos monopólios norte-americanos e a renda dos latifundiários. Até os trabalhadores do campo não conseguiram mais suportar a “brutalidade da exploração do latifúndio” começavam a resolver “por sua própria iniciativa” o problema da terra. O custo de vida continuava subindo, a inflação estava cada vez mais elevada e o governo não tomava medidas efetivas para contê-la. Ao longo dos dois anos de governo, a composição dos ministérios fora de “conhecidos agentes do imperialismo e representantes do latifúndio”, não sendo tomada “nenhuma medida mais séria, profunda e eficaz”, prosseguindo a inflação, a “especulação mais desbragada, a corrupção administrativa e as negociatas vergonhosas”. Esse seria o resultado da “conciliação” desenvolvida por Jango.

Da mesma maneira que Brizola, Prestes atribuía o fortalecimento dos setores de direita golpista à “conciliação de Jango”, porque os “agentes do imperialismo” se aproveitavam dos “erros e vacilações presidenciais” para tentar dividir e enfraquecer o movimento nacionalista e democrático. No entanto, havia uma solução para esmaecer a direita golpista e estabelecer as reformas de base:

“É voltando-se para o povo e tomando medidas concretas em seu benefício que o presidente João Goulart melhor poderá contribuir para reforçar o movimento patriótico e democrático, aumentando sua força de pressão sobre o parlamento que se veria na contingência de ceder e aprovar as medidas legislativas e as reformas da Constituição indispensáveis à realização das reformas de base.”³³⁶

A estratégia dos comunistas, para a implantação das reformas de base era a de pressionar o Congresso Nacional com comícios, greves e manifestações de trabalhadores e estudantes, obrigando os parlamentares a aprovarem as propostas do presidente de alterar a Constituição, permitindo, por exemplo, a reforma agrária sem indenizações aos latifundiários. Uma vez que, para os comunistas, a Constituição continha preceitos reacionários, pois elaborada por representantes do latifúndio e dos interesses imperialistas norte-americanos, nada mais justo do que modificá-la, agora, sob pressão popular, para o benefício dos

³³⁵ *Novos Rumos*, n. 262, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de março de 1964, p. 3.

³³⁶ *Novos Rumos*, n. 262, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de março de 1964, p. 3.

operários, dos camponeses e do desenvolvimento econômico autônomo do país. Essa era também a proposta da FMP e de Miguel Arraes.

Ao reconhecer a complexidade de se chegar a um programa comum que contemplasse as propostas de todas as esquerdas, Prestes insistia na sequência das negociações, assegurando que os comunistas se esforçariam para encontrar o “terreno comum, a plataforma programática mínima”, para a união das “mais amplas forças patrióticas e democráticas”. Tais forças, juntamente com João Goulart, deveriam constituir a “base de um novo governo, livre de compromissos com os agentes entreguistas e os defensores do latifúndio”.

Ao propor a constituição de uma plataforma mínima, novamente Prestes enfatizava o objetivo de formação de um governo apenas com as esquerdas. A participação do PSD certamente iria “descaracterizar a plataforma de unidade para satisfazer aos setores reacionários”, reproduziria a “mesma política de conciliação comprovadamente incapaz de dar solução aos problemas nacionais e impulsionar as reformas de base”.

“Pensamos que a última proposta apresentada pelo Sr. San Tiago Dantas em nome do Presidente da República padece de semelhante mal. Os comunistas, no entanto, são de opinião de que os entendimentos políticos devem prosseguir e não pouparão esforços para contribuir com sua colaboração para que sejam dados novos passos através de um debate público, do qual participem todos os patriotas e democratas, visando-se a chegar a uma plataforma de unidade, capaz de ser realizada por um novo governo apoiado no povo.”³³⁷

Neste testemunho, Prestes evidenciava o motivo do PCB não acompanhar a proposta de Dantas. Por outro lado, sinalizava com o prosseguimento das negociações com Goulart para que se desvincilhasse do PSD, o que esperava ser oficializado na semana seguinte, durante o comício do dia 13 de março. No mesmo texto, o secretário-geral indicava também como deveria ser o papel de João Goulart na frente:

“É evidente que a participação do Sr. João Goulart de semelhante frente única deverá significar a imediata recomposição do governo, livrando-o dos representantes do entreguismo e do latifúndio e compondo-o com personalidades que possam inspirar confiança às forças patrióticas e democráticas.”

A condição para que João Goulart participasse da Frente alicerçava-se no rompimento com o PSD, retirando do governo representantes deste partido ou elementos que tivessem o seu apoio. Jango deveria constituir um governo com ministros de esquerda, para que medidas

³³⁷ *Novos Rumos*, n. 262, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de março de 1964, p. 3.

populares fossem efetivamente implementadas. Prestes deteve-se brevemente no assunto sucessão presidencial:

“Outro problema que não pode ser evitado e que, nas circunstâncias atuais, vincula-se inevitavelmente à constituição da frente única é o problema da sucessão presidencial de 1965. Da unidade que for alcançada e com o apoio do presidente João Goulart deve surgir o nome do candidato das forças patrióticas e democráticas (...)”.³³⁸

A eleição para presidente de 1965 tocava em um ponto deveras importante tendo em vista que se referia não apenas à constituição da Frente, bem como as futuras ações referentes a medidas nacionalistas, principalmente após o comício. A partir da unidade que se fizesse em torno da plataforma mínima das esquerdas e com o “apoio” de Jango, deveria sair o nome do seu sucessor. Com efeito, o PCB também não apoiava de público ou propunha o nome do presidente para ser reeleito, o que naquele momento era inconstitucional, mas chamava a atenção de que era necessário que houvesse um candidato das esquerdas para o próximo pleito eleitoral, não importando quem fosse, desde que contasse com o apoio destes segmentos.

Dentre as expectativas para o comício do dia 13, uma delas de era que este selaria a adesão definitiva de Goulart e, ao mesmo tempo, a instituição de um governo de esquerdas, para a implantação das reformas de base. Tanto que edição dos *Novos Rumos* a primeira página estampava a chamada *Comício da Central: decisão do povo de conquistar as reformas de base com nova política e novo governo*.³³⁹ O texto avaliava que o evento ocorreria em um momento da vida nacional em que a situação política se apresentava “tensa e com perspectiva de um aguçamento maior”. A prova da tensão e do aguçamento da situação política devia-se as articulações que transitavam no Congresso Nacional, para que Auro de Moura Andrade e José Maria Alkmin se tornassem, respectivamente, presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. Para o jornal, restava óbvio que “a maioria” retrógrada do parlamento se dispunha a consolidar e ampliar suas posições e, com isso, oferecer “mais encarniçada resistência” ao encaminhamento das reformas de base “exigidas pelo povo”.

Os dois políticos eram lideranças do PSD e, se eleitos, com certeza obstarão as proposições mais à esquerda, as quais Jango escolhia. O jornal relacionou a “encarniçada resistência” com as reformas “exigidas pelo povo”, numa clara alusão de que o Congresso Nacional não comungava dos anseios da maioria da população. Por outro lado, tal relação estabelecida tanto desclassificava a Câmara de ser capaz de representar os interesses dos

³³⁸ *Novos Rumos*, n. 262, Rio de Janeiro, edição de 6 a 12 de março de 1964, p. 3.

³³⁹ *Novos Rumos*, n. 263, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de março de 1964, p. 1.

setores subalternos, quanto mostrava que, para os comunistas, não valia a pena apoiar ou defender uma instituição como o Congresso Nacional.

No novo governo, para o qual lutavam os comunistas, não havia espaço para a maioria dos parlamentares do Congresso Nacional eleita em outubro de 1962 – excetuando os parlamentares comprometidos com as reformas. A nova política exigia a formação de um grupo comprometido com as reformas de base e com as medidas que seriam adotadas por Jango. Uma vez que a maioria dos congressistas pertencia ao PSD e a outros partidos de direita, tal grupo não corresponderia aos anseios populares, sendo, por isto, desprezados pelos comunistas. Por outro lado, embora constituíssem a maioria do Congresso, representavam uma “minoría retrógrada”, que defendia interesses ultrapassados e, portanto, estava na contramão dos avanços sociais. Caberia aos congressistas, pressionados pelas esquerdas, aprovarem as mudanças, já que não o fariam por conta própria. Este era um dos motivos porque as forças de esquerda não hesitavam em considerar, inclusive, a possibilidade de seu fechamento.

Mediado pelas reportagens dos *Novos Rumos*, o partido exortava os leitores, fossem militantes ou simpatizantes do partido, a comparecerem em peso a fim de reivindicarem, também, um novo governo e, desse modo, as transformações benéficas à população seriam mais rapidamente implementadas.

Numa edição, sob o título de *Esfomeadores do povo querem ir ao golpe*,³⁴⁰ uma reportagem relatava sobre articulações para parlamentares do PSD assumirem a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado, e também uma reunião do Conselho Nacional das Classes Produtoras – Conclap, no Estado da Guanabara, como iniciativas que visavam impedir as reformas. Na reunião do Conclap, por exemplo, representantes deste Conselho e dos latifundiários colocaram-se abertamente contra os movimentos populares, classificando-os como “infiltração comunista”, propondo inclusive ações ilegais como o uso de armas para autodefesa. Diante disso, afirmavam os comunistas:

“Essa agitação golpista não surpreende as forças patrióticas e populares, especialmente os trabalhadores. As organizações democráticas mantêm-se vigilantes e prontas para esmagar qualquer tentativa dos grupos antinacionais e reacionários de levar à prática os seus planos golpistas.”³⁴¹

Na iminência da adesão de Goulart durante o comício, o PCB entendia que quanto mais as esquerdas se aproximavam de uma vitória, mais aumentava a resistência e oposição para

³⁴⁰ *Novos Rumos*, n. 263, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de março de 1964, p. 3.

³⁴¹ *Novos Rumos*, n. 263, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de março de 1964, p. 3.

impedi-la. Por isto os esforços do partido convergiam cada vez mais para arregimentar ao máximo a população, no sentido de coagir os parlamentares e intimidar os golpistas, mostrando a força dos setores populares. A principal estratégia era pressionar, nas ruas, o Congresso Nacional. Ao mesmo tempo pretendia-se engrossar os movimentos reivindicatórios, para não deixar espaço a ações golpistas de direita.

A necessidade da organização de um governo de esquerda se explicava pelos motivos já expostos. Os grupos refratários às reformas estariam cada vez mais desesperados e resistentes por causa da crescente força dos movimentos populares. Se houvesse a formação de um governo exclusivo das esquerdas, os opositores das reformas seriam desalojados das posições de poder e influência política, sem condições de sabotarem ou impedirem as reformas. Mas para que um governo de esquerdas fosse constituído era preciso haver a pressão popular e o apoio para tal grupo, daí o esforço hercúleo dos comunistas para a participação popular no comício.

A edição da semana do comício trouxe um suplemento de quatro páginas dedicadas exclusivamente do assunto. Na primeira página do suplemento havia o manifesto de conclamação aos “trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo”, para defender “soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros”.³⁴² Isto porque, segundo o manifesto, “ao povo compete legitimamente traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais”. Assinavam o manifesto representantes das mais diversas entidades, como confederações de trabalhadores, o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, confederação dos servidores público, dos jornalistas, do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, da União dos Estudantes, dos portuários, UBES, da Frente Parlamentar Nacionalista e Liga Feminina da Guanabara.

A página seguinte do suplemento indicava os pontos onde haveria a concentração para o comício, meios de transporte e horários especiais dos trens que seguiriam para a Central do Brasil. Outra página exibia a chamada *É preciso ir ao comício*, onde tentava persuadir os leitores sobre a importância do ato:

“Pelas reformas de base, pela assinatura do decreto da Supra, por medidas para deter a carestia e romper o processo espoliativo que está esmagando o povo brasileiro, guanabarin, fluminenses, paulistas e mineiros estarão reunidos sexta-feira, dia 13, na Central do Brasil, em comício que constituirá a maior demonstração popular de apoio às reformas de estrutura que toda a nação reclama.”³⁴³

³⁴² *Novos Rumos*, n. 263, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de março de 1964, p. 9.

³⁴³ *Novos Rumos*, n. 263, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de março de 1964, p. 11.

Completava o texto a afirmação de que “este tabloide é a contribuição de *NR*” àquela manifestação, assim como, dizia o jornal, “nosso apelo para que ninguém falte, para que todos estejamos dia 13, na Central, exigindo efetivamente as reformas”. Na última página do suplemento sob o título *Pelas reformas* havia a explicação de que era pelas reformas que haveria a mobilização popular no dia 13. No evento os “trabalhadores, os patriotas e democratas” exigiriam mudanças. No final do texto lia-se que:

“O povo brasileiro dirá, enfim, que a sua participação ativa e crescente na vida política do país é uma conquista de que ele não abrirá mão. (...) O povo adquiriu plena consciência do papel decisivo que lhe cabe desempenhar na sociedade brasileira. E nenhuma força impedirá o povo de cumprir o seu dever.”³⁴⁴

Com o objetivo de mobilizar o máximo de pessoas e setores simpáticos às reformas, percebe-se nos textos do jornal o uso de afirmações que eram atribuídas a toda a população do país sob afirmações referentes ao “povo”, no afimco de legitimar o discurso das esquerdas, que pertenceria a uma maioria. A minoria eram os opositores dos interesses do “povo”. Em relação a isto escreveu Jorge Ferreira:

“As esquerdas, naqueles anos, fabricaram, disseminaram e tornaram comuns imagens que agiram no sentido de sedimentar ideias, crenças e comportamentos coletivos. Traduzido por meio da linguagem, o conjunto de representações auxiliava no processo de alimentar certezas, arremeter adeptos e reforçar utopias.”³⁴⁵

A tática de tentar criar comportamentos e sedimentar ideias pelas reformas mostrava-se eficiente para fortalecer a frente ampla, sobretudo em sua base, a operária. Este seria o aval para Goulart formar um governo com as esquerdas, porque tão importante quanto sua adesão era que à sua volta e nos ministérios não houvesse representantes das forças de centro ou de direita.

4.3 O Comício da Central: Goulart e o Apoio dos Comunistas

O comício do dia 13 de março começou à tarde e terminou à noite. Avaliou-se que cerca de 200 mil pessoas estiveram presentes. No palanque, que contou com a presença de ministros militares, falaram líderes sindicais, Leonel Brizola, representantes estudantis, parlamentares e o próprio João Goulart. Brizola foi um dos mais radicais em seu discurso, pregando abertamente o fechamento do Congresso Nacional que, juntamente, com o discurso

³⁴⁴ *Novos Rumos*, n. 263, Rio de Janeiro, edição de 13 a 19 de março de 1964, p. 12.

³⁴⁵ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Op. cit., p. 373.

de Jango e a Mensagem presidencial, enviada dois dias depois ao Congresso Nacional, abalaram definitivamente a sustentação que ainda havia ao governo Goulart por parte, principalmente, dos parlamentares liberais de partidos de centro.

Durante seu pronunciamento, o Presidente da República dirigiu-se à população, aos sindicatos e aos que estivessem ouvindo seu discurso pelo rádio e televisão. Após algumas considerações, afirmou ser necessário mudar a Constituição:

“Não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar, e tenho proclamado e continuarei proclamando em todos os recantos da Pátria – a necessidade da revisão da Constituição, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação. (...) Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas.”³⁴⁶

Ao proclamar a necessidade da revisão da Constituição, João Goulart assumia, em público, a bandeira da FMP e do PCB. Ao referir-se à ampliação da democracia, abraçava a causa do voto aos analfabetos, cabos e soldados. Ao afirmar que a “propriedade da terra” deveria ser acessível a todos, acenava com o fim dos latifúndios e a distribuição de terras aos camponeses. Os comunistas também eram muito sensíveis à declaração do presidente de ser “assegurada a representação de todas as correntes políticas”, sem discriminações “ideológicas”. Isto porque o PCB vinha buscando, desde muito tempo, sua legalização e agora o presidente assumia, publicamente, o compromisso de apoiar o partido.

No discurso garantiu ser um princípio fundamental dos direitos do homem a liberdade de opinião e de manifestação do pensamento, “que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros”. Depois se referiu aos presentes ao comício, seguindo a estratégia do PCB, da FMP e Brizola da pressão popular sobre o Congresso Nacional para serem alcançadas as reformas:

“Está nisso o sentido profundo desta grande e incalculável multidão que presta, neste instante, manifestação ao presidente que, por sua vez, também presta conta ao povo dos seus problemas, de suas atitudes e das providências que vem adotando na luta contra forças poderosas, mas que confia sempre na unidade do povo, das classes trabalhadoras, para encurtar o caminho da nossa emancipação”.

³⁴⁶ Disponível em: < <http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/10.pdf>. > Acesso em 21 de novembro de 2015.

Goulart aceitara a tática que sempre lhe fora proposta por Brizola e Prestes, de que se apoiasse nas “classes trabalhadoras”. Embora combatesse contra “forças poderosas”, confiava na unidade do “povo” para “encurtar”, isto é, apressar as transformações necessárias, como a alteração constitucional para que o direito ao voto fosse estendido, o PCB tivesse seu registro aceito e terras fossem distribuídas a camponeses. Jango deixava implícito até mesmo um rompimento com o Congresso.

Além disso, o presidente criticou o risco de golpe e as consequências de uma sedição armada, caso acontecesse, lamentando que poderia ser derramado sangue de brasileiros, reafirmando sua disposição de que as transformações seguissem um “caminho pacífico”. Ao declarar que prosseguiria na “caminhada da emancipação econômica e social” do país, mostrou que defendia a paz e a união dos segmentos sociais:

“E podeis estar certos, trabalhadores, de que juntos o governo e povo - operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros, que colocam os interesses da pátria acima de seus interesses, haveremos de prosseguir de cabeça erguida, a caminhada da emancipação econômica e social deste país”.

Diferentemente do PCB que incluía na categoria “povo” apenas os pobres e trabalhadores urbanos e rurais, Jango abrangia, no seu discurso, o “povo” como sendo constituído por todos, inclusive os “patrões”, que colocassem os interesses da pátria acima dos seus. Sabendo que era ouvido pela oposição, defendeu que através das reformas seria possível evitar convulsões sociais:

“O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos”.

Em seguida, informou que assinara o decreto da Supra considerando de interesse social, para fins de desapropriação, as terras que ladeavam “eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União”, para tornar produtivas “áreas inexploradas ou subutilizadas”, que estariam sendo “submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável”, já que “especuladores de terra”, estavam se beneficiando destas áreas. Reconhecia que o decreto não resolvia, mas era o início da solução do problema agrário brasileiro. Além disso, defendeu mudanças na Carta Magna, pois a forma em que estava estruturada, a desapropriação das terras tornara-se um excelente negócio para os latifundiários.

“Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo e os interesses da Nação, que a ela cabe assegurar, poderemos ter leis agrárias honestas e bem-intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas”.

Assim como as esquerdas, Jango vai repetir o discurso de que mais importante do que a Constituição eram os interesses do “povo”. Sua aposta era a de recorrer a movimentos políticos e sociais que pressionassem o Congresso Nacional a modificar a lei, adaptando-a aos interesses das classes menos favorecidas, e, neste caso, aos interesses dos camponeses. Somente a modificação da Constituição traria mudanças profundas para o país. Segundo o discurso, a reforma agrária era o item que mais precisaria ser modificado, para se alcançar a justiça social:

“E não se diga, trabalhadores, que há meio de se fazer a reforma sem mexer a fundo na Constituição. Em todos os países civilizados do mundo já foi suprimido do texto constitucional parte que obriga a desapropriação por interesse social, a pagamento prévio, a pagamento em dinheiro”.

Neste ponto Jango justificava, para o Congresso Nacional, a necessidade de reforma do artigo 141, ponto nevrálgico que provocava debates entre o PSD e os defensores da chamada reforma agrária radical. O presidente utilizou, inclusive, exemplos de países capitalistas que haviam tomado medidas de desapropriação de terras consideradas de interesses social, através de formas diferentes de pagamento das propostas pela Constituição brasileira.

Justificava-se a importância da reforma agrária como forma de progresso, já que se tratava de uma reivindicação dos que trabalhavam no campo e não tinham suas próprias terras, e para aumento do mercado interno, pois lhes propiciaria alçarem maior renda que reverteriam em desenvolvimento capitalista do país. A reforma agrária não só aumentaria o nível de vida do homem do campo, como também impulsionaria as indústrias e daria remuneração ao trabalhador urbano.

No decorrer do discurso avisou que para conter a inflação precisava efetuar as “reformas de estrutura e de base exigidas pelo povo e reclamadas pela nação”. Quanto à reforma constitucional, imprescindível para as reformas, declarou:

“Tenho autoridade para lutar pela reforma da atual Constituição, porque esta reforma é indispensável e porque o seu objetivo único e exclusivo é abrir o caminho para a solução harmônica dos problemas que afligem o nosso povo. Não me animam, trabalhadores – e é bom que a Nação me ouça – quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiários das reformas serão, acima de todos, o povo brasileiro e os governos que me sucederem. A eles, trabalhadores, desejo entregar uma Nação engrandecida, emancipada e cada vez mais orgulhosa de si mesma, por ter

resolvido mais uma vez, e pacificamente, os graves problemas que a História nos legou”.

Por meio desta declaração, Jango tentava responder à oposição e à imprensa conservadora, que o acusavam de querer dar um golpe através dos sindicatos, para permanecer no poder. Uma das razões argumentadas, pela oposição, para evitar a mudança da Constituição, era que o presidente tencionava, na verdade, modificar os itens referentes à reeleição e as reformas serviam de desculpa para esse objetivo.

Depois informou ter assinado o decreto de encampação de todas as refinarias particulares, antiga reivindicação das esquerdas, dentre elas o PCB, esclarecendo que, através de tal ato, soubera “interpretar o sentimento do povo brasileiro”. Para fundamentar essa encampação, afirmou ter buscado inspiração no “grande e imortal presidente Getúlio Vargas”, ou seja, completara o sonho de Vargas realizando o desejo dos segmentos nacionalistas.

Declarou também que na mensagem a ser enviada ao Congresso Nacional estavam incluídas outras reformas, como a eleitoral, para que todo brasileiro acima de 18 anos pudesse ajudar a decidir os rumos do país, defendendo o “princípio democrático” de que todo alistável deveria também ser elegível. Desde a revolta dos sargentos, seis meses antes, João Goulart já declarara que a reivindicação dos sargentos era justa e que apoiava a causa, embora condenasse o modo como fora realizado o protesto dos graduados. Ao propor tal modificação, atendia não somente as reivindicações acerca da elegibilidade dos militares de baixa patente, assim como a possibilidade de todos os cidadãos votarem e serem eleitos, inclusive, os analfabetos. Após outras considerações, o presidente concluiu:

“Ao encerrar, trabalhadores, quero dizer que me sinto reconfortado e retemperado para enfrentar a luta que tanto maior será contra nós quanto mais perto estivermos do cumprimento do nosso dever. À medida que esta luta apertar, sei que o povo também apertará sua vontade contra aqueles que não reconhecem os direitos populares, contra aqueles que exploram o povo e a Nação. (...) Sei das reações que nos esperam, mas estou tranquilo, acima de tudo porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência da sua força e da sua unidade, e não faltará com o seu apoio às medidas de sentido popular e nacionalista”.

As palavras de Jango iam ao encontro das propostas da FMP e do PCB. O presidente, assim como as esquerdas, apostavam as cartas no movimento popular, na pressão dos sindicatos urbanos, do movimento estudantil, dos camponeses, entre outros, para conseguir o que, até aquele momento, tinha sido impossível por intermédio dos acordos entre PSD e PTB no Congresso Nacional.

Vale considerar que o PSD rompeu com Goulart no dia 10 de março, três dias antes do comício da Central do Brasil. Os pessedistas estiveram dispostos a apoiar Goulart até o último momento. O comício sinalizou que Jango mudara de estratégia e que seu aliado preferencial não seria o PCB, mas as esquerdas. No entanto, a confiança do presidente não residia apenas nas forças de esquerda. O dispositivo militar do governo também era mais uma fonte de segurança, estabilidade e certeza de que as reformas ocorreriam, apesar dos protestos dos setores conservadores e dos propósitos golpistas dos mais exaltados. Em face disso, referiu-se aos militares:

“Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E, para isto, podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação”.

As declarações não deixavam margem a dúvidas para os movimentos de esquerda que lutavam por mudanças mais profundas, como o PCB, de que as Forças Armadas apoiavam o governo. O tripé constituído por Exército, presidência da República e segmentos de esquerda no apoio às reformas de base formava um bloco de grande força, que nem o Congresso, nem latifundiários, nem representantes da direita radical, como Carlos Lacerda, poderiam barrar. Qualquer medida, mesmo que violenta contra as reformas de base, esbarraria em movimentos como o promovido pelo marechal Henrique Teixeira Lott em novembro de 1955 ou mesmo a vitoriosa reação ao veto militar à posse de Jango em agosto de 1961. Essa era a crença das esquerdas.

A diferença, para os comunistas, entre agosto de 1961 e março de 1964, era que agora Jango não hesitaria, como fez em setembro de 1961, de colocar-se contra o Congresso Nacional e militares reacionários. Havia articulações golpistas e todos sabiam que a oposição não ficaria passiva, mas, pensavam as esquerdas, não havia possibilidade de derrota para as esquerdas. A avaliação positiva do quadro que se mostrava tanto para as esquerdas, quanto para Goulart, deve ter estimulado os atos de indisciplina militar posteriores, que minaram definitivamente as bases militares legalistas do governo.

As expectativas e esperanças provocadas pelo discurso presidencial, no comício, levaram *Novos Rumos* a declarar que devido à “realização do memorável comício da Central”, adquirira “incontível impulso a luta do povo brasileiro pelas reformas de base e a adoção de uma firme política nacionalista e democrática”. Entusiasticamente decretava o jornal que “já no comício” haviam sido anunciadas importantes “medidas concretas” adotadas pelo

presidente Goulart, “em atendimento a reivindicações das forças patrióticas e progressistas”, citando a desapropriação de terras marginais a estradas e açudes e a encampação de refinarias:

“O Sr. João Goulart faz ver ao parlamento, sem titubeios, que são indispensáveis e inadiáveis as transformações de estrutura da sociedade brasileira – as reformas de base – para as quais se torna indispensável modificar a Constituição, naquilo em que ela constitui um entrave ao nosso progresso social, à melhoria das condições de vida de nosso povo e à ampliação das liberdades democráticas.”³⁴⁷

Agora os comunistas, através dos *Novos Rumos*, demonstravam apoio a Jango, que após o discurso no comício e com os decretos assinados, assim como pela mensagem presidencial teria mostrado, sem titubeio ou busca de “conciliações”, a urgência das transformações e a necessidade da modificação constitucional. O jornal também noticiava que, apesar das reações contrárias ao comício e ao discurso de Goulart, erguia-se “em todo o país uma frente ampla e poderosa dos patriotas e democratas”. Havia também a opinião do CGT:

“O Comando Geral dos Trabalhadores, após realizar uma importante reunião com os comandos sindicais de todo o país, decidiu divulgar um manifesto, apoiando as medidas propostas para as reformas. Até 20 de abril próximo – diz o manifesto do CGT – o Congresso Nacional terá prazo suficiente para a apreciação e aprovação das reformas. Nesse dia, voltará o CGT a realizar uma reunião nacional, adotando as medidas que julgar necessárias. Ao mesmo tempo, o CGT decidiu convocar assembleias e reuniões de todas as organizações sindicais para manifestar o repúdio dos trabalhadores a qualquer tentativa de “impeachment” contra o Presidente da República. (...) As entidades estudantis estão igualmente mobilizadas em todo o país. Os militares nacionalistas estão também manifestando seu firme apoio às iniciativas de reformas. As organizações de sargentos, cabos e marinheiros levarão ao presidente João Goulart a sua decisão de não permitir que nenhuma manobra golpista venha a ser consumada.”³⁴⁸

Tanto o manifesto quanto os comentários demonstram o apoio a Jango e a confiança no poder da frente ampla, por isso, o movimento sindical dava um ultimato ao Congresso Nacional, para aprovar imediatamente as propostas do Executivo. As críticas, antes dirigidas ao presidente, agora se voltavam para o parlamento. O poder da frente ampla constituía-se do apoio do presidente, do dispositivo militar do governo e da principal força, trabalhadores e até dos militares de baixa patente, que não permitiriam “nenhuma manobra golpista”. Essa certeza levava o movimento sindical a intimar os parlamentares. O título da página, aliás, que tratava do comício e do manifesto era *Conquistar as reformas e esmagar os golpistas*.

³⁴⁷ *Novos Rumos*, n. 264, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de março de 1964, p. 8.

³⁴⁸ *Novos Rumos*, n. 264, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de março de 1964, p. 8.

No entanto, a posição do CGT assustava os grupos conservadores e reacionários e, por extensão, diminuía a simpatia dos setores legalistas favoráveis às reformas, devido ao modo como começava a ser encaminhado o processo reformista. Isto alimentava a propaganda anticomunista e os ataques a Goulart sobre seu desejo de criar uma república sindicalista, onde utilizaria os sindicatos para passar por cima das instituições democráticas e instituir outro “Estado Novo”. Grupos conservadores cogitavam, inclusive, a hipótese de Jango perder as rédeas do processo e os comunistas assumirem o poder, passando por cima do próprio Executivo.

Na mesma reportagem constava que tinha se desenvolvido a ideia de uma “Frente Popular”, constituída por membros da Frente Parlamentar Nacionalista, que incluía os “agressivos do PSD”, a ala “bossa-nova” da UDN, o PTB, CGT, Ação Popular, UNE, entre outras entidades, junto com “o governador Miguel Arraes e o deputado Leonel Brizola”. Essa Frente estaria preparando não só um programa de governo, mas também a “recomposição” do próprio governo. Isto porque, segundo matéria publicada em *Novos Rumos*:

“A reformulação do ministério, tendo em vista a formação de um governo capaz de efetivamente inspirar confiança às correntes nacionalistas e às grandes massas é, assim, uma questão que se projeta para o primeiro plano. Trata-se de realizar as reformas, de modificar a Constituição nos dispositivos que só servem para assegurar privilégios odiosos, de fazer avançar a democracia. E esses objetivos jamais seriam alcançados se continuassem os postos-chave ocupados por homens que são precisamente adversários das reformas, agentes do imperialismo e do latifúndio, inimigos das liberdades democráticas. (...) Impor as reformas e constituir um novo ministério, sem conciliações com os sabotadores das reformas, são problemas inseparáveis. A luta concreta pelas reformas exige um governo para as reformas.”³⁴⁹

O PCB priorizava a formulação de um governo com pessoas que compartilhassem das propostas da FMP e do próprio partido. A deflagração do golpe impediu que isso acontecesse e não se sabe como o presidente organizaria seu novo ministério. Mas a formação de um ministério das esquerdas, que tivesse a aprovação de Brizola e de Prestes, causava expectativas tanto nas esquerdas quanto nas direitas.

4.4 A Declaração de Prestes

Na semana posterior ao comício, num evento em comemoração aos cinco anos dos *Novos Rumos*, Prestes palestrou na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e, como seria de

³⁴⁹ *Novos Rumos*, n. 264, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de março de 1964, p. 8.

esperar, falou sobre o evento. O secretário-geral referiu-se ao comício como sendo “um acontecimento político de grande e profunda significação para todo o desenrolar dos acontecimentos em nossa pátria”.³⁵⁰ Afirmou que os efeitos políticos do comício seriam sentidos nos meses seguintes, talvez até mesmo semanas ou dias. As consequências “daquele grande acontecimento” já seriam sentidas mesmo naqueles dias, porque “o povo, os trabalhadores, os patriotas e democratas unidos em ação” tinham ido à rua para expor seus pontos de vista e perguntar ao Presidente da República sobre sua disposição de “colocar-se à frente do processo democrático e revolucionário”.

“Naquele dia, o presidente João Goulart, com os atos que assinou e com as palavras que enunciou, disse ao povo brasileiro que quer assumir a liderança do processo democrático em desenvolvimento em nosso país.”

Os comunistas avaliavam que um processo de “desenvolvimento” das forças progressistas estava em curso e que o presidente resolvera seguir com o processo, tornando-se seu líder. Agora não havia mais como impedir o processo democrático, pois o principal representante da burguesia nacionalista aderira à pressão das esquerdas, abandonando o reformismo burguês e as vacilações próprias da sua classe, que se manifestavam na insistência de negociar politicamente com o PSD. Portanto, o comício representava um “grande acontecimento” de “grande e profunda significação” para a história do país.

Na comunicação de Prestes pode-se inferir que, a partir do comício da Central do Brasil, o PCB passou a apoiar João Goulart. A relação entre comunistas e Executivo deixara o nível de negociações e entendimentos, após o comício e a mensagem presidencial enviada ao Congresso, o patamar assumira a defesa do presidente e apoio às suas medidas, apesar da origem classista de Jango, que deixava reticente parte do PCB. Isto não obstava a aliança entre ambos devido à proposta abraçada pelo partido desde março de 1958.

Talvez os comunistas defendessem até a continuação de Jango no poder, já que este aceitara “assumir a liderança do processo democrático e revolucionário”. Apesar de não se posicionar abertamente sobre a reeleição, é provável que este apoio existisse, primeiro porque o presidente abraçara a causa das esquerdas e do PCB principalmente, segundo porque como o diálogo entre PCB e Jango vinha de longo tempo, através dele seria mais fácil continuar aprofundando as transformações de estrutura.

³⁵⁰ *Novos Rumos*, n. 264, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de março de 1964, p. 3.

A frase de Prestes de que João Goulart, após o comício, declarara ao povo brasileiro querer “assumir a liderança do processo democrático e revolucionário”, confirma o teor de uma carta atribuída ao sobrinho de Arraes sobre a posição do PCB em relação a Jango:

“Declararam ainda que o Jango tem condições de liderar um amplo movimento progressista e renovador, através de medidas concretas. E que, para isto, contaria com o apoio decidido do PC e possivelmente de todas as forças populares.”³⁵¹

O cargo ocupado por João Goulart o tornava o mais importante aliado dos comunistas, por isso, fora tão criticado até a realização do comício de 13 de março, mas, ao mesmo tempo, haviam evitado o rompimento a fim de manter o diálogo para obter conquistas para os trabalhadores e pressionar pelas reformas de base. Outro motivo era o fato de que o PCB não era hegemônico no movimento sindical nem entre as esquerdas. Precisou fazer alianças com os trabalhistas nos sindicatos e apoiar Brizola e a FMP na mobilização política das esquerdas pelas reformas de base.

Por outro lado, ao apoiar Jango evitava-se também fortalecer a figura de Brizola, que ignorava os comunistas. Talvez, por isso, tenha se tornado senso comum que Prestes e o PCB seguissem Jango. Este, por sua vez, buscava apoio dos comunistas, provavelmente, como forma de isolar Brizola, que ameaçava sua liderança no PTB e sua influência entre as esquerdas. Mas, como visto, os comunistas até o comício não apoiaram Jango nem sua política de aliança com o PSD, atacando os meios que o presidente utilizara para implementar as reformas.

Prestes, ainda em sua palestra na ABI, esclareceu que “o avanço do movimento das massas, no entanto, assusta a burguesia, e o próprio presidente João Goulart”, que teria tentado conter o movimento popular, citando como prova o comício de abril de 1963, na Guanabara, quando teria manobrado através da provocação do general Kruehl, para atacar o movimento operário, não obtendo sucesso. Outro exemplo teria sido o pedido do estado de sítio em outubro de 1963 sob a justificativa de punir Lacerda, mas pretendendo cassar as liberdades democráticas e conter o “movimento de massas”. Só a partir do final de 1963, Goulart havia entendido que a política que levava a efeito não traria resultados positivos para as reformas, iniciando uma mudança de postura. Após ter procurado os comunistas, foi estimulado a chamar “amplas forças democráticas”, sendo necessário “mobilizar as massas”. Considerado um burguês reformista, Jango continuava sob a desconfiança dos comunistas.

O PCB apostava numa revolução por etapas, a primeira se daria por meio da formação de uma frente democrática a fim de efetivar as reformas mais profundas, tendo lideranças

³⁵¹ Inquérito Policial Militar nº 709. Op. cit., p. 330.

populares à frente, como Brizola e Goulart. Na etapa seguinte, os movimentos populares, orientados pelos comunistas, assumiriam as rédeas das mudanças socioeconômicas e políticas para a implantação do socialismo. A primeira etapa tinha sido iniciada no comício, daí a importância revolucionária do evento de 13 de março, que teria cimentado a unidade das forças patrióticas e democráticas. As diferenças haviam sido superadas e representantes da classe operária, camponeses e políticos como Arraes e até deputados do PSD identificados com as reformas, nos moldes da FMP, haviam se reunido no palanque da Central. Em função disso, Prestes afirmou na palestra da ABI:

“Hoje, lutar pelo socialismo é lutar pela vitória da revolução nacional e democrática, e acabar com os obstáculos que impedem o progresso de nosso país, é lutar pela expulsão de nossa terra dos monopólios imperialistas, é lutar pela revolução agrária. Temos consciência que é assim que estamos lutando pelo socialismo.”³⁵²

Na mesma conferência Prestes fez autocrítica sobre o partido antes de 1958, chamando a atenção para o papel dos *Novos Rumos* na tarefa de “encontrar os caminhos da revolução brasileira”, reafirmando a tática da revolução em etapas e explicando que esse era o caminho pacífico pelo qual lutavam os comunistas, pela implantação do socialismo.

“E se a possibilidade do caminho pacífico existe nas condições brasileiras, isto se deve fundamentalmente à amplitude das forças interessadas no processo revolucionário, no avanço da revolução. Estas forças vão desde a classe operária, as grandes massas trabalhadoras do campo, operários e camponeses, que juntos já significam a maioria esmagadora da nação, até as camadas médias urbanas e inclusive a burguesia nacional.”

O comício da Central, que reuniu as forças políticas interessadas nas reformas, com exceção dos pessedistas, mas que incluía representantes da própria burguesia, como Jango e Brizola, concretizava a proposta da revolução de forma pacífica, sem derramamento de sangue ou convulsões sociais. Isto graças à sensibilidade e conscientização, segundo Prestes, da população, que de forma unificada, embora não uniformemente, agora se unia pelas reformas.

O secretário-geral do PCB avaliou que o comício fora um divisor de águas, pois determinara “um aguçamento da contradição entre as forças patrióticas e democráticas, que estão com o presidente Goulart nas posições que assumiu”, e as forças consideradas “reacionárias e entreguistas”, que tendiam a unir-se. Após essas considerações, pela primeira vez Prestes pronuncia-se favorável a Goulart, sem restrições, pedindo apoio ao presidente:

³⁵² *Novos Rumos*, n. 264, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de março de 1964, p. 3.

“Estamos, portanto, diante de um processo de polarização de forças, e o presidente Goulart, que se apoiou nas massas para tomar essa atitude, diante da unificação das forças reacionárias, do desespero que será crescente dos reacionários, mais do que nunca necessitará do apoio do povo, do apoio popular para poder enfrentar a reação. Nós comunistas pensamos que todos os patriotas, neste momento, não podem deixar de ter uma posição firme de apoio aos atos do presidente João Goulart.”³⁵³

O PCB, após o comício, passou a defender João Goulart em suas medidas, com o objetivo de iniciar o processo da revolução socialista no Brasil. Nisto residia o motivo do apoio ao presidente.

4.5 O PCB e a Mensagem de Jango ao Congresso Nacional

Na Mensagem enviada ao Congresso Nacional Jango ratificava o discurso realizado no comício, aprofundando algumas propostas. Nesta constavam itens como reforma agrária, reforma política relacionada ao tema elegibilidade e direito a voto, a delegação de poderes entre Legislativo e Executivo e adoção de um plebiscito para as reformas. Essas propostas aumentaram a tensão, oposição e críticas contra Jango.

As medidas referentes à reforma agrária tocavam no ponto que provocava muitos debates entre as esquerdas e o Congresso Nacional, o artigo 141 da Constituição. A mudança era considerada fundamental para “empreender a reorganização democrática da economia brasileira, de modo que efetue a justa distribuição da propriedade”, de acordo com o interesse “de todos”, “estendendo-se os benefícios da propriedade a todos”, multiplicando o número de proprietários. Diante de tais justificativas complementa o texto presidencial:

“Para alcançar esses altos objetivos seria recomendável, a meu ver, incorporarem-se à nossa Carta Magna, os seguintes preceitos: Ficam supressas, no texto do § 16 do artigo 141 a palavra ‘prévia’ e a expressão ‘em dinheiro’.”³⁵⁴

Jango satisfazia à reivindicação das esquerdas sobre a reforma agrária ao pedir a modificação do artigo 141, pois a redação deste inviabilizava qualquer modificação fundiária no país. O presidente também propôs a mudança do artigo 147 que passaria a ser: “O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social”,³⁵⁵ que instituía um novo paradigma para a utilização da terra. Sendo aceitas tais modificações teria início não só a reforma agrária, mas o

³⁵³ *Novos Rumos*, n. 264, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de março de 1964, p. 3.

³⁵⁴ Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-na-sessao-legislativa-de-1964/view>> p. 56. Acesso em 29 de novembro de 2015.

³⁵⁵ Idem.

fim do latifúndio e dos latifundiários, bandeira dos comunistas. Se a proposta presidencial fosse aprovada, a reforma agrária seria implementada sem indenizações aos latifundiários, algo especificado como inegociável pelas esquerdas.

Na parte concernente à reforma política, a mensagem presidencial também incluía as reivindicações das esquerdas, afirmando que:

“A Constituição de 1946, entre outros privilégios, consagrou, no campo eleitoral, normas discriminatórias que já não podem ser mantidas, em razão da justa revolta que provocam e da limitação numérica dos quadros eleitorais, que vem estimulando as atividades de órgãos de corrupção, os quais, por força do poderio econômico, procuram degradar a mais nobre das instituições democráticas: a representação popular.”³⁵⁶

Após essa justificativa, ponderava ser inadmissível “discriminações contra os militares”, citando praças e sargentos, que embora com o dever de “defender a Pátria e assegurar a ordem constitucional”, estavam privados, os praças do direito ao voto, os sargentos da “elegibilidade”. Por essa crítica, Jango assumia, para o Congresso, a defesa do direito dos sargentos se candidatarem a cargos eletivos.

Outra crítica considerada “discriminação inaceitável”, que atingia “milhões de brasileiros” reportava-se ao fato dos analfabetos estarem impedidos de votar. Afirmava o presidente que como mais da metade da população era constituída de iletrados, o impedimento significava uma injustiça, já que a quantidade do eleitorado não representava a nação. Jango propôs, pelos motivos expostos, que se alterasse a Constituição em prol dos que soubessem “exprimir-se na língua nacional”, para que fossem alistáveis, assim como os elegíveis também fossem “alistáveis”.³⁵⁷ Dessa forma, abria-se a possibilidade dos analfabetos votarem e soldados e sargentos poderem ser eleitos.

Essas propostas agradavam o PCB e as demais esquerdas, mas não foi bem-aceita entre os parlamentares porque, por exemplo, a alteração das cláusulas que alteravam o princípio de inelegibilidade possibilitava a Brizola concorrer nas eleições presidenciais de 1965 e Goulart também, inaugurando, na prática, a reeleição. O PTB, desse modo, poderia escolher dois nomes de relevo para a disputa presidencial. As propostas enviadas ao Congresso Nacional colocavam mais lenha na fogueira da oposição política a Jango, ao PCB e às esquerdas, dando base às desconfianças e acusações sobre seu desejo de permanecer no poder. Em relação ao direito do voto aos analfabetos, complementam Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes:

³⁵⁶ Idem, p. 56 e 57.

³⁵⁷ Idem, p. 58

“mesmo considerando que a medida podia ser justa, o Congresso avaliava que ela beneficiaria diretamente o PTB, o partido mais popular naquele momento. Era do conhecimento dos políticos que os analfabetos – contingente mais pobre da população –, em princípio, iriam votar nos trabalhistas. A questão da expansão da cidadania política no Brasil se transformava, de imediato, em uma questão eleitoral e partidária. Jango propunha o voto dos analfabetos porque queria, já nas próximas eleições, beneficiar-se e beneficiar seu partido.”³⁵⁸

Na mensagem presidencial figurava ainda uma citação indireta à situação de ilegalidade em que o PCB estava:

“A verdade, já agora irrecusável, é que o nosso processo democrático só se tornará realmente nacional e livre quando estiver integrado por todos os brasileiros e aberto a todas as correntes de pensamento político, sem quaisquer discriminações ideológicas, filosóficas ou religiosas, para que o povo tenha a liberdade de examinar os caminhos que se abrem a sua frente, no comando do seu próprio destino.”³⁵⁹

O PCB lutava contra a sua cassação ocorrida em 1947, sem obter sucesso, tanto que, desde setembro de 1960, o partido instituíra uma campanha para a conquista da legalidade, que o fez, inclusive, adequar-se juridicamente, alterando sua denominação de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mas ainda não tinha conseguido o reconhecimento do seu registro junto ao TSE. Na mensagem presidencial percebe-se a adesão de Jango à aceitação do registro do PCB.

A Constituição de 1946 que estava em vigor, no seu artigo 36, que tratava sobre os poderes da União: Legislativo, Executivo e Judiciário, no seu parágrafo segundo prescrevia ser “vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições”.³⁶⁰ Goulart propôs a supressão deste parágrafo, propondo que o Poder Legislativo delegasse seus poderes ao Executivo.³⁶¹ Essa proposta acarretou desagrado generalizado no Congresso Nacional, porque para os liberais a proposta parecia a sombra do Estado Novo voltando, para os grupos antagônicos às reformas, com mais poder o presidente poderia promover as mudanças exigidas pelas esquerdas sem a oposição do Congresso. Essa proposta de Jango foi utilizada por grupos que usavam o discurso do anticomunismo como mecanismo para amedrontar a sociedade sob dois aspectos: o risco da comunização do país e as tendências continuístas atribuídas ao presidente.

A mensagem presidencial propunha, também, que houvesse uma “consulta popular para a apuração da vontade nacional, mediante o voto de todos os brasileiros maiores de 18

³⁵⁸ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela. Op. cit., p. 287.

³⁵⁹ Mensagem do presidente João Goulart ao Congresso Nacional em 1964. Op. cit., p. 57 e 58.

³⁶⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em 6 de novembro de 2015.

³⁶¹ Mensagem do presidente João Goulart ao Congresso Nacional em 1964. Op. cit., p. 60.

anos” para que a população se pronunciasse a respeito das reformas de base.³⁶² O PCB apoiou imediatamente a adoção de um plebiscito, já que pregava a vontade do povo como soberana para determinar os rumos políticos do país. A consulta popular era, para Goulart, a forma de respaldar perante políticos, empresários e as forças de oposição, o estabelecimento das reformas de base e as ações nacionalistas e de reforma constitucional. Para a oposição, tratava-se de mais uma ação manipuladora, para pressionar, pela via popular, as instituições democráticas em prol dos seus desejos de governar como um ditador, defendendo os comunistas. As pesquisas de opinião pública apontavam para a grande popularidade das reformas de base. Com a vitória no plebiscito, Goulart apequenaria o Congresso Nacional.

Havia exagero nas acusações feitas por setores conservadores, em relação ao desejo de Jango governar como um ditador ou de um golpe dos comunistas. Todavia, José Segatto ressalta que como era sabido da impossibilidade da implantação das reformas de base através do Congresso Nacional, desenvolveu-se tanto no PCB quanto em outras forças políticas, inclusive governamentais, a hipótese de uma solução extralegal, o que significava “fazer as reformas ‘sem a interferência’ ou ‘por cima’ do Congresso”. Para Segatto,

“se o ‘Congresso reacionário’ impedia as reformas, porque não fazê-lo diretamente ‘via Executivo’? Não seria possível avançar por vias não institucionais? O entendimento que passa a ganhar força, principalmente no fim de 1963 e início de 1964, era de que essa era a única via possível para as ‘reformas de base’.”

A questão que se colocava diante dessa hipótese era se o Executivo teria força para impor as reformas dessa maneira. Complementa Segatto:

“Imaginava-se que sim. O grande trunfo seria o dispositivo militar, capaz não só de barrar um golpe ou uma reação da direita, mas através de uma ação enérgica e com apoio de massas, desencadear o processo de reformas. Ganhava corpo a seguinte proposição: ‘Fazer já as reformas, apoiando-se nas massas e no dispositivo militar’.”³⁶³

Diante de uma conjuntura que se acreditava favorável, optava-se pelo confronto para alcançar os objetivos revolucionários. Entendiam os comunistas que, numa sociedade burguesa, a conquista das transformações sociais e econômicas favoráveis aos trabalhadores não poderia acontecer sem um mínimo de força e de imposição sobre os grupos hegemônicos. A mensagem de Goulart, que representava a plataforma política do PCB, FMP e CGT, mais as ameaças de greves para pressionar o Congresso Nacional, desencadearam enorme reação

³⁶² Idem.

³⁶³ SEGATTO, José Antonio. Op. cit, p. 216.

nos círculos políticos, nos meios militares, na grande imprensa e até na sociedade civil, sendo muito bem capitalizada pelos setores de oposição a Jango e às reformas.

Paulo Mota Lima comentou em sua coluna *Fora de Rumos* do *Novos Rumos*, no final de março, que várias personalidades naquele momento se diziam defensoras da democracia, mas haviam feito o contrário antes. O motivo para a mudança de postura seria, no fundo, “táticas dos inimigos das reformas”, sob a alegação de defesa das instituições. Entre estes estaria Ranieri Mazzilli que, no encerramento da convenção do PSD, no início de 1964, aplaudira de pé o discurso de Juscelino Kubitschek, quando abordou a “defesa das instituições” ou “reformas dentro da lei”. Citou também “o taciturno Eurico Dutra, condestável do fascismo estado-novista”, que saía em campo “como paladino da democracia”. Carlos Lacerda era outro citado, que pretendia “impedir a posse de Kubitschek”. Estas pessoas, segundo Lima, gritavam “na grande imprensa marrom contra tendências totalitárias desse ou daquele prócer nacionalista ou contra as pressões do CGT sobre o Congresso”.

“Gritam esses cavalheiros que o Congresso não aceita prazos para votar as reformas. Ora, o Congresso desde 1946 sabota a reforma agrária e só numa noite, em 1961, mudou o sistema de governo.”³⁶⁴

Nos comentários da coluna, tem-se uma amostra da reação nos círculos políticos ao ultimato, dado pelo CGT, para que as propostas de Jango fossem logo aprovadas no Legislativo e de como o PCB via a oposição. Como mencionado, o PSD rompera com Jango três dias antes do comício da Central, sendo assim, a maioria do Congresso não apoiava mais o presidente. Sob a justificativa de que o chefe do Executivo e os sindicatos queriam passar por cima de instituições democráticas, os parlamentares recusavam-se a ceder à pressão do CGT.

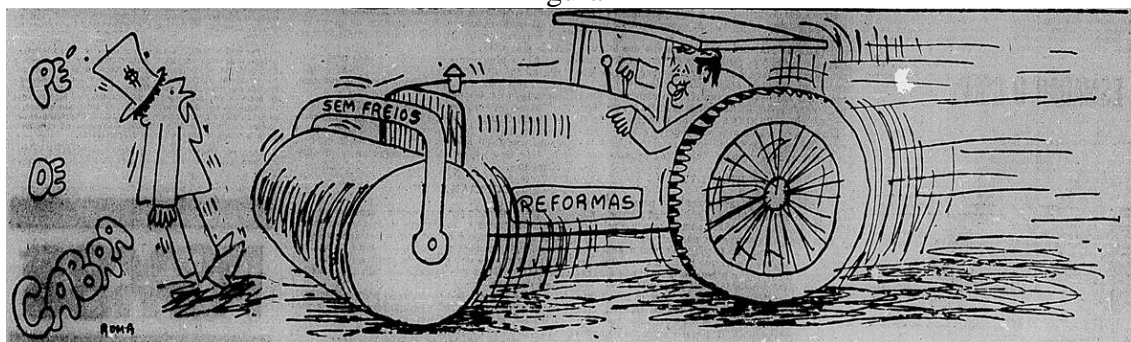
O PSD, como qualquer partido político, apesar das tendências centristas ou conservadoras, não ficava insensível à opinião pública, além do que os temas relacionados ao nacionalismo e reforma agrária estavam no centro dos debates políticos e sociais. Isto significa que o partido provavelmente seguiria o eleitorado e acataria reformas, mesmo que não fossem dentro das expectativas das esquerdas, mas desde que moderadas. Mas a maneira como era encaminhada, para o Congresso Nacional, criava tensão e animosidade entre os parlamentares. Naquele momento tanto o PCB quanto as demais forças de esquerda, através dos seus discursos e propostas, alimentavam a propaganda anticomunista e de acusação a Jango sobre o estabelecimento de uma república sindicalista.

³⁶⁴ *Novos Rumos*, n. 265, Rio de Janeiro, edição de 27 de março de 1964, p. 3.

Os comunistas, por sua vez, interpretavam as justificativas dos parlamentares mais uma desculpa, em que os opositores das reformas empregavam o discurso de defesa da legalidade e da democracia, a mesma que não teriam defendido anteriormente, para continuarem protelando as mudanças estruturais do país. Antes do comício os comunistas já se referiam à oposição e, em especial, às forças que defendiam os interesses estrangeiros, como uma “minoria ínfima”, embora dispoendo “de grande poder político e de fortes posições no aparelho estatal”. Mas o quadro estava favorável, porque os segmentos que representavam a luta pelas reformas seriam “forças muito amplas e poderosas”, constituídas pelo proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana e a burguesia ligada aos interesses nacionais.³⁶⁵

Após o comício essa “minoria ínfima” era vista como acuada e tanto mais passível de ser superada, quanto maior fosse a mobilização popular. Agora havia a adesão do presidente, o dispositivo militar e a pressão das “massas”, por isso, o movimento pelas reformas, naquele março de 1964, era compreendido como um verdadeiro rolo compressor seguindo em direção aos opositores. Na edição dos *Novos Rumos* posterior ao comício, na página que continha a mensagem de Jango ao Congresso com a proposta da reforma da Constituição, havia uma tira de Roma (Figura 2), onde Jango aparecia dirigindo um trator com o nome de “reformas”, os pneus da frente do trator eram um rolo compressor, que seguia em direção a um personagem de cartola, onde estava desenhado um cifrão. O personagem representava os banqueiros, as forças imperialistas e os seus representantes. Detalhe da charge é que no rolo compressor trator estava escrito “sem freios”.³⁶⁶

Figura 2



Fonte: *Novos Rumos*, n. 264, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de março de 1964, p. 7.

³⁶⁵ NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). Op. cit., “Resolução política do V Congresso do PCB”, p. 50.

³⁶⁶ *Novos Rumos*, n. 264, Rio de Janeiro, edição de 20 a 26 de março de 1964, p. 7.

Os comunistas julgavam os discursos e o movimento de oposição que havia no Congresso como um gesto desesperado de forças políticas ultrapassadas, que estavam prestes a serem esmagadas pelo movimento inevitável das reformas. A pressão popular através de greves desencadeadas pelos sindicatos, a posição legalista dos oficiais e subalternos do Exército, junto com as articulações políticas do presidente e dos parlamentares favoráveis às reformas superariam quaisquer resistências dos parlamentares de oposição.

Por sua vez, os militares também não ficaram insensíveis ao comício. Como já visto anteriormente, no final de 1963 o general Peri Bevilacqua, enquanto comandante do II Exército, expediu um comunicado aos subordinados, condenando o CGT e demais entidades sindicais. O levante dos sargentos de outubro de 1963 desgastara a luta pelas reformas, perante oficiais legalistas, por ter sido uma ação contrária à disciplina e à hierarquia. Isto significa que a radicalização das esquerdas que começava a irradiar para os quartéis não era bem-vista pela alta oficialidade.

Os comunistas acreditavam tanto no dispositivo militar de Jango, quanto numa ação dos subalternos legalistas, igual aos acontecimentos de agosto de 1961. Jango discursara na Central do Brasil que contava com “a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação”. Por outro lado, como noticiara *Novos Rumos*, “organizações de sargentos, cabos e marinheiros” não permitiriam “nenhuma manobra golpista”.

A realidade, porém, adquiria diferentes contornos. O general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, após o comício, no dia 20 de março, enviou um pronunciamento reservado, vedado à imprensa, aos “generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das Organizações Subordinadas”, em resposta à inquietação que provocara, nos meios militares, o comício e suas repercussões, onde afirmava que:

“São evidentes duas ameaças: o advento de uma Constituinte como caminho para a consecução das reformas de base e o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT. As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos.”³⁶⁷

Na percepção do general, as Forças Armadas estavam sendo convocadas a respaldarem à reforma constitucional e às “agitações generalizadas” do CGT, papel que, segundo o comandante, não era desempenhado pelos “meios militares” defender “programas de governo” ou sua propaganda. A função dos militares consistia justamente de garantir os poderes constitucionais e a Constituinte que estava sendo proposta tinha “um objetivo

³⁶⁷ SILVA, Hélio Ribeiro da. 1964: *Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 342.

revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura”. O documento menciona diversas vezes o CGT:

“O CGT anuncia que vai promover a paralisação do país, no quadro do esquema revolucionário. Estará configurada provavelmente uma calamidade pública, E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudatárias do comando da subversão.”³⁶⁸

Nas considerações do comandante do Estado-Maior, as Forças Armadas não ficariam indiferentes ao andamento político que estava sendo desenhado para o país. Enfatizava que, além de preservar a lei, era preciso:

“Estar pronto para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três Poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública a ser promovida pelo CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.”³⁶⁹

Portanto, a alta oficialidade estava em desacordo com a posição adotada por Jango e não via com bons olhos a pressão que o CGT fazia sobre o Congresso Nacional. O general usava o discurso do respeito à legalidade para, se necessário, agir “contra a revolução para a ditadura e a Constituinte”. Acrescente-se ainda que os militares se sentiram feridos em seus brios quando citados como defensores do governo, o que significava defenderem o caminho que Goulart havia escolhido de seguir com as esquerdas.

Vários motivos indispunham os comandantes militares contra as esquerdas. Os conservadores usavam o discurso da legalidade para justificar a oposição às esquerdas, enquanto Carlos Lacerda passou a proclamar que “a Constituição é intocável”. A postura historicamente anticomunista da maioria dos militares correspondia a outro fator de peso, além do senso de disciplina e respeito pelas autoridades e manutenção da ordem. Naquele momento o radicalismo das esquerdas unia grande contingente de militares, não necessariamente contra as reformas, mas contra os meios de alcançá-las.

Os comunistas, assim como as esquerdas, acreditavam ter maioria nos quartéis, certamente avaliando que os militares contrários constituíam também uma “ínfima minoria” de reacionários a ser neutralizada pelos legalistas. A questão era colocada de maneira simplista: ser a favor ou contra as reformas. Quem fosse a favor das reformas era democrata e

³⁶⁸ Idem, p. 343.

³⁶⁹ Idem.

nacionalista, tendo obrigatoriamente de apoiar as propostas das esquerdas. Quem questionasse os métodos que estavam sendo postos em prática, era reacionário e inimigo das reformas.

O comício de 13 de março e a Mensagem de Goulart também desencadearam reações nas direitas civis e militares, mas também entre liberais defensores da legalidade constitucional. Essa reação era intensificada pela propaganda anticomunista e contra as esquerdas, promovida por segmentos conservadores e golpistas, mas só a propaganda resultaria insuficiente para mobilizar expressivos setores da sociedade civil contra o governo de João Goulart.

Segundo Argelina Figueiredo, o presidente do Congresso Auro Moura Andrade, que neste mesmo cargo defendera a posse de Jango em agosto de 1961, fez declarações, na abertura da legislatura em 15 de março de 1964, defendendo a democracia e a legalidade, recebendo apoio de “associações empresariais, governadores e políticos, todos aqueles que subscreviam o argumento que dissociava a autoridade do presidente da autoridade da lei e da Constituição”, num grande movimento pela legalidade. Argelina Figueiredo lembra:

“O movimento pela ‘legalidade’ e pela ‘liberdade’ culminou com a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em 19 de março, quando a oposição levou 500 mil pessoas às ruas de São Paulo.”³⁷⁰

Esse grande movimento de oposição a Jango, ocorrido seis dias após o dia 13, foi uma resposta direta ao comício, respaldando os grupos golpistas porque “depois da marcha, um grande número de atores passou a atribuir uma alta probabilidade de sucesso ao movimento contra o governo”. A partir daquele momento, unir-se ao movimento contra Goulart e as esquerdas tornou-se atraente “não só para os grupos que potencialmente o apoiavam mas também para os que anteriormente eram neutros.”³⁷¹

A Marcha da Família foi uma das provas de que as esquerdas não tinham o apoio da população, como imaginavam. No entanto, os comunistas, assim como as demais forças de esquerda, ignoraram a advertência de São Paulo e, embora o evento tivesse tido uma quantidade superior de pessoas presentes ao comício da Central do Brasil, foi totalmente relegado. *Novos Rumos* não noticiou o movimento e o silêncio dos comunistas, diante da passeata, mostra que não a avaliaram como importante. Houve uma referência à Marcha no jornal, no final de março, sob o título *Reação e palhaçada*:

³⁷⁰ FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Op. cit., p. 182.

³⁷¹ Idem.

“No desenfreado da exploração dos sentimentos religiosos de uma grande parcela de nosso povo, os reacionários decidiram encenar todas as semanas a sua hipócrita ‘Marcha com Deus’. Depois da capital de São Paulo, coube vez a Santos. (...) Na ‘Marcha’ de São Paulo, esse número variou de 1 milhão a 150 mil. Agora, em Santos, repete-se a palhaçada aritmética. Enquanto o ‘O Jornal’ assegura que se reuniram em Santos 200 mil pessoas, o ‘Estado de São Paulo’ desce para 80 mil, a ‘Tribuna da Imprensa’ baixa para 70 mil e o ‘Jornal do Brasil’ (e – pasmem todos – também ‘O Globo’) fica nos modestos 30 mil. (...) Os inimigos das reformas já não se limitam a envolver o nome de Deus em sua histeria reacionária. Envolvem-no também na mais ridícula palhaçada dos números.”³⁷²

Primeiro o jornal sugere que por trás do movimento havia uma exploração do sentimento de religiosidade das pessoas, no qual os reacionários usaram o nome de Deus para arregimentar pessoas contra as reformas. Em segundo lugar, desacreditou a quantidade de pessoas, pois os números apresentados encontravam-se desencontrados até mesmo entre os periódicos notadamente conservadores. A população estava apoiando Jango, o PCB e demais esquerdas porque já tinham desenvolvido um nível de consciência política e reivindicatória, portanto, não tinham como ser contra as reformas. Os presentes na marcha de São Paulo provavelmente haviam sido ludibriados pela propaganda contra o comunismo, representantes da “ínfima minoria” contrária às reformas, grupos extremamente religiosos influenciados pelos discursos de líderes conservadores, mas não representavam segmentos populares, ou seja, as reformas eram iminentes.

4.6 A Queda de João Goulart e a “Responsabilidade” do PCB

O apoio do PCB oferecido a João Goulart somente após o comício de 13 de março traz à tona uma discussão polêmica: a responsabilidade do partido no sucesso do golpe. Duas questões que, embora não sejam novas, devem ser consideradas. Primeiro, até que ponto a radicalização dos comunistas contribuiu para o desfecho fatídico do 1º de abril de 1964; e, em segundo lugar, se o partido, uma das principais correntes de esquerda, que se colocava como vanguarda dos trabalhadores, mobilizou o operariado para reagir ao golpe.

Numa das últimas edições dos *Novos Rumos*, antes do golpe militar, há uma matéria intitulada *Verdade e mentira sobre as reformas*. Neste texto afirmava-se que as “forças reacionárias” estariam tentando uma manobra inútil, na qual se procurava apresentar a luta contra as reformas como se fosse uma luta contra o “continuismo” de João Goulart ou o “cerco comunista”. Tal manobra teria sido explorada “na passeata das mal amadas de São

³⁷² *Novos Rumos*, n. 265, Rio de Janeiro, edição extra de 27 de março de 1964, p. 2.

Paulo – feita em nome de Deus”, como se a luta do “povo fosse contra Deus e não contra os espoliadores estrangeiros, latifundiários e privilegiados”. No fundo, segundo o jornal, os mentores dessa estratégia queriam ocultar que “são mesmo é contra as reformas”.³⁷³

Na perspectiva comunista, as críticas da oposição contra as esquerdas resumiam-se a questão de estar a favor ou contra as reformas, a favor ou contra o povo, sem avaliar outros fatores como os discursos que pregavam abertamente a ilegalidade, ou as ameaças do CGT para obrigar o Congresso Nacional a obedecer a vontade dos sindicatos e aceitar medidas que beneficiariam Jango, isto debilitava as esquerdas ante a opinião pública e os militares legalistas. Desconsiderava-se, inclusive, a propaganda anticomunista de décadas, que enraizara na sociedade preconceitos e medos em relação ao PCB.

Enquanto que para alguns a propaganda que alertava sobre o “cerco comunista” era só uma desculpa, para outros o medo da comunização do país era real. Dentre as estratégias desenvolvidas pelos grupos golpistas, o medo do comunismo foi um dos aspectos mais importantes trabalhados junto à opinião pública. Segundo Rodrigo Patto S. Motta a “ameaça comunista” serviu como argumento político decisivo para justificar o golpe político de 1964, bem como para convencer a sociedade ou parte desta da necessidade de medidas repressivas contra as esquerdas.³⁷⁴ Para este autor, houve três matrizes principais do anticomunismo brasileiro: o catolicismo, o nacionalismo conservador e o liberalismo econômico. As advertências e campanhas de que o país sofria um sério risco de comunização, a partir da utilização destas três matrizes, conseguiram convencer setores expressivos da sociedade de que para se evitar tal situação seria preciso retirar à força o Presidente da República.

Na visão de Rodrigo Motta, no Brasil, a Igreja Católica foi a instituição mais empenhada em combater o comunismo ao longo do século XX, isto influenciou enormemente na sociedade brasileira de forte tradição católica. A mobilização que o Vaticano fazia contra o comunismo se dava por reconhecer neste uma grave ameaça contra a religião. Nos anos 1960, a dedicação dos católicos de banir o comunismo revelou-se mais intensa, corroborada por várias cartas pastorais tratando exclusivamente do assunto, as quais eram lidas nas catedrais, matrizes, igrejas, capelas e comunidades religiosas. Os religiosos, aliás, ocupavam não só os púlpitos, mas espaços sociais externos às igrejas para atacar o comunismo.

A segunda matriz ideológica – o nacionalismo conservador, entendendo-se por este tema a defesa da ordem, da integração, da tradição e centralização, conseguiu sensibilizar

³⁷³ *Novos Rumos*, n. 265, Rio de Janeiro, edição extra de 27 de março de 1964, p. 3.

³⁷⁴ MOTTA, Rodrigo P Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*, São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2002. Introdução, XXII.

contra o comunismo ao alegar que este representava interesses externos ao Brasil. Inevitavelmente, um setor social muito receptivo foi o dos militares, devido às propostas de defesa da pátria e da nação.

“Nos meios militares havia já uma tendência natural a respeitar o *status quo* e refutar os projetos revolucionários, fruto de seu papel constitucional de garantidores da ordem. Eles eram preparados para defender as instituições constituídas contra tentativas de ruptura revolucionária e daí era natural que encarassem o comunismo como ameaça. Na qualidade de defensores da ordem também consideravam seu papel preservar a integridade nacional, e, neste sentido, a proposta comunista soava ofensiva por enfatizar e estimular o antagonismo entre os grupos sociais. Outro aspecto significativo é que os militares tinham um profundo respeito pela noção de hierarquia e forte “espírito de corpo”, o que os levava a temer as consequências de uma revolução para a estrutura das Forças Armadas.”³⁷⁵

Reforçou ainda o anticomunismo, entre os militares, o levante de 1935, porque os revoltosos foram acusados de uma prática inaceitável, isto é, traição à pátria e, principalmente, às Forças Armadas.

A terceira matriz representada pelo liberalismo econômico e político acusava o comunismo de atacar a propriedade privada, sufocar a liberdade e praticar o autoritarismo político. No ano de 1964, discursos contra o comunismo exploraram sobremaneira a questão da democracia em oposição ao comunismo, que serviam também para mostrar alinhamento internacional com os Estados Unidos e o mundo “livre, ocidental e cristão”.³⁷⁶ Essas três matrizes, por sua vez, ligavam-se a três expoentes grupos sociais: os religiosos, sendo os membros do clero católico seus principais representantes, os militares, devido ao discurso nacionalista, e os empresários através do discurso liberal.

Os comunistas, porém, acreditavam que as “denúncias” sobre a comunização que Goulart estava permitindo no país tratava-se de um recurso desesperado dos opositores das reformas, um discurso sem eco na sociedade. A euforia que tomava conta dos dirigentes do PCB referente à adesão de Jango e os avanços dos movimentos populares, fazia que considerassem tal pregação como superada, principalmente entre os setores populares, que tinham poder real de decisão e pressão, segundo pensavam. Por outro lado, a propaganda anticomunista sempre existira e seria ineficiente para conter as reformas, conforme imaginavam Prestes e demais lideranças do partido.

O destaque dado à propaganda anticomunista neste item sobre o peso do PCB na queda de Jango é devido ao estreitamento do laço entre os dois, após o comício, fortaleceu as

³⁷⁵ Idem, p. 37.

³⁷⁶ Idem, p. 41.

acusações da direita de que o presidente se apoiava nos comunistas para amedrontar a sociedade e de que o PCB tinha grande influência no Executivo. Quando os comunistas adotam a postura de ataque à democracia liberal e à Constituição, fornecem os argumentos para a derrubada de João Goulart. A opinião pública e os militares legalistas não teriam sido tão sensibilizados pela forte e intensa propaganda golpista, que alertava sobre o suposto cerco comunista sob a convivência de Jango, se o discurso de defesa da Constituição e da legalidade não fosse subestimado.

Um acontecimento que minou definitivamente as bases de apoio a Jango, principalmente nos meios militares, foi a chamada “revolta dos marinheiros”. No dia 25 de março de 1964 aproximadamente dois mil marinheiros se reuniram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. A reunião aconteceu, apesar da proibição do ministro da Marinha, Silvio Mota, para comemorar o segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade não reconhecida pelo Ministério da Marinha.

No evento compareceram sindicalistas e líderes estudantis. Um dos líderes do encontro, conhecido como “cabo” Anselmo, defendeu as reformas de base, e os marinheiros aproveitaram para reivindicar o reconhecimento da Associação, assim como melhorias nos quartéis e a bordo dos navios. O ministro da Marinha ordenou a prisão dos seus organizadores, mas parte dos fuzileiros navais enviados para cumprir a ordem do ministro aderiram aos revoltosos, com o apoio do seu comandante, o contra-almirante Cândido Aragão. O ministro da Marinha, alegando perda da autoridade, pediu demissão do cargo e os marinheiros e fuzileiros permaneceram na sede do sindicato, no dia 26, cercados por oficiais da Marinha, num iminente choque entre os dois grupos.

O desfecho final ocorreu no dia 27, quando Goulart interveio proibindo a oficialidade da Marinha de invadir o Sindicato dos Metalúrgicos e, após negociações com o CGT, pôs fim à rebelião. Os amotinados se entregaram a forças do Exército. Ato contínuo, os revoltosos foram anistiados e o comandante Aragão reconduzido ao posto de comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. O CGT indicou o novo ministro da Marinha, o almirante Paulo Mário Rodrigues, que detinha o apoio das esquerdas.

Novos Rumos lançou uma edição extra, toda dedicada ao fato, apoiando integralmente o movimento. A chamada da primeira página era *A nação inteira ao lado dos marinheiros e fuzileiros*. A edição informava que os marinheiros estavam acampados na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, e que os marinheiros lutavam “pela reforma de um código arcaico, pelo direito de se organizarem nas suas associações”, e pelas reformas que o “povo brasileiro”

reclamava. Os marinheiros teriam sido cercados, ameaçados e a sede quase fora atacada pelos “oficiais gorilas da Marinha”.

“Falharam, entretanto, as tentativas do massacre porque a tropa não obedeceu ao comando da oficialidade. Os fuzileiros que foram para prender seus companheiros aderiram ao movimento. Ao fim da tarde, cabisbaixos e batidos, retiraram-se os gorilas. (...) Durante o desenrolar dos acontecimentos, sobressaiu a solidariedade dos trabalhadores, dos intelectuais, do povo em geral. O CGT colocou-se à frente das negociações para resolver a questão.”³⁷⁷

Na reportagem os oficiais são classificados como “gorilas”, enquanto que os soldados lutavam não só pela mudança de um código “arcaico”, como também pelas reformas. A adesão dos fuzileiros obrigara os “gorilas” a se retirarem cabisbaixos. Contudo, a adesão não fora só de parte dos fuzileiros, mas do “povo em geral”, tanto que o próprio CGT colocara-se à frente das negociações. Por meio destas afirmações, na reportagem, os comunistas aproximavam o “povo” dos soldados, que defendiam sua causa e a da população e, por isso, teriam recebido solidariedade geral. Outra prova de que os trabalhadores estavam juntos com os marinheiros era a intervenção do CGT.

Distanciados décadas do fato, percebe-se a gravidade daqueles acontecimentos. O CGT, entidade sindical sem reconhecimento legal, intervir num assunto que era da alçada militar. A incapacidade de avaliar a crise militar também se revelou pelo apoio à quebra da disciplina e da hierarquia, base de toda instituição militar. A reportagem dizia que os “primeiros frutos” já haviam sido conquistados, porque os marinheiros continuavam no sindicato, o “almirante-gorila” já não era mais ministro e exigiam “os trabalhadores um novo ministro que não seja gorila”.

O ministro da Marinha recebia a denominação de “almirante-gorila” e sua renúncia comemorada como uma vitória dos marinheiros e, ao citar a exigência dos trabalhadores, deixava claro que o CGT esperava ter influência, como realmente teve, na escolha do futuro ministro.³⁷⁸ Algo intolerável para o conjunto das Forças Armadas.

No texto sob o título *Solidariedade*,³⁷⁹ *Novos Rumos* informava que a luta dos marinheiros e fuzileiros era “justa e patriótica”, merecendo o “apoio e a solidariedade de todo o nosso povo”. Os rebelados não estariam lutando apenas em causa própria, “os bravos marinheiros e fuzileiros navais vêm participando, com entusiasmo patriótico, da luta emancipadora do nosso povo contra a miséria e o atraso”. O jornal relacionava a revolta com

³⁷⁷ *Novos Rumos*, n. 265, Rio de Janeiro, edição extra de 27 de março de 1964, p. 1.

³⁷⁸ FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela. Op. cit., p. 324.

³⁷⁹ *Novos Rumos*, n. 265, Rio de Janeiro, edição extra de 27 de março de 1964, p. 1.

as reivindicações das reformas de base, aliás proclamadas pelos próprios marinheiros, no esforço de aumentar a simpatia em favor dos revoltosos. O texto tratava o protesto de um modo que este deixava de ser um acontecimento relacionado à caserna, para ganhar uma dimensão de luta das esquerdas pelas reformas de base e justiça social, em favor não só dos militares das mais baixas patentes, mas também dos civis.

Nesta mesma reportagem, para reforçar a solidariedade popular ao levante, estava escrito que o evento dos militares constituía “vigorosa manifestação pelas reformas de base e pela democracia, de apoio ao comício do dia 13”, aos atos do governo e à mensagem presidencial ao Congresso. Contra os marinheiros e fuzileiros e, conseqüentemente, contra as reformas de base e a democracia, estavam os “gorilas de farda”, tendo à frente uma “insignificante” minoria aristocrática e reacionária da Marinha, que teria como porta-voz o almirante Sílvio Mota.

A cúpula da Marinha e os chefes militares das outras Forças Armadas que se colocavam contra os atos de indisciplina militar eram consideradas minoria, um grupo de pouca importância. A sensação que se tem dos textos dos *Novos Rumos* sobre os militares considerados inimigos, é que constituíam um grupo ultrapassado e reduzido, que estaria nos últimos estertores, antes da superação completa, representada nas transformações nacionalistas e populares. Estas irradiavam também para os quartéis, trazendo igualdade e justiça para subalternos, prejudicados pela hierarquização aristocrática estabelecida pelos comandantes. Por isto, dizia o jornal, a luta era uma só, “lutar pela vitória dos bravos marinheiros e fuzileiros navais é lutar pela vitória do nosso povo”.

A luta dos comunistas pela transformação das estruturas do país passava, necessariamente, pela formação de uma grande frente que reunisse todas as forças ligadas aos setores populares e subalternos, cujo apoio aos marinheiros e fuzileiros se justificava nesse contexto. Defender protestos de grupos que pudessem compor a frente ampla tinha mais validade do que defender a legalidade e as instituições da democracia liberal da Carta de 1946, principalmente, quando se considerava a conjuntura tão favorável para as esquerdas.

Sobre a postura extremista do PCB no período, vale a pena ler a opinião de Moisés Vinhas,³⁸⁰ expressa anos depois:

“O Partido Comunista Brasileiro, apesar de dotado – pelo V Congresso – de um programa político coerente e de uma tática ampla e flexível, não escapa da confusão e esquerdização geral que toma conta das forças democráticas a partir do segundo semestre de 1963. (...) Como as outras forças progressistas, os comunistas brasileiros

³⁸⁰ Moisés Vinhas, no período de março de 1964, fazia parte da direção do PCB.

acabam tomando a vitória esmagadora obtida em janeiro de 1963 como sendo a demonstração prática de que a correlação de forças no país havia sofrido afinal uma reviravolta profunda alcançando um patamar irreversível a partir do qual se poderia impor ao Congresso – ou realizá-las apesar dele – as reformas desejadas. A ascensão de um movimento que apenas começava a deslanchar é tomada como se já estivesse no seu apogeu e, a partir daí, tarefas as mais avançadas e que não correspondiam às forças de que realmente dispunham são propostas.”³⁸¹

Os comunistas contribuíram para a perda de apoio das esquerdas diante da opinião pública e setores legalistas militares e civis, em virtude dos discursos contra o Congresso Nacional, os ataques à Constituição, definida como ultrapassada, e o apoio a ações violentas, como a invasão de terras por camponeses. Além de influírem através da defesa a atos de indisciplina militar, como no levante dos sargentos em setembro de 1963 e na revolta dos marinheiros de 1964.

O PCB enfraqueceu Jango, graças à radicalização que escolhera e para a qual empurrou o presidente. Mas ao partido cabe apenas uma parte das responsabilidades pelos acontecimentos de março de 1964, apesar de ter sido um dos atores mais importantes dos acontecimentos de 1964 e ter influenciado Goulart, coube ao presidente fazer a escolha. Além de ter existido, naquele tempo, outra organização tão importante quanto o PCB, que desempenhou o mesmo papel, e de pregação mais radical, a FMP, sob a influência de Brizola. As esquerdas, sem querer, criaram uma situação favorável aos golpistas, engrossando suas fileiras, que se articulavam e sentiam-se cada vez mais fortalecidos e encorajados para agir.

A segunda questão polêmica, sobre o sucesso do golpe e a responsabilidade atribuída ao PCB, no contexto das relações entre os comunistas e Jango, refere-se às lideranças sindicais que se deixaram levar pela ilusão de poder ao terem acesso ao presidente, intensificando a ação de cúpula em detrimento do trabalho nas bases. Após o comício, o partido apoia Jango que, por sua vez, prestigiou as esquerdas. Será que essa relação fez o partido desdenhar a mobilização das massas pelas reformas e confiar apenas no dispositivo militar do governo, a ponto de que quando houvesse a deflagração do golpe, os sindicatos estarem despreparados?

A postura do PCB e do CGT, em episódios como o da revolta dos marinheiros, sugere que já acreditavam ter controle sobre os acontecimentos. A margem de influência que Goulart permitia certamente lhes dava a sensação de poder, mas muito tempo antes do comício e, até depois, os comunistas investiram na mobilização popular. Acreditava-se no dispositivo

³⁸¹ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 192 e 193.

militar, bem como na força da base popular, representada pelos trabalhadores rurais e urbanos e também por soldados e sargentos.

José Segatto é um dos pesquisadores que trazem dados para fundamentar que

“(...) a tese segundo a qual não havia preocupação, ou que ela era eventual, com a organização de trabalhadores nos locais de trabalho – privilegiando-se os órgãos de cúpula, como federações, pactos, uniões etc. – é infundada.”³⁸²

Os comunistas priorizaram o trabalho nas bases e o empenho de arregimentar trabalhadores nas fábricas, assim como a mobilização de camponeses consistia em um dos pilares para o sucesso da estratégia da revolução pacífica. Mas independente do nível de mobilização dos trabalhadores, o que determinou o desfecho final do confronto entre esquerdas e direitas foi a participação dos militares.

Embora o PCB considerasse relevante a participação do operariado no processo revolucionário, os trabalhadores não são profissionais detentores de armas e aos militares coube o papel principal no desfecho dos acontecimentos. Desse modo, volta-se à questão da lealdade do Exército ao governo de João Goulart, visto que se depositou uma grande confiança no dispositivo militar. Fato confirmado nos depoimentos posteriores, como, por exemplo, o de Prestes:

“Nós tínhamos muita confiança nas Forças Armadas. Tínhamos uma fração forte no Exército, mas aqueles elementos não estavam preparados para se defender, para organizar a resistência.”³⁸³

Eis outro depoimento, desta vez de Gregorio Bezerra, militante comunista:

“A cúpula do Partido Comunista achava que o dispositivo militar do Jango era suficiente para impedir o golpe. A cúpula superestimou o dispositivo e subestimou profundamente o próprio partido e a classe operária.”³⁸⁴

Demistóclides Batista, líder ferroviário e importante liderança sindical em 1964 declarou:

“Dizem que quando parei a ferrovia evitei que as massas viessem do subúrbio e da Baixada. Isso é conversa fiada. Havia um esquema (...) o trabalhador parar em caso de golpe. Porque o 1º Exército era comandado por um general de confiança, nomeado por Jango. (...) Me disseram que o fuzileiro naval era domesticado para brigar e era tropa

³⁸² SEGATTO, José Antonio. Op. cit, p. 187.

³⁸³ MORAES, Denis de. A. Op. cit., p. 267.

³⁸⁴ Idem, p. 239.

de elite, comandada pelo almirante Aragão. Então, não tinha porque o trabalhador que nunca pegou em arma, pegar. Ele ia se ferrar.”³⁸⁵

Há exagero no depoimento de Gregório Bezerra, sobre o partido não ter preparado o proletariado, porque é coerente o pensamento de Batistinha sobre trabalhadores pegarem em armas. Enfim acreditava-se que o aparato militar de um lado, e a pressão dos trabalhadores, através de greves, do outro, seriam suficientes para impedir um golpe.

A estratégia escolhida para implantação do projeto das esquerdas teve mais peso para o sucesso do golpe, do que a maior ou menor mobilização do operariado, que consistia num encaminhamento que ia contra a democracia liberal. Outro motivo, sem dúvida, deveu-se à propaganda anticomunista, aliada aos acontecimentos dentro das Forças Armadas que feriram os valores fundamentais dessa instituição, mas que receberam o apoio do PCB, das outras esquerdas e a tolerância do presidente. Moisés Vinhas, anos mais tarde, escreveu, sobre a avaliação do CC do partido, em relação ao sucesso do golpe:

“(…) Os comunistas tinham abandonado a bandeira da legalidade democrática nas mãos do inimigo e avaliado mal a correlação de forças, superestimando o nível, enraizamento de base e coesão das forças democráticas, colocando tarefas que estavam além das possibilidades do momento. Nesse sentido, teriam contribuído para radicalizar o processo e enveredado por um caminho sectário e golpista. À base dessa avaliação, apoiada pelo secretário-geral Luís Carlos Prestes, foi escrita a Resolução Política de maio de 1965.”³⁸⁶

Após o golpe teve início a opressiva repressão contra comunistas e demais representantes das esquerdas e, por extensão, aos seus periódicos. Dessa feita, o *Novos Rumos* deixou de circular. O golpe impediu a continuidade da mobilização das esquerdas, os avanços sociais que estavam sendo encaminhados, as reformas de base e as eleições presidenciais, não só a de 1965, assim como todo o processo democrático que, embora criticado pelas esquerdas, permitia-lhes livre manifestação.

A deflagração e o sucesso do golpe tiveram várias causas. A maior ou menor mobilização do PCB sobre os trabalhadores foi menos importante do que a radicalização que se espalhou pelos diversos setores sociais do país, provocando reações adversas na maioria dos comandantes militares e nos meios civis. O dispositivo militar do governo, que era a principal fonte de confiança para barrar o golpe, optou por não defender o presidente e sua estratégia de promover mudanças através da pressão dos setores populares.

³⁸⁵ SANTANA, Marco Aurélio. Op. cit., p. 137.

³⁸⁶ VINHAS, Moisés. Op. cit., p. 237.

CONCLUSÃO

O objetivo desta tese foi pesquisar a relação do Partido Comunista Brasileiro com o presidente João Goulart, analisando a posição dos comunistas desde sua posse em agosto de 1961 até março de 1964, tema pouco estudado e bastante polêmico, tendo em vista que se cristalizou a ideia de que o partido, neste período, era politicamente moderado, subjugado a Goulart e sem ter conseguido organizar o movimento operário.

Foi demonstrado que, após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, os comunistas se uniram a outras correntes legalistas favoráveis à posse de Jango, contra o veto militar, na defesa da Constituição e da legalidade. Por intermédio do jornal *Novos Rumos*, o partido fez uma grande campanha em defesa da posse do vice-presidente, o que não significou defesa de Jango, mas do direito, salvaguardado pela Constituição, deste tomar posse.

Instituiu-se o parlamentarismo e o PCB esteve entre as poucas vozes que se opuseram a este acordo político, alegando que Jango estava capitulando com os inimigos do país. Um desses inimigos era o PSD, partido conservador e de maior bancada no Congresso Nacional, classificado pelos comunistas e outras esquerdas como reacionário. A partir daí, os comunistas fizeram oposição ao governo, durante toda a sua fase parlamentarista.

A reforma agrária foi outro motivo da oposição a Jango. A Constituição de 1946 continha preceitos que mantinham, praticamente, intactas as grandes propriedades. O PCB pregava a extinção do latifúndio e o fim dos latifundiários como classe, por isso, exigia mudança na Constituição, junto com outras correntes de esquerda. O presidente lançou uma proposta de reforma agrária para ser discutida no Congresso Nacional, mas os representantes comunistas, eleitos por outras legendas, e demais parlamentares de esquerda recusaram acordos e negociações políticas com partidos de centro, impondo a aprovação de seu projeto. No final, não houve acordos sobre o tema. As esquerdas se unificaram em torno de um discurso do projeto de reforma agrária radical, sem indenizações aos latifundiários e realizada à força.

Diante das propostas de reformas de base, ter o controle do Congresso Nacional era essencial, tanto para os segmentos progressistas quanto para os de direita. Em face disso, as duas correntes se mobilizaram para as eleições parlamentares de 1962. As esquerdas se prepararam através da Frente de Libertação Nacional, que recebeu o apoio do PCB, pois se encaixava na proposta política do partido, de formação de uma ampla frente democrática.

Há uma ideia estabelecida de que o IPES e o IBAD dominaram o pleito de 1962, mas considerando como estava o Congresso antes e depois das eleições, percebe-se que as forças que lutavam pelas reformas de base avançaram. O PTB praticamente dobrou sua bancada tornando-se a segunda bancada na Câmara Federal, desbancando a UDN para terceiro lugar, enquanto as principais lideranças das esquerdas conseguiram se eleger. Este avanço eleitoral fortaleceu a oposição ao presidente feita pelo PCB.

O plebiscito para o retorno ao presidencialismo teve total apoio do PCB, por representar o fortalecimento da democracia e mobilização dos setores populares para as transformações de estrutura, não porque apoiasse Jango. A maciça votação para o retorno do presidencialismo levou o PCB, e outras correntes de esquerda, a considerarem certa a vitória da luta pelas reformas, passando a criticar o presidente que escolheu continuar negociando no Congresso Nacional, ao invés de se apoiar apenas nos grupos mais progressistas. A conclusão do partido era que os votos contra o parlamentarismo expressavam a força da mobilização popular e de que a vitória teria sido fruto apenas da ação dos segmentos democráticos e nacionalistas. Um equívoco de interpretação, uma vez que políticos de direita, o PSD e a oficialidade militar também se colocaram contrários ao parlamentarismo.

As críticas a João Goulart continuaram sob a justificativa de que, embora tivesse conquistado poderes plenos como presidente, não se distanciava do PSD, ou seja, permanecia negociando com retrógrados e reacionários. Segundo a avaliação dos comunistas, Goulart não precisava mais das forças políticas de centro, por isso, conclamavam os trabalhadores a pressioná-lo para ficar ao lado das forças populares.

O PCB pregava a formação de um governo nacionalista e democrático, que significava um governo apenas com partidos, organizações e personalidades de esquerda. Isto porque só com pessoas como Leonel Brizola, Miguel Arraes, e agremiações como o CGT, FMP entre outras, o país poderia conseguir os objetivos expostos pelo partido nos seus documentos oficiais e implantar as reformas de base.

O Plano Trienal, lançado em janeiro de 1963 para resolver a grave situação econômica do país, foi outro exemplo da oposição contra Jango. O PCB e o CGT opinaram que a proposta não enfrentava as causas estruturais da inflação, constituindo uma tentativa da burguesia de conciliar o desenvolvimento econômico e redução da inflação, com a manutenção dos privilégios do capital imperialista e do setor latifundiário-exportador.

Na luta pela formação de uma frente ampla, os comunistas estabeleceram as mais diversas alianças. Aproximaram-se de membros das Forças Armadas, de baixa e alta patente, devido à importância destes tanto numa evolução pacífica quanto violenta pelas reformas.

Estreitaram laços com a Frente de Mobilização Popular (FMP) que reunia grupos os mais diversos e possuía postura radical e apoiaram a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), organização formada por parlamentares de vários partidos, comprometidos com as reformas de base e defesa da economia nacional. Miguel Arraes também recebeu o apoio pelos comunistas, em virtude de sua liderança popular no nordeste, ao passo que Leonel Brizola, líder da FMP, foi uma das figuras que mais destaque recebeu do PCB.

João Goulart era um aliado que o PCB pleiteava para sua causa, por isso, pressionavam-no para que se desvencilhasse do PSD. Contudo, os principais aliados eram os trabalhadores urbanos e rurais, pois o proletariado tinha papel preponderante nas transformações de estrutura, devido à crença na missão do partido como líder da revolução e dos operários como grupo potencialmente revolucionário. Os camponeses constituíam importante base da frente ampla e os comunistas lutaram para melhorar as condições desses trabalhadores e organizá-los em sindicatos e associações.

Houve uma radicalização crescente da parte das esquerdas contra o governo de João Goulart. Exemplo disto foi o levante dos sargentos, que recebeu total apoio do PCB. Os comunistas viram a insubordinação militar como legítima porque promovida por setores subalternos da sociedade. Nos círculos militares, o levante resultou negativo, assustando muitos oficiais simpáticos às reformas, pois a ação havia sido contra a disciplina e a hierarquia militar. Além disso, a opinião pública desaprovou a revolta.

Apesar do acesso a João Goulart para ter atendidas reivindicações, os comunistas fizeram um intenso trabalho junto aos sindicatos, não tendo sustentação as afirmações de que este preteriu as bases, privilegiando o contato com cúpulas sindicais e governamentais. O PCB e o PTB foram os partidos mais ativos nos meios operários e nas greves que ocorreram no período, mobilizando os trabalhadores contra decisões do governo. Por outro lado, Goulart também não contava com o apoio das correntes conservadoras e de direita, porque atendia ao CGT e Prestes. Desse modo, o pedido da declaração do estado de sítio deixou claro que o presidente sofria oposição de ambos os lados.

A aproximação dos comunistas junto ao governo fazia parte da estratégia da revolução por meios pacíficos, proclamada na Declaração de Março de 1958. Não houve “desvio de direita” do PCB. Pelo contrário, cada vez mais o partido atacava o governo e as instituições democráticas, abandonava a proposta de transição pacífica. Os comunistas negociavam com Jango, continuando na oposição e pressionando para que rompesse com as forças de centro, o PSD, em particular. A entrevista de Prestes à televisão, em janeiro de 1964, mostrou que só haveria apoio se João Goulart se desligasse do PSD.

A Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base, tentada por San Tiago Dantas, não recebeu apoio do PCB. A reação à proposta comprovou o nível de radicalização do PCB, que já se achava com poder suficiente para propor até medidas como nacionalização de indústrias farmacêuticas estrangeiras, como visto na proposta de Prestes, impressa em *Novos Rumos*.

Uma das principais questões refletidas na análise do Partido Comunista Brasileiro em face do governo João Goulart foi que, cada vez mais, os comunistas se apresentavam de forma radical e sectária. O clima de grande agitação social, greves, protestos os mais diversos, apoio de parlamentares e até levante de militares de baixa patente levou o PCB a avaliar o momento político e social do Brasil como pré-revolucionário. Essa avaliação demasiadamente otimista provocou uma dualidade entre seguir na estratégia da transição pacífica ou investir em ações diretas - comícios, greves, invasões de terras etc. – partindo para o confronto com as forças de direita. Parte dessa dualidade se explica também porque o partido não havia abandonado a possibilidade de luta armada.

Somente após o comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, o PCB passou a apoiar Jango, não só por meio do *Novos Rumos*, bem como das declarações de Prestes e do CGT, visto que o presidente havia decidido seguir com as esquerdas e romper com o PSD, posição oficializada no evento e ratificada na mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional no dia 15 de março. Neste sentido, o comício teve importantíssimo significado para os comunistas por representar o primeiro passo rumo a uma revolução pacífica, o início de transformações estruturais sociais e políticas.

Apesar da adesão de Jango às esquerdas, não era tido como totalmente confiável por ser representante da burguesia, sempre passível de fazer acordos com os setores “retrógrados”. Isto ficou provado pelos documentos analisados, o que corrobora uma das hipóteses da presente tese, de que o PCB não seguiu caudatário de João Goulart. Os comunistas acreditavam mais na força dos movimentos populares.

A adesão do presidente, a pressão popular e o dispositivo militar do governo constituíam uma base de sustentação insuperável pelas “forças da reação”. Em função disso, as esquerdas pregavam que o Congresso, que representava essas “forças”, fosse obrigado a aprovar as reformas e mudanças constitucionais propostas por João Goulart. Tanto no comício quanto na mensagem presidencial do início de 1964, Jango abraçou a causa das esquerdas, decidindo-se por abandonar a estratégia dos entendimentos políticos no Congresso Nacional, através da aliança PTB e PSD. Mas o caminho escolhido por Jango amedrontou a sociedade, minando definitivamente sua sustentação nos meios militares e civis. A propaganda

anticomunista e acusação de que Jango desejava instituir uma república sindicalista, perpetuando-se no poder, encontraram respaldo na mensagem enviada ao Congresso e nas declarações do CGT.

A perda de apoio nos meios civis e militares não foi percebida pelo PCB e pelas demais forças de esquerda, que já se consideravam vitoriosas. As cúpulas militares e os parlamentares no Congresso Nacional, inclusive liberais legalistas, desaprovavam a posição de Jango e eram contra as ameaças do CGT ao Congresso. O caminho que as esquerdas, entre elas o PCB, escolheram para estabelecer as reformas foi um dos motivos que contribuíram para a desestabilização do governo Jango e o sucesso do golpe civil-militar. Este fator foi mais decisivo do que a maior ou menor mobilização do partido sobre o proletariado.

Daniel Aarão Reis escreveu um texto onde refletiu sobre a reconstrução da memória das esquerdas após o golpe de 1964. O autor utilizou como marco para o início da reflexão a crise de agosto de 1961, com a finalidade de mostrar que o movimento vitorioso naquele período foi devido à luta pela legalidade. As forças favoráveis a Jango estavam defendendo a lei, as correntes contrárias à posse do vice-presidente estavam contra.³⁸⁷

Nos primeiros meses de 1964 a situação se inverteu. As esquerdas questionavam a Constituição, vista como superada e atrasada, enquanto os segmentos conservadores e de direita posicionavam-se pela legalidade e pela defesa da democracia liberal. Após o golpe e a derrota de 1964, surgiram duas correntes entre as esquerdas, os moderados e os revolucionários. Os primeiros lamentavam o excesso de ousadia dos mais exaltados, os segundos criticavam a falta de ousadia dos moderados que não se prepararam para o embate.

O regime político instituído após o golpe tornou-se cada vez mais repressor, perdendo apoio da sociedade, simultaneamente, construía-se uma memória das esquerdas como vítimas do movimento golpista, esquecendo-se de que havia grupos com pregações radicais e já admitiam propostas de ruptura e posições extremistas, chamadas pelo autor de “reformismo revolucionário”.³⁸⁸ Os movimentos de esquerda seriam vítimas tendo em vista que a ameaça revolucionária não existiria na prática, constituindo apenas retórica, habilmente explorada pelas direitas.

A memória que as esquerdas construíram sobre o PCB o incluiu na corrente moderada, entre as forças que, devido à proposta da revolução por meios pacíficos, através da formação de uma frente ampla que incluiria até a burguesia, deixou-se cooptar pelas propostas

³⁸⁷ REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964- 2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

³⁸⁸ Idem, p. 40.

centristas. O PCB teria apoiado João Goulart e defendido seu governo, não desenvolvendo ou organizando os setores populares para os objetivos revolucionários ou de resistência aos grupos golpistas de direita.

Apesar da memória construída sobre o “direitismo” do PCB, defendido até por ex-dirigentes e militantes, os documentos do partido, reportagens do *Novos Rumos*, declarações de Prestes e de outros membros da direção provam cabalmente que a Declaração de Março de 1958, que abriu mão da luta armada como único caminho para a revolução, pregando a união com setores da burguesia, políticos não comunistas e demais movimentos de esquerda, não desviou o partido dos objetivos revolucionários. O PCB defendeu a transição pacífica para o socialismo, trabalhando intensamente pela formação de uma frente ampla e democrática para que as transformações de estrutura acontecessem, mas não foi caudatário nem submisso a João Goulart. A oposição foi constante e só acabou quando este, finalmente, rompeu com o PSD e abraçou a causa das esquerdas.

REFERÊNCIAS

FONTES

Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em 6 de novembro de 2015.

Discurso de João Goulart no Comício da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964. Disponível em: <<http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/10.pdf>>. Acesso em 21 de novembro de 2015.

Mensagem do Presidente João Goulart ao Congresso Nacional. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-na-sessao-legislativa-de-1964/view>>. Acesso em 29 de novembro de 2015.

Resultado do plebiscito sobre o retorno ao presidencialismo. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/referendo-de-1963>>. Acesso em 30 de novembro de 2014.

Inquérito Policial Militar nº 709. *O comunismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967, 4º vol.

PERIÓDICOS

Jornal do Brasil. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=

Novos Rumos. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=122831&pasta=ano%20196&pesq=>

Tribuna da Imprensa. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_02&pasta=ano%20196&pesq=

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*, Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ANDRADE, Auro de Moura. *Um Congresso contra o arbítrio: Diários e memórias.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ASSIS, Gleyson Nunes de. *Em tempo de democracia: a liderança de Lyndolpho Silva.* 2008. 107 p. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração 1922 – 1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado*, Petrópolis: Vozes, 1981.

ESQUERDAS no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. Anos 90, *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 29, julho de 2009.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, Niterói: Eduff, 2002.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1954*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1937/1076>>. Acesso em 1º de fevereiro de 2015.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Editora Ática, 1987, 2ª edição.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão popular, 2010, 2ª edição.

LOPES, José Machado. *O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros: um depoimento*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1980.

MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.

MORAES, Denis de. *A esquerda e o golpe de 64 – Vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*, São Paulo: Perspectiva, Fapesp, 2002. Introdução, XXII.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *PCB: vinte anos de política, 1958 – 1979 (Documentos)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas “Resolução política do V Congresso do PCB”.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*, Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PCB. Disponível em:

<<http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=pauloperes>> Acesso em 2 de maio de 2015.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964- 2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

RÉMOND, René. Por uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ e FGV, 1996.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Hélio Ribeiro da. *1964: Golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

VINHAS, Moisés. *O Partidão – a luta por partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 187.